HISTÓRIA ORAL DO EXÉRCITO
1964
31 DE MARÇO
TOMO 5
BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

1964 – 31 de Março

O Movimento Revolucionário e a sua História

Coordenador Geral
Aricildes de Moraes Motta

1964 – 31 de Março
O Movimento Revolucionário e a sua História

TOMO 5
Distrito Federal

Biblioteca do Exército Editora
Rio de Janeiro
2003

Sumário

Nisi utili est quod facimus stulta gloria

Apresentação

O segundo empreendimento realizado sob a égide da História Oral do Exército incide sobre o Movimento Revolucionário de 31 de Março de 1964.

Criado por uma Portaria Ministerial, em 3 de março de 1999, e implementado a partir de janeiro de 2000, assenta-se sobre as vivências de civis e militares, estes em maior número, narradas nas 250 entrevistas que estão reunidas em uma coletânea de livros editados pela Biblioteca do Exército.

O primeiro projeto – Segunda Guerra Mundial –, extraordinariamente bem-sucedido, orientou, por isso mesmo, o emprego de idêntica metodologia neste outro sobre a Revolução de 1964. A propósito, os dois trabalhos, conduzidos paralelamente, na fase das entrevistas, foram executados nas seis coordenadorias originalmente organizadas: Brasília–DF, Fortaleza–CE, Recife–PE, RJ/RJ – BH/MG, Porto Alegre–RS e São Paulo–SP.

Ambos os projetos retratam, pela maioria dos entrevistados, a participação, naqueles contextos históricos, dos integrantes da Força Terrestre, das outras Forças Armadas, bem como de civis que contribuíram com suas valiosas experiências e insopitável patriotismo.

Esta coletânea, sobre o Movimento armado de 1964, visa a tornar mais conhecido o processo revolucionário, especialmente pela palavra daqueles que, agora, ganham a oportunidade de expor suas motivações, identificar seus propósitos e narrar suas ações.

Com suspeita insistência, desde o final do ciclo revolucionário, mormente por parte da mídia, o que é posto à mostra está quase sempre falseado. Homens impenitentes, sob o império de motivações ideológicas, movem insidiosa campanha, por intermédio da qual praticam escancarado revanchismo.

Todos são cativos da ignorância ou da má-fé, no intuito de impedir que as novas gerações possam pesquisar, estudar, ler e encontrar a verdade. Outros setores, como os de certos responsáveis pela educação de nossos jovens, poucos felizmente, mas atuantes nas salas de aula, bem como autores de compêndios escolares, pela palavra e pela pena, indisfarçadamente, reescrevem a história, falsificada a seu talante. E destacam-se, nesse mister, posto que utilizam artifícios e técnicas hábil e sutilmente preparados. Têm a seu favor os inocentes úteis, pouco habituados a refletir sobre o que lêem e escutam. É o velho e eficaz princípio: "Vale mais a versão do que o fato."

Pois essa cantilena espúria tem circulado livremente, verdadeiro desvio da história, mesmo quando, por um descuido, ou num rasgo de sinceridade, vem a público, alguém, para dar, de forma altiva, o seu testemunho sobre o que aconteceu naqueles idos dos anos de 1960:

Com a coragem de um herói da Segunda Guerra Mundial, Salomão Malina, último secretário-geral do antigo Partido Comunista Brasileiro (PCB), admitiu que setores do partidão, com o apoio de Luís Carlos Prestes, chegaram a conspirar para dar um golpe, em 1964, antes da tomada do Poder, em 31 de março, pelos militares... Havia uma corrente golpista no partidão, em 1964. Foi um equívoco de pessoas que não avaliaram bem que a correlação de forças, na sociedade, não estava a nosso favor.[1]

Apoiados por coniventes ocupantes de postos de mando destacados, premiam criminosos e desconhecem as vítimas mais humildes que apenas cumpriam suas missões e tarefas a serviço das autoridades constituídas.

Assaltantes, seqüestradores, terroristas, desertores, agora, são regiamente abonados.

Afinal, os que aqui falam, oferecem, ao livre exame de todos os brasileiros, o que há "do outro lado da colina".

Se não viessem à tona, porque, até então, vedados os acessos e canais da livre expressão do pensamento, não se conheceriam as palavras daqueles que foram compelidos a agir em favor da sociedade ameaçada, em conjuntura tão delicada para nosso País.

Não se pretende entronizar a polêmica. Mas é forçoso reconhecer que os fatos devem ser analisados de forma justa, limpa e honesta, e que, ao menos, se

[1] *O Globo* – Sexta-feira, 24 de maio de 2002: *O último secretário*. Livro lançado no Museu da República, prefaciado pelo jornalista Elio Gaspari, em homenagem a Salomão Malina, quando completava 80 anos de idade.

ofereçam, aos jovens estudiosos, pesquisadores e interessados pelo conhecimento desses episódios de nossa história recente, as informações provenientes de todas as partes envolvidas.

Ditadura? Regime autoritário? Revolução? Contra-revolução? Golpe militar? Contragolpe?

As respostas estão aqui.

General Aricildes de Moraes Motta
Coordenador Geral

Se o que fazemos não é útil, estulta é a glória

Considerações Metodológicas

Estas considerações destinam-se, basicamente, a abordar a Metodologia empregada em trabalhos de história oral temática, como no Projeto em tela, criado pelo Ministro do Exército, que visa, fundamentalmente, aos seguintes objetivos:

— registrar os relatos das personalidades que, direta ou indiretamente, participaram da Revolução de 31 de Março de 1964;

— recuperar dados e informações sobre fatos e episódios importantes para a História do Brasil, ocorridos no evento supracitado; e

— construir um acervo, adequadamente preparado, para consultas, pesquisas e outros misteres de fundamental interesse para a Força Terrestre.

De certo modo, a história oral carece de uma maior especificação teórica, apesar de já possuir uma apreciável literatura tratando de sua conceituação e bases metodológicas. Podemos afirmar que seu estatuto está mais ligado à prática do que a um pensamento teórico estruturado.

Segundo um dos seus fundadores, Louis Starr, a história oral "é mais do que uma ferramenta e menos do que uma disciplina". Este conceito, que permanece atual, evidencia que a história oral, mais que um campo novo de reflexão, tem servido a todas as outras disciplinas, como metodologia de obtenção de dados ou, mesmo, como técnica auxiliar.

As mutações que se observam no campo da História, abrindo espaço para o estudo do presente, do político, da educação integral, com ênfase no papel do indivíduo no processo social, vêm estimulando o uso das fontes orais e reconhecendo a importância da história oral como método de pesquisa.

No entender de José Carlos Sebe Bom Meihy, "usar a história oral como técnica equivale a dizer que as entrevistas não se compõem como objetivo central e sim como um recurso a mais. No círculo dos usuários da história oral, mais adensado

tem sido o grupo que parte do princípio de que esta se constitui em um objetivo definido, com procedimentos claros e preestabelecidos que a justificam como um método. Nesse caso, ela encerra o fundamento da pesquisa e, na hipótese de uso de outras fontes, elas se sujeitam ao debate central decorrente das fontes orais. A vanguarda da história oral no mundo busca, contudo, fixar fundamentos epistemológicos capazes de dar forças à proposta da história oral como disciplina".

Pelo prisma dos historiadores da Universidade de São Paulo que se dedicam ao estudo do assunto, a história oral confunde-se, muitas vezes, com o fazer histórico, respondendo as indagações da história, como disciplina. A documentação oral ou escrita, com a qual trabalha, está intimamente ligada à história de vida e, por via de conseqüência, à sua fonte, que é a entrevista, em suas mais variadas interfaces.

Em nossos trabalhos, dividimos a entrevista em três fases: a pré-entrevista, a entrevista propriamente dita e a pós-entrevista.

A pré-entrevista é o planejamento, o plano de entrevista, iniciando-se com os contatos que o pesquisador, no caso também entrevistador, mantém com o entrevistado, chamado, em história oral, de colaborador.

Tais contatos visam primeiramente prestar ao colaborador informações sobre o tema, a concepção e os escopos do projeto de história oral; a forma adotada para desenvolvê-lo; e a dimensão e importância de sua participação, sempre com a finalidade de motivá-lo e incentivá-lo a cooperar por meio de seu depoimento.

O entrevistado pode, no primeiro contato, por motivo de idade avançada, estado de saúde ou, simplesmente, por modéstia, subestimar suas experiências, julgando irrelevante a sua contribuição. A nossa postura, na posição de entrevistador, tem se voltado para o rompimento dessas barreiras. É importante encorajar o entrevistado, através de argumentação convincente, bem como oferecer-lhe todo o apoio possível para concretizar a sua participação. Faz-se necessário criar um ambiente o mais descontraído possível para que o colaborador se sinta perfeitamente à vontade, sobretudo no momento e no local da entrevista.

Por meio dos contatos da pré-entrevista, visamos, ainda, fazer chegar ao colaborador, com a devida antecedência, o questionário contendo as perguntas básicas, preestabelecidas, do tema em pauta, de forma a orientar a sua preparação para a entrevista. Com o questionário, remetemos modelo de *curriculum vitae* e a solicitação de sua possível observância, com o objetivo de padronizar, nas seis Coordenadorias Regionais, o "Plano de Entrevista" no que concerne à apresentação dos colaboradores, o que avulta de importância por refletir essa homogeneização em todas as coletâneas, independente do local onde sejam preparadas.

Outro objetivo a destacar na fase da pré-entrevista é alcançado através da remessa pelo entrevistado de outros documentos (livros, artigos, diários, relatórios, cartas etc.), além do seu currículo, o que possibilita ao entrevistador a complementação do questionário, ao qual já nos referimos, facultando a preparação de novas perguntas, específicas para aquele colaborador, sobre episódios por ele vividos dentro do tema em estudo, enriquecendo a entrevista e os conhecimentos dela advindos.

Dos documentos referentes à Revolução de 31 de Março de 1964, que permitem a elaboração de perguntas adicionais em proveito da maior eficácia das entrevistas, citamos os relatórios, boletins internos e históricos da organização militar do colaborador; livros e artigos da lavra do entrevistado ou de integrantes de sua Unidade; jornais e revistas da época da eclosão do Movimento de 1964 e do período dos governos revolucionários.

Ao analisar o questionário, na fase da pré-entrevista, sugerimos ao colaborador informar ao entrevistador se irá responder a todas as perguntas ou que questões deixará de abordar, normalmente por não se referirem a fatos por ele vividos ou de seu conhecimento. Nesta ocasião, entrevistador e entrevistado podem definir o tipo de entrevista a ser adotado, que se resume a dois:

— o entrevistado faz um relato inicial sobre a sua participação no evento definidor do projeto (Revolução de 31 de Março de 1964) e responde, após sua narrativa, a perguntas selecionadas do questionário, complementando, assim, sua exposição.
— o entrevistado responde exclusivamente às indagações do questionário recebido, às quais poderão ser acrescidas outras, formuladas, como vimos, com base na documentação entregue ao entrevistador. Neste caso, antes de passar às perguntas, é de bom alvitre que o entrevistador dê a palavra ao colaborador para sua mensagem inicial, na qual faz, normalmente, breves considerações sobre o projeto e a sua participação no mesmo.

Após a decisão sobre o tipo de entrevista a ser adotado, ficamos habilitados a confeccionar o "Plano de Entrevista", que se inicia, como mostramos, com a apresentação do entrevistado, através de seu currículo resumido.

O esclarecimento sobre o tipo de entrevista segue-se à apresentação do colaborador, vindo, na seqüência, as perguntas, a que já nos referimos. No "Encerramento do Plano", incluímos o agradecimento ao entrevistado pela participação.

A respeito das perguntas relativas à Revolução de 31 de Março de 1964, devemos afirmar que a primeira é a que permite ao entrevistado relatar, livremente e de forma ampla, sua participação pessoal, de seus chefes, pares e subordinados

nos pródromos do Movimento de 1964, no seu surgimento e nas suas conseqüências. As demais questões possibilitam ao entrevistado opinar sobre: antecedentes da Revolução – suas raízes, causas imediatas e preparação; panorama político brasileiro anterior a 31 de março de 1964; o significado das Marchas da Família com Deus pela Liberdade; desencadeamento do Movimento armado e sua evolução; a posição da "mídia" e da Igreja em relação à Revolução (na sua eclosão, durante a fase revolucionária e após 1985); o ciclo de presidentes militares e suas realizações; objetivos da luta armada (urbana e rural), desencadeada por extremistas de esquerda, sua orientação e o apoio externo; a necessidade de criação dos órgãos de informações e de operações; acertos e erros da Revolução; o desengajamento dos governos revolucionários da condução política do País; o processo político remanescente; o "revanchismo"; a imagem do Exército Brasileiro e os seus elevados índices de aceitação junto à sociedade, conforme pesquisas de opinião; mensagem final do entrevistado para o Projeto em tela.

A forma de entrevistar varia de acordo com o objetivo proposto no projeto. Em determinados casos, como na primeira pergunta do Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964, a que já nos referimos, o entrevistado dispõe de integral liberdade para a sua narrativa. Nessa situação, como em outras semelhantes, em que as questões formuladas proporcionam relatos amplos, a organização cronológica fica, via de regra, a cargo do narrador.

No que concerne à seleção dos colaboradores para participar dos projetos, vale registrar alguns termos consagrados em história oral, com seus respectivos conceitos, os quais guardam uma relação direta com o universo a pesquisar:

— Colônia: formada a partir do estabelecimento de um grupo de pessoas ligadas por traços comuns. Comunidades amplas, das quais alguns componentes serão entrevistados. No nosso caso, os critérios para a definição da colônia vinculam-se ao tema e ao objetivo do Projeto em andamento. Em nosso Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964, a colônia é formada por militares e civis que participaram do evento.

— Rede: parcela da Colônia selecionada para ser entrevistada. No nosso caso, tal decisão se baseia em parâmetros estabelecidos pelos Coordenadores Regionais, com base na Ordem de Serviço (OS) nº 015-SG/3, da Secretaria Geral do Exército, de 29 de outubro de 1999, e no Plano Geral de Projetos, do Coordenador Geral, de 3 de janeiro de 2000.

Releva dizer que, escolhidos e contatados os futuros colaboradores, fazemos, também, na fase da pré-entrevista, o preenchimento da "Folha de Endereços

dos Entrevistados" e da "Folha Registro de Entrevistas", esta contendo o número da entrevista e o nome dos entrevistados; a data e o número de ordem da entrevista dentro do projeto, bem como da função do colaborador na época do evento (Revolução de 31 de Março de 1964). Este registro é concluído na pós-entrevista, com a duração e quantidade de fitas de vídeo e de áudio de cada depoimento. Trata-se, por conseguinte, de oferecer uma visão global de todo o trabalho desenvolvido.

A formação da Rede em história oral muito se beneficia das sugestões dos colaboradores. Por isso, a entrevista inicial não deve ocorrer aleatoriamente. Damos preferência a pessoas que possuam conhecimento sobre a história do grupo, abrangido pelo tema, e que reúnam, por conseguinte, condições de prestar assessoria a respeito da indicação de futuros entrevistados.

Vistos os aspectos fundamentais relacionados com a metodologia por nós empregada na pré-entrevista, volvemos nossa atenção para a *entrevista propriamente dita*, que não é mais do que a execução do planejamento elaborado na pré-entrevista.

Entrevista, em história oral, é falar hoje sobre o ontem, permitindo a preservação da experiência histórica de uma organização, instituição ou de um povo.

Cumpre destacar que ela não se restringe à possibilidade de comprovar ou desmentir idéias ou acontecimentos. Compreende, especialmente, o registro de como alguém analisa sua vivência.

Na entrevista, é fundamental a disposição de ouvir, o interesse e o respeito pelos pontos de vista dos que se propõem a divulgar suas experiências.

No dizer de Alessandro Portelli, "deve-se compreender que, na situação de entrevistador, o oralista não se coloca diante de fontes, mas de pessoas. Não estuda o grupo de colaboradores, mas aprende com eles". Assim, o entrevistado é o sujeito-colaborador e não somente o objeto do conhecimento.

O estímulo ao entrevistado deve ser uma preocupação constante do entrevistador, não só nos contatos da pré-entrevista, mas durante toda a realização da entrevista.

Em história oral, há dois tipos de entrevista: entrevista única e entrevista múltipla. O nosso Projeto vem sendo executado por meio de entrevistas únicas, com duração máxima de quatro horas. Os colaboradores têm utilizado, normalmente, cerca de duas horas, havendo, no entanto, entrevistas mais longas, com três horas e umas poucas que se aproximam do limite estabelecido.

No que tange ao aspecto do valor das entrevistas, há duas correntes fundamentais, que adotam posições muito nítidas: a primeira entende que os depoimentos orais preenchem as lacunas deixadas pelas fontes escritas, enquanto outros

acham que os depoimentos orais, por si só, bastam para se conhecer a história. Nessa segunda abordagem, atribui-se um papel central às relações entre a memória, fontes orais e a história.

Quanto à definição de fonte, há também duas posições bem definidas entre os oralistas: os que consideram a fita, com registro de voz ou imagem e voz, o documento básico e original e os que atribuem essa prerrogativa ao trabalho escrito resultante de algum tipo de transcrição da entrevista gravada.

Independente da posição dos estudiosos no que respeita a definição de fonte, é mister realizar a atividade de transcrição, o que nos leva a uma defrontação com o problema permanente, configurado pela passagem do código oral para o escrito, dadas as naturais deformações da linguagem oral, que se acentuam na mudança para o documento escrito.

O primeiro passo realizado nesse sentido é o que se denomina de transcrição absoluta, com a qual chegamos ao primeiro texto escrito, onde se observam as falhas normais da linguagem coloquial e do informalismo natural da entrevista.

Nesta fase inicial da transcrição (etapa da transcrição absoluta), reproduzimos o que foi dito na entrevista integralmente, palavra por palavra, mantendo a gramática e a ordem dos vocábulos, exatamente como na entrevista oral.

Na segunda fase da transcrição, na chamada transcrição editada ou transcrição com edição, o texto da transcrição absoluta é depurado, tornando-o gramaticalmente correto, inclusive com o aperfeiçoamento da redação, eliminando vícios de linguagem, palavras repetidas, reproduzindo, todavia, fielmente a fonte oral.

Incluímos na transcrição absoluta, assim como na transcrição com edição, tudo que está gravado, perguntas e respostas, inclusive as "muletas" usadas pelo narrador, sendo as mais usuais o "você sabe" ou "veja bem". Não transcrevemos, porém, o gaguejar, na procura de uma palavra. Como regra, tudo o mais figura na transcrição, sendo certo que, na transcrição com edição, não devem constar abusos de palavras como as acima mostradas, nem as expressões muito repetidas como "daí em diante" e "depois disso", que só podem ser mantidas em dose suficiente para o leitor sentir o tipo de narrativa.

De importante, cumpre assinalar que a transcrição, absoluta ou editada, nada mais é do que o nome atribuído tanto ao ato de reproduzir a entrevista oral em um texto escrito, quanto ao material resultante dessa prática.

Quando nesta síntese metodológica, bem como em qualquer outro trabalho de nossos projetos, falarmos somente em transcrição, trata-se da transcrição com edição, na qual o texto passou por todas as correções necessárias à busca da melhor redação possível, obedecidas as regras gramaticais e a boa linguagem

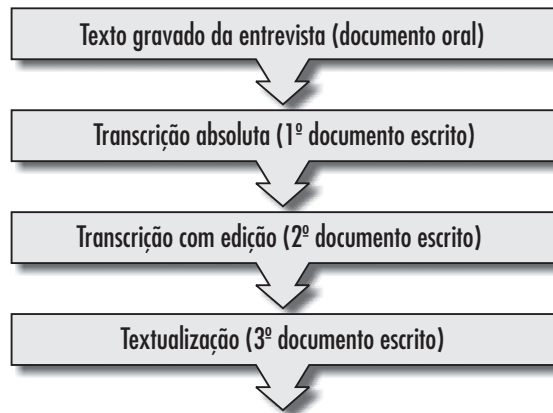
escrita, observando-se, concomitantemente, os ditames estabelecidos pela história oral, já apresentados nos seus aspectos principais.

Cabe asseverar que uma entrevista de uma hora de duração exige, em média, seis horas para a sua transcrição editada, o que demonstra a complexidade desse trabalho.

O outro passo, após se obter a transcrição editada, é o que se chama, em história oral, de textualização.

Textualização é, pois, a transcrição, com edição, sem as perguntas e com a fusão das respostas.

Em outras palavras, diz-se que, quando são suprimidas as perguntas e fundidas as respostas, estamos diante da textualização, etapa onde o texto passa a ser predominantemente do narrador.

Apresentamos a seguir a esquematização da passagem do código oral para o escrito, objetivando firmar os conceitos mencionados.

Vale ressaltar, nesta oportunidade, que a presente Coletânea compila entrevistas transcritas, o que implica a manutenção das perguntas ou sua substituição por subtítulos contendo as idéias-força que as representem, antecedendo as respostas dos depoimentos orais.

A decisão da Coordenadoria Geral pela transcrição levou em conta a necessidade do exato conhecimento pelo leitor daquilo que se perguntou, apesar de que a maioria das indagações, no Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964, tenha sido respondida por quase todos os entrevistados, uma vez que se deseja a opinião do maior número de colaboradores sobre as mesmas

questões, o que possibilita covalidações das respostas e, portanto, do pensamento de uns pelos outros, do que decorrerá uma resultante muito significativa.

Na fase da pós-entrevista, se insere: a assinatura da Carta de Cessão de Direitos, que trata da autorização dada pelo colaborador para o uso da entrevista (documentos orais e escritos) pelo Exército no caso; a conferência, que é a entrega do texto por nós ao entrevistado, para suas observações anteriores à publicação; as atividades complementares, que incluem o recebimento de novos documentos que o colaborador venha a trazer no dia da entrevista ou nos dias imediatos a ela, os quais se diferenciam daqueles que nos são encaminhados na fase da pré-entrevista, porque os remetidos inicialmente influem na entrevista, enquanto que os últimos servirão apenas como subsídio para consultas e trabalhos futuros, a cargo de historiadores, pesquisadores e estudiosos em geral, que também poderão se valer dessas novas fontes, sejam orais ou escritas.

Outra atividade complementar, realizada na pós-entrevista, refere-se à confecção da Ficha Registro de Entrevista (FRE), que reúne todos os dados e informações de determinada entrevista, a saber: o número e data da entrevista; função do entrevistado na época do evento estudado pelo Projeto; número de fitas de vídeo e de áudio utilizadas; informações sobre Carta de Cessão de Direitos; degravação, transcrição e textualização da entrevista; listagem da documentação oral e escrita entregue pelo entrevistado, além do seu currículo. Há, portanto, tantas FRE quantas forem as entrevistas realizadas.

A conclusão do preenchimento da Folha Registro de Entrevista é, também, uma atividade complementar da pós-entrevista, como anteriormente mostramos.

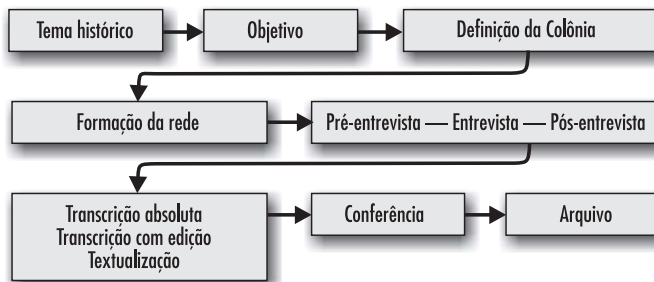
A etapa da Consolidação da Documentação, também chamada Arquivo ou Arquivamento, engloba os procedimentos regulares de guarda e conservação de toda a documentação oral e escrita: Ficha Registro de Entrevista, Cessão de Direitos, Plano de Entrevista, currículos, documentação da entrevista (vídeos, fitas cassetes, CDs, disquetes, fotografias, textos da degravação, transcrição e textualização), além da documentação oral e escrita complementar entregue pelo colaborador antes, durante ou depois do seu depoimento.

Para a consolidação, optou-se por pastas que permitem o arquivamento de toda a documentação citada nas FRE. Em todas as Coordenadorias, para efeito de padronização, as pastas de cada projeto são identificadas por determinado tipo de cor.

É importante enfatizar que as fitas Super VHS ou Betamax – mais nitidez, legibilidade e riqueza de detalhes do que as fitas comuns – são as utilizadas nas gravações (fita matriz ou fita bruta), bem como na edição (fita editada), a qual

servirá para realizar toda e qualquer cópia, inclusive a da fita brinde que o Projeto oferece ao colaborador, como lembrança de sua participação.

Paralelamente, realizamos a gravação da entrevista em fitas cassetes, as quais são utilizadas no processo de degravação, poupando-se, deste modo, a fita de vídeo. Essa forma de gravação representa, portanto, um eficaz dobramento do meio audiovisual.

O fluxograma de progressão do trabalho, a seguir apresentado, resume as diversas atividades que se sucedem no desenvolvimento de um projeto de história oral temático. Impende salientar que não há história oral sem um projeto, determinado previamente, que oriente e organize a pesquisa.

Pelo que vimos, sobretudo pelas considerações teórico-metodológicas apresentadas, avulta de importância a assertiva que bem sintetiza a relevância dos trabalhos de História Oral do Exército, em desenvolvimento nas nossas seis Coordenadorias Regionais:

"A história busca produzir um conhecimento racional, uma análise crítica através de uma exposição lógica dos acontecimentos e vidas do passado. A memória é também uma construção do passado, mas pautada em emoções e vivências; ela é flexível, os eventos são lembrados à luz da experiência subseqüente e das necessidades do presente."

Rio de Janeiro, RJ, 16 de julho de 2002.

General Aricildes de Moraes Motta
Coordenador Geral

General Geraldo Luiz Nery da Silva
Coordenador Regional RJ/MG

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Francisco Roberto de (Secretário-Geral Ex) Metodologia constante da OS nº 015 – SG/3 – Projeto de História Oral, Brasília – DF, 29 de outubro de 1999.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord); ABREU, Alzira Alves de; FARIAS, Ignez Cordeiro de; DIAS, José Luciano de Mattos; D'ARAÚJO, Maria Celina; MOTTA, Marly Silva da; ALBERTI, Verena. Entrevistas: abordagens e usos da história oral. Editora da Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro – RJ, 1994.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da Fala para a Escrita, Atividades de Retextualização*. 1ª Ed., São Paulo, Cortez Editora, 2001.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. 3ª Ed. São Paulo, Edição Loyola, abril de 2000.

MOTTA, Aricildes de Moraes – *Plano Geral de Projetos,* Coordenadoria Geral de História Oral do Exército. Rio de Janeiro – RJ, 3 de janeiro de 2000.

NEVES, Eloiza; BRITO, Fábio Bezerra de; TALARICO, Fernando; LIMA, Luiz Filipe Silvério; MOURA, Ricardo e RIBEIRO, Suzam Lopes Salgado. O NEHO – Núcleo de Estudos em História Oral da Universidade de São Paulo – e a experiência de pesquisa em história oral, 1º de dezembro de 1999.

PORTELLI, Alessandro. *Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral,* abril de 1997.

THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado: história oral,* 2ª Ed., São Paulo, Paz e Terra, 1998.

A Desculpa dos Vencedores

Em 1962, a guerra revolucionária, uma estratégia de expansão violenta do comunismo internacional, erigira regimes comunistas na Europa, na Ásia, na África e em Cuba. No auge da guerra fria grassavam guerrilhas comunistas na América Latina. Brasileiros, ainda nos Governos Jânio e Jango, foram enviados à China para treinamento de guerrilha. Prestes, agradecendo homenagem do Governador Miguel Arraes, no Recife, disse: "Nós, comunistas, estamos no Governo, mas ainda não no Poder." Um recado para o Exército, que não esquecera a Intentona Comunista de 1935 e estudava, como de sua obrigação, os tipos de guerra revolucionária bem-sucedidos.

O que vimos como ameaça concreta, diz-se hoje, era paranóia anticomunista.

Em seguida, ocorreram os motins. Sargentos ocuparam, em ação armada, parte de Brasília, prenderam ministro e foram vencidos à bala. Marinheiros, no Rio, abandonaram navios de guerra, desembarcaram, foram homiziados no sindicato dos metalúrgicos do Rio. Fuzileiros navais, enviados para prendê-los, confraternizaram com eles. No Congresso, veementes discursos ligavam os fatos a um estado real da guerra revolucionária. As mulheres, terços à mão, ombrearam com 1 milhão de paulistas alarmados, na passeata de São Paulo, rezando por Deus e pela liberdade. Epidemia paranóica? Da grande imprensa também, que se permitiu bradar "basta!" ao Presidente Jango. E a paranóia levou o Bispo D. Paulo Evaristo Arns a ir ao encontro das tropas do General Mourão, que desciam de Juiz de Fora, para abençoá-las contra o imaginado perigo comunista, e ajudou a depor um presidente constitucional.

Desse alarme generalizado, censurado hoje como pretexto, nasceu o 31 de Março de 1964.

No Poder, cometemos o erro de reerguer a combalida economia brasileira, início do "milagre brasileiro". Em 1965, comunistas reagruparam-se na nobre missão de derrotar a perversa ditadura militar e erigir a ditadura do proletariado, a do

paraíso soviético. Dividiram-se em muitas facções. Do contrário, teriam assumido o Poder no Brasil os valentes militantes comunistas Carlos Marighella, Carlos Lamarca, Amazonas Pedroso, José Dirceu, Apolônio de Carvalho e outros valiosos quadros. Prestes e Brizola, não.

Aquele, porque contrário à saga da luta armada; este, rejeitado por fracassar a guerrilha de Caparaó, vergonhosamente presa sem dar um tiro, desperdiçando milhões de dólares de Fidel Castro. Bravamente, nossos comunistas seqüestraram diplomatas, a começar pelo embaixador dos Estados Unidos, país de quem, "lacaios, havíamos cumprido a ordem de derrubar Jango". Não só isso, como ainda, em seu lugar, pôr o General Castello Branco, exigência de que teria sido emissário o adido americano, General Vernon Walters, que ficara amigo de Castello Branco na FEB, na Itália.

Centenas do lado da ditadura foram mortos – como deviam ser –, pois eram "antipatriotas e antipovo". Lamarca matou logo dois: um segurança de banco e um tenente da PM paulista, seu refém. Agente da famigerada CIA e financiadores da repressão foram "justiçados". Sentinelas, o corpo destroçado por explosivo acionado por ousados terroristas, foram o preço inevitável da luta popular e patriótica.

Perderam os comunistas intrépidos combatentes na luta armada, mas não morreram em vão. Aos seus descendentes, o governo de esquerda indenizou com R$ 150 mil cada. Ruas têm hoje seus nomes. Monumentos são projetados para perpetuar sua memória. Os sobreviventes, quando não indenizados, foram promovidos ao posto mais alto, receberam os atrasados em ressarcimento de preterição, ampliando a anistiazinha concedida por lei pelos militares. A última extensão, no atual governo, está reparando a violência contra centenas de marinheiros e fuzileiros, legitimando o motim que foi um dos pretextos para o golpe de 1964. O presidente da comissão especial que já indenizou 280 famílias de vítimas do regime militar, com R$ 100 mil ou R$ 150 mil cada, "vê com bons olhos a ampliação" dos trabalhos, para contemplar outras vítimas, enquanto Lula, se for eleito presidente, acaba de prometer publicamente estender as indenizações e reinterpretar a lei de anistia para punir os torturadores, que se beneficiaram da anistia recíproca. Eis a versão dos vencidos.

Diante disso, os vencedores pedem desculpas em nome das centenas dos que morreram certos de lutar pela Pátria e cujas famílias não mereceram receber indenizações. Em nome, igualmente, da memória dos covardemente assassinados; dos que tombaram no atentado terrorista no aeroporto do Recife; do soldado sentinela do II Exército cujo corpo se fragmentou, despedaçado pelo explosivo dos terroristas, que dessa ignomínia se vangloriam em livro premiado em Cuba; do tenente da

PM paulista, refém de Lamarca, o crânio esfacelado a coronhadas; dos seguranças brasileiros de embaixadores estrangeiros; dos vigilantes de banco privado; do major alemão, aluno da Escola de Estado-Maior do Exército, abatido no Rio "por engano". Tomando de Cecília Meireles os versos "são doces mortes livres do peso de prantos", esses que para os assassinos não tinham pai nem mãe, nem geraram filhos, pois eram o lixo da revolução leninista. Pedem desculpas, ainda, os que tiveram a carreira militar interrompida, ou cassados seus títulos acadêmicos, devido à acusação não comprovada de tortura, baseada numa única testemunha facciosa; os que na história reescrita pelos vencidos, amplamente divulgada nas escolas, são meros golpistas usurpadores do Poder movidos pela paranóia anticomunista.

São quase mortos-vivos a sofrer o "revanchismo" dos que, derrotados pelas armas, são vitoriosos pela versão que destrói os fatos, nutrida no governo de esquerda moderada.

Todos pedem desculpas aos comunistas que combateram e venceram, até porque há 300 anos se diz que, na vida, não há como escapar das injúrias do tempo e das injustiças dos homens.

Jarbas Passarinho

General-de-Exército Samuel Augusto Alves Correa

- Principais funções militares: instrutor do Curso de Engenharia da Escola Militar do Realengo; Instrutor-Chefe do Curso de Engenharia do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva do Rio de Janeiro (CPOR/RJ); Comandante do Batalhão Escola de Engenharia, Rio de Janeiro, RJ; Comandante do 2º Batalhão Rodoviário, Lages, SC; Comandante do 1º Grupamento de Engenharia de Construção, em João Pessoa, PB; Subchefe e Representante do Exército junto à Delegação Brasileira na Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos; Comandante da 5ª Região Militar, Curitiba, PR; Comandante do III Exército, atual Comando Militar do Sul; Chefe do Estado-Maior do Exército (EME); Ministro-Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA).
- Exerceu, ainda, outras comissões, entre as quais destacamos a de adido do Exército junto à Embaixada do Brasil nos Estados Unidos da América e Embaixador do Brasil no Iraque, no período de 1980 a 1983.
- Possui todos os cursos regulares do Exército; o de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas (CEMCFA), da Escola Superior de Guerra, em 1962; Advanced Engineer Course, *Fort Belvoir*, *Virginia, EUA,* em 1949; Senior Officer International Defense Management Course, da *Navy Management Systems Center, Monterrey, California, EUA*, em 1971; e Special Senior Executive Orientacion Course, *Department of Defense Computer Institute, em Washington, DC*, em 1973.
- Na eclosão da Revolução de Março de 1964, era Comandante do 2º Batalhão Rodoviário, em Lages, Santa Catarina.

Entrevista concedida em 19 de outubro de 2000.

ANTECEDENTES HISTÓRICOS

Os acontecimentos que marcam a vida dos povos, normalmente, não surgem de repente, mas decorrem de fatos anteriores identificáveis por meio da pesquisa histórica.

A Revolução de 31 de Março de 1964 – de início, foi preferida a denominação de Revolução Democrática Brasileira, em seguida substituída pela de Revolução de 31 de Março de 1964. Há quem prefira Contra-Revolução de 31 de Março de 1964, que também é válida, pois, na verdade, ela veio contrapor-se à Revolução Sindicalista de João Goulart. Não aprecio as qualificações de "governos militares" e de "regime militar", pois a participação de civis nos governos ou no regime da Revolução de 31 de Março de 1964, foi mais numerosa do que a dos militares e, por vezes, mais de linha dura – seguindo a regra esboçada acima, teve seus antecedentes que se podem situar nos idos de 1935, quando a Intentona Comunista de 27 de novembro ensangüentou quartéis e lares brasileiros, de forma traiçoeira covarde, fria e cruel, que marcou indelevelmente os militares brasileiros, posicionando-os em definitivo contra o comunismo; ou, mesmo antes, na década de 1920, caracterizada por inquietações políticas acentuadas.

É do meu feitio não me colocar no centro dos acontecimentos, focalizando a minha atuação pessoal; todavia, tive que me afastar desse modo de ser em várias ocasiões, a fim de ajustar-me ao propósito declarado pelo Projeto de História Oral, de obter relatos das ações pessoais dos colaboradores convidados, de seus respectivos chefes, companheiros e subordinados. Mesmo assim, procurei fazê-los com a discrição devida. Espero ser bem compreendido.

A Rússia, o Movimento Comunista Internacional e a guerra fria

A Rússia valeu-se do Movimento Comunista Internacional (MCI) para infiltrar-se em vários países e expandir seu imperialismo ideológico muito antes da guerra fria que, após a Segunda Guerra Mundial, manteve perigosamente exacerbados os antagonismos existentes entre ela e seu principal oponente, os Estados Unidos da América (EUA). Assim, houve ações no sentido de aliciar e conquistar adeptos, que, a um só tempo, contribuíram para fortalecer seu lado e enfraquecer o do adversário. Desse modo, o ambiente internacional existente durante a guerra fria estimulou o crescimento da esquerda comunista em nosso País, somente não sendo maior devido às políticas em prol do trabalhador, implantadas e estimuladas por Getúlio Vargas.

Assim mesmo, o Brasil continuou a ser alvo da atuação persistente dos comunistas liderados por Luís Carlos Prestes, que chegou a ponto de declarar aberta-

mente: "Já estamos no Governo, apenas ainda não temos o Poder." Arregimentados sob a garantia das leis, os comunistas infiltraram-se nas associações de estudantes e dos trabalhadores e agitaram os camponeses. Greves freqüentes e reuniões estrepitosas inquietavam a Nação, que ansiava por ter solução pacífica e negociada para seus problemas sociais. Os militares, ainda que aglutinados em torno de seus chefes, unidos e coesos pelos valores basilares da hierarquia e da disciplina não poderiam ficar à margem dessa inquietação. Não tardou que passassem a ser, também, alvo da investida que visava enfraquecê-los.

O Governo de Jânio Quadros (janeiro a agosto de 1961)

Eleito por expressiva votação em outubro de 1960, Jânio Quadros assumiu o Governo em janeiro de 1961, tendo como Vice-Presidente João Goulart, sob a esperança de que varresse em definitivo a corrupção e a ineficiência administrativa e iniciasse nova era de progresso e prosperidade para o País.

Sua atuação dinâmica e eficiente, entretanto, teve somente a duração de sete meses, pois cometeu o desatino imperdoável, frustrante e impatriótico de renunciar, de modo inopinado, em agosto de 1961.

Durante muito tempo, a Nação, atônita, se perguntou o porquê da renúncia. Estou entre os que acreditam que foi um artifício bem articulado, mas pessimamente realizado, para abalar a sociedade, os políticos e os militares, que não aceitariam seu gesto, mas que reagiriam para demovê-lo e fazê-lo voltar, mais forte, nos braços do povo.

Os ministros militares, também surpreendidos com a renúncia, julgaram que o Vice-Presidente não tinha condições de assumir o Governo, dado que era fraco, primário, despreparado politicamente e submisso ao cunhado, o Governador do Rio Grande do Sul Leonel Brizola; devido às suas ligações estreitas com os pelegos comunistas; à sua demonstração de muito entusiasmo e admiração pelos regimes da Rússia e da China, durante sua visita a esses países; ao fato de que a sua presença no Governo estimularia movimentos de greve e agitações sociais; e de que as Forças Armadas seriam transformadas em milícias, enfim, o País correria graves riscos com sua posse.

Para agravar a situação, Brizola agiu rapidamente, mobilizando a Brigada Militar e meios de comunicação, sobretudo as estações de rádio reunidas sob o nome de "Cadeia da Legalidade", para garantir o regresso e a assunção de João Goulart. Lembro que, na época, Goulart estava ausente do Brasil, em visita à China Comunista.

Abeirando-se o País da guerra civil, julgaram os líderes políticos que a emenda constitucional do parlamentarismo, reduzindo bastante os poderes do Presidente,

seria a melhor solução capaz de debelar a crise. E, a 3 de setembro, o regime parlamentarista foi aprovado pelo Congresso.

A Emenda Parlamentarista (setembro de 1961 a janeiro de 1963)

Os ministros militares, ainda que relutantemente, aceitaram a emenda parlamentarista, considerando que, desse modo, estariam contrariando os comunistas que "queriam uma solução pelas armas, a qual seria lucrativa, qualquer que fosse o resultado, introduzindo no Brasil uma cunha interna que se eternizaria e que lhes daria novas oportunidades para outras lutas futuras"; não confiavam, todavia, os ministros, na sinceridade de propósitos do Governo parlamentarista empossado, pelo Congresso, a 5 de setembro de 1961.

Como Presidente, João Goulart logo confirmou suas más qualificações para o exercício do Poder e o seu propósito de realizar, o quanto antes, o plebiscito relativo à forma definitiva do regime, visando a recuperar os poderes que, no seu julgamento, lhe tinham sido confiscados. Como conseqüência, seu Governo foi medíocre resultando em trocas freqüentes do Primeiro-Ministro e da mais alta administração do País, o que produziu um efeito de causação circular muito nefasto em todos os setores.

Antecipando o plebiscito para 1963, seguiu-se-lhe a campanha pelo "não ao parlamentarismo", verdadeira cruzada em que se empenharam os recursos financeiros do Governo, mobilizaram-se os líderes políticos e as entidades esquerdistas – UNE, CGT, PUA etc. – além do Sr. Leonel Brizola, como sempre, ambicioso e sem escrúpulos.

A volta do presidencialismo (janeiro de 1963 a março de 1964)

Como era de se esperar, o "não" ganhou e o presidencialismo passou a reger a vida do País, a partir de janeiro de 1963.

Empolgado com os novos poderes que a vitória lhe ensejava, João Goulart sentiu-se à vontade e fortalecido para implantar a República Sindicalista com que sonhava.

Teria, contudo, que remover os dois principais obstáculos que se lhe antepunham: o Congresso e as forças militares, que estavam frustradas com o retorno a uma situação pior do que aquela contra a qual se tinham posicionado em 1961, pois João Goulart e Leonel Brizola valeram-se dos já conhecidos esquemas para subverter a Nação:

• apoio às entidades que aglutinavam trabalhadores urbanos, incitando-os para as greves e contra os patrões;

• mobilização do sindicalismo das entidades portuárias, ferroviárias e outras;

• agressividade no meio rural através das "Ligas Camponesas" de Francisco Julião, no Nordeste, e de Leonel Brizola, no Sul do país, com invasão de propriedades, destruição de culturas e prática de violência;

• incitação das entidades estudantis para as passeatas, greves e agitação urbana;

• conluio declarado com os comunistas, que em todos os setores passaram a atuar com seus métodos tradicionais;

• infiltração nos quartéis por meio de líderes comunistas, como o Almirante Aragão na Marinha, os "generais do povo", no Exército, e outros, na Aeronáutica. Tal fato criou reflexos muito sérios na disciplina e na hierarquia da tropa, como o da Rebelião dos Sargentos que, a 12 de setembro de 1963, aconteceu em Brasília, onde graduados da Marinha, Aeronáutica e Exército, a pretexto da inelegibilidade dos sargentos, mas, na realidade, visando a implantar uma República Popular no Brasil, ocuparam várias organizações e áreas do centro da capital federal.

Com essas ações multiformes e desagregadoras, a situação econômica do País se deteriorou rapidamente, a produção agroindustrial se ressentiu e a inflação atingiu níveis muito altos, o que se traduziu em custo de vida elevado, insegurança e desassossego para a população, que passou a se organizar para a reação, promovendo as Marchas das Famílias com Deus pela Liberdade, passeatas com público numeroso para protestar contra esse estado de coisas anárquico, nas principais capitais do País.

Afinal, dois acontecimentos constituíram a gota-d'água salvadora: o comício da Central do Brasil, de 13 de março de 1964, que reuniu a cúpula do Governo e seus apoiadores, para atacar afrontosamente os militares e preconizar a reforma agrária imediata, "na lei ou na marra" e a reunião do Presidente João Goulart com os sargentos no Automóvel Clube do Brasil em 30 de março de 1964, em que os temas do comício de 13 de março foram repetidos de modo mais explosivo ainda, contra os pilares basilares da hierarquia e da disciplina.

Na noite de 31 de março desse ano, as tropas sediadas em Minas deflagraram o movimento que vinha sendo preparado. A adesão ao Movimento foi generalizada, o que levou João Goulart a fugir para o Rio Grande do Sul, visando a resistir, com o apoio do seu cunhado; mas, cedo, verificou que não teria sucesso. Assim, a 2 de abril se exilou no Uruguai, abandonando o Governo.

DESENCADEAMENTO E ESCALADA

Participação do 2º Batalhão Rodoviário (2º BRv)

Estava servindo no Rio de Janeiro, quando fui convidado para comandar o 2º Batalhão Rodoviário – Batalhão Rondon – sediado em Lages, Santa Catarina, assumindo a honrosa missão em 19 de março de 1964.

Tinha o posto de Coronel e havia absorvido a doutrina da Escola Superior de Guerra (ESG), que girava em torno do binômio fundamental Desenvolvimento e

Segurança; e mais, ficara informado dos fundamentos teóricos e práticos da Guerra Revolucionária, a guerra daqueles dias, adotados pelo MCI.

Assim esclarecido, vivi o ambiente de inquietação e angústia existente na antiga capital federal, nos meses que precederam a Revolução de 31 de Março de 1964, participando e me identificando integralmente com a idéia geral de que algo deveria ser feito para deter os desmandos e a insurreição originados no seio do próprio Governo, como procurei relatar nos "Antecedentes Históricos" expostos preliminarmente.

Pela própria Diretoria de Engenharia, tinha sido alertado de que o Batalhão participara, com entusiasmo, da Campanha da Legalidade de 1961, liderada, com sucesso, por Leonel Brizola, a partir do Rio Grande do Sul; logo, poderia ter dificuldades no comando.

Assumindo o comando, passei a inspecionar as subunidades destacadas nos trabalhos de construção do Tronco Principal Sul (TPS), a visitar as unidades vizinhas do 3º Batalhão Rodoviário de Vacaria e do 1º Batalhão Ferroviário de Bento Gonçalves, indo até Porto Alegre, sede do III Exército (III Ex), onde contatei o seu Chefe de Estado-Maior, General Antonio Jorge Corrêa, com quem troquei impressões sobre o descalabro da conjuntura, ficando tranqüilizado no que se referia à nossa sintonia.

Regressei por Florianópolis, em cujas imediações o nosso Batalhão tinha obras em execução, sendo procurado, na noite de 31 de março, por emissário do Almirante Murilo Vasco, Comandante do Distrito Naval, que me colocou a par dos últimos acontecimentos alarmantes ocorridos no Rio de Janeiro, centrados na reunião do Automóvel Clube do Brasil.

Decidi não prosseguir, como planejara, até Curitiba, onde me apresentaria ao Comando da 5ª Região Militar/Divisão de Infantaria (5ª RM/DI), seguindo diretamente para Lages.

Encontrei a Unidade já de prontidão, ordenada pelo III Ex, tendo complementado as providências tomadas com outras, visando a manter a tropa dentro do quartel e impedir a escuta, pelo rádio, das últimas notícias. E passei a atuar junto aos oficiais e sargentos, centralizando as informações, tendo ciência do desenrolar dos acontecimentos no Rio, São Paulo e Minas Gerais.

No dia 1º de abril, pela manhã, recebi telefonema da parte do Comando da 5ª RM/DI, então exercido interinamente pelo General Dário Coelho, dando-me conhecimento da decisão que tomara de apoiar o Movimento iniciado em Minas e querendo saber qual era a minha posição. Não titubeei em lhe dar o meu apoio imediato, dados os antecedentes citados. As notícias que captara durante a noite, que passara em claro, ouvido colado no rádio, convergiam para a decisão baseada em minha convicção.

E assim, nosso Batalhão passou a cumprir todas as ordens emanadas da Revolução. Cabe registrar a atuação exemplar dos seus oficiais e sargentos que se mantiveram unidos e coesos, obedientes à disciplina e à hierarquia.

A 5ª RM/DI organizou um Destacamento, sob o comando do nosso Batalhão, constituído por frações de tropas de várias unidades – 2º BRv, 5º Esqd C Mec, 1ª/13º RI, 1ª/5º RO –, o qual se deslocou para Lages, a fim de barrar, na rodovia BR-2, qualquer tentativa de deslocamento que fosse feita partindo do território gaúcho. Assim foi que ocupamos posições a cavaleiro da citada rodovia e preparamos destruições que, ao longo dela, retardariam ou impediriam o deslocamento vindo do Sul.

Ainda em sintonia com a 5ª RM/DI, atuamos, a partir de 8 de abril, para prender pessoas vinculadas aos "grupos dos onze", que tinham sido organizados em nossa área, para dar curso à subversão comandada por Brizola. Essas pessoas foram alojadas em nosso Batalhão, fichadas, interrogadas e, afinal, soltas, respeitando-se-lhes, em toda a linha, a dignidade inerente à pessoa humana.

As duas ações anteriormente citadas foram de curta duração, já que, vitoriosa a Revolução, a 2 de abril, com a fuga do ex-Presidente João Goulart para o Uruguai, retornou o nosso Batalhão às suas atividades normais de construção rodoferroviária, ainda que atento às ações subversivas latentes.

Mesmo que modesta, a participação do 2º BRv, no quadro geral da Revolução, foi efetiva e convincente, sintonizada com os anseios e aspirações do povo brasileiro, sintetizados no ideário da Revolução Democrática Brasileira.

Até 20 de janeiro de 1967, esforcei-me por cumprir a missão de comandar o 2º BRv, unidade de elite da nossa Engenharia de Construção, o que me consumiu toda a dedicação e todo o fervor. De longe, embora, acompanhei a escalada da Revolução, percebendo as dificuldades de se combater a subversão e a corrupção e de se implantar um governo correto, honesto, patriota e eficiente.

No meu julgamento, a Revolução de 31 de Março de 1964 se impôs para livrar o Brasil da implantação, pela dupla Goulart e Brizola, da República Sindicalista, os quais contavam com o apoio dos comunistas, pelegos, sindicalistas, trabalhadores e estudantes. Foi a única solução para o grave problema criado pelo próprio Presidente, que se colocou à testa da subversão.

A Escalada de 1964 a 1974

Tendo João Goulart abandonado o Governo e fugido para o Uruguai, seu cargo foi considerado vago, a partir de 2 de abril de 1964, assumindo-o, naturalmente, o Presidente da Câmara, Dr. Ranieri Mazzili.

Em termos de Revolução, todavia, impunha-se decidir quanto ao seu futuro imediato: restituir o Poder aos políticos, como acontecera, via de regra, no passado, ou valer-se da oportunidade para reformar o País, introduzindo, patrioticamente, as reformas de base de que tanto necessitava.

O Comando Supremo da Revolução

A opção adotada, considerada impositiva pelas circunstâncias, foi de aprofundar o Movimento por meio da criação do Comando Supremo da Revolução (CSR) e da conseqüente institucionalização indispensável para a implantação, de fato e em definitivo, da Revolução.

Assim, o CSR foi organizado de modo espontâneo e imediato, com os ministros militares, sob a chefia do General Arthur da Costa e Silva, oficial mais antigo em função na Guarnição do Rio de Janeiro. O Ato Institucional nº 1 (AI-1) foi editado, possibilitando a atuação legal do novo órgão, que agiu no sentido de:

• manter a união das Forças Armadas, evitando a luta pelo poder de políticos e militares;

• assegurar o exercício do Poder e o funcionamento do Governo até a posse do novo Presidente;

• presidir a aplicação das punições estabelecidas pelo AI-1; e

• coordenar a escolha do novo Presidente pelas forças em disputa, o que resultou na escolha do General-de-Exército Humberto de Alencar Castello Branco, com aprovação geral, considerando-se que não havia um líder civil com credenciais melhores para se manter no Poder, com o respeito e a confiança indispensáveis da parte de todos.

O Governo Castello Branco

O esforço de Castello Branco, que, de imediato, confirmou as suas qualidades notáveis de líder, administrador e estadista, foi extraordinário, no sentido de colocar a casa em ordem, mas o tempo de que dispôs foi extremamente curto para a obra de recuperação nacional de que o País tanto necessitava para sair do caos político, econômico e social em que estava mergulhado.

Imperceptivelmente, desde os primórdios da Revolução, sem que seus líderes mais expressivos estimulassem, foram-se formando duas correntes de opinião e de ação, acordes com a cultura, o temperamento e o modo de ser de cada um: a linha moderada e a dura, que passaram a caracterizar a conduta dos militares em geral. Os componentes de cada linha não constituíam, obrigatoriamente, compartimentos estanques e hostis, mas admitiam interpenetrações capazes de evitar radicalismos inconvenientes. Havia, assim, nuances de um lado e de outro.

Admite-se que, apesar do propósito deliberado de não haver proselitismo, a linha moderada girava em torno do Presidente Castello Branco, e a linha dura, em torno do Presidente Costa e Silva; com o tempo, surgiram sucessores de menor expressão, que acabaram por não ter mais influência.

Pessoalmente, não apreciava o radicalismo da linha dura, inclinando-me para a moderada, o que não me impediu de, como Comandante da 5ª RM/DE, desencadear duas operações contra a subversão, nos estados do Paraná e de Santa Catarina, as quais efetuaram prisões e desmantelaram os aparelhos existentes. A moderação também não me dificultou, em outras oportunidades, estar sintonizado com as escaladas da Revolução que julgava fossem de interesse para o Brasil.

O Presidente Castello Branco, numa demonstração de desapego ao cargo, procurou limitar a duração do seu Governo para o fim do período previsto para João Goulart (1965), concordando, afinal, ante as pressões recebidas, com a prorrogação até 1967.

Implantado o novo regime político, com firmeza e serenidade, o Presidente Castello Branco expurgou dos quadros político e administrativo, civis e militares, afastando os subversivos e os corruptos; acelerou o ritmo do desenvolvimento econômico; reduziu a inflação; melhorou as condições de vida; reduziu os desequilíbrios sociais; corrigiu a balança de pagamentos; incentivou as exportações; enfim, numa atuação multiforme, realizou amplas reformas no País.

Convencido de que o AI-1, por si só, não lhe concedia os poderes de que estava necessitando para ampliar e aprofundar as reformas, com mais tranqüilidade do que a que os agitadores de todos os matizes estavam permitindo, o Presidente decidiu, em 27 de outubro de 1965, editar o Ato Institucional nº 2 (AI-2). "A Revolução está viva e não retrocede"; "Democracia supõe liberdade, mas não importa em licença para contrariar a própria vocação política da Nação."; "Não pode haver paz sem autoridade, que é também condição essencial da ordem"; "Considerando que o Poder Constituinte da Revolução lhe é intrínseco"; e "Não se disse que a Revolução foi, mas que é e continuará", foram afirmações basilares do AI-2.

O Ato Institucional nº 3 (AI-3), de 5 de fevereiro de 1966, estendeu a eleição indireta do presidente e vice-presidente para os governadores e vice-governadores dos estados e regulou as eleições em geral.

O Ato Institucional nº 4 (AI-4), de 7 de dezembro de 1966, convocou o Congresso para, de 12 de dezembro de 1966 a 24 de janeiro de 1967, discutir, votar e promulgar o projeto de Constituição elaborado pelo Presidente da República. E assim foi feito.

Em síntese, o Presidente Castello Branco restaurou a ordem, promoveu a retomada do desenvolvimento, servindo ao Brasil com coragem, firmeza, serenidade e inteligência.

Durante o Governo Castello Branco (14 de abril de 1964 a 15 de março de 1967), continuei no Comando do 2º BRv, como já mencionei, tendo recebido, a Unidade, a honrosa visita do Presidente, por ocasião da inauguração da ponte rodoviária sobre o Rio Pelotas, na BR-2, fronteira de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

O Presidente Castello Branco queria que o seu sucessor fosse um civil para que o País tivesse a normalidade democrática; por isso, procurou, com afinco, entre os líderes civis, um que o substituísse. Como não o conseguisse, aceitou, então, a candidatura do seu Ministro da Guerra, General-de-Exército Costa e Silva.

O Governo Costa e Silva

O Governo Costa e Silva, iniciado em 15 de março de 1967, sob os auspícios da Constituição de 1967, foi dinâmico e empreendedor, empenhando-se em combater a inflação; lançou o Mobral, movimento de alfabetização em massa dos adultos; desenvolveu a frota mercante; reaparelhou vários portos; transformou as comunicações; criou a Embraer; estendeu ao trabalhador rural os mesmos direitos dos urbanos e impulsionou a construção de casas populares.

A oposição, todavia, se concentrou na área estudantil, sob a forma de protestos, passeatas e agitação nas ruas, com o apoio de políticos da Câmara de Deputados. Pronunciamentos de suma gravidade, insultuosos e ofensivos às Forças Armadas foram feitos pelo Deputado Márcio Moreira Alves, o que fez com que o Presidente Costa e Silva solicitasse à Câmara licença para processá-lo, o que foi negado. A resposta, ainda que dada a contragosto pelo Presidente Costa e Silva, mas consentânea com as circunstâncias, veio por meio da edição do Ato Institucional nº 5 (AI-5), no dia 13 de dezembro de 1968. Esse Ato se constituiu em nova escalada, pois possibilitou, entre outras providências, que se colocasse o Congresso em recesso.

O Ato Institucional nº 6 (AI-6) reduziu o número de Ministros do Superior Tribunal Federal (STF).

O Ato Institucional nº 7 (AI-7), de 26 de fevereiro de 1969, suspendeu as eleições parciais.

O Ato Institucional nº 11 (AI-11), de 14 de agosto de 1969, voltou a determinar as eleições em 750 municípios.

As tensões acumuladas durante o seu Governo foram de tal ordem que, mais ou menos na metade do seu mandato, a 26 de agosto de 1969, o Presidente

teve uma trombose cerebral irreversível, que o impediu de revogar, como pretendido, o AI-5 e de convocar o Congresso, restabelecendo a democracia.

Impossibilitado de continuar no exercício do cargo, ainda que não formalmente vago, o Presidente Costa e Silva foi substituído por uma Junta Militar, constituída pelos ministros militares. Estes julgaram que a situação do País era de suma gravidade – com a escalada da subversão e dos assaltos a bancos para financiá-la – o que impedia que a Presidência fosse entregue ao Vice-Presidente, Pedro Aleixo que, ademais, fora o único integrante do Governo que não concordara com o AI-5, um Ato nitidamente revolucionário. Para agravar ainda mais a situação, ocorreu o seqüestro do Embaixador dos EUA no Brasil.

A Junta Militar editou o Ato Institucional nº 12 (AI-12), em 31 de agosto de 1969, que definiu as suas responsabilidades na condução do novo Governo, exercido até 31 de outubro de 1969, não sem antes suspender o recesso do Congresso, promulgar uma nova Constituição e participar da escolha do sucessor do Presidente Costa e Silva.

Fixados os critérios para o substituto, coube ao Alto Comando do Exército indicá-lo, recaindo a escolha no General-de-Exército Emílio Garrastazu Médici. Seu nome, submetido ao Congresso, foi aprovado por ampla margem de votos em 30 de outubro de 1969.

Durante o Governo Costa e Silva (15 de março de 1967 a 31 de agosto de 1969) e da Junta Militar (31 de agosto de 1969 a 31 de outubro de 1969), exerci as seguintes funções, como Coronel: Adjunto da 4ª Seção do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), vindo do Comando do 2º BRv e Chefe de Gabinete do Departamento Geral de Engenharia e Comunicações.

Promovido a General-de-Brigada em 25 de julho de 1968, fui designado para a chefia do Estado-Maior do IV Exército, com sede no Recife, Pernambuco, até 16 de maio de 1969 e Comandante do 1º Grupamento de Engenharia de Construção (1º GptECnst), com sede em João Pessoa, Paraíba, até 27 de fevereiro de 1970.

Foram funções, em que, em termos de Revolução, assim atuei:

• Como ChEM do IV Ex, engajei-me profundamente no planejamento das ações psicológicas na área, para o que nos ligamos aos estudantes, levando-os a cooperar com a Revolução e a impedir que agissem de modo inadequado e radical, como nos CCC (Comandos de Caça aos Comunistas – jovens empolgados no combate ao comunismo);

• Cooperei com o Comandante do IV Ex em sua ação pessoal junto a Dom Helder Câmara, no sentido de atenuar ou anular a sua ação contra a Revolução;

• Participei de um programa de televisão de esclarecimentos em relação à Revolução de 1964;

• Como Comandante do 1º GptECnst, dediquei-me aos trabalhos de construção que me absorveram toda a atenção. Todavia, tive que atuar junto ao Bispo Dom "Pelé" a fim de neutralizar a sua ação nefasta junto aos colégios, por ocasião das grandes datas nacionais.

O Governo Médici

Durante o Governo Médici (31 de outubro de 1969 a 15 de março de 1974), empenho foi feito no sentido de instaurar a democracia plena e realizar o desenvolvimento econômico e social.

Todavia, a subversão e a luta armada ainda existentes prejudicaram grandemente a consecução desses objetivos.

O Presidente Médici colocou em primeiro plano a Política de Integração Nacional, priorizando a Amazônia, através da construção do eixo longitudinal de penetração Cuiabá–Santarém e da estrada pioneira ligando o Nordeste à Amazônia (Rodovia Transamazônica); e determinou a implantação da Perimetral Norte.

Criou, ainda, os Programas de Assistência ao Trabalhador Rural, de Distribuição de Terras, de Estímulo à Agroindústria, de Desenvolvimento do Centro-Oeste, de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, o PIS (de Integração Social), o PASEP (de Formação do Patrimônio do Servidor Público) e o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL). Sua atuação multiforme e variada abrangeu os corredores de exportação, a construção da ponte Rio–Niterói, o início da construção da usina nuclear de Angra dos Reis, a remodelação do sistema ferroviário, o aumento das rodovias pavimentadas e outros marcos duradouros de realizações que transformaram a fisionomia do País.

Estava eu, ainda, em missão nos EUA, quando houve a sucessão do Presidente Médici. Considerando que a Revolução ainda não terminara, que havia focos de subversão e de luta armada a combater, e que o então Presidente da Petrobras, General-de-Exército Ernesto Geisel, possuía as credenciais adequadas e melhores do que qualquer outro candidato para o exercício do elevado cargo, o General Médici decidiu apresentá-lo à homologação da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e do Congresso (400 votos contra 76).

No Governo Médici, exerci os seguintes cargos: Comandante do 1º GptECnst, até 27 de fevereiro de 1970; Diretor de Vias de Transporte, de 6 de maio de 1970 a 21 de janeiro de 1971; Subchefe do EME, de 21 de janeiro de 1971 a 21 de janeiro de 1972; e Adido Militar em Washington – EUA, até 15 de maio de 1974 e Delegado na Junta Interamericana de Defesa (JID).

Em 31 de março de 1974, fui promovido a General-de-Divisão.

DESENGAJAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS (DE 1974 A 1984)

O Governo Geisel

No Governo Geisel (15 de março de 1974 a 15 de março de 1979), houve a abertura ou distensão lenta, gradual e segura, visando à completa normalização democrática no governo seguinte.

Houve nova escalada, porém, com o recesso do Congresso durante 14 dias, em decorrência do Ato Complementar nº 102, de abril de 1977, editado para possibilitar, principalmente, a reforma do Poder Judiciário; em termos de abertura, o Presidente Geisel promoveu a revogação do AI-5 e do Decreto nº 477, ligado à área estudantil, bem como outras medidas de distensão.

O Presidente Geisel deu prioridade ao desenvolvimento, especialmente no que se refere à energia – usinas de Itaipu e Tucuruí –, transportes, produção de aço e do petróleo – contratos de risco –, a agricultura, habitação, saneamento, abastecimento de água, mineração, energia nuclear para fins pacíficos, aproveitamento do álcool como combustível para os automóveis e muitos outros empreendimentos previstos nos planos de desenvolvimento. Na política externa, adotou o pragmatismo responsável.

Durante o Governo Geisel, exerci os seguintes cargos: Adido Militar em Washington – EUA, até 15 de maio de 1974; Comandante da 5ª RM/DE, de 28 de junho de 1974 até 20 de janeiro de 1977; Vice-Chefe do Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP), de 31 de janeiro de 1977 a 9 de dezembro de 1977.

Promovido a General-de-Exército, em 25 de novembro de 1977, assumi o cargo de Comandante do III Exército, de 12 de janeiro de 1978 a 16 de janeiro de 1979 e de Chefe do EME, de 19 de janeiro a 15 de março de 1979.

Em termos de Revolução, a minha atuação foi a seguinte:

• No Comando da 5ª RM/DE, desencadeei duas operações contra a subversão, desmantelando os esquemas existentes nos estados do Paraná e Santa Catarina. Foram efetuadas as prisões necessárias e abertos os inquéritos correspondentes. Cuidados especiais foram tomados para que fosse preservada a dignidade da pessoa durante o aprisionamento dos subversivos. E outras ações contra a corrupção foram, também, promovidas, além de ações psicológicas junto ao meio estudantil universitário – por oportuno, cabe pequena digressão sobre o problema da tortura. Afirmo que esse método nunca foi institucionalizado ou adotado pelos chefes militares. Reconheço que existiu, esporadicamente, aqui, ali ou acolá, mas jamais com o assentimento da grande maioria dos militares, que não adotou tal método no tratamento dos subversivos.

• No Comando III Ex, mantive contato permanente com os Comandantes de Organizações Militares (OM), no sentido de que minhas diretrizes quanto aos presos fossem obedecidas, na luta contra a subversão.

• Como Comandante da 5ª RM/DE e do III Ex, tive, em várias ocasiões, oportunidade de me encontrar com o Presidente Geisel e conversar a respeito da conjuntura brasileira. Assim é que, quando ele passou por Curitiba, se não me engano no segundo semestre de 1974, reuniu, em recinto fechado, os três militares de mais alta hierarquia do Exército, Marinha e Aeronáutica e lhes disse que, em seu Governo, estava promovendo a abertura, pois já tínhamos dez anos de Revolução, o Poder prolongado não era bom e podia viciar e corromper, tornando cada vez mais difícil o retorno à democracia etc.

• Em outra ocasião, em 1979, em uma de suas passagens por Porto Alegre, onde então residia, o Presidente Geisel, após um dia de trabalho afanoso, foi homenageado com um jantar, no palácio, pelo Governador do Estado; após o churrasco, dirigimo-nos, os participantes de maior graduação, para uma sala mais reservada, onde o Governador informalmente apresentou as suas necessidades no campo educacional. Demonstrando muito conhecimento em relação ao Estado gaúcho, o Presidente Geisel, com autoridade, respondeu ao Governador que ele não precisaria daquelas verbas, já que estava investindo recursos estaduais muito maiores para fazer obras que não lhe competiam, já que elas eram de âmbito federal. Impressionou-me a segurança de seus argumentos, sua autoridade em relação ao Governador e a clarividência de suas observações.

• No episódio da promoção do General-de-Divisão Figueiredo a General-de-Exército, a fim de remover preventivamente, dificuldades futuras para sua indicação à presidência, defini-me com clareza e firmeza a respeito, apoiando essa medida que, vitoriosa, resultou na preterição do General-de-Divisão Hugo Abreu, este demissionário da Chefia do Gabinete Militar, por discordar do Presidente Geisel no que concernia à sucessão.

• Posicionei-me contra a candidatura do General-de-Exército Euler Bentes Monteiro, que se colocara em nítida oposição à Revolução, ao aceitar disputar a Presidência. Minha opção foi, também, clara e firme a favor do candidato da Revolução.

O Presidente Geisel, no afã de dar continuidade ao processo de abertura, procurou um candidato civil que fosse capaz de levá-lo a bom termo, mas não conseguiu; voltou-se, então, para a área militar, detendo-se no nome do General João Baptista Oliveira Figueiredo. Submetida a sua indicação à ARENA e ao Congresso, foi ele eleito, por este, por 355 votos contra 226.

Quando seu nome foi homologado pela ARENA, o General Figueiredo me sensibilizou com um telefonema, colocando-me a par da homologação e ressaltando a importância desse fato e as grandes dificuldades que ele teria de enfrentar. Em um gesto de grandeza, enfatizou o apoio que precisaria ter por parte dos seus amigos e companheiros da alta hierarquia militar. Prometi-lhe, com sincero entusiasmo, o meu apoio.

O Governo Figueiredo

O Governo Figueiredo (15 de março de 1979 a 15 de março de 1985) renovou o seu compromisso de fazer do País uma democracia. Para isso, promoveu a anistia, a reformulação partidária e outras medidas. As tensões, de toda espécie, existentes em seu Governo causaram-lhe um enfarte das coronárias, sendo submetido a uma cirurgia.

Posicionou-se contra as eleições diretas para a escolha do Presidente, mas, mesmo assim, não impediu que seu opositor fosse eleito por voto indireto.

Durante o Governo Figueiredo exerci os seguintes cargos: Chefe do EME – já o era desde 19 de janeiro de 1979, até 6 de junho de 1979; Ministro-Chefe do EMFA, de 18 de junho de 1979 a 18 de janeiro de 1980; e Embaixador do Brasil no Iraque, de 30 de janeiro de 1980 a 31 de maio de 1983.

Nessas funções, procurei contribuir, no que fosse possível, em benefício da Revolução de 31 de Março de 1964, atuando mais no campo das ações psicológicas e de orientar e esclarecer os militares e, também, a opinião pública, no que se referia à conjuntura nacional.

Assim foi que, de modo mais significativo:

• Proferi, como Chefe do EME, uma palestra para os oficiais e sargentos, no auditório do Quartel-General (QG) do Exército, situado no Setor Militar Urbano de Brasília, por ocasião do 15º aniversário da Revolução de 31 de Março de 1964, recordando seus antecedentes, as suas realizações e exortando todos, civis e militares, a cooperar para o engrandecimento do Brasil.

• Expedi duas Ordens do Dia, quando assumi e passei as funções de Ministro Chefe do EMFA.

Penso que cabe registrar a minha ida para o Iraque em decorrência de nomeação feita pelo Presidente Figueiredo: o Presidente Saddam Hussein, do Iraque, que na época estava muito interessado no Brasil, inclusive por nossa atuação no campo da energia nuclear, encareceu ao nosso Governo que o próximo embaixador fosse um oficial da mais elevada hierarquia militar, que gozasse de toda a confiança por parte do nosso Presidente e fosse devidamente credenciado para

estabelecer ligações diretas, fáceis e confiáveis entre os dois governos. Muito desvanecido e honrado fiquei com a preferência do meu nome, empenhando-me em prestar os melhores serviços ao meu País e a seu governo.

Quando voltei ao Brasil, em junho de 1983, a campanha das eleições diretas já estava nas ruas empolgando o povo.

CONCLUSÃO

Na verdade, a Revolução de 31 de Março de 1964 foi uma contra-revolução, pois impediu que uma outra revolução, em pleno andamento, atingisse os seus objetivos finais. De fato, a situação no Brasil, nos primeiros anos da década de 1960, se abeirava do caos político, econômico e social, com a comunização acelerada dos sindicatos de trabalhadores urbanos e rurais, de professores e estudantes e de líderes políticos mobilizados por João Goulart e Leonel Brizola que pretendiam implantar no País regime de ideologia materialista e exótica – A URSS constituía-se em fascínio para muitos, empolgados com a grande mistificação, que foi, afinal, após 80 anos de ditadura, engano, despotismo e perfídias, desmascarada, resultando no esfacelamento desastroso da mãe-pátria do comunismo – incompatível com as aspirações, tradições e sentimentos do nosso povo. Sob o olhar complacente e cúmplice das autoridades governamentais do mais alto escalão, quando não por elas mesmas inspiradas e conduzidas, amiudaram-se as greves, a agitação e a violência, criando um ambiente de insegurança e inquietação; a deterioração dos bens de produção se acentuou, elevando a inflação a níveis insuportáveis; por fim investiram contra os pilares de sustentação das forças militares, a hierarquia e a disciplina.

O povo saiu para as ruas e praças para protestar e reagir nas Marchas da Família com Deus pela Liberdade, indicando o caminho a seguir. E teve, sem tardança, o apoio dos paladinos e defensores da Lei e da Ordem, os seus soldados de terra, mar e ar.

Assim foi deflagrada a Revolução de 31 de Março de 1964 que trouxe, no seu bojo, um ideário, uma verdadeira síntese, que bem traduzia os mais legítimos anseios e aspirações do nosso povo, como, entre outros, "a ordem democrática baseada na liberdade, no respeito à dignidade da pessoa humana, no combate à subversão e às ideologias contrárias às tradições do nosso povo, na luta contra a corrupção".

Vitoriosa a Revolução e decidida a sua continuidade, impôs-se a sua institucionalização, isto é, a sua legitimação jurídica, o que foi feito por meio

dos Atos – Institucionais e Complementares –, que lhe permitissem dar continuidade à recuperação econômica, financeira, política e moral do Brasil.

Os agentes da Revolução, embora imbuídos do espírito e fervor revolucionários, não eram deuses, mas homens e, por isso, acertaram e erraram, foram afirmativos ou omissos, mas muito fizeram pelo engrandecimento do País; os seus opositores, recuperando-se da derrota, valeram-se de todos os meios disponíveis, inclusive da luta armada, para lhes dificultar ou mesmo impedir o êxito.

Avalistas da Revolução, acreditando nela e julgando-se responsáveis para que não se frustrassem seus ideais superiores, os governos da Revolução, compostos de civis e militares, aqueles mais numerosos do que estes, criaram novos instrumentos que lhes fortalecessem a ação. E, assim, a Revolução teve uma duração maior do que almejado de início. Essencialmente democrática, foi obrigada pela atuação radical e intransigente dos seus opositores mais fanáticos, a agir com mais autoridade.

Assim mesmo, a partir de 1974, foi iniciado o processo de abertura, que, conduzido de modo lento, gradual e seguro, durou um decênio.

Valeu o esforço despendido durante a Revolução, com patriotismo, honestidade, no interesse do povo e do País; atingiram-se metas ambiciosas no que se refere ao desenvolvimento; venceu-se, em toda a linha, a subversão; não se obteve, todavia, no que se refere à corrupção, o êxito desejado.

Os dois últimos governos da Revolução procuraram implantar, em toda a extensão, a democracia, promovendo a anulação dos Atos Institucionais, a anistia aos que se posicionaram contra a Revolução etc.

Estamos, desde então, vivendo em regime democrático, mas ainda muito vulnerável, que carece de substancial aperfeiçoamento para reduzir a corrupção administrativa e a permissividade dos costumes. O estado de Direito, que caracteriza a democracia, exige o respeito às leis que consubstanciam os direitos e os deveres de todos nós; por isso, me preocupo, civicamente, quando vejo, em escala crescente, as invasões de terras particulares e de prédios públicos, violentas ou não, feitas pelos integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST), a pretexto de forçarem o Governo a acelerar a desejada e indispensável Reforma Agrária.

Ressentimo-nos, os que participaram da Revolução, com idealismo e elevados propósitos, com o "revanchismo" que aflora com freqüência nas apreciações da mídia ou em pronunciamentos de ex-agentes da subversão que, agora em posições de mando, denigrem e falseiam a verdade histórica, em relação à Revolução de 31 de Março de 1964. Por isso, é sobremodo louvável e importante a presente inicia-

tiva de nossa Instituição – o Exército Brasileiro – em colher os depoimentos capazes de corrigir graves deformações que têm ocorrido junto à opinião pública. Tenho dito.

General Samuel, tem sido divulgada insistentemente a idéia de que a Revolução de 31 de Março de 1964 veio interromper um clima de liberdade existente no País, ou o "dinamismo da própria sociedade em que os trabalhadores, empresários reivindicavam às claras, e o conflito era transparente" no narrar do jornalista Flávio Tavares, em seu livro "Memórias do Esquecimento". O senhor poderia precisar quais foram as razões que levaram ao desencadeamento do Movimento Revolucionário de 31 de Março de 1964?

Sim, considero que houve várias razões, cabendo ressaltar as seguintes: a fraqueza, o despreparo e o primarismo de Goulart e a ambição e falta de escrúpulos de Brizola; a irresponsabilidade do próprio Governo em mobilizar e manipular as massas trabalhadoras urbanas e rurais através das greves, invasões e agitações, visando à implantação de uma república sindicalista de cunho comunista contrária às aspirações tradicionais do povo brasileiro; investida contra os fundamentos basilares das Forças Armadas, a hierarquia e a disciplina envolvendo-as em suas maquinações políticas e lhes estimulando reivindicações incompatíveis com o dever militar; a desorganização da economia do País decorrente das greves freqüentes nas cidades e no campo, acarretando o custo de vida crescente, inflação galopante etc.; e a insatisfação e os protestos da população angustiada, inquieta e assustada com tal estado de coisas, que se traduziam nas Marchas da Família com Deus pela Liberdade, como já foi focalizado.

Todavia, tenho a convicção de que se a dupla Goulart-Brizola não tivesse tido o açodamento e a imprudência de investir contra os fundamentos basilares da disciplina e da hierarquia, afrontando as Forças Armadas, guardiãs da Nação, poderia não ter havido o desencadeamento da Revolução.

O senhor acha que as Forças Armadas, particularmente o Exército, foram intérpretes da vontade nacional quando foi deflagrada a Revolução de 31 de Março de 1964?

Não tenha dúvidas a esse respeito, pois o povo passou a viver sobressaltado, inquieto, inseguro e angustiado com as greves freqüentes. O desrespeito à propriedade, a agitação e a violência geradas nas cidades e no campo, atribuindo esse descalabro ao próprio Governo, que, ao invés de coibir a ação deletéria dos seus agentes, insuflava-os num crescendo, adotando métodos em tudo semelhante ao dos comunistas de triste memória. Como conseqüência, surgiu no seio do próprio povo o movimento de reação que se traduziu nas principais cidades do País

em Marchas com Deus pela Liberdade e passaram a protestar com veemência, pacificamente, de modo organizado contra tal estado de coisa. E era comum serem os militares argüidos em plena via pública. Até quando tolerariam tal situação? Quando colocariam um ponto final? Vitoriosa a Revolução, ao desafogo seguiram-se os aplausos e o apoio generalizado.

Em seu entender está correto o termo "Revolução"? Como o senhor denominaria o Movimento de 31 de Março de 1964?

Em suas origens que remontam o Ato Institucional nº 1, o Movimento de 31 de Março de 1964 recebeu o nome de "Revolução". Acréscimos houve, posteriormente, como "Brasileira", "31 de Março de 1964" e "Democrática". Prefiro a denominação pela qual é mais conhecida de "Revolução de 31 de Março de 1964", que obedece à tradição histórica, é simples, e a caracteriza cronologicamente. A denominação "Contra-Revolução", ainda que válida, é mais recente e não tem o mesmo sabor histórico.

Em sua experiência pessoal, qual a avaliação que o senhor faz dos vinte anos de Governo da Revolução?

Vitoriosa a Revolução impunha-se decidir quanto ao seu futuro de imediato. Restituir o Poder aos políticos, como aconteceu via-de-regra no passado, ou valer-se da oportunidade para reformar o País e introduzindo, patrioticamente, as reformas de base de que tanto necessitava. A opção adotada, considerada impositiva pelas circunstâncias, foi aprofundar o movimento por meio da criação do comando supremo da Revolução e da conseqüente institucionalização, indispensável para a implantação, de fato e em definitivo, da Revolução, possibilitando sua continuidade na recuperação financeira, econômica, política e moral do País. Passos gigantescos foram dados no que se refere ao desenvolvimento do País. Muito gostaria de apresentar dados precisos sobre as realizações mais expressivas durante os dois decênios da Revolução, no campo das ferrovias, rodovias, portos, aeroportos, navegação, comunicações, produção econômica etc. Mas, infelizmente não disponho deles e não tive como obtê-los em curto prazo.

Finalmente, General, para encerrar a nossa entrevista, que mensagem final o senhor deixaria conosco para o Projeto de História Oral do Exército na Revolução de Março de 1964?

É sobremodo louvável e importante a presente iniciativa da nossa Instituição – o Exército Brasileiro – em colher os depoimentos capazes de corrigir graves

deformações da verdade histórica que tem ocorrido junto à opinião pública. Urge que tais deformações não criem raízes mais profundas, mas sejam corrigidas de modo inteligente, contrapondo-se à mentira e à mistificação, e que a verdade verdadeira e os fatos prevaleçam sobre as versões. Estou convencido de que, de acordo com a história, a tradição e o sentimento do nosso povo e a cultura política predominante atualmente na comunidade das nações, o melhor regime de governo é aquele em que impera a democracia, apesar de seus graves defeitos. Em 1964 forçaram-se as nossas Forças Armadas em corrigir democraticamente os rumos perigosos que estavam sendo seguidos pelo Governo de então. Conseguiram êxitos substanciais e memoráveis no que se refere ao progresso do País. Não conseguiram manter o mesmo propósito inicial, forçadas que foram pelas circunstâncias opostas pela oposição, intransigente e tenaz, de garantir a continuidade e autoridade da Revolução com medidas mais fortes. Encerrado o período da Revolução, passamos a viver em regime democrático, ainda muito vulnerável, já que carece do substancial aperfeiçoamento para eliminar a corrupção, a permissividade dos costumes e a violência que voltou a inquietar as cidades e o campo. Minha mensagem final, ainda que mantendo fidelidade ao ideário admirável da Revolução de 31 de Março de 1964, é de que as Forças Armadas se mantenham unidas, coesas e preparadas para bem cumprir as missões que a Constituição lhes reserva, cooperando assim para que a prática democrática se aperfeiçoe por força da ação do tempo e do empenho dos homens. Deste modo, os mais sentidos anseios e as mais legítimas aspirações do povo brasileiro serão alcançados, assegurando-lhe o bem-estar coletivo, a tranqüilidade individual, a harmonia política e social, a ordem democrática e o respeito à dignidade da pessoa humana, que hão de ser o apanágio da grande pátria dos nossos sonhos.

Senador Jarbas Gonçalves Passarinho

- Natural da Cidade de Xapuri, AC.
- Foi declarado Aspirante a Oficial da Arma de Artilharia em 1943 e sua última promoção, ao posto de Coronel, ocorreu em 1964.
- Entre as principais funções que exerceu no Exército, destacam-se as seguintes: Instrutor do curso de Artilharia do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) de Belém, em 1943/1944, e de Belo Horizonte, em 1949; Instrutor do curso de Artilharia da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), de 1946 a 1948; Comandante de Bateria de Cadetes, também na AMAN, em 1951 e 1952; e Chefe do Estado-Maior do Comando Militar da Amazônia, entre 1962 e 1963.
- Na vida civil: Superintendente da Petrobras, na Amazônia, em 1959/1960; Governador do Pará, em 1964/1965; Senador da República, pelo Pará, em três mandatos, 1967 a 1974, 1975 a 1982 e 1986 a 1995; Ministro do Trabalho, no Governo Costa e Silva, de 1967 a 1969; Ministro da Educação e Cultura, no Governo Médici, de 1970 a março de 1974; Líder do Governo Figueiredo, no Senado Federal, de 1979 a 1980; Presidente do Congresso Nacional e do Senado Federal, em 1981/1982; Ministro da Previdência e Assistência Social, no Governo João Figueiredo, de novembro de 1983 a março de 1985; Ministro da Justiça, no Governo Collor, de 1990 a 1992; Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Orçamento, no Congresso, em 1993; e, atualmente, é Conselheiro da República.
- Tem várias obras publicadas, dentre as quais destacamos: romance "Terra Encharcada", que recebeu o prêmio Samuel MacDowell, publicado em 1959; "Águias e Papagaios", crônicas publicadas em 1982; "Na Planície", memórias políticas, publicadas em 1991; "Um Híbrido Fértil", memórias, publicadas em 1996.
- Na eclosão da Revolução de Março de 1964, era Oficial de Operações do Comando Militar da Amazônia, em Belém, no Pará. Durante os governos revolucionários, exerceu as funções de Governador, Ministro de Estado e Senador da República.

Entrevista concedida em 24 de outubro de 2001.

As análises feitas após anos da ocorrência de um evento tendem a esquecer o ambiente em que ele se desenrolou. No quadro mundial da época em que ocorreu o Movimento revolucionário de 1964, vivia-se a chamada guerra fria. O senhor julga que esse ambiente global pós-Segunda Guerra Mundial teve alguma influência na Revolução de 31 de Março de 1964?

A pergunta é muito oportuna, porque realmente está-se fazendo uma espécie de revisão da história escrita, esquecendo fatores fundamentais que fizeram com que aquela velha frase, de Ortega y Gasset, seja verdadeira: "Eu sou eu e a minha circunstância." Na ocasião havia o quê? Havia a chamada guerra fria. Nós vivíamos o auge da guerra fria.

O Movimento Comunista Internacional (MCI), a partir da vitória sobre o nazismo e o fascismo, em 1945, quando as tropas soviéticas ficaram à margem oeste do Rio Elba, ampliou-se com cem milhões de pessoas do Leste Europeu, dominado pela União Soviética, e vinha até a fronteira da Mongólia. Logo, em 1949, Mao Tsé-tung toma conta da China e, em seguida, o Ho Chi Min comanda as guerras de libertação da antiga Indochina – agora Vietnã – e derrota os exércitos franceses e os exércitos americanos no Vietnã. Isso mostra como o movimento vai se espraiando da Europa ao Mar da China e para a África.

Na África, começa com a libertação da Argélia, porque o MCI não se apresentava – nisso que os militares vão estudar depois como guerra revolucionária – como uma ideologia comunista. Ele aproveitava uma ideologia que fantasiasse ou mascarasse o verdadeiro objetivo comunista. Ele aproveitava o quê? A luta pela libertação do domínio colonialista das potências imperiais. Existia então, na Argélia, uma guerra de libertação que é a famosa luta da Argélia. Da Argélia, o MCI ocupou o Congo – mais tarde, na União Soviética, havia uma universidade para estrangeiros cujo nome era Lumumba, aquele que fez a libertação do Congo – e já estava encurralando as tropas portuguesas em Angola e Moçambique e criando extremas dificuldades – e felizmente criou – para aquele regime anti-humano do *apartheid* na África do Sul. Eram usadas as grandes motivações fundamentais para servir de biombo para o movimento comunista preparado pela União Soviética. O lado ocidental não preparou um líder africano. Veja o Congo Belga que, depois de quinhentos anos de domínio pela Bélgica, não tinha sequer um belga com o curso superior. Acabou sendo preparado, muito inteligentemente, pela União Soviética para fazer daí a expansão do comunismo internacional. Da África já havia passado para a América Latina e para o Caribe. Na América Latina, possuímos elementos de informação – O marxismo na América Latina – que mostra exatamente a chegada do movimento comunista, nessa época, na Venezuela, na Colômbia onde existe até

hoje, lutando para a conquista do Brasil, que era o objetivo de primeira qualidade para eles. Implantá-lo logo aqui. Nós já vivíamos debaixo dessa possibilidade.

O que estou relatando seria praticamente a seqüência de um pensamento de Lênin. Quando Lênin entrou em disputa com Trotsky, a respeito da expansão imediata do comunismo na Europa, como queria Trotsky, disse: "Não, o caminho para Londres passa pela China e pela África." Já estava no Caribe com Fidel Castro.

Entendo ter havido um erro fundamental da América do Norte, quando Fidel Castro foi vencedor do movimento guerrilheiro que derrubou o governo infame do Sargento Fulgêncio Batista, de uma corrupção deslavada. Fidel, de 1959 até 1961, ficou sendo hostilizado pelo MCI, porque o partido comunista cubano tinha apoiado Fulgêncio Batista. De modo que, só em dezembro de 1961 – tenho o discurso comigo aqui, que o Ministro Gibson Barbosa me deu – Fidel Castro declara-se comunista; foi aprender marxismo-leninismo nessa ocasião. Bom, a partir daí virou cabeça-de-ponte para que epoucassem os movimentos comunistas dentro da América Latina. A Venezuela, a Colômbia etc., já estavam atingidas, como falei. Fidel fez aquela viagem ao Chile, que redundou, afinal, na deposição do Allende. Foi um dos fatores da ligação de Cuba com Allende. Definia-se, assim, uma estratégia, que os militares estudam, a da guerra revolucionária.

Conhecem-se várias conceituações de guerra revolucionária. Adotávamos no Estado-Maior do Exército Brasileiro uma última que abrangia cinco fases. A primeira, segunda e a terceira já estavam em curso no Brasil: propaganda, arregimentação, mobilização, o domínio das redações – na ocasião ainda não havia televisão – dos jornais, das revistas etc., enfim dos órgãos de comunicação de massa.

Os patrões ficam muito satisfeitos com o resultado financeiro. Aquilo que Almeida Garrett chamava "o excremento do demônio". Desde que entre nos cofres "o excremento do demônio", está resolvido. O restante da equipe fazia, então, a cabeça das pessoas. Note que o Gabeira – presenteou-me com seu livro "O que é isso companheiro", com a dedicatória: "Ao Senador Jarbas Passarinho, por acima das nossas desinteligências"; tenho aqui na estante – era jornalista do *Jornal do Brasil*. O *Jornal do Brasil* estava infestado e, no entanto, totalmente a favor de 1964. Foi um dos órgãos que mais se bateram pela deposição do João Goulart, mas a base fazia o pensamento, preparava a chamada opinião pública que virou a opinião publicada – em vez de opinião pública, eles publicam e nós ficamos de acordo.

Nessa ocasião, pois, já tínhamos infiltrações nessas áreas e na Igreja Católica, a chamada Teologia da Libertação, que vai começar com Camilo Torres na Colômbia. Esse, pelo menos, teve a dignidade de largar a batina e pegar o fuzil, morrendo em combate. Muitos dos nossos "não"; vivem na batina como garantia ou já não usam

sequer a batina. Mas, quando é necessário louvar o Marighela, louvam o Marighela; quando é necessário dizer que Cristo e Marx eram compatíveis, também fazem isso. E era uma das formas de infiltrar, quebrando muito, infelizmente, a reação da Igreja Católica, considerada a maior reação ao movimento comunista mundial – pelo que aconteceu logo depois que os bolchevistas tomaram conta do país.

Então progredíamos nas três fases iniciais. Tínhamos uma ideologia, nessa ocasião, extremamente nacionalista, e que foi aproveitada. Importa dizer que expressões do tipo "somos vítimas das multinacionais" e "somos contra o FMI" causam um efeito extraordinário. Então esses eram os pontos de vista levantados, inclusive pelo Prestes.

Nós, militares, ficávamos preocupados ao constatar o êxito da expansão da guerra revolucionária, como se fosse um tema: "conquista dos continentes", conforme Lênin dizia: "Até chegar a Londres, se fosse o caso." Tínhamos portanto a ideologia, nacionalista e populista; e preocupávamo-nos bastante, porque os Estados Unidos estavam enfrentando a luta no Vietnã, de uma maneira drástica, para eles tenebrosa até, e naturalmente interessáva-nos que não aparecesse um novo foco no Terceiro Mundo. Esse problema da guerra revolucionária – onde dominava a estratégia revolucionária – era uma conseqüência do teorema, era um corolário do teorema, o teorema era a guerra fria. E com isso começamos a perceber que era preciso um trabalho de conscientização da força militar para entender a guerra revolucionária, descrita para nós como sendo, apenas, uma afirmação nacionalista, embora, na verdade, fosse um trabalho do Movimento Comunista Internacional (MCI).

O Chefe do Estado-Maior do Exército Brasileiro, onde estava presente o General Castello, que não era o titular nessa ocasião, organizou um curso de Guerra Revolucionária: Ação Educativa Contra a Guerra Revolucionária, que recebi quando Chefe do Estado-Maior da 8ª Região Militar, no Pará. Um trabalho do próprio Estado-Maior do Exército, quase clandestino e todos eram informados de que deveria ser reservado. No Pará, recebíamos os fascículos (o Senador Passarinho exibiu um exemplar do documento), nos quais estavam incluídos todos os ensinamentos sobre a guerra revolucionária e a forma pela qual progrediam e conquistavam seus objetivos; inclusive sobre a guerra psicológica preparatória da guerra revolucionária.

A Igreja estava envolvida por esse grupo – Ação Popular (AP) – que, mais tarde, veio pontificar na Teologia da Libertação, que chamo de Sociologia da Libertação, condenada pelo Papa atual, mas seguida ainda por eles. Através de um documento – consta do meu livro "Na Planície" – mostro a reação de bispos brasileiros que viram como Dom Padin, o principal encarregado da Juventude Universitária Católica (JUC), estava possivelmente sendo iludido. Aparecem nesse

protesto Dom Scherer, Porto Alegre; Dom Agnelo Rossi, Ribeirão Preto; o Cardeal do Rio de Janeiro Dom Eugênio Sales. E aparece, também, um do Pará, Dom Alberto, o qual era arcebispo de Belém. Esses foram os primeiros que reagiram, mostrando inclusive como já estava ocorrendo a cooptação do grupo de universitários católicos para aquela Ação Popular.

Na Ação Popular (AP), famosa, são reconhecidos como seus membros, notáveis homens do Governo atual, Paulo Renato, o Ministro da Educação, José Serra, outros mais etc. Todos pertenciam à AP. A AP era um movimento da esquerda católica não comunista. Depois, no decorrer das guerrilhas, transformou-se na APML – Ação Popular Marxista-Leninista. Pegaram o Padre Henrique Vaz, que era o cérebro, e o chutaram; despediram esse camarada logo. Isso tudo aconteceu antes de 1964, quando discutiam em Belo Horizonte o que seria o manifesto da Ação Popular, infiltrando-se, portanto, na Igreja.

A expressiva maioria dos padres ainda manifestava total aversão ao movimento comunista. Fazia-se uma tentativa de transformar o Papa João XXIII no grande promotor, de mãos estendidas para os comunistas. Não é isso que está na *Mater et Magister*. Tive a oportunidade de ministrar cursos a respeito desse documento a estudantes e, principalmente, a jovens formados no Pará, jovens advogados, bacharéis etc., esclarecendo que não existe referência em nenhuma passagem da *Mater et Magister* à ideologia comunista. O texto fala nos irmãos de pensamentos diferentes, que é outra coisa.

Então, vinha também a pressão nas áreas política e militar. Como é que estávamos na área política? Com um Presidente da República, infelizmente, despreparado, ambíguo na sua posição, era apelidado, no Rio de Janeiro, de "Ônibus Elétrico". Talvez, falando hoje, o pessoal não saiba o que era. Apenas uma espécie de ônibus, que funcionava com eletricidade... Um ônibus que parava, ora à direita, ora à esquerda. Então se dizia que João Goulart era isso. Ora virava para direita, ora virava para esquerda. Mas um latifundiário não podia ser comunista – e não era – mas estava altamente comprometido, em entendimento com Prestes.

Dênis de Moraes e outro jornalista publicaram um livro com várias entrevistas do próprio Prestes. Claro que o Partido Comunista utiliza em suas publicações um *imprimátur*, um *nihil obstat*: "não passa, sem que tenha sido revisto primeiro". O livro relata como era o relacionamento de Prestes com João Goulart, e comenta, até, algo curioso. Quando João Goulart falava: "Olha, procura o Darcy Ribeiro", ele, Prestes, não gostava de procurá-lo, porque o Darcy era muito à esquerda. Para o Prestes! Essa posição do Prestes também é confirmada em outro livro que tenho lido e relido "Combate nas Trevas", do Gorender, onde o autor

mostra, exatamente, quando Prestes começou a criar a cisão no partido – gerou o embrião para a cisão do partido. Queria chegar à revolução socialista ou comunista através do chamado etapismo; uma etapa seria a conquista, com a burguesia, do Poder, para depois, então, erguer o regime deles. Esse seria o entendimento com a burguesia. Mais tarde, isso levou à ruptura comandada pelo Gorender, Mário Alves, Pedro Pomar e outros, que chamo até de dissidência paraense – o atual presidente do PC do B, também é um deles. Romperam com Prestes, já mais tarde, depois de 1964. Em 1951 já se implantara o embrião desse processo.

Dentro dos partidos, sobretudo do PTB, havia infiltrações. Devemos lembrar que essas infiltrações existiam até em outros partidos conservadores. Quando o Presidente Eurico Dutra, por exemplo, assumiu o Governo e pouco depois houve aquela frase infeliz do Prestes, no Congresso, respondendo a uma pergunta do Senador Juraci Magalhães: "Se houver uma luta entre o Brasil e a União Soviética, de que lado o senhor fica?" Ele respondeu que ficaria do lado da União Soviética. A afirmação serviu para o processo judicial, que, por 3 a 2, acarretou o fechamento do Partido Comunista. Vários deputados não foram atingidos, porque elegeram-se pelo partido do Adhemar de Barros ou por outros partidos, não estavam no Partido Comunista, e ficaram até o fim de seus mandatos. Então, já havia essa infiltração política também. Ocorriam, ainda, greves de natureza política, todas elas comandadas. João Goulart fazendo um papel perigoso com os seus pelegos, quer dizer, o grupo que ele favorecia para servi-lo e para, dessa forma, impedir que os comunistas tomassem conta de todo o movimento sindical. Havia isso também, e, ao lado, a área militar.

Tínhamos, na área militar, os chamados "nacionalistas", e os outros eram "entreguistas". No Governo do Goulart, vejam como constituíram o Conselho de Segurança Nacional. A Secretaria do Conselho sempre foi ligada ao Presidente da República. Ali só trabalhavam oficiais escolhidos a dedo, e, exatamente, todos os que tivessem uma nítida orientação de esquerda. Já haviam criado no Clube Militar o problema da sua ocupação, ainda com o General Estillac Leal. Bem, com a infiltração, começávamos a ter receio de uma repetição de 1935. No Quartel-General em que servia, em que fui Chefe de Estado-Maior e depois, ao chegar o ano de 1964, E-3 (Oficial de Operações) pensávamos no que havia acontecido lá no Rio de Janeiro, no 3º RI na Praia Vermelha.

Esse era o quadro que vivíamos. Ambiente de guerra fria e seu desdobramento seria a guerra revolucionária.

Na guerra revolucionária, o MCI criou uma falsa ideologia nacionalista, na verdade para seguir seus objetivos conquistando os continentes. E seríamos a

próxima etapa, porque o Brasil era extremamente importante, a tal ponto que, muitos anos depois, Nixon disse ao Presidente Médici, quando este foi visitá-lo nos Estados Unidos: "Para onde o Brasil for o continente irá." Isso criou uma ciumeira terrível. Lembro-me de que nessa oportunidade era Ministro da Educação, estava na Venezuela. Interpelado por um jornalista venezuelano indignado, disse-lhe: "Vá aos Estados Unidos e pergunte ao Nixon, não a mim. Ele é quem disse que para onde o Brasil se inclina o resto se inclina também." Esse era o quadro, portanto, em que ocorreu o Movimento de 31 de Março de 1964. Como é que se pode esquecer isso, não é? Como é que se pode retirar essa circunstância do fato histórico real?

E a pergunta seguinte que surge é justamente essa – a Revolução de 31 de Março de 1964 foi um Movimento exclusivamente de preparação interna ou houve auxílio externo, particularmente por parte dos Estados Unidos?

Trata-se de uma velha mentira. Não chamo calúnia, porque não é crime, mas é uma injúria de que o grupo comunista jamais abriu mão, tentar transformar em verdade à força de repetir. Fui, depois, amigo pessoal do Embaixador Lincoln Gordon. Agora ele está escrevendo um livro de memórias, onde repele essa falácia novamente. Não houve, em nenhum momento, a atuação dos Estados Unidos, em termos militares, de apoio à derrubada de Goulart. Havia preocupação com João Goulart, mas a maior preocupação era com Allende, como comprovaram mais tarde, muito maior. Esse mal-estar com João Goulart estava ligado aos momentos em que o "ônibus" parava na esquerda, o "Ônibus Elétrico". O próprio Vernon Walters, por exemplo, também desmente categoricamente. Mas não adianta, porque falseiam o tempo todo, talvez baseados num fato, no qual acredito, possivelmente seja verdadeiro. Na ocasião encontrava-me no Pará e não estava a par disso, era o que chamamos no Exército de "pica fumo". Depois, fui colega do Magalhães Pinto no Senado. É provável que o Magalhães Pinto tenha mantido algum entendimento com o próprio Embaixador Lincoln Gordon para o caso da nossa ação militar durar muito tempo, além do previsto. Não teríamos porto para receber suprimentos para as tropas de Minas, a fim de prosseguir numa luta que assumisse contornos de uma guerra civil. Isso então, sim, teria explicado o famoso *Brother Sam*: embarcações americanas preparadas para vir ao Brasil, trazendo combustíveis para que as forças revolucionárias contra o Goulart não minguassem sem esse suprimento. É a única coisa em que acredito, e que pode ter ocorrido. Acredito mesmo que tenha havido. Tanto que no livro do Embaixador Gordon, ainda em inglês – está para ser traduzido para o português – consta que essa tropa nem se

movimentou, porque a queda foi muito rápida; iniciando em 31 de março, no dia 1º de abril já estava resolvido o assunto.

O senhor crê que as Forças Armadas robusteceram a união e a coesão, após 31 de Março de 1964?

É uma triste resposta a que vou dar. Penso que cometemos um gravíssimo erro.

Lembre-se de que, logo depois que o Presidente Castello tomou posse surgiu essa história de "linha dura". Uma das maiores surpresas foi o primeiro aluno da minha turma – a quem quero um bem imenso – Francisco Boaventura Cavalcante Júnior, que nunca pensou dessa maneira, ter sido envolvido por um grupo ligado ao Lacerda. A questão surgiu com as eleições diretas para governadores, que resultou na derrota do candidato oficial do Lacerda, no Rio, e do candidato oficial do Magalhães Pinto, em Minas. Foram eleitos o Embaixador Negrão de Lima, e do outro lado o Israel Pinheiro.

O Castello era um democrata. Foi meu comandante na Escola de Estado-Maior e mantinha pressão permanente, afirmando: "O Exército não pode, ao mesmo tempo, servir a dois senhores. Ou se é militar, ou se é político, porque até seus juramentos podem conflitar numa hora dessas. O Exército, se fizer política, não é mais força armada, é milícia." Ele queria realmente – como fez – "autolimitar-se" no ato institucional. Essa é uma das críticas que fazem ao Marechal. Usava também uma expressão muito interessante. Para mim, várias vezes, falou, várias não estou certo, mas algumas, sem dúvida: "Olha, Passarinho, é muito simples falar em ditadura; fácil é mergulhar, vir à tona é que é o difícil." É verdade, se mergulharmos, vir à tona é complicado. Ele não aceitava ser chamado de ditador.

Certa feita – havia elegido o meu candidato a governador do Pará, naquelas eleições diretas – fui convocado ao Rio e fiz um programa de televisão de cinqüenta minutos com o Eron Domingues. Nunca tinha ido à televisão. Depois, falei com aquele rapaz das mulatas, o Sargentelli. Verifiquei que o problema era tentar neutralizar a ação da "linha dura", associada ao Lacerda, que estava no Rio de Janeiro, em Bangu, tentando fazer a Vila Militar derrubar o próprio Castello. Nessa ocasião, fui procurado, no Hotel Serrador, onde me hospedara, por coronéis meus amigos – não foi Francisco Boaventura – mas outros coronéis, da minha turma, da turma da frente e outras turmas atrás. Em determinado momento, fiquei indignado quando um coronel, bem mais antigo do que eu, disse: "Passarinho, você está enganado, o Castello é um comunista." Espantei-me com a irracionalidade de tentar classificar o Castello como comunista, e ainda acrescentaram: "Nossa ligação com Castello está interrompida, mas você pode dizer-lhe

que se ele não der posse a esses dois governadores, colocamos a tropa na rua para apoiar a decisão e ele continua o nosso chefe." Aí viajei a Brasília. Antes ainda falei: "Não concordo, mas vou lá, se vocês não têm uma linha de comunicação, vou a ele." Comuniquei ao General Ernesto Geisel, que era o Chefe da Casa Militar, no Rio, e voei para Brasília. Castello ouviu-me e disse:

– Sei quem são, sei quem são, Governador – às vezes, chamava com um pouco mais de cerimônia: Coronel Fulano, Beltrano?

– Fui seu comandado, Presidente, não se dá a fonte. O senhor pensa que pode ser isso. Estou falando em nome de companheiros, dizendo, previamente, que não concordava com eles. Isto posto, me disse isso exatamente:

– Vá ao Daniel Krieger e conte que recebeu esse tipo de proposta. Eu não aceitaria em hipótese nenhuma. Vou dar posse aos que forem eleitos. Assumo o risco.

Fui ao Krieger. O Krieger soltou um palavrão na ocasião. Um palavrão.

Voltei ao Pará. Estou lá, logo toca o telefone – era Juraci Magalhães, Ministro da Justiça.

– Quero comunicar ao Governador que o Presidente está assinando o Ato Institucional nº 2.

Ato Institucional não tinha número! O Ato Institucional era só um Ato Institucional. Depois teve tanto número que foi a 11, 12. Bem, eu tinha um problema no Pará. Possuía uma única prova documental de uma corrupção terrível – um sujeito que estava sendo protegido no Tribunal de Justiça. E aí perguntei:

– Então, voltou o período em que vamos ter o direito de fazer este saneamento?

– Não, é um revólver carregado do qual não se puxa o gatilho, de ordem do Presidente Castello – respondeu-me Juraci.

Naquele dia, em Brasília, em que me convocou, ficou satisfeito – passei um telegrama comunicando a vitória – porque ganhamos as eleições de modo retumbante. Nei Braga também foi chamado, porque seu candidato, também, havia vencido no Paraná. Era uma forma de neutralizar essa ação – é a primeira manifestação que vejo de cizânia dentro do Exército. O Castello para nós foi tão importante que perguntávamos: "Quem entrou nisso? Ah! O Castello entrou? Castello, que sempre foi um legalista total, que nunca tinha participado de nenhum movimento! Exceto agora, por tratar-se de combater a ideologia comunista! E eles contra?" O velho Dutra também foi uma pessoa importante, quando se soube que também estava favorável a isso. E o Costa e Silva, outra figura destacada, por ser o general mais antigo e que, por isso mesmo, foi ministro. Esse é o primeiro momento.

Aí irrompeu a luta entre os castellistas e Costa e Silva, que seria o Presidente. Despachando aqui com o Presidente Castello, uma vez, disse-me:

– Ah, você viu? Agora é diferente; o Costa está dizendo lá na Europa, onde se encontra, que se submete à indicação do partido.

– Pois é, Presidente, fazer essa campanha o tempo todo, para jogar um contra o outro... – falei.

Sei, particularmente, que o Castello não tinha a menor simpatia direta pelo nome do Costa e Silva, pela razão que vou contar aqui. Fui chamado a Brasília, nesse episódio dos coronéis. No Palácio Alvorada, Castello recebeu-me e escreveu num bloco de memorando assim: "31 de janeiro de 1966 é o fim do meu mandato". Castello não queria a prorrogação do seu mandato. Foi prorrogado por um voto de diferença, o mínimo necessário para a aprovação da emenda constitucional que adiava as eleições presidenciais, porque ele não queria de jeito algum. Eu disse:

– Perdão, Presidente, o meu mandato é 31 de dezembro de 1966, mas o seu não. O seu foi prorrogado por um ano.

– Não jurei defender prorrogação, jurei defender o Ato Institucional que não fala em prorrogação – respondeu.

Castello costumava dizer, e nós sabíamos – fui aluno dele na Escola de Estado-Maior: "Não sou teimoso. Teimoso é quem teima comigo." Com isso, perguntei:

– Já é decisão, Presidente?

– É – disse.

Está bem, o que eu vou fazer... Ele escreveu quatro nomes. A memória pode me trair ao dizer qual foi o primeiro e qual o segundo. Um foi, digamos, Cordeiro de Faria; segundo, Juraci Magalhães; na outra hipótese, Juraci seguido de Cordeiro; terceiro, Bizarria Mamede; quarto, Costa e Silva. E eu, baseado nas aulas que nos dava, dizia:

– Presidente, os dois primeiros para mim não passam pelo seu crivo. São aqueles que não podem servir à política e ao Exército.

Porque ambos passavam uma temporada no Exército, saíam generais, voltavam, iam ser senadores, governadores. Ele não gostou, claramente, mas resistiu e voltou ao bom humor. E acrescentou:

– E o Dr. Bizarria – chamou-o por Dr. Bizarria, formalmente.

– O General Mamede é meu amigo, de cujo Estado-Maior saí para ser Governador no Pará, e que no outro dia ia fazer-me continência no aeroporto; mas falta adrenalina, o que sobra no Costa – ainda falei.

Parou a conversa. Mas aí, por outra a razão. Talvez Castello tivesse receio pelos problemas familiares de Costa e Silva.

Surgiu então Costa e Silva como Presidente. Logo após, apareceu a história dos castellistas e Costa e Silva. Os castellistas inventavam que o Costa e Silva era

troupier, boçal, ignorante etc. Inventavam brincadeiras... Anedotas o tempo todo. Aí me "deu na telha" procurar saber a origem escolar deles. Costa e Silva, me contando depois, foi coronel-aluno do Colégio Militar de Porto Alegre, na mesma turma em que o Castello foi tenente-aluno. Na turma de Infantaria Costa e Silva foi o 3º e Castello ficou bem atrás. Castello foi sempre um artesão, estudioso, estudioso a vida inteira; e se diz que Costa e Silva começou a flanar um pouco, depois de ter se tornado capitão, já não se dedicava tanto ao estudo. Essa era a diferença, mas nunca foi burro. O Deputado Delfim Neto dá o mesmo testemunho que dei. Costa e Silva era bem inteligente e sua capacidade de apreensão era muito grande.

Eu, por exemplo, estive visado, porque fui Ministro do Governo Costa e Silva, no grupo do Geisel. Veja como perdemos o senso da unidade que precisávamos ter para justificar a nossa vitória contra uma ameaça comunista no Brasil. Aí aparece, posteriormente, o Médici.

Um dia, Senador, recebo alguns professores que tinham ido ao Palácio e um deles voltou estarrecido, dizendo:

– Eu não estou entendendo.

– O quê?

– Mandaram-me falar com Fulano, cheguei e fui atendido por uma pessoa do Palácio, um oficial, que me disse: "Agora sim, temos um estadista no Governo e não um estadista de estádio de futebol, de radinho de pilha" – referia-se ao Médici.

Fizemos com que entre nós a cizânia crescesse. A mesma que vai aparecer mais tarde, na luta entre os chamados radicais, que vão se opor, inclusive, ao fim do chamado regime militar, permitindo aquelas coisas que nos levaram até a uma participação em terrorismo, como as bombas atiradas em certos lugares – a questão do Riocentro. Aqueles fatos ocorreram, porque um grupo ainda não tinha se disposto a aceitar a passagem do governo para a área civil. Então, desgraçadamente, esta sua pergunta me deixa triste em ter que fazer este comentário.

Existem críticas à Revolução de 1964. O senhor poderia nos citar erros cometidos além dos que o senhor já disse?

É fácil. Lembro-me de quando, na Escola de Estado-Maior, primeiro ano, no Curso de História Militar, tive que criticar Napoleão por ter perdido a guerra em Waterloo. É muito fácil criticar depois das coisas feitas. Você imagina um major acusando Napoleão, porque uma tropa não atuou como devia, na ocasião!

Acho que o Movimento, a que chamo de contra-revolução, conseguiu resultados espetaculares, primeiro, no campo econômico. Foi indiscutível. Éramos a 48ª, 49ª economia do mundo. Entregamos o Poder aos civis, em oitavo lugar. Já somos a

11ª hoje. Quando Ministro do Trabalho, por exemplo, crescíamos a 9% ao ano. Tinha o encargo da política salarial, e dávamos, exatamente, desses 9% menos 3% de crescimento demográfico, 6% de acréscimo à correção monetária dos salários dos trabalhadores. O que, em grande parte, justifica o porquê das guerrilhas não terem sido bem-sucedidas no Brasil. Primeiramente racharam, dividiram-se todos, felizmente para nós; e, segundo, não contaram com apoio popular em nenhum momento. Isso era de importância capital. Nenhuma guerrilha prospera se não tiver apoio popular. Aí, sim, é *clausewitz,* pode-se entrar nas guerras populares que ele citou.

Em outras circunstâncias, fazem críticas à política econômica: "Ah, porque o Delfim dizia que primeiro é preciso fazer crescer o bolo para depois dividi-lo", mas a distribuição da renda é infame!...Vinte e tantos anos depois, o tal plano de distribuição de renda é pior. Somos apontados, hoje, como campeões do mundo em má distribuição de renda. Num artigo que escrevi recentemente para o *Correio Braziliense*, toco exatamente nesse ponto. Esse foi realmente um problema importante.

Socialmente, o maior projeto de renda mínima (que não tinha esse nome) é o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL) que me coube aplicar, resolvendo uma greve dos trabalhadores canavieiros, em Pernambuco – resolvi uma greve sem nenhuma violência. Fui até Dom Helder, conversei com ele. Isso irritou um pouco o pessoal do IV Exército, mas depois fui até lá apaziguá-los. Era Chefe do Estado-Maior o meu amigo, José Pinto, já havíamos trabalhado juntos. Mas terminei a greve, como? Oferecendo o embrião da previdência rural no campo. Nenhum governo anterior tinha pensado em favorecer o trabalhador do campo, nenhum. Fomos nós. Agora vem o meu querido amigo Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, e diz o seguinte numa entrevista no *Globo*: "FUNRURAL, o maior projeto de renda mínima do mundo; estamos transferindo 26 bilhões por ano." Mas não diz quem criou. Esse fundo foi também criado por nós.

O problema da Educação. O Governo de Goulart propalava que havia distribuído à Educação todos os meios, o que era mentira. Eles aplicavam 2% do Produto Interno Bruto (PIB) na educação brasileira, 2% de um patamar econômico baixo. Nós aplicamos 4% do PIB que chegou à oitava economia do mundo. Bem, cuidei primeiro dos estudantes secundaristas, onde estava o "gargalo". O filho do trabalhador pobre já não chegava ao ginásio. Fui filho de pai que tinha perdido – pior ainda, tinha ganhado dinheiro, mas perdeu no Acre. Entrei para o ginásio, mas via colegas meus ali, já eram raros os que vinham dos segmentos mais modestos da população paraense. O motivo era que 74% da oferta, manobrada por aquela gente que foi deposta com o Governo do Jango, eram da escola particular secundária, sobrando para o filho do pobre disputar 26% das vagas restantes.

Para ingressar no Pedro II, por exemplo, ainda havia uma disputa social. Modificamos isso, invertendo o processo. Foram mais de 70% de oferta pública, ensino gratuito, contra o quinhão particular.

Em 1963, sabe quantos estudantes universitários havia no Brasil? Estou dando dados do Anuário Estatístico da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), não estou chutando nada, não estou me servindo nem do órgão oficial do governo ao qual pertenci. Anuário Estatístico da Unesco de 1965. Tínhamos para cada cem mil habitantes no Brasil, 132 estudantes universitários. A Argentina tinha 708, o Chile e o Uruguai mais de 600. Sabe de quem nós ganhávamos? Guatemala, Honduras e Haiti. Quando deixei o Ministério da Educação, eram 830 universitários para cada grupo de cem mil habitantes. Já tínhamos um milhão de estudantes e hoje são mais de 2 milhões, mas aproveitando o impulso que veio de lá. Modificamos, portanto, todo esse quadro. Aplicamos na Educação 4% do PIB e fomos buscar recursos lá fora, empréstimos para serem utilizados no programa do ensino médio.

As telecomunicações: quando me encontrava no Pará, antes de 1964, as casas comerciais tinham o "*boy* do telefone". Era um garoto pago para ficar esperando o sinal e pegar o telefone, tirar do gancho. Quando, quarenta minutos depois, soava o sinal, ele gritava, porque se o telefone estivesse ocupado era um drama. Você viu, chegamos ao satélite. Eu não ouvia, naquele período, alguém dizer assim "A linha caiu". Hoje, de vez em quando, estou no telefone e ouço isso: "caiu a linha". Mas, sem dúvida, a área econômica, as telecomunicações foram espetacularmente desenvolvidas naquele nosso período.

Onde está o erro? Termos demorado muito. Estou convicto de que deveríamos ter entregue o Poder a um civil, portanto, aos políticos civis, ao término do Governo do Presidente Médici. No final do Governo Médici, em 1973, tínhamos uma "imensa" dívida externa de 12 bilhões de dólares. Doze bilhões de dólares! E tínhamos 6 bilhões de dólares em reservas, no conceito de caixa, quer dizer, disponível de imediato. Então, dos 12 bilhões de dívida total subtraímos 6, resultado é uma dívida relativa de 6 bilhões. Exportávamos, no ano, 6 bilhões e 200 milhões de dólares, logo, em menos de um ano, poderíamos pagar a dívida externa brasileira. Onde é que está agora? Só a nossa dívida pública, que em 1994 era de 60 bilhões de reais, está hoje em 620 bilhões de reais. É fácil você citar o fato agora e concluir que nada foi feito: "não fizeram nada!" e publicar isso sem a responsabilidade de serem apresentadas as fontes, como estou citando, no momento. Cadê a fonte?

Bom, tínhamos o melhor resultado na economia brasileira nessa ocasião, ainda que, no todo, tivéssemos dificuldades com a repartição de renda, é verdade.

Lembro-me de uma frase do Médici, quando foi ao Nordeste num dos severos momentos de seca. Ele dizia assim: "A economia vai bem, mas o povo vai mal." Isso é dele, frase do Presidente da República, que reconheceu. Acho que duramos o que não deveríamos durar e quase teríamos durado mais se Figueiredo não tivesse força para fazer a entrega do Poder, e o erro, portanto, teria sido de natureza política. Veja o ensinamento que a China comunista está nos dando. Ela fez a abertura econômica toda e segurou politicamente o Partido Comunista como único partido. Na União Soviética, o Gorbachov quis fazer o contrário e "quebrou a cara". Não se pode então começar só pela política, mas coordenar o avanço econômico com a liberação, ou a chamada distensão de natureza política com a parte econômica, o que não fizemos.

A mídia, nesta última década, e aqueles que, hoje, detêm o Poder fazem questão absoluta de omitir os acertos da Revolução de 1964, muitos dos quais o senhor já citou. Poderia lembrar mais alguns?

Para mim – e a gente cita assim de memória, rapidamente – se tivéssemos a oportunidade de fazer comparações entre o ontem e o hoje, acho que ganharíamos de 10 a zero. Politicamente, iríamos perder, porque quando o Presidente Geisel, por exemplo, deu a contramarcha nessa história... Médici exigiu que o Congresso fosse aberto para sua posse, diminuiu seu mandato em meses. Diminuiu o mandato e restabeleceu eleições diretas para governadores de Estado. E com o Presidente Geisel, deveria haver uma distensão... um General-de-Exército da ativa – como era o Médici – passando para um General da reserva que deveria transferir o cargo para um civil, mas acabou voltando para um General da ativa – Figueiredo – que foi promovido para tornar-se Presidente. E o que foi feito então? Aquele pacote de abril, quando tive de enfrentar o Brossard no Senado. Terrível, quer dizer, os governadores voltaram a ser eleitos indiretamente, o Congresso acolheu o biônico no Senado.

Tudo isso com o Presidente Geisel que, inclusive, recebeu o País com a guerrilha praticamente acabada – a guerrilha urbana. Só ficou a guerrilha do Araguaia, sessenta pessoas, as quais podiam ser vencidas com um simples cerco. Foi um erro. Fizeram disso a razão pela qual o Médici não deveria entregar o Poder a um civil, porque ainda restava o problema da guerrilha. A guerrilha foi do Marighela. A guerrilha foi do traidor, do Lamarca; não se pode dizer a mesma coisa do Prestes. O Prestes se demitiu do Exército para fazer o que quisesse. Lamarca, além de ficar como capitão, levou sargento, envolveu subordinados, levou armamento, munição, roubou tudo aquilo para vir atirar contra nós. É completamente diferente.

Deixou companheiros em má situação no quartel.

É. Liquidou o coronel que seria promovido a general.

O senhor viveu de perto a edição do AI-5. Foi necessário? Qual a sua opinião?

Pago até hoje por ter assinado o AI-5. Quando me perguntam: "O senhor assinaria?" Respondo: "Nas mesmas circunstâncias, assinaria." Sabe, era ainda um coronel, por isso mesmo, quando o Médici indicou o meu nome para ser candidato, conta-se que, no Alto Comando, o General Orlando Geisel disse: "Gosto muito do Passarinho, mas não faço continências para coronel." Então, a minha possível candidatura morreu ali. Um coronel, Ministro do Trabalho, resolvendo bem, graças a Deus, as questões na área do trabalho, sem maiores violências, exceto a greve de Osasco. Essa greve foi proposital, está citada no livro "A Esquerda Armada no Brasil". Existia um presidente de sindicato, um garoto de 21 anos, chamado José Ibrahim, que ainda hoje faz política sindical. O sentido era político, não havia o menor propósito de reivindicação salarial, que já fora resolvida em Minas.

Então, naquele momento em plena reunião, assisto o quê? O Ministro do Exército, General Lira Tavares, depois que Pedro Aleixo sugerira, apenas, o estado de sítio, toma a palavra e diz: "Não é possível, o Exército não tem condições de manter a ordem no país diante das guerrilhas que estão aí, das violências que são praticadas." E exemplificava: "Marighela, um comunista notório, tradicional a vida inteira, foi preso num determinado momento, antes do AI-5. Em seguida – os bacharéis em Direito sabem melhor do que eu – entrou o *habeas corpus*. Foi preso, mas três dias depois estava fora. Não havia como manter as liberdades fundamentais para lutar contra um grupo que queria acabar com essa liberdade, se chegasse ao Poder." Por isso o AI-5 foi uma medida correta: primeiro, porque foi uma resposta, ao contrário do que propalam – lê-se neste mesmo livro "A Esquerda Armada..." – eles adotam uma cronologia onde mostram que isso começou em 1965, ainda no Governo Castello, com o Coronel Cardim, nome parnasiano, Jéfferson Cardim de Alencar Osório. Repetem sempre que a guerrilha foi uma resposta ao AI-5. Não, a resposta é que foi o AI-5. Ao lado do Ministro do Exército fala o Ministro da Marinha – diz a mesma coisa; o Ministro da Justiça foi o primeiro e sugeriu um ato muito mais violento, inclusive. Quando chegou a minha vez de falar, fui o primeiro, exceto o Vice-Presidente, a usar a expressão "para não chegarmos à ditadura". Inicialmente, fiz o elogio da posição do Vice-Presidente, Pedro Aleixo, tentando fazê-lo caminhar conosco, porque ele não estava numa luta contra nós, mostrava apenas que podia haver um estágio intermediário. E, a minha frase está lá, reproduzida, agora, pelos jornais: "A mim me repugna, senhor Presidente, como a Vossa Excelência, enveredar pelo caminho da ditadura, mas se eu não tenho alternativas, às favas os meus escrúpulos de consciência." Pago por isso, repito, até hoje. Porque tinha escrúpulos!

Entrei no Movimento de 1964 para defender a democracia, e, em seguida, estou dentro de um regime fechado por lealdade aos meus e por necessidade disso. Estão aí as FARC na Colômbia, hoje dominando 40% do território e fazendo o Presidente da República da Colômbia ir, de olhos vendados, ao encontro do guerrilheiro comunista que se encontra na área liberada do país. E ninguém diz guerrilheiro comunista, diz esquerdista. É uma forma inteligente da esquerda desvirtuar as palavras. O assalto a banco, por exemplo, era expropriação; matar um camarada – mataram o Capitão Chandler, do Exército americano e aquele outro, o industrial Boilesen – é justiçamento. E embarcamos nisso, escrevemos a mesma coisa. Acho que o AI-5 foi absolutamente necessário para que pudéssemos entregar o Poder, depois, com as liberdades restabelecidas.

Vamos voltar então um pouco ao dia 31 de março e 1º de abril de 1964. O senhor poderia narrar, à época, na área em que servia – Comando Militar da Amazônia – o que ocorreu nas antevésperas?

Bom, nas antevésperas tínhamos uma preocupação justamente com a área militar para que não acontecesse o que tinha ocorrido em 1935. Como já tinha deixado de ser Chefe do Estado-Maior e assumido o cargo de Oficial de Operações, fiz todos os planos possíveis e imagináveis – é o que se espera de um E-3. Primeiro a Marinha. Tínhamos confiança num capitão de Fuzileiros que, por sua vez, não tinha confiança na sua tropa. Ele dizia: "Só confio em mim e no meu subcomandante." Do sargento ele tinha medo – eu não sabia – por causa da influência do Almirante Aragão, dos Fuzileiros Navais. Bom, o comando da Aeronáutica tinha um colega meu de turma, da Escola Preparatória de Cadetes, inteiramente janguista, mas que nunca foi comunista, e comandava os sargentos especialistas – de radar, etc. – que nem tinham prática de tiro, de armamento, mas eram muitos. O brigadeiro tinha receio de abrir uma luta interna. Então, eu tinha que fazer planos, sozinho, quer dizer, o Exército sozinho contra a Marinha, contra a...

O que eu fazia? Eu pegava os "calcos" – engraçado, o nosso dicionário Aurélio não inclui "calco", que nós usamos no Exército para cobrir a carta, para não sujar a carta, então, papel transparente – e os guardava na minha casa, porque sem ele todas as minhas instruções não seriam decifradas, e deixava no cofre da 3ª Seção o Plano de Operações. Este, sem o "calco" não valia nada. Receio tínhamos dos colegas oficiais, não era dos sargentos, que tinham cometido assassinatos em 1935, aqueles episódios de assassinatos de colegas nos alojamentos. Por isso dormia de prontidão na minha própria sala da 3ª Seção, numa cama; na

outra, um boneco como simulacro. Era esse o clima que estávamos vivendo, naquela ocasião, em março, quando tudo começou.

Mas só tínhamos no Comando Militar da Amazônia um pensamento: sustentar o João Goulart até o final do Governo. Nós nos preparamos para resistir a um golpe que poderia vir do Jango, porque sabíamos de sua ligação com o Prestes. O Prestes, teoricamente, estava sendo procurado pela polícia porque pertencia a um partido ilegal, no entanto transitava na Presidência da República, foi recebido pelo Arraes no Palácio de Governo. O Arraes saudando-o e ele, agradecendo, dizia o seguinte. Está em documento, tenho prova disso. "Nós comunistas estamos no Governo, mas ainda não detemos o Poder." Luís Carlos Prestes falando isso! Admitíamos que Jango tivesse a mesma intenção do general argentino Perón, fazer uma república justicialista, e se falava realmente numa tentativa de entrar com uma proposta de emenda constitucional, dando-lhe o direito de reeleição.

Não sabíamos o que o Brizola queria, a não ser o seu nacionalismo exaltado, as coisas contra os americanos o que seja, o imperialismo estrangeiro. Muito bem. Tínhamos dúvida sobre o Arraes. Quem era ele? Tracei planos de ação, com nossa descida do Pará sobre Goiás, no primeiro momento... Tudo isso foi planejamento que se pede de um Estado-Maior; e a 2ª Seção me dava os dados a respeito da possibilidade de problemas internos no Palácio, sobretudo no sindicato, chamado de "sindicato do terror", o dos bancários e, principalmente, no dos petroleiros.

Isso lá em Belém?

Lá em Belém. O 26º Batalhão de Caçadores não tinha senão uma viatura. Conseguimos, na área civil, o apoio para que o Batalhão fosse motorizado no primeiro momento em que pedíssemos e fizemos reservas de combustíveis em área próxima ao cais do porto. Preparando-nos para uma luta, porque o General Assis Brasil dizia que tinha um tripé, que na hora que alguém quisesse derrubar o João Goulart seria arrasado. Isso ele dizia, e caiu, depois, sem um tiro.

Bom, o que aconteceu? Dia 31 começamos a ouvir, tarde da noite, notícias sobre a movimentação conduzida pelo Mourão que, como se sabe, saiu intempestivamente. O próprio Castello ainda tentou fazer com que ele voltasse – já não dava – quando, então, o Magalhães Pinto decidiu o início do processo revolucionário. Não tínhamos informação segura, era tudo precário demais. Comunicação quase nenhuma, ouvir o rádio, uma dificuldade enorme. Escutava-se a rádio Mayrink Veiga, noticiando que o Castello estava preso e outras coisas mais, um monte de inverdades. Mas eu tinha uma ligação com São Paulo, através de radioamador. Eu era radioamador. Tínhamos um grupo clandestino com o Coronel Sebastião.

Dia 31, à noite, passamos em prontidão rigorosa. Os oficiais – todos os oficiais menos dois – eram partidários de um movimento, que nós chamávamos de "vamos almoçá-los, antes que nos jantem". Essa era a expressão. Os adversários estavam prontos para dar um golpe e nós queríamos nos antecipar. Esse era o ambiente que dominava; somente dois oficiais do Estado-Maior faziam restrições, não chegando a serem contra. Quando chegou o dia 1º, o meu comandante havia chegado, há pouco tempo, em Belém – o General Ramagem (Orlando Gomes Ramagem), ex-comandante de batalhão na Força Expedicionária Brasileira (FEB), o Batalhão Ramagem, que lutou bravamente na Força Expedicionária Brasileira – tinha comemorado aniversário dias antes e, ao saudá-lo, o Chefe do Estado-Maior falou em nosso nome (ele levou um chefe de Estado-Maior, então passei a E-3). O General respondeu que a estrela dele já tinha brilhado e não ia deixar de fazê-lo novamente. E que, assim como havia lutado contra um regime totalitário na Europa, ele lutaria contra o regime totalitário comunista. Aquilo, para nós, foi um alento muito grande.

Os sargentos eram inteiramente leais a nós, como os da Companhia do Quartel-General. Todos estavam lá, duas Companhias, uma do Oiapoque e a Companhia de Guardas. Do Exército, tínhamos a garantia. A nossa preocupação era contar com o apoio das outras Armas.

Na manhã do dia 1º, o General Ramagem convida os outros chefes militares para uma reunião e nós ainda sem informações. Ele me pediu que, como oficial E-3, fizesse o "estudo de situação", como falamos na nossa linguagem de operações. Fiz o "estudo de situação" concluindo pela necessidade de ocupar Belém imediatamente. O Comandante da Aeronáutica, o Brigadeiro Armando Serra de Menezes, disse: "Negativo, é uma atitude imponderada e precipitada." O almirante não estava na casa, estava no Rio de Janeiro. O capitão dos portos tinha assumido, Boris Markson, e ficou com o meu ponto de vista; o Comandante da Polícia Militar, que tinha sido meu colega de ginásio, ficou também do meu lado.

"Vamos sair." "Eu não vou sair, confio no general e não vou sair para uma loucura de tentar levantar o Exército agora e ter que prender meu general." Porque era a missão que eu deveria ter.

Pedi ao General Ramagem que fosse ao posto rádio para conversar com o General Kruel, que ele conhecia desde a FEB. Imediatamente, foi. Quando chegamos lá, no momento que entramos em ligação com a rede, o General Kruel já estava com o Médici na AMAN, em Resende. E o Vinícius Kruel, que era primo dele, foi quem o recebeu. Aí fez um apelo ao General Ramagem para que, imediatamente, o Comando Militar da Amazônia se associasse ao Movimento e deu as informa-

ções. Mas, essas informações são como agora nessa guerra dos Talibãs – a primeira vítima é a verdade: "Caiu o Fulano."

Lembro-me de que o General Ramagem ainda fez uma pergunta:

– Mas como estão o I Exército e o II, e como está o IV Exército?

Este era o único onde ainda havia uma certa dúvida. No que saímos de lá, o General virou-se para mim e disse:

– Faça o manifesto de adesão.

Preparei-o e o entreguei. O General leu o manifesto e não teve dúvida: mandou distribuir e o Exército ocupar as posições previstas. A Marinha e a Aeronáutica acompanharam. Mas houve uma coisa curiosa. Uma das coisas que mais nos magoavam, naquela ocasião, era a maneira pela qual o Jango promovia generais. Só era promovido o coronel que fosse totalmente comprometido com o ponto de vista da esquerda. Então inventaram o "General do Povo", generais por quem não tínhamos grande respeito, particularmente por sua capacidade intelectual. Um deles – vamos poupar o nome – assumiu o comando, em Manaus. Quando o General Ramagem mandou, através do nosso serviço de rádio, informar sua decisão, veio a resposta do general, discordando e repelindo a decisão. O General Ramagem ordenou-me, como E-3: "Prepare imediatamente a ordem de operações contra Manaus." Fui para minha sala preparar uma operação a fim de levar a nossa força militar para atacar Manaus. Três horas depois o General, em Manaus, mudou de idéia e mandou dizer que, "refletindo melhor, concordava com o fato". Isso aconteceu no 1º de abril, o que nos levou a assinar o manifesto de apoio somente no final da jornada. Aí tudo já estava resolvido.

Tenho uma pergunta ainda sobre o cerceamento de liberdade durante o período revolucionário, de liberdade de imprensa, de expressão, de liberdades artísticas e sobre prática de tortura contra presos. O senhor tem alguma coisa a declarar sobre isso?

Tenho sim, declarar como um dever de consciência. Vamos começar pela tortura. Daí vem a tal história de que falamos ainda há pouco, na cizânia, a divisão das pessoas. Quando o Presidente Castello tomou conhecimento de denúncias, de que estaria havendo tortura no Nordeste, mandou o General Geisel, imediatamente, ir até o local. De lá, foi a Fernando de Noronha. Hoje, tenho o testemunho de uma pessoa que foi presa na ocasião, um líder sindical petroleiro que mais tarde elegeu-se Deputado Federal, o Mário Lima, da Bahia. Era engenheiro da Petrobras, quando eu ocupava o cargo de superintendente da Empresa e me contou como o General Geisel foi de absoluta correção. Encontrava-se preso lá o Arraes. Penso que posso dizer isso, Mário Lima não vai me desmentir aqui: o

Arraes chorava. Deu testemunho em relação a um Costa e Silva, coronel, que era o comandante de Fernando de Noronha, e que os tratou com absoluta correção e dignidade. Mário por ter dado esse depoimento, foi criticado pelos comunistas, porque não deveria tê-lo feito. O ator Mário Lago, certa vez escreveu assim: "o comunista nunca diz que foi bem tratado, diz que foi torturado", para criar de pronto um problema.

A preocupação do Presidente Castello era de que a tortura não vingasse, de maneira alguma, no Governo dele. O Presidente Castello foi ditador? Despediu-se de mim no Palácio; chovia, mês de outubro; pôs a mão no meu ombro e disse assim: "Dar-lhe-ei um conselho asiático: preocupe-se, mas não muito; você vai encontrar aí fora, pichado nos muros: 'Castello, macaco ditador', e eu mantenho liberdade total de imprensa, eleições diretas e dei posse aos governadores eleitos contra nós. Não mereço a ofensa." Esse era o ditador. Ditadura, que depois enfrentei no Senado, dizendo ao Marcos Freire, de Pernambuco:

– É interessante, Senador, que havendo uma ditadura no Brasil, Vossa Excelência seja eleito numa eleição direta contra o nosso candidato e venha aqui dizer que somos ditadores. Concordo que há um regime autoritário, porque tendo um AI-5, existe um regime autoritário, mas não um regime totalitário. E confunde uma ditadura como essa com uma ditadura comunista de Stálin, que não vejo Vossa Excelência acusar.

Vale para um lado, mas não vale para o outro. Então é esse o problema de ditadura. O Castello foi até o fim do Governo sem nenhuma restrição à liberdade. Costa e Silva continuou com essa mesma condição, até o AI-5.

O período que podemos chamar de autoritário, verdadeiramente, é o que cobre 13 de dezembro de 1968 até a Emenda Constitucional nº 11, de dezembro de 1978. Foram dez anos. O Presidente Costa e Silva me chamou num determinado momento, agosto de 1968. Fui à audiência no Palácio da Alvorada, porque o Palácio do Planalto estava em obras. Quando cheguei, ele disse: "Passarinho, você vai voltar para o Senado." Fez o elogio que achou cabível ao meu desempenho no Ministério do Trabalho. Até brincou, dizendo: "Quem mais vai agradecer deverá ser o Delfim, porque desenvolveu a economia, com a sua garantia nessa área. Você volta para o Senado e vai substituir o Krieger na dupla função de líder do Governo e de presidente nacional da Arena, porque o Krieger dissentiu do AI-5." Esse grupo mais exaltado quis cassar o Krieger; o Costa e Silva nunca aceitou. E me disse estas palavras que não posso esquecer:

– No dia 1º de setembro, vou outorgar uma constituição que o Dr. Pedro Aleixo está preparando junto com Miguel Reale, Themístocles Cavalcante e outros

juristas. No dia 7 de setembro, reconvoco o Congresso. Basta de cassações! – fez uma pausa e acrescentou – Eu marcho sobre baionetas, mas tenho força para fazer.

Era começo do mês de agosto.

Dia 25 ou 26 de agosto, estou no meu gabinete, entra o Senador do Rio Grande do Norte, Dinarte Mariz, e me pergunta:

– Você viu o Presidente, hoje, na Base Aérea?

– Não, nunca vou. Acho que não é o caso, não vou.

– Olha, eu acho que houve alguma coisa séria com ele. Ele não falou conosco. Os senadores estavam lá, ele bateu a mão esquerda para nós. Estava com cachecol, está quente, não está frio, houve alguma coisa.

Aí fui para o Rio. No outro dia fui recebido por D. Iolanda, que passou a mentir em nome do segredo de Estado. "O Costa está apenas com uma pneumonia muito forte e não pode receber visitas." Já era o acidente vascular cerebral. Há uma cena que não vi, dramática, citada pelo Carlos Chagas, assessor de imprensa, em seu livro. O acidente cerebral tinha sido no hemisfério esquerdo, então, perdeu a fala e os movimentos dos membros do lado direito, e o Presidente tentava assinar a Constituição e não conseguia, rasgava o papel.

O AI-5 iria acabar em menos de um ano. Durou 10. Veja bem. Para eles nunca chegaria a hora. Ia ser difícil chegar a hora da liberdade democrática e nós já estávamos no Poder há quanto tempo? Com isso, morre o Presidente, e acaba a possibilidade de uma reconciliação. Não sei se haveria essa reconciliação. Hoje estou convencido de que ele assinaria aquilo, mas continuaria a guerrilha contra nós. De qualquer maneira teria dado um exemplo.

Ditadura e tortura. A partir de Geisel acabou a censura para a grande imprensa e com Figueiredo acabou a censura da imprensa nanica. Vi um caso uma vez, com o Presidente Figueiredo, num desses jornalecos muito ordinários, que desapareceram mais tarde, uma *charge* com a mulher do Presidente da República. O Presidente engoliu aquilo para não ter que mandar apreender toda a edição e fazer violências. E nós é que somos ditadores.

A tortura veio aparecer mais tarde. Veja que o Frota era um general de posição definida, um homem da direita; o pensamento dele era nitidamente de direita. Dizia-se sobre o Frota, jocosamente, que, se o camarada chegasse com uma camisa ou com a gravata vermelha, ele já o colocava no Partido Comunista, direto, tal sua rigidez; mas não aceitava tortura, também. Não somente isso. Inclusive dava incertas nas prisões do I Exército. O que "eles" fizeram? Uma casa em Petrópolis. Nessa casa, em Petrópolis, havia violências físicas. E um tal de Jarbas Passarinho foi citado numa das sessões de tortura feitas com uma presa

chamada Inês Etiene Romeu, que agora deu testemunho, inclusive por escrito. Ela ouvia um camarada dizer: "Olha, primeiro vocês todos que pegaram em arma serão mortos; segundo, todos os quadros do Partido Comunista, porque são comunistas e devem ser mortos; terceiro, esses liberais que estão infiltrados entre nós, como esse Ministro da Educação, o Jarbas Passarinho, que é uma melancia, verde por fora mas é vermelho por dentro." Eu seria o próximo. E ainda me perguntam sobre coesão.

Senador, acredito que está em tempo de encerrarmos a nossa entrevista.

Gostaria de dizer, ainda, uma palavra, como conclusão, para declarar que louvo muito esta iniciativa do Exército de criar um banco de dados. E, desde já, após ter assinado um documento, conforme me foi pedido, pois não estou visando a direitos autorais, de jeito nenhum, indo mais longe, autorizo firme e publicamente, se houver interesse, fazer a edição da minha entrevista, retirando parte de ordem pessoal minha, com inteira liberdade.

Agora, ao Exército, devi muito. Tudo o que aprendi na minha vida veio do meu berço e do Exército Brasileiro. Acho que posso ter a honra de dizer que honrei a farda do Exército pelos elogios todos que recebi dos grandes comandantes que tive, de Castello e outros mais. Mas estou certo de que a honrei muito mais quando despi a farda e me meti no terreno traiçoeiro da política. Eu não a enxovalhei!

General-de-Divisão Orlando Morgado

- Natural da Cidade de Santos, SP.
- Antes da Revolução de 1964, o General Morgado serviu no 2º Batalhão de Engenharia de Combate, em Pindamonhangaba, SP, e foi Oficial da Seção Técnica do 1º Grupamento de Engenharia, em João Pessoa, PB. Após a Revolução de 1964, foi Chefe da 2ª Seção da 4ª RM/ 4ª DI, em Juiz de Fora, MG; Subcomandante do 1º Batalhão Ferroviário, Bento Gonçalves, RS; Adjunto do Gabinete Militar durante o Governo do Presidente Médici; Chefe de Seção da 4ª Subchefia do Estado-Maior do Exército; Comandante do 2º Batalhão Ferroviário, em Araguari, MG; Comandante do 2º Grupamento de Engenharia de Construção, em Manaus, AM; Comandante da 12º Região Militar, também em Manaus; Diretor de Material de Engenharia; Diretor de Obras de Cooperação; Comandante da 2ª Região Militar, em São Paulo, SP; e Vice-Chefe do Departamento de Engenharia e Comunicações.
- No exterior: Adido Militar junto à Embaixada brasileira em Portugal.
- Possui todos os cursos regulares do Exército e o Instituto Militar de Engenharia (IME). Como cursos civis tem o mestrado em Engenharia Rodoviária na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).
- Na eclosão da Revolução, estava na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), como aluno do 2º ano dessa Escola.

Entrevista concedida em 28 de novembro de 2000.

Bem, quando comecei a tomar conhecimento dos problemas ideológicos e de subversão no País, no início da década de 1960, estava no 1º Grupamento de Engenharia em João Pessoa. As "Ligas Camponesas" programaram uma grande passeata, a que tive a oportunidade de assistir em um local chamado Sapé, perto de João Pessoa, liderada por Francisco Julião. Levaram muita gente, inclusive os pobres diabos que eram aleijados pelos acidentes na retirada do agave. Esta planta, espinhenta, era colhida com foice "rabo de galo", que, desgraçadamente, por uma distração, amputava os braços dos trabalhadores. Assistimos à passeata até porque havia uma determinação do próprio Exército para que se fizesse o acompanhamento. Fomos lá e voltamos, na realidade, estarrecidos porque não acreditávamos que aquele pessoal tivesse condições de fazer uma revolução, como se dizia na época. Passado aquele primeiro choque, fomos acompanhando sempre, *pari passu,* os acontecimentos do País. Algumas coisas aborreciam os militares.

Aprovado no concurso, fiz o 1º ano na ECEME, em 1963, onde acompanhávamos mais diretamente os acontecimentos, porque o Rio de Janeiro era um rebuliço e as notícias sempre mais fresquinhas, com televisão e todas essas coisas. Não havia sensação de que alguma coisa pudesse desencadear algum tipo de luta. Sentia-se, sim, que havia exploração política. O próprio Governo procurava tirar vantagens dela e, com isso, correu o ano de 1963.

No começo de 1964, alguns fatos surgiram e nós – estávamos iniciando o 2º ano da ECEME – começamos a perceber algumas necessidades. Primeiro, a Escola passou a abordar legislação e casos históricos de luta armada. Pelo próprio currículo, numa determinada fase do 2º ano da ECEME, destacava-se a ênfase nos esclarecimentos que a Escola proporcionava aos alunos sobre casos históricos da Tcheco-Eslováquia, Rússia, Cuba e outros, todos mostrando as diferentes facetas da conquista do Poder, até mesmo pelo próprio Congresso, através de alterações na legislação. A seguir, passamos a assistir a episódios chocantes como o comício na Central do Brasil, onde o Batalhão de Polícia do Exército foi envolvido, e identificávamos, no palanque, militares, até de alta patente, imagens que repudiávamos. Entendíamos que os militares tinham que estar fora da política, mas nós os víamos lá, inclusive até um Ministro. Um Ministro, reconhecemos, era um cargo político, mas havia outros generais, e aquele espetáculo, no dia seguinte, na ECEME, foi bastante criticado. Entretanto, achávamos que se tratava de um problema restrito ao Governo, política do Governo.

A essa altura, ocorreu também o motim dos marinheiros quando, segundo consta e comentava-se na própria Escola, os oficiais da Marinha tinham sido esbofeteados pelos marinheiros, o que seria um caso muito sério. Mesmo assim a

Escola mantinha-se tranqüila, a perplexidade e discussão decorriam de ter sido um incidente com os companheiros de outra Força Armada, mas... não se sentia nenhum ímpeto, nenhum desejo de intervir na situação. Procurávamos fixar a atenção nos problemas da Escola, que já eram muitos.

No currículo escolar, o estudo de legislação era muito prático, discutiam-se as sutilezas de Poderes Constitucionais e Poderes Constituídos, a terminologia Constitucional – aquilo que está previsto na Constituição – e Constituído – aquilo que está em funcionamento. Uma coisa pode ser substituída, não pode? Para os militares que sempre foram considerados legalistas, a afronta à Constituição poderia parecer um problema muito sério. E esta afronta poderia vir do lado menos esperado, poderia vir do lado dos próprios militares.

A Escola, sentia-se, procurava dar uma noção muito precisa para que as dúvidas surgidas, nos debates entre os próprios alunos, ficassem adequadamente esclarecidas e, acredito, a própria Escola nos observava, porque sabia que, a qualquer momento, poderia precisar de nós. Como constava já existirem alguns companheiros em ligação com Unidades onde haviam servido, buscavam trocar impressões, ou seja, acompanhar os acontecimentos.

Quando chegou o dia 30 de março, deu-se a reunião dos sargentos e subtenentes no Automóvel Clube do Brasil. O evento, transmitido pela televisão, na realidade foi uma aula de subversão de valores, da hierarquia, da disciplina, de tudo. Como transcorreu à noite, assistimos, e fixei-me numa figura, um dos principais oradores, o Subtenente Gelci Rodrigues Correia – aliás mais tarde iria encontrá-lo novamente. Lembro-me bem do Subtenente Gelci, pára-quedista, homem muito forte, que vociferava as coisas, impressionante mesmo. No dia seguinte, de manhã, ao chegar à Escola, não tive dúvida de que alguma coisa aconteceria.

Era 31 de março. Iria ocorrer algo, porque os oficiais estavam agitados. Agitados agora, porque, antes, não se preocupavam. Até então, se o problema era da Aeronáutica cabia à Aeronáutica adotar os procedimentos cabíveis; se o problema estava na agressão dos marinheiros a seus oficiais, a Marinha que resolvesse. Mas agora parecia afetar diretamente a casa, a casa do Exército, por isso antevíamos: “bom, algo vai ocorrer”. Só que, naquele momento, já estava ocorrendo. Em Juiz de Fora, o General Mourão, que não agüentava mais – como depois fui servir em Juiz de Fora, soube de casos interessantes sobre isso – resolveu dar a saída, apoiado, não só pelas suas Forças, como pela Polícia Militar (PM) de Minas Gerais, que era uma senhora Polícia, uma Polícia de muita competência, o que pude comprovar depois, quando enfrentamos a guerrilha do Caparaó. Pude testemunhar a excelência da Polícia Militar de Minas Gerais, naquela época.

Naquele dia 31, as aulas foram iniciadas na Escola mas, em seguida, meia hora, 40 minutos, entraram alguns instrutores nas salas e informaram que o General Mourão havia partido de Juiz de Fora em direção ao Rio de Janeiro. A Escola estaria apoiando o Movimento e, se alguém discordasse, poderia retirar-se. Observávamos o nervosismo dos instrutores e os alunos ainda meio surpresos, até certo ponto. Integravam a turma alguns elementos ligados ao Ministro Jair e outros ligados a familiares do Presidente João Goulart. Sempre se esperava algo, a turma não era homogênea. Percebia-se isso facilmente. Ocorreu, então, que alguns companheiros levantaram-se e manifestaram seu ímpeto de agir sob a expectativa de todos. Outros: "Bem, queremos saber se podemos ir à casa para deixar dinheiro para as nossas mulheres!". Relaxamos. Nada mais do que providências administrativas do dia a dia, para o atendimento à família... Alguns elementos saíram naquele momento, outros foram ao Edifício da Praia Vermelha, armaram-se e voltaram para Escola. Todos esperando o que iria resultar daquela situação.

Continuávamos a conversar, ouvir notícias e, lá pelas tantas, chegou a informação de que um grupo de combate da Marinha estava se dirigindo para a Praia Vermelha. Estacionou uma viatura, desceram... não chegaria talvez a um grupo de combate, um cabo e oito soldados, que tinham a missão de tomar conta de uma antena transmissora no topo, não estou certo, se do morro da Urca ou do Pão de Açúcar. Estavam se dirigindo para o bondinho e, na dúvida, um instrutor e mais um ou dois oficiais resolveram interceptar e prender os fuzileiros navais. Já sabíamos que os navais estavam muito infiltrados, em termos de esquerda, por causa de um Almirante bastante comentado na época. Se não me engano, o Almirante Aragão. Isto posto, os fuzileiros, na Praia Vermelha, passaram a ser uma interrogação. Constituíam uma força profissional. Presos, foram desarmados e mantidos sob guarda durante bom tempo. Sei que depois os soltaram, porque era problema conservá-los detidos, mas, de qualquer forma foram impedidos de tomar conta da tal torre de televisão.

Continuávamos aguardando.

O desembocar da tropa do General Mourão, acredito, foi uma surpresa geral e pegou muita gente desprevenida. Talvez, se a coisa tivesse se desenvolvido mais lentamente, houvesse tempo para outras providências.

Um fato interessante aconteceu. Fomos alertados que blindados estavam se dirigindo para a Escola. Os oficiais estavam armados de pistola 45 ou revólver 45. Era a opção que se tinha na época. O blindado, por sua potência de fogo, realmente assustava e houve um corre-corre, as pessoas procurando os andares mais altos para que permitissem melhor observação; pouco depois surgiram os carros de combate.

A impotência... sem saber o que fazer, levou-nos, de pronto, a esperar para ver do que se tratava. Então verificamos que o blindado era comandado por um dos irmãos Etchegoyen, cujo intuito era proteger e não atacar a Escola. Houve um alívio geral, e com isso os carros permaneceram. O fato trouxe um ensinamento – era impositivo barrar a entrada da praça, e isso foi feito com o deslocamento de bondes – lá existiam bondes que serviam de brinquedos para as crianças – empurrou-se um deles, de modo a trancar o acesso. Um elemento foi postado na entrada, perto do Instituto dos Cegos, com um comunicador (pequeno rádio) para que informasse qualquer ocorrência, a fim de que as providências pudessem ser tomadas, antecipadamente.

O primeiro dia foi mais ou menos assim, e, com o cair da noite, fomos liberados para regressarmos às nossas casas. No dia seguinte, logo que chegamos, organizaram grupos para cumprir determinadas missões. Uma delas era ir à telefônica, onde existia uma sala muito grande com centrais, para escuta. A Escola, conforme seu plano de operações, precisava de informações e possuía uma mão-de-obra altamente qualificada: os oficiais instrutores e alunos. Foi importante porque obtivemos muito boas informações oriundas até de coincidências, porque era só colocar a "pega no jack" da central e ouvir. Se não interessasse, mudava para outro. Dizem até que as informações, na época, a respeito da ligação do Presidente Juscelino com os comunistas decorreu de uma conversa ouvida através dessa escuta na central. A gente ouvia coisas interessantes, embora as pessoas tomassem certos cuidados ao falar pelo telefone. Tive a oportunidade de ouvir dois cidadãos conversando:

– Como é que está a coisa?

– Está tudo bem;

– Mas Fulano, você está tão retraído;

– Meu filho, nessa época, quem fala menos é melhor;

– Mas por quê? Tem algum "pau furado" do seu lado? – O pau furado a que ele se referia era um fuzil.

– Não... a gente não deve, porque essas coisas você sabe como é que são.

Havia realmente bastante cuidado porque as forças estavam se definindo. O 1º RI tinha marchado em direção ao corte do Paraibuna para enfrentar as tropas do General Mourão.

Na Cidade do Rio de Janeiro, havia uma certa calma.

Em seguida, deram-nos outra missão: a *Western Union*, na época, remetia telegramas para o mundo todo.

A tarefa era impedir que fossem enviadas notícias alarmistas que não correspondessem à verdade. E, também, examinar o que viesse de lá, buscando alguma informação importante. Existia, entre nós, um revezamento, visto que era

um trabalho contínuo, dia e noite. O mais interessante é que, de vez em quando, chegava um camarada com um telegrama em alemão, e mesmo em vários idiomas de que não tínhamos noção. Então, tomávamos a iniciativa: "O senhor, por obséquio, pode passar a sua notícia, só que deve cumprir o seguinte: precisamos saber o que é, em português, ou em inglês." O grosso das mensagens era transmitido em inglês, tanto as que iam, como as que vinham. E com isso, estabeleceu-se o controle, sem alarme. Dessa forma passamos dias ali naquela escala.

Outra resolução da Escola foi criar um grupo destinado ao Ministério da Educação. Funcionavam várias escalas... na própria Escola, na Telefônica, na *Western* e foi criado mais esse grupo para o Ministério da Educação.

Pretendia-se coletar informações e saber qual era a profundidade da infiltração, porque constava que o Ministério da Educação seria um dos focos da esquerda. Imaginavam existir semelhanças de atuação nos grupos de operários e estudantes, e nos de padres e militares. Mais tarde constataram o erro dessa suposição. No Ministério da Educação, começamos a examinar o que havia. O Ministério estava vazio e precisávamos do assessoramento de alguém que indicasse os donos das mesas, para que verificássemos o que existia, mas diante deles. Não se abriu nada, não se mexeu em nada sem a presença do responsável. Verificar as publicações, os livros, os planos, tudo isso.

Fui destinado ao setor de alfabetização, eis por que tomei contato com o célebre método Paulo Freire, uma coisa simples, mas, na realidade, uma ferramenta que estava sendo usada com o propósito de subverter. Constatamos isso por intermédio dos *slides* e planos. O encarregado era o professor Darcy Ribeiro; um outro professor, Oliveira Lima, escrevia observações ao lado dos livros que ele lia, todas elas observações com linguagem de esquerda, incitamento à luta armada, material bastante esclarecedor. Identificamos, ainda, militares, normalmente QAO, Subtenentes e Sargentos que estavam relacionados para aplicação desse plano de alfabetização. Muitos deles nem sabiam do que se tratava, isso depois foi confirmado. O objetivo era ganhar um dinheirinho extra. Raros eram aqueles que tinham noção da ideologia implantada dentro daquele sistema de alfabetização. Para isso, dispunham de muitos meios: grande quantidade de caminhonetes *Rural Willys*, além de projetores, tudo bem acondicionado em caixas, para atingir os mais remotos locais.

O método Paulo Freire selecionava as palavras, palavras simples, do vocabulário próprio do universo da pessoa. Então, se o sujeito vivia da pesca, é natural que as palavras se referissem àquela atividade; se ele morava na favela, referiam-se a este ambiente; se era do porto, referiam-se ao cenário do porto. Era uma alfabetização, mas uma alfabetização tendenciosa e a gente via, até pelos *slides*,

que mostravam o trabalhador tendo que lutar contra o patrão, porque o patrão era um miserável. Na realidade, uma doutrinação subliminar bastante eficaz, principalmente no planejamento voltado para as crianças.

Naquela busca foram retirados muitos dados valiosos. Em algumas mesas abertas os donos se encabulavam porque havia lá dentro papel de jogo de bicho, essas coisas bem do brasileiro. Alguns tinham baralho, noutras gavetas revistas de mulheres sem muita roupa, alguns objetos familiares e até dinheiro guardado. Estes que possuíam dinheiro, receberam com alívio as convocações.

Bem, terminado o episódio do Ministério da Educação, uns 15 ou 20 dias depois do desencadeamento da Revolução de 1964, foram retomadas as aulas na ECEME. Alguns colegas estavam faltando, foram desligados da Escola, porque muitos eram ligados ao Ministro Jair. O fato é que retomamos as aulas e terminado o curso, fui classificado em Juiz de Fora.

Dali havia partido o Movimento revolucionário e, assim, tive a oportunidade de conversar com muitos oficiais que ainda permaneciam na área, principalmente o ajudante-de-ordens do General Mourão, o Capitão Antonio Vital Ribeiro, já falecido. Conversávamos muito e ele contava histórias muito interessantes sobre os preparativos da Revolução, as reuniões na casa do General Mourão, a vigilância que o Governo fazia, através de alguns elementos – homens à paisana, encostados em postes do lado de fora da casa – e os cuidados recomendados ao General Mourão, que ele desprezava, não tomava nenhum. Falava bem alto: "avisa lá!" Essas coisas assim; contava mais, como se organizaram, como existiam dois *estados-maiores*. O interessante é que o Estado-Maior real não era o Estado-Maior da Revolução: podia ser E-2 num e E-1 no outro. Deve ter sido uma decisão difícil de tomar, porque certas funções se misturavam. Com isso, fui tomando conhecimento de uma série de coisas a respeito da época que antecedeu à Revolução, as ligações com o Governador. A opinião do Major Vital Ribeiro não era muito favorável ao Governador de Minas, pois até a tal nota que ele leu, os militares tiveram que redigir, porque o homem queria ficar sempre em cima do muro. A tal liderança civil da Revolução foi um pouco contestada pelo pessoal de lá.

O próprio Presidente Castello, numa conversa, ou em uma palestra, disse que foi tomado de surpresa e que ainda tentou impedir que o General Mourão partisse, mas não conseguiu. Com isso, acredito que Juiz de Fora atropelou todo o planejamento e daí vem uma série de problemas que surgiram mais tarde. É preciso conjecturar: o próprio General Mourão não buscava glória; chegando ao Rio de Janeiro, poderia ter insistido em determinada posição, mas acertou tudo; o próprio Estado-Maior dele se desfez, não havia ambição, certamente.

Ainda servindo em Juiz de Fora, tivemos, em nossa área de responsabilidade, acontecimentos problemáticos, como a guerrilha de Caparaó, onde mais uma vez ficou comprovada a excelência da Polícia de Minas. Caparaó foi uma guerrilha pouco comentada, em relação à do Araguaia, porque foi neutralizada com muito mais rapidez.

Na época, o Estado-Maior do Exército havia encaminhado um estudo dizendo que deveriam ser levantadas as áreas propícias à guerrilha, porque se sabia que Cuba, por intermédio do seu Presidente Fidel Castro, estava financiando a guerrilha na América do Sul, particularmente no Brasil. Então todas as áreas propícias tinham que ser levantadas e deviam merecer acurada vigilância.

Em que ano foi isso?

Em 1967. O Estado-Maior da Região, da 4ªRM / 4ªDI, fez o estudo de situação. O E-3 analisou as áreas, o E-2 coletou informações sobre elas; fizemos um estudo, na realidade, de todo o Brasil. Considerei-o muito importante, pois os problemas se deram em três áreas que levantamos como propícias. No nosso setor de atuação, a Região do Caparaó atendia diversas premissas básicas: divisão de jurisdição – de um lado Minas, do outro, Espírito Santo – relevo acidentado com elevações rochosas, montanhoso pode-se dizer e, por ser um parque, era uma área pouco habitada. Informamos à Polícia, ao P2 da PM de Minas, sobre os estudos realizados. Começaram a chegar informações de que alguns elementos estranhos estavam na área do Caparaó. Elementos que fugiam àquelas características do adepto de escaladas, do excursionista ou mesmo de turista. A própria Polícia colocou lá um subtenente que era um azougue, o homem era, realmente, perito em termos de busca de informações. O encarregado do parque passou a informar a área aproximada onde aquele pessoal estava circulando, e ele os encontrava, de vez em quando. Mas achava estranho o movimento.

Com isso, ficou decidido mandar dois tenentes à área para coletar informações. E aí surgiu o desencontro, pois não avisamos à PM. A ID (Infantaria Divisionária) designou dois instrutores de alpinismo de um clube de Belo Horizonte e os mandou para Juiz de Fora. Eles instruíram os dois tenentes e resolveram acompanhá-los. Só que um deles, depois, ficou com medo e voltou; o outro acompanhou os oficiais, permaneceu ainda de um a dois dias. Mais tarde, diz o pessoal, ele, realmente, começou a ficar com medo. Às vezes são preocupações de família.... talvez outras razões.

Mas os dois tenentes foram... Receberam recursos do I Exército, mas a falta de meios pode acarretar alguns problemas desfavoráveis. Pintamos um jipe de azul e os dois tenentes foram para a área. Quando chegaram, o Subtenente imediatamente localizou o jipe, foi em cima, raspou e verificou que a viatura tinha sido recen-

temente pintada. Descobriu a tinta verde e aí procurou os dois oficiais. “Sei que vocês são oficiais, sou o Subtenente Fulano e já tomei conhecimento de muito mais coisas, porque percorri o parque inteiro.” Então, prosseguiu: “olha, vocês estão vendo aquela pequena mata lá? Aquela mata está preparada para emboscada”. E aí guiou os tenentes e mostrou o que havia descoberto.

Realmente era uma técnica. Abrir uma picada de modo a conduzir, quem ali entrasse, à frente de algumas árvores cujos troncos já estavam entalhados para colocação de armas. E ele acrescentou: “esse pessoal acampa e anda pelo parque”. Aí os tenentes voltaram, reportaram o que viram. A preocupação aumentou e, novamente, o subtenente mandou informação precisa de que havia um grupo de vinte homens. Poderia haver um outro, mas não estava certo disso.

Os vinte homens ele conseguiu conhecer melhor, utilizando a “técnica da lata de lixo”. O sujeito quer saber como vive um camarada, vai à lata de lixo dele. O subtenente agiu dessa maneira, nos pequenos acampamentos que o pessoal fazia e depois abandonava; escarafunchou as fossas de detritos.

Qual a técnica dessa guerrilha do Caparaó? O que eles faziam? Abriam a fossa, defecavam, jogavam o lixo, aí defecavam de novo em cima, jogavam mais lixo e defecavam. Normalmente a última camada era de dejetos humanos para que a pessoa que ali chegasse, cometesse o engano. O subtenente teve a paciência de ir em cada fossa, limpar e analisar pilhas, rótulos, garrafas, latas de conserva para poder definir a quantidade de pessoas acampadas e acertou, o que é impressionante; conseguiu fazer isso em dois ou três lugares.

Aí fomos atropelados pelos acontecimentos. A própria PM, com um dos Batalhões que tem ali perto, em Manhuaçu – há dois Manhuaçu. Num deles existe um Batalhão de Polícia – informados de que havia gente reunida, resolveram partir para lá e capturaram a maioria. Quando estavam num descanso de uma marcha – eles diziam que era uma marcha – capturaram o pessoal, exceto dois que haviam saído e que foram apanhados mais tarde, fora da área.

Esses dois foram, rapidamente, levados para Juiz de Fora. Os outros, a Polícia tratou conforme sua doutrina... É aí que a gente começa a aprender; quando se emprega uma Força diferente, é preciso conhecer quais os métodos que utiliza, porque às vezes somos surpreendidos. Por exemplo, a PM. Para eles, como talvez a Polícia Civil, a captura daquele pessoal fora um feito que tinha que ser noticiado aos quatro ventos e podiam fazer congraçamento com os elementos capturados, serem fotografados abraçados. Não deram tratamento conforme a doutrina correta de informação. Não estavam preocupados em interrogar, saber detalhes. Para eles, a captura fora o grande lance, conduzir os presos para o

Batalhão. Acabou, na realidade, até em confraternização, o que atendia aos guerrilheiros que queriam promoção, queriam imprensa, essas coisas todas.

Os dois, que haviam conseguido sair da área, foram presos e levados logo para Juiz de Fora. Em seguida, vieram à minha presença, porque era o E-2. Fitei ambos demoradamente, mas olhava um deles, em especial, e pensava: "este homem, lembro bem, mas..." um tipo magro, ferido, cortado... Os dois estavam juntos com o restante do pessoal, apenas tinham saído para levar mensagens para o Rio de Janeiro e São Paulo. Inclusive, nós apreendemos até uma carta que depreciava os marinheiros.

Naquele grupo, que estava em Caparaó, quase metade era de marinheiros. Tinha até civil. Dois ou três civis, mas a maioria dos elementos era de sargentos. Um sargento da Aeronáutica, vários marinheiros, sargentos da Marinha. Verificamos mais tarde que se tratava de um pessoal que tinha estado preso num navio fundeado ao largo na Baía de Guanabara. Não me lembro do nome do navio. Ali procuraram ajustar-se e foram convocados por Leonel Brizola que recebeu dinheiro de Fidel Castro para fazer a guerrilha.

Dizem que, na realidade, Brizola com uma parte dos recursos comprou umas fazendas e usou um "dinheirinho" para financiar a guerrilha, por isso o pessoal não possuía muitos meios. O armamento era nada, praticamente nada, uma metralhadora velha ainda com cabo de madeira, um fuzil antigo, e algumas armas individuais, coisa muito pequena. Diziam que talvez tivessem um depósito, mas que nunca foi achado. Se existia, deve ter-se deteriorado.

Sentamos e conversamos com os dois camaradas que pegamos com farta correspondência, inclusive correspondência do pessoal da guerrilha para os seus familiares; eram tipo pombo-correio.

Quando as pessoas fazem refeições juntas, ocorre um certo relaxamento na segurança, caem algumas barreiras psicológicas, essas coisas todas. E ali ficamos, aquele homem magro, muito fechado, o companheiro, mais aberto, mas observávamos que o primeiro realmente não falava. Permanecia quieto, mas começamos a falar. Eu olhava aquele camarada e matutava: "este sujeito, eu conheço, realmente conheço este camarada", só que ele tinha nove carteiras de identidade. É interessante, apreendidas, com ele, nove carteiras de identidade. Conseguiram os espelhos de várias procedências, Rio Grande do Sul, do Nordeste e cada uma com um nome. Continuei olhando até que, uma hora, ele levantou para pegar água, um copo, uma coisa qualquer, e eu o reconheci e disse:

– Já sei quem você é – ele tomou um susto, porque realmente estava magro, meio acabado, e surpreendeu-se – você é o Subtenente Gelci da reunião de 30 de março no Automóvel Clube do Brasil, no Rio de Janeiro.

– Não senhor, eu nem sei quem ele é.

– É você!... não tenho dúvida, embora mais magro, naquela época você era pára-quedista.

Era muito forte, aquele preparo todo, realmente, ficou no campo. Sei que, lá pelas tantas, ele não teve saída, porque concluiu que tinha sido descoberto.

Olhando-o, pensei: "mas como o destino é interessante. Assisti a uma cena na televisão onde esse homem falava, quase autoritário, e, alguns anos depois, revejo-o nesta situação. Gelci então falou:

– Estou nessa situação por causa do Exército.

– Você está nessa situação por causa do Exército?

– É, o Exército me considerou morto.

– O Exército o considerou morto?

– É, colocaram-me para fora, me consideraram morto e pagam uma pensão para minha família, isso é uma desmoralização.

– Bom, isso é um problema de enfoque, porque se o Exército não o tivesse colocado para fora – você, realmente, queria a subversão – você teria conseguido o que pretendia e, talvez, muita gente tivesse morrido. O Exército procurou dar um apoio a sua família. Se o Exército não tivesse dado esse apoio e você fosse obrigado a trabalhar para sustentá-la, talvez não tivesse se metido nessa enrascada. Os enfoques são um pouco diferentes; o Exército procura ajudá-lo e você ainda está com má vontade com aquilo que está lhe proporcionando o sustento de sua família. Você se meteu nisso porque passou a ter tempo à toa.

– É, realmente, isso é um enfoque, mas o senhor há de convir que, se nós tivéssemos vencido, eu, hoje, seria um ministro.

Aí senti realmente o problema, a irrealidade, a inversão de valores que perturbou aquele pessoal. Acabei falando:

– Mas Gelci, você se considera em condições de ser um ministro? Um ministro precisa ter preparo. Conheço os problemas brasileiros, sou engenheiro e não me considero em condições de ser um ministro.

– É porque o senhor é ingênuo. Para ser ministro o que menos necessita é de preparo, precisa é de estar ligado ao chefe que vai nomear o ministro.

Aí fiquei pensando e achando graça porque, de certo modo, ele tinha razão, mas a gente vê como houve uma inversão de valores.

Dali para frente fomos obtendo uma série de informações. Com a chegada dos outros elementos, nós os reunimos e fomos identificando um a um. O que acompanhava o Subtenente Gelci era um sargento da Aeronáutica, um técnico em eletrônica, responsável pelos rádios da guerrilha. Era "amigado" com uma senhora, já de

certa idade que, ao saber de sua prisão, foi fazer uma visita. Aí aconteceu uma coisa muito engraçada. Ela chegou bem na frente dele e disse assim: "agora sei onde você está, e é ótimo..." Virou-se e pediu: "mantenha ele preso aí, porque agora sei onde ele se encontra". Pouco a pouco, assistindo a muitas coisas, aprendemos como, realmente, a doutrinação de esquerda e a inversão de valores modificaram aquele pessoal. Tínhamos muitas oportunidades de conversar e o mais engraçado é que eles procuravam nos doutrinar. A cantilena deles era de que a gente ganhava pouco. Para o que fazíamos, deveríamos ganhar mais. Isso tudo acontecia durante a refeição, exatamente o momento preciso, para que as "defesas" se afrouxassem mais.

Almoçavam com o senhor?

Procurava sempre almoçar fora de hora. Acabava o rancho normal, entrávamos e cada um de nós escolhia dois ou três, sentava e conversava. Tinha um que se dizia advogado e não era, mas só fazia isso para ter prisão especial. Quando nós descobrimos, pediu pelo amor de Deus para continuar com a regalia. Esse camarada foi um dos que mais "abriu o bico" porque, ao aparecer a sua fotografia no jornal, veio uma carta do Rio Grande do Sul, de uma moça com quem ele tinha tido um relacionamento. Só que já era casado no Rio de Janeiro e com uma senhora belíssima que foi visitá-lo. Como fazíamos a censura da correspondência para tirar as informações, percebemos a situação. Pronto, não teve mais problema. Quando chegou, mostrei-lhe a carta e ele perguntou:

– O senhor leu? Pois é... esse é um caso que a gente tem... é um problema...

– Principalmente, se a sua esposa souber!

– Senhor Coronel, pelo amor de Deus!

– Bom, então vai me contando como o negócio é organizado.

Assim, extraímos uma série de coisas.

São coincidências e conversas, você não precisa agredir. Quem faz isso é burro ou está usando uma doutrina que desconhece. A questão é você fazer um acompanhamento psicológico. Muitos deles tinham curso de guerrilha em Cuba, iam para lá, após atravessar alguns países: Tcheco-Eslováquia e da Tcheco-Eslováquia para Cuba. Um deles contou como foi... mas, depois, se arrependeu. Possuía excelentes auxiliares, um major e um tenente-coronel e convoquei-os. Disse para eles: "Esse cara vai tentar suicídio. Vocês coloquem guarda e quando ele tentar, façam a maior algazarra possível para que os outros presos saibam que ele tentou o suicídio. Essa vai ser a maneira de ele livrar-se do ônus de ter falado." Não deu outra. Naquela noite, o cara pegou a gilete, cortou-se e, o pessoal fez a algazarra. No dia seguinte, apareceu com aqueles esparadrapos todos, com certo orgulho e justificado perante os companheiros.

São certas situações que você tem que enfrentar... tudo aquilo, exige acompanhamento, minuto a minuto. As pequenas informações são importantes. Tanto é que, naquela época, a minha mulher dizia assim: “Deixe uma fotografia sua de tamanho um por um, para, de vez em quando, mostrar para os seus filhos.” Porque eu dormia ao lado da minha mesa de trabalho. Principalmente, quando estava para pegar o pessoal e mantinha ligações freqüentes com a PM; nisso as telefonistas de Belo Horizonte auxiliaram bastante.

Houve um momento, depois da prisão, em que foi preciso montar-se uma operação militar para fazer a varredura da área. O problema era fechar todos os lados de Minas e do Espírito Santo e de um deles ir pressionando. É a técnica da guerrilha que o pessoal chama de “martelo e bigorna”, a fim de fazer a varredura até localizar e prender o pessoal. Foi interessante porque a PM mobilizou rapidamente – a PM de Minas – dois Batalhões, e a PM do Espírito Santo não conseguiu mobilizar uma Companhia. Um negócio chocante. Foi preciso, então, mobilizar mais um Batalhão da PM e para mobilizar esse Batalhão fui obrigado a falar com um determinado coronel. A telefonista foi achá-lo com a ajuda de um sujeito, pois o coronel encontrava-se numa pequena festa, numa casa distante. Interessante essas coisas. As telefonistas ajudaram muito mesmo e com isso fechou-se o cerco e prendemos todo o pessoal do “grupo da cidade” que correu para o campo quando daquelas prisões.

Com essa manobra, acabaram detidos um coronel de Intendência que era caçador e estava com armas e o carro cheio de mantimento. Não quiseram conversa. Oficial, precisou ir a Juiz de Fora para justificar-se. Pegamos um fazendeiro com muito armamento, ia desfazer-se das armas e teve que responder processo na Auditoria por não possuir porte e eram todas americanas. Muita potência de fogo, porque tinha medo de invasão de terras.

Teria havido planejamento para guerrilha? Certamente sim. Por incrível que pareça, não se encontrou uma cárie nos dentes daquele pessoal. Antes que seguissem para a região os camaradas eram preparados cuidadosamente. O mais interessante era uma carta dirigida ao “seu Pedrinho”, codinome do Brizola, dizendo que não mandassem mais marinheiros porque eles não agüentavam o tranco. Isso serviu para que os marinheiros descarregassem tudo em cima.

Bem, a guerrilha de Caparaó trouxe muitos ensinamentos, em várias áreas.

Uma delas foi a imprensa. Como nos relacionarmos com a imprensa. Fomos descobrir que o chamado *free lancer* da imprensa é um perigo, principalmente para publicar notícias inverídicas e alarmistas. É preciso que se tenha, principalmente no Comando da Região, o repórter credenciado, porque aí o seu jornal, a revista,

assume responsabilidade. Se fizer uma burrice e for dispensado, quem vai sofrer é o jornal que tomará providência em relação a ele e ficará privado de informações.

Outra coisa interessante... e aí nós verificamos como é ampla a atuação dos americanos no mundo. Estávamos em Juiz de Fora, quando fomos procurados por um americano que era da Embaixada. Tinha ido a Juiz de Fora, especialmente para falar comigo, e levava uma carteira de identidade da CIA, que não sei se era verdadeira porque o nome era muito interessante, era Robert L. Stevenson. E ele me disse:

– Vim aqui, porque gostaria de obter um dado.

– Que dado?

– Gostaria de ter o número de série das armas apreendidas.

– Para que você quer isso?

– É que nós, americanos, controlamos toda a fabricação de armamento no mundo.

Aí fiquei na dúvida se dizia aquilo para me impressionar ou era verdade, mas como ele queria os dados de numeração das armas e como não estava autorizado, pedi que ele se dirigisse ao I Exército, detentor de todos esses dados – que não eram muitos. Soube depois que ele esteve no Ministério, no QG, junto à Central e obteve os elementos que desejava.

Uma outra passagem interessante ocorreu quando estávamos deslocando o pessoal lá da área do Caparaó para Juiz de Fora. Durante o trajeto, chegou a informação de que tinham peste bubônica. Assustamo-nos, porque estávamos deslocando pessoas com peste para uma área populosa e, talvez, tivéssemos concorrendo para ampliar o contágio de doença. Rapidamente acionamos os serviços de saúde da Região Militar e outros elementos para montar uma recepção, de modo que ninguém descesse dos "camburões" antes de fazer exame sanitário, com os médicos todos isolados, para que ninguém corresse perigo algum. E aí fomos verificar de onde tinha vindo essa informação. Como eles, para treinamento, faziam as tais marchas, acampavam, ficavam estacionados em vários lugares, quase sempre se feriam e os ferimentos provocavam um inchaço dos gânglios localizados na virilha, que o médico da PM chamava de "bubom". Não sei por que ele chamava de "bubom". De "bubom" inflamado para bubônica foi um pulo, mas, felizmente, os nossos médicos verificaram, examinaram. Todos chegaram bem assistidos e com isso nos tranqüilizamos.

Outro fato interessante é a desilusão que, às vezes, ocorre com um subordinado que acredita no seu líder. No meio desses ditos guerrilheiros havia um que era homem rústico, uma espécie de lavrador, muito forte e que tinha grande admiração

pelo líder, um ex-sargento do Exército. Quando ele presenciou o sargento descrevendo determinados fatos, se desiludiu, porque achava que a figura do chefe tinha que ser superior àquilo tudo e que o chefe não devia referir-se àquelas coisas. Ele o idolatrava. Isso conferia ao sargento uma certa categoria de líder, mas fez com que o coitado se matasse. Suicidou-se com o cinto da calça e com uma rapidez fora do comum, porque era muito forte e muito pesado. Isso nos constrangeu muito, mas mostrou como determinadas situações têm que ser bem conduzidas.

Havia um civil, economiário, que fora demitido da Caixa Econômica do Rio Grande do Sul. Era um elemento altamente revoltado. Dizia abertamente, até durante a refeição que, se tivessem derrotado a Revolução, teriam matado muita gente e como não gostava de um determinado coronel, que estava à frente dele, falava dessa maneira: "Coronel, o maior prazer seria dar-lhe um tiro no meio da testa." O Coronel ficava fulo da vida, mas eu alertava: "calma, ele está te provocando". Não se encostou um dedo em ninguém, exatamente porque não havia necessidade.

No grupo que veio da cidade, também preso, havia um capitão pára-quedista, um homem muito forte. Na hora da afobação, um policial deu um tiro de metralhadora nele. A bala correu pela bacia e o oficial se recuperou tranqüilamente em menos de dois dias. Impressionante. Um tiro de 45! Era uma metralhadora 45! mas era de compleição bastante forte, também.

Esse grupo era articulado e supria o pessoal, no parque do Caparaó, com quem mantinha ligações. Apanhados, indicaram Bayard Demaria Boiteux como um dos intelectuais e encarregados da guerrilha, tinha como parente um oficial general, e que também foi preso. Tratava-se de um homem preparado para manter-se alerta, sempre ativo. A primeira coisa que fez foi começar a escrever uma matemática na base sete, não deixava o raciocínio embotar-se. Outro elemento, ligação de São Paulo, se não me engano chamava-se Rui, a primeira coisa que fez foi pegar uma laranja dada no almoço, cortou a casca, e, com a unha, recortou peças de xadrez; o tabuleiro riscou em uma folha de papel em branco. Então ficaram as peças amarelas e as brancas que eram as cascas de laranja viradas ao contrário. Passava o tempo todo jogando xadrez com ele mesmo. Com isso estava sempre com a mente alerta, nunca era apanhado, numa situação, desprevenido. São técnicas que devem ter sido ensinadas por alguém, pois estavam realmente bem instruídos.

Curso de guerrilha, em Cuba?

Não sei, pode ser que seja. Mas foram fatos que nos trouxeram muito ensinamento, inclusive o julgamento daquele pessoal foi um dos processos que mais rápido andaram na Auditoria. Às vezes, por questão de sorte. Um dos advogados que tentava protelar o processo, para ganhar tempo, apresentou um atesta-

do médico. Por acaso, numa reportagem de jornal, foi flagrado descendo de um avião, exatamente nesse dia, enquanto se dizia que ele estaria acamado. Então, não houve dúvida. Foi só juntar os dois fatos e alertar: "se o senhor adiar de novo, vamos... primeiro, contra o médico". Aí o processo correu, todo mundo se admirou de que tivesse andado tão rápido. Também as autoridades superiores se interessavam e resolviam todos os problemas.

Quantas pessoas no total?

Umas trinta pessoas, porque havia gente em vários lugares. Juntando os grupos que estavam lá, mais o grupo da cidade, mais os dirigentes... Inclusive, foi notada outra peculiaridade: sempre se diz que uma das características dos guerrilheiros é escrever pouco e guardar tudo na cabeça. Mas aquela foi uma guerrilha com muita escrita. Encontramos cartas, correspondência dos familiares...encontramos até textos criptografados; por sorte, também conseguimos a chave para decifrar, foi realmente muito oportuno.

Depois de Juiz de Fora, fomos para Bento Gonçalves, para o 1º Batalhão Ferroviário, e lá, como estávamos no sul, encontramos resquícios dos "grupos dos onze", aquela coisa inventada pelo Brizola que, ainda hoje, milita na política.

Fazendo o quê não se sabe, não é?

Encontramos resquícios dos "grupos dos onze" e pudemos identificar várias coisas interessantes.

Na época em que chegamos, os "grupos dos onze" já tinham sofrido várias transformações. Alguns tinham sido extintos, outros se transformaram em unidades de apoio social. Curioso: transformaram-se porque, entre eles, havia mulheres, e os camaradas passaram a levar as esposas. Algumas ministravam cursos de culinária, de tratamento a gestantes, cuidados com bebê, eram procedimentos úteis. Organizaram grupos em diversas áreas do próprio Batalhão: havia o grupo do pessoal da garagem, grupo do pessoal da oficina, grupo dos motoristas, um dos mais atuantes e que se transformou, depois, num desses aparatos sociais. Viase que, às vezes, tratava-se de bom profissional, mas um elemento revoltado e, possivelmente tivesse aderido com o objetivo de melhoria de vida, uma coisa dessas. Ideologia não existia. Isso era atestado nas conversas, quando se observava que desconheciam qualquer teoria. Coisas que a gente pôde observar.

Tive a oportunidade, mais tarde, de servir no Gabinete Militar do Governo Presidente Médici, outra experiência notável e, depois, como Adido em Portugal. Testemunhei muitos dos ditos exilados dando seus jeitinhos para freqüentar a Universidade, mentindo sobre cursos que não possuíam. Tivemos até elementos que foram designados para governo em Moçambique e Angola.

Brasileiro?

Brasileiros, daqueles subversivos exilados. Foi como verificamos que a vida continuava tranqüilamente.

Tiramos muitos ensinamentos. Um deles, é que se fazendo acompanhamento cerrado, conversando, consegue-se praticamente tudo. Alguns desvios em que entramos, por exemplo, da tortura, forçados talvez pelo outro lado que, por sua vez, começou a seqüestrar, a matar, é um problema que tem que ser muito bem considerado. Até que ponto deva existir, se não tenho premência ou a informação não tem importância. Talvez esse procedimento tenha sido copiado de práticas policiais. Mas é um dos pontos que, hoje, usam contra nós e contra os quais não se tem determinada justificativa, por falta de acompanhamento adequado, talvez, dos próprios companheiros que estiveram envolvidos nisso; lidando só com aspectos negativos, também se tornaram negativos. É como as pessoas que estão metidas com problemas de droga, vão se tornando mais negativas e deprimidas. Há muitas outras coisas e ensinamentos para relatar que, mais adiante, devemos esclarecer.

Antes da Revolução de 1964, o jornalista Flávio Tavares menciona no livro que havia um clima de liberdade, que a Revolução veio interromper. Por outro lado, quem já conhece alguma coisa vê que, na verdade, os comunistas preparavam um golpe que a Revolução conseguiu conter. Qual a opinião do senhor sobre isso?

É verdade. Basta reconhecer que havia séria preocupação da sociedade. Eles criticam muito as Marchas da Família, porque negar um fato é uma técnica, a técnica de desmerecer as coisas. Na realidade, podemos dizer que a Revolução se antecipou. Pode-se dizer até que ela foi uma contra-revolução.

Por exemplo, o porto de Santos parou, uma vez, quase 15 dias, porque um enfermeiro aplicou uma injeção errada num paciente e o médico o suspendeu. Em solidariedade, o porto inteiro, comandado por um determinado elemento, entrou em greve. O que uma coisa tem a ver com outra? A não ser o teste. Eles queriam fazer um teste de domínio. Havia um camarada lá de Juiz de Fora, um tal de Rianni (Clodsmidt Rianni), que comandava os eletricitários. Ele incitava greves, apagões, e outros movimentos. Eram testes. Eu não tenho dúvida de que a base era sempre a luta pelo Poder. E a luta pelo Poder desse pessoal, seria muito mais danosa do que a Revolução de 31 de Março.

A Revolução como um todo foi uma conduta, não é?

Exatamente. No seu prosseguimento, continuou sendo uma conduta. Muitas coisas que poderiam ter sido planejadas, não aconteceram. E não aconteceram

por causa das experiências do dia a dia e, com isso, determinadas providências não foram tomadas. Poderiam ter sido reformulados inúmeros conceitos no País. Como não conseguiram, hoje estamos penando por isso.

Não reformularam a Justiça, não fizeram uma limpeza mais profunda, como deveria ter sido feita. Lembro-me, certa ocasião, de um dos meus companheiros de turma que possuía um calhamaço de provas sobre elementos que deviam ser cassados, afirmava ele, com tudo comprovado e que não o foram, porque decidiram não prosseguir.

Se a decisão foi sábia ou não, temos que analisar, porque, realmente, deixou-se de fazer "uma limpa" em certos locais. Num desses locais em que estive, um dos chefes da agência do Serviço Nacional de Informações (SNI) estava fazendo um apanhado sobre um determinado indivíduo e me mostrou: "estou reunindo estas informações e é um negócio que assusta" porque, naquela época, o cidadão já estava metido com drogas, lenocínio, terras, tudo que podia, ações próprias do crime organizado. Qual não foi a minha surpresa, quando, ao voltar, uns poucos anos depois, uns dois ou três anos, o tal indivíduo era o Governador do Estado. E, foi indicado para a função. Aí você vê como as coisas não se conjugam, porque sempre ocorre o problema da perseguição política. Torna-se difícil, realmente, porque o adversário político utiliza todas as armas.

Hoje em dia, a gente vê que a imprensa passa uma versão mentirosa sobre a Revolução de 1964. Muito se esqueceu do que foi feito de bom e hoje o que ressaltam é a tortura, a falta de liberdade, esses são chavões que aparecem sempre na imprensa. Seria isso uma conseqüência de que perdemos a batalha da comunicação?

Acredito que sim, e o principal elemento que não quis, e não o quis convictamente, usou um raciocínio bem nosso, militar. Considero justo também. Quando o Presidente Castello era o Presidente, alguns elementos tentaram convencê-lo de que o emprego da comunicação social, da propaganda de Governo, era muito importante. Apresentaram um planejamento sobre determinados procedimentos a realizar e ele recusou. A justificativa – recordo-me bem porque se conversava sobre isso, às vezes, quando estávamos no Palácio das Laranjeiras – foi a seguinte: "estou pedindo ao povo brasileiro que aperte o cinto. Por que vou gastar dinheiro procurando glorificar-me ou a meu Governo? Isto seria uma inconseqüência muito grande". E não quis fazer o uso da comunicação.

Perdemos mais ainda, depois, quando passamos a não dar respostas a certas acusações. Deixamos que o inimigo atuasse livremente, esquecendo que se trata de um pessoal que briga sobre princípios certos com objetivos ruins. Deixamos que

eles dominassem os meios de comunicação. Não apoiamos os aliados. Tivemos até, na música, cantores que eram nossos, que faziam músicas em resposta a outros músicos e não receberam apoio. Sofreram patrulhamento e nós não lhes demos apoio. Em virtude do raciocínio limitado: "de onde vamos tirar dinheiro?" Foi um problema sério, que deveria ter sido pensado e mais bem tratado na época.

Porque se fez muita coisa boa e não se disse. O povo, o povão, que assiste à novela, que lê jornal, uma noticiazinha de rodapé, uma carta do leitor, que não soubemos aproveitar, se influencia com isso.

Por intermédio deste Projeto, a gente tem percebido em vários depoimentos sobre a Segunda Guerra Mundial e sobre a Revolução de 1964, a falta, nos dias atuais, do sentimento de Pátria, por quê? A esquerda que se infiltrou no Brasil, desde o século passado, vinculou-se definitivamente aos interesses estrangeiros, mascarando-se de falso nacionalismo. Nas nossas faculdades o esquerdismo se propagou, e por isso o estudante, o jovem desligou-se das coisas de sua terra. Por outro lado, a nossa mídia, as nossas empresas passaram a vivenciar menos os interesses do País. Assim, as incursões da esquerda, as tentativas da subversão, associadas ao comportamento, no mínimo estranho, dos meios de comunicação, vêm minando com o Brasil. Durante a Revolução de 1964 tivemos mais brasilidade, quando mais gente pensava no Brasil. O senhor concorda com essa idéia?

É uma realidade. Procuramos realizar muitas coisas que não tinham sido feitas, sem que tenhamos obtido retorno. Truncadas as tentativas de planejamento, tivemos que cuidar do dia a dia e, com isto, fomos absorvidos pelos problemas. Houve, também, a idéia de encerrar o ciclo revolucionário o mais rápido possível. Quer dizer, em determinados fatos e aspectos deixamos de agir como militares e começamos a agir como políticos e isto, em muitos casos, nos trouxe problemas. Quando você atua com a sistemática militar, é mais positivo e vai direto ao objetivo. Quando você atua com maneiras políticas, trabalha em movimentos erráticos. Você quer alcançar o objetivo, mas se perde em atalhos falsos, de forma que as pessoas pensam que você não quer alcançar aquele objetivo. O País vive com uma série de conceitos invertidos, a começar pelo Congresso, desviado de suas responsabilidades, divorciado de suas obrigações com o povo que diz representar. Deixamos escapar uma oportunidade única de estabelecer padrões corretos e desejáveis.

General-de-Divisão Agnaldo Del Nero Augusto

- Natural da Cidade de Pirassununga, SP.
- Entre as principais funções militares que exerceu, destacam-se: Instrutor da Escola de Sargentos das Armas (EsSA) de 1963 a 1965; Adjunto da 2ª Seção do II Exército em 1971; Adjunto da Seção de Planejamento da Agência Central do Serviço Nacional de Informações (SNI), de 1972 a 1973; Instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), de 1974 a 1977; Adjunto da Seção de Contra-Informações do Centro de Informações do Exército (CIE), de 1977 a 1978; Chefe da Missão Militar Brasileira no Paraguai de 1979 a 1980; Adjunto da Seção de Planejamento do II Exército em 1981; Comandante do 2º Regimento de Carros de Combate (RCC), em Pirassununga, SP, de 1982 a 1983; Chefe da Seção de Informação, de 1984 a 1986, e Subchefe, de 1984 a 1988, ambas no CIE.
- Como Oficial-General exerceu as seguintes funções ou comissões: Diretor da Escola Nacional de Informações em 1989; Comandante da 5ª Brigada de Cavalaria Blindada, no Rio de Janeiro de 1990 a 1991; Diretor de Transportes, de 1992 a 1993; Diretor de Administração Financeira do Exército de 1993 a 1995; e Subsecretário de Economia e Finanças do Exército de 1997 a 1998.
- Na eclosão da Revolução de Março de 1964, era capitão e desempenhava a função de Instrutor da EsSA. Ao longo dos anos, serviu na área de informações.

Entrevista concedida em 17 de agosto de 2000.

Como disse Jean Brunhes "um fato possui dimensões, cor, duração, mas não a verdade. Verdadeira ou falsa será a percepção que dele temos, assim como mais ou menos justo pode ser o juízo que sobre ele formamos". Esse juízo dependerá, não apenas do conhecimento dos fatos, mas também das circunstâncias e das condições em que eles ocorreram. Assim, esse juízo pode ser mutável à medida que passemos a ter mais informações sobre a conjuntura da época.

Não sei se é sabido, mas terminei de escrever um livro que trata das três tentativas de tomada do Poder pelos comunistas em nosso país. A maior dificuldade que tive foi, exatamente, descrever a conjuntura da época em que esses episódios se deram. As dificuldades se avolumaram na medida em que essas tentativas não foram uma problemática puramente doméstica. Foram fortemente influenciadas por componentes da situação internacional. Devem ser interpretadas em face do impacto do comunismo sobre as democracias, da guerra revolucionária mundial e também da guerra fria. Sem compreender que grande parte deste século foi dominada por paixões ideológicas que seduziram não apenas milhões de homens, mas muitos intelectuais e, mais especificamente, por uma paixão, mascarada como razão científica, denominada comunismo, é difícil ter-se uma verdadeira interpretação desses fatos. O comunismo nasceu como uma esperança, assim como o fascismo, antes de ser desonrado por seus crimes, foi uma esperança. Para entender a Contra-Revolução de 1964, Movimento de 1964 ou a Revolução de 1964, precisamos conhecer aspectos da conjuntura da década de 1960. Só depois disso, o que se passou na unidade onde eu servia na época poderá ser bem compreendido.

No começo, posso dizer que no início da década de 1960, vivíamos a segunda tentativa de tomada do Poder pelos comunistas. O Movimento de 1964 foi, no meu entender, primeiro, uma contra-revolução, ao se contrapor a esta tentativa e o foi até que os militares consideraram que não havia condições de entregar o Poder a uma fração de nossa elite, exatamente em função da agitação pelas ações comunistas que vinham se desenvolvendo. Em abril de 1964 permitiram o primeiro ato realmente revolucionário que transformou a contra-revolução em Revolução.

Para entender o episódio não vou esmiuçar a conjuntura desse período, o que seria extremamente longo, desgastante, mas apresentar uma cronologia dos principais fatos que balizaram a segunda tentativa de tomada de Poder pelos comunistas, definindo a estratégia adotada pelo PCB (Partido Comunista Brasileiro), e que culminaram com a contra-revolução de 1964.

Ao término da Segunda Guerra Mundial, com a vitória da aliança entre as democracias ocidentais e a Rússia, o Presidente Vargas decretou anistia e permitiu a legalização de todos os Partidos políticos. O PCB então se reorganizou – a bem

da verdade, era o único Partido nacionalmente organizado graças a seu permanente trabalho clandestino. Foi nesse período que Prestes declarou no Congresso Nacional que em caso de guerra entre o Brasil e a Rússia lutaria ao lado desta. A Rússia, por sua vez, apoiada no Exército Vermelho de ocupação, impôs seu regime totalitário a mais de uma dezena de países do leste europeu, contrariando, com isso, os compromissos estabelecidos em Yalta. Continuava, também, a incentivar e apoiar os movimentos revolucionários em todo o mundo. Com estes procedimentos, chegava ao fim a aliança entre as democracias ocidentais e a Rússia e iniciava-se o período que Walter Lipman denominou de guerra fria. O Brasil rompeu relações diplomáticas com a Rússia e, em maio de 1947, foi caçado o registro do PCB, que voltou a atuar na clandestinidade.

Em agosto de 1950, o PCB lançou um documento que ficou conhecido como "Manifesto de Agosto" e que traçava uma linha revolucionária para o Partido. Defendia a Revolução como a única solução viável e progressista para os problemas brasileiros. Conclamava vários segmentos sociais a formar uma ampla "Frente Democrática de Libertação Nacional", uma réplica da Aliança Nacional Libertadora, um dos instrumentos de que havia se utilizado no episódio da Intentona Comunista de 1935. Pregava igualmente a constituição de um Exército Popular de Libertação Nacional. O programa desta frente, prevendo o armamento geral do povo, propugnava, no último de seus nove pontos, a expulsão, das Forças Armadas, de todos os fascistas e agentes do imperialismo e a imediata reintegração, em suas fileiras, dos militares dela afastados por motivo de suas atividades democrático-revolucionárias, isto é, particularmente aqueles que haviam participado da Intentona. Nesse período, influenciados pela Revolução chinesa, os comunistas brasileiros participaram de diversos conflitos no campo, chegando a criar um território livre em Goiás com um governo paralelo, milícias e uma constituição própria. De 7 a 11 de novembro de 1954 o Partido realizou o seu Quarto Congresso no qual persiste sua preferência pela luta armada como forma de tomada de Poder.

Em fevereiro de 1956, aconteceu, hoje pode-se dizer, o famoso, XX Congresso de Partido Comunista da União Soviética, onde Kruschev denunciou parte dos crimes atribuídos a Stálin e adotou a política da Coexistência Pacífica. As resoluções desse Congresso provocaram uma fissura na Internacional Comunista, como ficou conhecida a 3ª Internacional, até então monoliticamente controlada pelo Partido Comunista da União Soviética com reflexo em todos os Partidos comunistas. No PCB, muitos militantes não aceitaram a desestalinização. A discussão desse problema, no entanto, foi proibida no seio do Partido. Alguns stalinistas foram afastados de sua direção.

Em novembro de 1956, o Vice-Presidente da República, João Goulart, lançou a denominada "frente de novembro", sob pretexto de comemorar o aniversário da destituição do Presidente Carlos Luz. Seu primeiro ato foi em homenagem ao Ministro do Exército, mentor daquele episódio, entregando-lhe uma espada de ouro. Na verdade, um dos propósitos dessa frente era rearticular as forças populistas dispersas desde o desaparecimento de Getúlio Vargas. Outro objetivo da frente era realizar o movimento populista de solidariedade ao Exército, mas com o objetivo de sensibilizar apenas parte dele. O propósito real era dividir os militares numa espécie de dois partidos políticos. O mais popular seria então formado pelos partidários do Marechal Lott e de João Goulart, aliado aos trabalhadores e aos sindicatos. De outro lado, em oposição, a parte restante da Força. Não vou me estender nem dizer nada aqui sobre o chamado golpe de novembro envolvendo este episódio de que o Marechal Lott foi o mentor, porque outros elementos têm condições de fazê-lo com mais propriedade. A partir desse episódio, surgiram as expressões Generais e Almirantes do povo, e Exército do povo de claras conotações ideológicas, amplamente exploradas pela esquerda.

Só em 1958 o PCB voltou a tratar das resoluções do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética. Em março desse ano, aprovou uma resolução elaborada por uma comissão ultra-secreta de composição desconhecida do próprio Comitê Central do Partido, que ficou conhecida como "Declaração de Março", que, em síntese, aprovava a política de Coexistência Pacífica preconizada pelo Partido Comunista da União Soviética. Com essa resolução, a Revolução brasileira deveria desenvolver-se de uma forma pacífica e em duas etapas. A primeira seria nacional e democrática. Entenda-se esse "nacional" com o propósito de eliminar o imperialismo e "democrática" visando eliminar o latifúndio, porque consideravam que o imperialismo e latifúndio eram os grandes óbices para o desenvolvimento do país. A esta, seguir-se-ia uma segunda etapa: a da Revolução Socialista.

Em meados de 1960 (estamos avançando até com uma certa rapidez), o PCB realizou o seu Quinto Congresso, cuja resolução desenvolvia e dava precisão às idéias da "Declaração de Março". O caminho da Revolução brasileira seria pacífico, a luta armada deixava de ser um princípio, sem ser descartada. Passava a um segundo plano.

Em 25 de agosto de 1961, ocorreu a renúncia do Presidente Jânio Quadros. Por várias razões, este é um episódio histórico dos mais importantes, principalmente no que nos interessa mais de perto, porquanto iria caracterizar, na prática, uma divisão verificada no seio das Forças Armadas, em especial no Exército. Da mesma forma que, no movimento de novembro, vou eximir-me de aprofundar-me

nesse episódio, pois muitos outros poderão fazê-lo com mais propriedade. Nessa época, era um tenente preocupado com a instrução e pouco afeito aos problemas políticos, como a grande maioria dos nossos tenentes e capitães.

Saliento, porém, que tanto o PCB como outros líderes que aspiravam o Poder, como o Leonel Brizola, não viram ou não quiseram ver, nessa divisão que se estabeleceu, de um lado, os elementos fiéis à Constituição e, de outro, os opositores à posse de Jango, pelas razões expostas pelos ministros militares. Viram, sobretudo, a divisão e quiseram interpretá-la como, de um lado, os que eram favoráveis a suas idéias e, de outro, os opositores a ela. Ambos, PCB e Brizola, saudaram o que consideraram um equilíbrio das forças políticas no País, aspecto tido como favorável à revolução que pretendiam.

Em 7 de setembro de 1961, João Goulart, popularmente conhecido como Jango, assumiu o Poder, como é sabido, na Chefia de um governo parlamentarista. Tido como pessoa de reconhecida inteligência, de bons sentimentos, chegava à Presidência sem estar à altura da missão histórica que o destino lhe reservara. Afonso Arinos assim sintetizou os seus atributos: "inábil na ação governamental e instável em seus posicionamentos, se lhe faltavam outros atributos, um ele possuía em grau conspícuo: o de ordenar, metodicamente, a desordem...".

Um mês após a posse de Jango, Leonel Brizola e o Governador de Goiás, Mauro Borges lançavam, em Goiânia, a Frente de Libertação Nacional. Não eram comunistas, mas, diga-se de passagem, a instituição dessas frentes e desses exércitos de libertação, exércitos populares... e outras denominações semelhantes, era uma prática comum aos comunistas e incentivada em pronunciamentos e artigos do próprio Kruschev. Possivelmente, por isso mesmo, o Governador Mauro Borges procurou delinear os limites da frente nos quadros da legalidade. Brizola, porém, estava convencido de que os objetivos da Declaração de Goiânia só seriam viáveis com o uso da força, daí a necessidade de se criar, com urgência, um braço armado para apoiá-lo. Na verdade, a essa época, Brizola não pretendia apenas a Presidência da República. Pretendia mais. Pretendia, aspirava ser o Fidel Castro sul-americano. Coincidentemente, o ditador cubano procurava um líder que pudesse apoiar como condutor da Revolução na América Latina.

Agora, feito esse quase preâmbulo, posso, com mais propriedade, falar sobre a estratégia do PCB.

Quando Jango assumiu a Presidência, o PCB considerou que, finalmente, ocupava esse cargo um político ao qual o Partido tinha acesso fácil e poderia ser considerado um aliado, como escreveu Jacob Gorender. Em conseqüência, baixou uma resolução com sua estratégia e suas táticas. Considerava aberta a perspectiva

de ser atingido o seu primeiro objetivo estratégico: a implantação de um governo nacionalista democrático, que deveria ser alcançado de forma pacífica, isto é, por meio de um intenso trabalho de massa. Como é sabido, esse trabalho de massa, também conhecido como "de base", se desenvolveria por meio de técnicas de aliciamento e recrutamento, infiltração, organização e mobilização das massas, sempre com o auxílio das atividades de agitações e propaganda.

Estabelecida essa estratégia, o PCB enumera algumas ações táticas, tais como:

• defender o plebiscito sobre as modificações introduzidas na Constituição que haviam estabelecido o sistema parlamentarista;

• apoiar a Frente Nacional de Libertação, – a frente democrática de libertação dele não tinha dado certo, mas ele pegava "um gancho" na frente de libertação nacional lançada em Goiânia;

• apoiar os movimentos grevistas;

• buscar o domínio na área sindical;

• mobilizar as massas em torno dos seguintes eixos táticos:

• restabelecimento das relações diplomáticas com a União Soviética,

• registro legal do Partido,

• solidariedade ao povo cubano,

• suspensão da remessa de lucros para o exterior,

• reforma agrária radical,

• congelamento dos preços dos produtos de consumo popular,

• direito de voto aos analfabetos e aos soldados.

Esses eram os seus principais eixos táticos.

De 15 a 17 de novembro de 1961, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) realizou seu primeiro Congresso em Belo Horizonte. A ULTAB, a exemplo das "Ligas Camponesas", era uma entidade fundada e dominada pelo PCB destinada a organizar e mobilizar os camponeses. Para esse evento, o PCB montou uma operação política com o Presidente João Goulart – o Plano de Reforma Agrária. As primeiras desapropriações seriam anunciadas durante esse Congresso. O Congresso, porém, transformou-se em uma luta agressiva às teses pacíficas do PCB. O conclave caracterizou-se pela disputa pública entre as idéias sino-cubanas de Julião e as teses do Partido. As exaltadas pregações tornaram-se ainda mais acaloradas quando Julião exigiu a desapropriação imediata dos latifúndios e a entrega das terras aos camponeses. "Reforma ou revolução" proclamou Julião. Este lema "reforma ou revolução" ou "reforma agrária na lei ou na marra" passou a ser a bandeira das "Ligas Camponesas" que, a partir desse Congresso, mudariam seu posicionamento ideológico. Antes voltado para a organiza-

ção dos camponeses, passaram a se preocupar, efetivamente, com a luta armada. Assistindo a tudo com perplexidade, mesmo assim, o convidado especial da ULTAB, João Goulart, leu o discurso previamente acordado.

Apesar da radicalização desse Congresso, o PCB saiu dele fortalecido. Ele manteve o domínio da maioria das organizações, com exceção das "Ligas Camponesas" de Pernambuco, que eram lideradas por Julião. Logo após esse evento, e esse é um dos fatos que considero de capital importância, Prestes foi a Moscou para participar do XXII Congresso do Partido Comunista da União Soviética. Encontrou-se com ninguém menos que Nikita Kruschev, Secretário do Partido Comunista da União Soviética – acho que ninguém desconhece que a função de Secretário-Geral é o posto mais importante na estrutura das organizações comunistas. Os dois discutiram a nova estratégia de tomada do Poder que o PCB pretendia implantar. Essa estratégia além de conjuminar-se perfeitamente com a política de Coexistência Pacífica, também se ajustava à política externa russa, naquele momento, depois do incidente dos mísseis, quando ela saíra com a posição desgastada. Os dois, então, discutiram essa estratégia. Participou também da reunião Mikhail Suslov, que era o ideólogo do Partido Comunista da União Soviética. Apesar de receber várias recomendações, uma verdadeira aula de como conduzir uma Revolução, a nova estratégia do PCB, que se ajustava perfeitamente à nova política de Coexistência Pacífica da Rússia, foi aprovada pelos líderes soviéticos.

Com o regresso de Prestes da União Soviética, o Partido iria dar continuidade à implantação de sua estratégia através daquele trabalho de massa. Mas a sua linha pacífica encontrou resistências na esquerda, a começar pela resistência no seio do próprio Partido. Primeiro com os estalinistas que haviam se desligado do Partido e criado o Partido Comunista do Brasil, o PC do B, e as "Ligas Camponesas" que acabaram se voltando contra o seu próprio criador. Nessa época, existiam outras organizações de corte comunista que se opunham à linha pacífica do Partido, como o Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT). Tínhamos, também nessa época, o aparecimento da organização revolucionária marxista Política Operária, mais conhecida como POLOP, e a Ação Católica, que se desligara da Igreja e estava se transformando na Ação Popular (AP) e que, em um Congresso realizado no Uruguai, já se pronunciara favorável à luta armada.

Aprovada a estratégia, o PCB nela estava engajado. Aqui é preciso considerar todo trabalho de propaganda ideológica comunista que assolava o mundo. A imagem criada em torno do eldorado comunista etc. e tal, tão bem descrita por Paul Linebarger, Zbigniew Brzezinski e Jean-François Revel e outros consagrados autores. Deixemos isso de lado, registrando apenas que essa ideologia era recebi-

da como uma esperança de um mundo melhor, como um caminho mais curto para o desenvolvimento e a justiça social, além de estar destinada a substituir o capitalismo, assim como esse substituíra o feudalismo, e reinar sobre o mundo.

Tendo a sua ideologia aceita, o trabalho de massa evoluía rapidamente. Já em 1962 os comunistas dominavam diversos sindicatos das importantes áreas de comunicações e transportes e, estavam infiltrados nos Sindicatos dos Bancários e dos Empregados das Indústrias, na União Nacional dos Estudantes (UNE), na Petrobras e em várias confederações nacionais dos trabalhadores. Como conseqüência do trabalho que desenvolviam, as greves políticas começaram a tomar conta do País. É importante esse dado para ter-se uma noção da agitação que começava a se agravar. Somente no Estado de São Paulo, em 1961, haviam sido registradas 1.700 greves. O trabalho do comunista Jover Telles sobre essas greves diz, em determinado trecho, que elas assinalavam um importante progresso, não somente pela participação numérica mas, principalmente pelos objetivos políticos que visavam. Simultaneamente com as greves políticas, em julho de 1962, foram desencadeados distúrbios com ataques a estabelecimentos comerciais com mortos e elevado número de feridos, principalmente, na baixada fluminense.

As comemorações dos quarenta anos do PCB, que foi fundado em 1922, proporcionaram a realização de comícios, festas e exposições sobre a Rússia, vale dizer, de propaganda ideológica comunista. Em agosto desse ano, 1962, o Comando Geral de Greve transformou-se em Comando Geral dos Trabalhadores, o famoso CGT. Com a eleição do comunista Clodsmidt Rianni para a presidência do mesmo, o PCB coroava sua hegemonia sobre os sindicatos conquistando um poderoso instrumento de pressão, permanentemente com ameaças de greve geral.

Em novembro desse ano, as Forças Armadas desarticularam vários campos de treinamento de guerrilha. Em 27 de novembro de 1962, a queda de um Boeing da Varig, no Peru, proporcionou comprometedoras informações sobre o apoio de Cuba às “Ligas Camponesas”. Esses documentos caíram nas mãos do Governador Carlos Lacerda que, naturalmente, os difundiu à imprensa e criou uma grande celeuma a respeito desse apoio direto de Cuba às “Ligas Camponesas”.

Com a crescente mobilização das massas iniciou-se a campanha pela antecipação do plebiscito que iria decidir sobre o regime de governo no País, isto é, pela revogação do parlamentarismo. Em 1963 a subversão, até então conduzida, mais ou menos, na clandestinidade, aflorou. Como não havia certeza do seu sucesso e até como uma forma de pressão, começou a colocar-se à luz do dia. Nesse ano, foi criado o Comando dos Trabalhadores Intelectuais. Esse Comando, reunindo nomes como Dias Gomes, Jorge Amado e Ênio Silveira, constituiu-se num balu-

arte da propaganda esquerdista. A infiltração comunista se derramou sobre o ensino em todos os níveis, com a orientação e apoio do próprio Ministério da Educação e Cultura. A UNE criou centros populares de cultura que submeteram a população a uma intensa propaganda esquerdista. A UNE, além de receber vultosos subsídios do Ministério da Educação e Cultura, recebia subsídios financeiros e propaganda da União Internacional de Estudantes (UIE), uma entidade de fachada do Movimento Comunista Internacional onde a UNE tinha um representante: um dos vice-presidentes dessa UIE era da UNE, um brasileiro.

Paralelamente a esses fatos, ocorreu o problema da inelegibilidade dos sargentos levando a agitação para a área militar, o que, em fevereiro, torna-se manifesto. Cerca de seis mil graduados realizaram uma passeata em São Paulo, em apoio à posse dos companheiros de farda eleitos. O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), dominado por elementos esquerdistas, procurava atrair os subtenentes e sargentos com palestras e cursos nos círculos e clubes militares. Em 6 de março, foi realizada uma nova passeata de militares em São Paulo, desta vez com os integrantes da Força Pública de São Paulo e da Aeronáutica, comparecendo fardados. Os aniversários dos "generais do povo" passaram a ser comemorados com a presença maciça de graduados e com extremados discursos nacionalistas.

Atendendo uma específica orientação da Internacional Comunista, o PCB realizou, em Niterói – o Governador da Guanabara negou a permissão para a realização do evento em seu Estado – um encontro de solidariedade a Cuba com a presença de representantes de mais de oitenta países. Apesar das mensagens de solidariedade enviadas para esse encontro pela União Soviética e pela China, a vedete do encontro foi Prestes. Este, entre outras pregações revolucionárias, profetizou que o Brasil teria o privilégio de ser a segunda nação Latino-Americana, onde o socialismo seria implantado.

Ante os fatos sinteticamente narrados, não se constituiu em grande surpresa a rebelião dos sargentos, em Brasília, em 12 de setembro de 1963. Tanto assim é que providências tomadas impediram a participação dos graduados do Exército. Embora o movimento fosse controlado em poucas horas, foi grande a sua repercussão no País e no exterior. Este é um problema extremamente delicado; havia a pretensão de se fazer uma modificação na legislação de forma a corrigir essa coisa, mas, naquelas circunstâncias, ao invés de fazerem uma pressão no sentido de que aquela lei fosse realmente aprovada, os sargentos faziam manifestações políticas: Sargento também é povo e não sei o quê. Era uma coisa muito difícil para os oficiais justificarem aquilo que não tinha sentido: por que esses elementos não tinham direitos de serem eleitos? Houve, ainda, problemas sérios

com a Justiça evidentemente, pois o elemento não declarava sua situação de graduado quando se apresentava (candidatava) a um cargo eletivo. Depois de eleito, então, estava o fato consumado e começavam as querelas na Justiça.

Entre 19 e 25 de outubro de 1963, Brizola lançou, oficialmente vamos dizer assim, os seus "grupos dos onze", organizações que, de acordo com a sua orientação, deveriam considerar-se em revolução permanente e ostensiva. Os termos em que foram redigidos vários documentos relativos a esses grupos seriam cômicos se não fossem trágicos. Era uma imitação chula das instruções da guarda vermelha bolchevique. Penso que estes documentos, caso revelados, serviriam para mostrar como nós brasileiros somos condescendentes. O conhecimento daqueles documentos e as expressões que são ali utilizadas mostram que um homem como esse não poderia participar da vida pública em nosso país.

Nessa época, também, a reação a esse estado de coisas começava a crescer ostensivamente. Iniciou-se entre os empresários, que eram os mais pressionados pela situação, mas que só se tornou efetiva, com grande capacidade de mobilização, quando as mulheres se envolveram decididamente resultando, entre outras manifestações, nas grandiosas Marchas da Família com Deus pela Liberdade. Inicialmente esses grupos trabalhavam no esclarecimento dos diversos seguimentos da população – distribuição de livros etc. – em termos de liberdade, de democracia. Houve uma hora em que parte desses grupos estava descrente da eficácia de sua estratégia e, até sentindo a morosidade de seu trabalho, começaram a se armar, tudo indicando a possibilidade de nos envolvermos numa guerra civil.

Ao que se pode inferir, o plano para a tomada de Poder constituía-se na realização de uma série de comícios-monstro durante os quais seriam anunciadas medidas populistas tais como o congelamento de aluguéis e do preço de produtos de primeira necessidade, projeto de sapato popular, desapropriações de terra etc., quer dizer, chamamentos populistas mesmo que não pudessem ser realizados. Seus idealizadores consideravam que, após uma série de comícios dessa natureza, as reformas se tornariam irreversíveis e se o Congresso não as aprovasse seria fechado com apoio popular e elas seriam implantadas pela frente única de esquerda.

Em março, houve um fato importante. Prestes voltou a Moscou e foi encontrar-se novamente com Kruschev, com Suslov e, agora, já com Brejnev, que viria a substituir Kruschev e apresentou o que ele tinha feito nesses dois anos: o trabalho de massa, inclusive a infiltração nas Forças Armadas. Veio de lá com a aprovação da União Soviética, inclusive com a proposta de financiamento para a Usina de Itaipu, que já era cogitada, naquela época. Ele relatou o seu encontro para o

Goulart. No dia 13 de março de 1964, realizou-se o primeiro desses comícios no Rio de Janeiro, na Praça da República, entre o prédio do Ministério da Guerra e a estação da Central do Brasil. Valendo-se de transportes oferecidos por órgãos estatais e do natural afluxo de pessoas no final da tarde em direção à estação da Central do Brasil, o chamado "comício da reforma" reuniu cerca de cem mil pessoas. No comício, faixas pela organização do Partido Comunista, distribuição de armas ao povo etc. e tal; e a situação de agitação já criava uma ansiedade, uma instabilidade na população.

Nesse mesmo dia, em contraposição, como sinal dessa apreensão pelos rumos que a situação política tomava no País, já angustiada, a população carioca acendeu, em milhares de residências, velas nas janelas. Seis dias depois desse comício, a 19 de março realizou-se, em São Paulo, a primeira Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Mais de seiscentas mil pessoas. Eles pretendiam 130, 140 mil, vamos dizer assim, em termos de demonstração de força, superar o comício dos Cem Mil, mas conseguiram reunir mais de seiscentas mil pessoas que marchavam solenemente pelas ruas da cidade contra a comunização do país. Enquanto marchavam, vendiam exemplares de jornal com uma proclamação de mais de mil palavras que assim se iniciava: "esta Nação que Deus nos deu, imensa e maravilhosa como é, está em extremo perigo", e aí seguem-se mil palavras. Dias depois foram organizadas marchas semelhantes nas principais cidades do País.

Se tudo isso não bastasse, no dia 23 de março, e com os acontecimentos se avolumando vertiginosamente, Goulart demonstrou abertamente sua simpatia pelo movimento dos marinheiros, destinado a pôr a pique a disciplina nas Forças Armadas. Também não vou entrar em detalhes desse movimento, mas é sabido que os marinheiros da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, no Rio de Janeiro, amotinaram-se, abrigando-se na sede do Sindicato dos Metalúrgicos. O Ministro da Marinha, Almirante Sílvio Mota, exonerou o Almirante Cândido Aragão, que era o "Almirante do povo", do comando do Corpo de Fuzileiros Navais e pediu a colaboração de tropas do Exército, que cercaram o sindicato. Goulart, algumas horas depois, mandou levantar o cerco e "pediu" que os marinheiros voltassem para os seus quartéis, dando-lhes a garantia de que não seriam punidos. O Almirante Sílvio Mota, apesar dos apelos que lhe foram feitos por altas patentes navais para que permanecesse no cargo, pediu a sua exoneração. Para seu lugar, os amotinados indicaram três nomes e Jango escolheu um desses nomes. Foi indicado para Ministro, o Almirante Paulo Mário da Cunha Rodrigues, um Oficial da Reserva e conhecido como o Almirante vermelho. Essa aí foi na verdade a gota d'água. O que era um plano defensivo passou a ser um plano ofensivo. Esses elementos

queriam, até, introduzir delegados seus nos navios, o que foi evidentemente proibido pelos elementos da Marinha.

Logo depois do comício do dia 13, foi divulgada uma nota de fundamental importância, do General Castello Branco, na qual ele expressa que, quando um presidente se propõe a anular o Congresso e a derrubar a Constituição, que foi a pregação feita pelo Brizola nesse comício, a ação militar em defesa da legalidade não só se justifica, mas é obrigatória. À nota do General Castello Branco e dois dias depois do episódio dos marinheiros, mais de mil e quinhentos oficiais da Marinha assinaram um manifesto, endereçado ao povo brasileiro. Declarava, em síntese, que chegava a hora do Brasil se defender. O Clube Militar prontamente proclamou solidariedade à Marinha; o grosso da imprensa aderiu e, se nós formos ver os editoriais da época, eles exigiam que as Forças Armadas tomassem uma atitude, esses mesmos jornais que hoje aí fazem uma propaganda contrária.

Gostaria, agora, de salientar dois aspectos que, acredito, são pouco divulgados: são as duas idas de Prestes a Moscou.

As idas de Prestes a Moscou em novembro de 1961, para apresentar a estratégia adotada por ele de tomada do Poder através do trabalho de massa, e em 1964, voltando lá, se reunindo com a cúpula do Partido Comunista que era a própria cúpula da União Soviética, relatando o trabalho feito e dizendo que iria tomar o Poder e os caras concordando com isso, mostraram, mais uma vez, uma interferência direta da União Soviética sobre os comunistas brasileiros.

Queria, também, destacar que naquele ambiente ou naquela conjuntura de guerra fria, se houvesse uma vitória de um movimento de esquerda aqui no Brasil, sofreríamos a intervenção dos Estados Unidos e da própria União Soviética, que iriam transformar nosso País num novo Vietnã. E sabemos, hoje temos vários exemplos, como sofrem as populações ante as intervenções externas, sejam elas pelos mais nobres motivos.

É a pergunta que fica sempre no ar. Quem colaborou com esse movimento comunista aqui no Brasil parece que não tinha essa preocupação. O País não lhe interessava. Se o país entrasse numa guerra civil, não interessava, o que importava era o objetivo dele, não é?

Agora estou certo de que essa vitória da Revolução, até porque a história é controversa, no meu entender, foi uma vitória no plano internacional, porque representou a maior derrota do expansionismo soviético no mundo. Um dia será reconhecida não só por ter livrado a população brasileira dos horrores do comunismo, mas também por ter limitado ou atenuado o avanço do comunismo no mundo.

Alguns autores dizem que a União Soviética, na época, utilizava a mesma estratégia que Portugal utilizou no passado para expandir-se: por meio de pontos fortes em vários locais.

Há várias teorias sobre isso, mas quanto ao problema de nosso País, não tenho dúvida de que haveria intervenção, no ambiente de guerra fria em que vivíamos; haveria intervenção dos Estados Unidos, da União Soviética e iríamos sofrer as conseqüências da disputa entre eles pela hegemonia no mundo.

É, isso é verdade.

Tendo feito esses comentários, tenho condições de dizer alguma coisa sobre o que aconteceu na minha Unidade, uma coisa muito pequenininha.

Sim, o senhor estava na Escola de Sargentos das Armas (EsSA), não é?

É, em 1963 e 1964 era Instrutor da Escola de Sargentos das Armas. Fui promovido a capitão em dezembro de 1963. Na Escola, vivi os momentos que a antecederam e a própria ocorrência da Revolução de 1964. Dois aspectos se verificaram na EsSA e que devem ser ressaltados como ensinamentos. Antes, é bom frisar, como o próprio nome indica, a maioria do efetivo da Escola era constituída por Graduados. Todos nós sabíamos que o aliciamento de militares, no período que antecedeu à Revolução de 1964, se concentrou sobre os Graduados, não só por serem eles em maior número, mas de um modo geral, menos preparados para contraporem-se à investida esquerdista. E, naquela época, com essa idealização do comunismo, era fácil; creio que poucas são as pessoas da minha geração que não sofreram com o trabalho de recrutamento. Eu sofri. O cara primeiro me dá um "Jubiabá" de Jorge Amado, me dá um "Capitães da Areia". A mocidade está sempre idealística e particularmente voltada para a justiça social. Então, o primeiro aspecto que aconteceu na EsSA é que efetivamente nenhum sargento – ou se houve algum, não tomei conhecimento – se colocou contra a Revolução.

E o senhor atribui isso a quê?

Atribuo ao fato de que nós conversávamos com eles.

O outro aspecto está ligado ao nosso Coronel Comandante. Era um elemento respeitado, muito assíduo, muito disciplinado, disciplinador, de elogiável presença, além do que tínhamos grande respeito por ele porque tinha sido Comandante do Corpo de Cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Bom, sabemos que o Comandante do Corpo de Cadetes é um oficial escolhido a dedo, porque o Cadete se mira nele, faz dele o seu exemplo e procura espelhar-se à sua imagem. Era um indivíduo, entretanto, que, como na AMAN, também na tropa, colocava-se em um pedestal e não tinha contato com seus subordinados, fossem oficiais ou o que fossem. Em torno dele, o Estado-Maior. Mas teve, vamos dizer

assim, má sorte: o elemento de ligação dele com os oficiais era o seu Subcomandante, o Coronel Plínio Pitaluga, um revolucionário conhecido, mas que foi transferido, no final de 1963. Então, o Comandante perdeu o contato com o pessoal; entretanto nós conversávamos com os sargentos, com os nossos subordinados. Dizíamos o que sabíamos estar acontecendo, que permanecíamos atentos para algum problema, e que a melhor coisa, a única coisa que podíamos fazer naquele momento era manter a união, disciplinados e coesos, até o momento em que tivéssemos que tomar uma decisão, porque não sabíamos o que iria acontecer, efetivamente ou não.

Acredito que esse trabalho preliminar foi muito importante. Por que esse trabalho começou a ser feito? Porque o nosso Comandante viajava, no máximo, a cada 15 dias para o Rio de Janeiro, onde ficava, então, a sede do Ministério. E sempre que ele voltava, na segunda-feira, em plena formatura na EsSA, apresentava as novidades, alterações de interesse geral. A partir de 1964, passou a não falar mais e começou a irritar-se com qualquer conversa que acontecia no café da manhã, entre os oficiais que faziam o desjejum na Escola, onde ele também fazia sua primeira refeição.

Começou a irritar-se e, até, a tratar mal o elemento que abordasse qualquer assunto político. Poderia ser razoável em outra circunstância, por tratar-se de assunto político dentro do quartel, mas naquela circunstância era a natureza dos fatos. A coisa estava acontecendo de tal maneira que você tinha que tomar conhecimento de tudo.

O senhor acha que ele tinha um estilo de liderança peculiar?

Peculiar não, mas um tipo atrasado de liderança, liderança de um chefe que se coloca num pedestal. Pode ser uma pessoa excepcional, mas perde a ligação com os seus homens e naquele momento extremamente crítico. Podemos até dizer: conseguimos que não houvesse nenhum sargento contra a Revolução, todos foram favoráveis à Revolução, em virtude da ação dos oficiais.

Lá dentro da Escola mesmo, havia pouquíssimos revolucionários. A coisa foi mudando conforme a situação ia evoluindo. Durante um prolongado período, até 1963, fim de 1963, entendo que a grande maioria do Exército não era favorável a nenhuma Revolução, nem golpe, nem coisa nenhuma. Mas, esses acontecimentos: a rebelião de Brasília, o motim dos marinheiros, o comício do dia 13, e depois, também, o outro lado da questão, as Marchas da Família com Deus pela Liberdade, com esse mundaréu de gente, mostravam que aquilo ali era vontade do povo. Se eles botavam cem mil lá, São Paulo colocou seiscentos mil, então, pela matemática, tinha-se a vontade do povo. Isso foi modificando o estado de espírito do Exército, e aí começamos a nos reunir.

O senhor acha que houve um erro de avaliação da esquerda, pensando que o Exército, as Forças Armadas, estavam divididas?

Como disse inicialmente, houve uma divisão do Exército na questão da posse do Jango. Havia oficiais que não queriam ferir a Constituição; o clamor público também foi favorável... a campanha de Brizola... a opinião pública era favorável à posse de Jango. Só mais tarde é que o acerto daquelas previsões dos militares viria à tona.

Eles pensavam que se repetia a mesma coisa?

De certo modo. Achavam que havia um equilíbrio das forças, vamos dizer – não quero alternar esquerda ou direita por que não sou de direita – das forças políticas e isso era favorável à revolução deles, que sempre foram minoria. O equilíbrio dessas forças indicava a evolução da idéia socialista e o momento da Revolução se apresentava.

Ninguém tinha falado ainda sobre isso aqui, sobre esse erro de avaliação, eles pensarem que havia uma divisão nas Forças Armadas.

E havia, até como resquício da própria divisão já nascida na posse de Jango, mas isso foi se modificando. Creio que com a rebelião dos sargentos de Brasília, com o motim dos marinheiros e com o comício do dia 13, aquela expressiva maioria modificou o seu modo de pensar. Até o final de 1963 acho que havia.

Aí o que aconteceu? Fazíamos reuniões secretas e tínhamos escalado alguns elementos para conversar com uma meia dúzia de oficiais, nem isso, que constituíam o *staff* do Comandante, mas eles não abriram essa oportunidade ou fomos infelizes, o certo é que não conseguimos conversar. De certa forma, estávamos fora da Revolução, porque o General Mourão havia passado na EsSA e o Comandante tinha se declarado contra a Revolução. O Comandante, além de todos esses aspectos que citei, era o número um no quadro de acesso. Então, é claro, quieto ali, não queria que houvesse onda nenhuma que o prejudicasse.

No dia 1º, estávamos aguardando um pronunciamento do Adhemar de Barros para ter certeza de que nós, oficiais da EsSA, não iríamos embarcar num golpe, mas sim iríamos participar de uma reação, que concluíramos teria de existir. Naquele dia, o Comandante nos reuniu, na primeira hora, e falou: "olha, estou com uma autorização do Estado-Maior e do DEP, para que a Escola permaneça neutra". Aí, levantei – e eu era assinante do *Estadão* – e descrevi, mais ou menos, as coisas que estavam acontecendo, e declarei para ele: "Não concordamos com essa neutralidade. Em 1955, o problema foi estritamente nacional e político, então, julgamos que o DEP e o Estado-Maior do Exército agiram certos ao orientarem a AMAN para permanecer neutra. Agora não, vivemos um proble-

ma ideológico, e num problema ideológico não pode haver neutralidade. Somos favoráveis à Revolução."

É de imaginar aquele cara, com um tal tipo de Comando, quando um capitãozinho recém-promovido disse isso, o choque que ele levou. Então acrescentei:

– Quero pedir que o senhor nos deixe reunir aqui, quem está favorável à Revolução.

Ele concordou e saiu. Havia uns dois majores, um recém-chegado, que acredito ter ido até lá, exatamente, para provocar o problema na EsSA, disse:

– Não pode ser assim, porque não sei o que e tal...

– Olha, meu amigo, agora aqui dentro acabou o problema de hierarquia e tudo mas, trata-se de quem é favorável à Revolução e de quem é contra. Se os senhores não estão favoráveis, os senhores se retirem – disse para ele.

E eles se retiraram. Aí, enviamos um radiograma para o General Mourão – relato esse episódio, esperando que seja um ensinamento, mas que nunca precise ser utilizado: "Informo que 23 oficiais desta Escola e a totalidade dos sargentos são favoráveis à Revolução e estão à disposição de Vossa Excelência". Entregamos o rádio ao Comandante e ele só fez um acréscimo no texto: ...23 oficiais e a totalidade de sargentos desta Escola "sob o meu Comando"... – porque não era mentira, porque nós não o havíamos prendido. Tínhamos concordado que ficasse neutro e que nós iríamos agir ali... a nossa inexperiência. Dizem que chegou o rádio, o Mourão leu e disse:

– Esses miseráveis! Estão a favor da Revolução e sob o Comando desse pulha e jogou no lixo.

Depois tem uma história que o Mourão vai lá... e o pessoal vai ao Mourão. Eu mesmo não quis mais ir, mas o Alcedir foi. Depois houve inquérito e tudo mais, e parece que o encarregado foi o General Vale que tinha passado o Corpo de Cadetes para o Coronel.... Eram grandes amigos, mas tudo bem. Sobre isso General Alcedir pode contar alguma coisa com mais detalhe, mas penso que deveria contar isto aqui.

O senhor poderia falar um pouco mais sobre o Brizola, sobre o "grupo dos onze"?

O interessante é a forma como foram redigidos os documentos sobre os planos para a formação dos "grupos dos onze". As "Instruções Secretas" iniciavam com um "preâmbulo ultra-secreto" onde explicavam que o sujeito tinha que fazer um juramento, mas o compromisso tinha que ser muito cerimonioso para impressionar os companheiros. Quem tomasse conhecimento do documento, só a morte poderia liberá-lo do compromisso de honra assumido. Sabe, aquelas baboseiras do Brizola, metáforas e redundâncias que ele tem capacidade de falar e transmitir. Martelava aquilo todas as noites na Rádio Mayrink Veiga e a gente sofria.

O cabo Anselmo, numa entrevista que ele deu a um repórter, menciona que ele tinha uma lista de pessoas que seriam fuziladas, não é?

Lembro-me de ter lido. Aquelas "instruções ultra-secretas" eram uma verdadeira palhaçada, coisa que não dá para entender na cabeça de um político que pretendesse tivesse sido importante.

O senhor acha que o Brizola era comunista?

Na minha opinião, oportunista.

Li um artigo, um pouco antes da primeira eleição do Fernando Henrique Cardoso, escrito por Jorge Boaventura, intitulado "Os Surfistas da História". Entendo ser excepcional aquele artigo porque mostra que tais figuras são inteligentes e estão sempre na crista da onda: Se é o machismo, são machistas, se ateísmo, são ateus, se é globalização, estão na globalização, se têm que beijar a mão do Papa, estão lá com as mulheres beijando a mão do Papa, entendeu? Esses são os espertos. "Os Surfistas da História", quer dizer, eles estão sempre na crista da onda. É lamentável, mas o homem é assim. Muito bem.

E os fatos que ocorreram após a Revolução de 1964?

É a parte mais importante, porque é a mais contestada, particularmente o AI-5; a Revolução errou em não colocar as verdadeiras razões que levaram a esse ato de força.

Vitorioso o Movimento de Março de 1964, devemos enfatizar que as Forças Armadas, o Exército em especial, atenderam os apelos da população, mobilizada em diversos atos como as "Marchas da Família com Deus pela Liberdade" e muitas outras manifestações; apelos da imprensa que, de uma maneira geral, pressionava as Forças Armadas a tomar uma atitude em defesa da democracia. Exigiam que o Exército, as Forças Armadas de uma maneira geral, dessem o mesmo tratamento em termos de Executivo, Legislativo e Judiciário. É fundamental, então, recolher os artigos e editoriais dos principais jornais e revistas da época, em especial do início de 1964, para comprovar o que eu estou afirmando.

As forças vitoriosas, todavia, estavam perplexas ante a rapidez do desfecho, com o desmoronamento do propalado "esquema militar janguista", sem que se esboçasse qualquer reação. A precipitação do Movimento, partindo de Minas Gerais, fez a vitória da Revolução coincidir com a "Marcha da Família" programada para o Rio de Janeiro.

Com mais de um milhão de pessoas, essa grandiosa manifestação acabou transformando-se numa verdadeira festa de júbilo pela manutenção da democracia. As tevês e os jornais e as faixas que os manifestantes portavam atestam esta assertiva.

Esse episódio propiciou mais de um artigo da famosa revista Seleções com um sugestivo título "A Nação que se salvou a si mesma". Depois de alguns anos, em 1978, desejamos trazer a público esse artigo; inclusive a chefia da edição em português da Seleções tinha sido transferida para Lisboa, e um elemento – cujo prenome não recordo, de sobrenome Marinho – foi quem nos conseguiu contato com a direção, para que obtivéssemos autorização para publicá-lo...

Muito bem. A chamada desse artigo – penso que vale a pena ser lembrado – diz: "...a história inspiradora de como um povo se rebelou e impediu que os comunistas tomassem conta de seu País. Raramente uma grande Nação esteve mais perto do desastre e se recuperou do que o Brasil em seu triunfo sobre a subversão vermelha. Os elementos da campanha comunista para dominação, propaganda, infiltração, terror, estavam em plena ação. A rendição total parecia iminente, então o povo disse não". Estou certo de que essa parte aqui é uma verdade, quando afirma que o povo disse não, ou as Forças Armadas, em nome do povo, disseram não.

A contra-revolução, cristalizada na manutenção do regime democrático, resultou de excepcional reação da sociedade brasileira à corrupção, à estagnação econômica, à espiral inflacionária e à insegurança política e social que imperava no País.

Que fazer? A contra-revolução teria cumprido o papel tão-somente desalojando do Poder o Presidente da República e posto em fuga os seus comprometidos aliados? Na verdade, o problema era bem mais complexo: conciliar a manutenção das garantias democráticas, direito de todos os cidadãos, com medidas de prevenção contra os abusos, de modo a resguardar a democracia brasileira de novas ameaças. Diferentemente de outras oportunidades, tínhamos sido alvo de um movimento ideológico, era preciso não esquecer o que ensinara Lênin, no seu "Doença Infantil do Comunismo". "A burguesia vê apenas alguns aspectos do comunismo: a insurreição, a violência e o terror. Desde logo se esforça em preparar a resistência e a resposta a esses aspectos. É possível que a burguesia seja bem-sucedida em certos casos. Todavia, literalmente, o comunismo insinua seus viçosos brotos em todos os poros da vida social. Tendo o contágio penetrado no organismo, aí se instala solidamente e o invade por completo. Se, devido a um cuidado particular, se fecha uma dada brecha, o contágio sempre encontrará uma nova via, às vezes a mais inesperada." Essa era a preocupação do comando da contra-revolução, que já havia decidido que não era possível, diante da situação vivida, simplesmente trocar os governantes, entregando o Poder a um subgrupo da elite brasileira. Até porque era sabido que, caso guardassem alguma coerência com suas motivações ideológicas, esses mesmos dirigentes voltariam para contestar o regime, tão logo se encerrasse a fase aguda da repressão e fossem restabelecidas as garantias democráticas.

O primeiro impasse que surgiu foi conseqüente à idéia do General Costa e Silva que julgava prioritário fazer uma limpeza da área, enquanto o comando da Revolução dispunha de forças incontrastáveis. Mas seria convencido do contrário por alguns governadores e pelo Marechal Juarez Távora. Na verdade, essa limpeza não era coisa simples, como a prisão de alguns líderes, era uma tarefa ingente. Nós vamos verificar que era tão ingente que, inclusive, não foi eficaz.

Como anular os quadros mentais forjados em anos de propaganda ideológica, trabalhada persistentemente por milhares de propagandistas e doutrinadores fanáticos? As entidades que se organizaram e reagiram à situação anterior estariam ainda dispostas a participar dessa verdadeira desintoxicação ideológica? Não. Na verdade, conjurado o perigo iminente – como sói acontecer em ocasiões de crise – essas forças começaram a se dispersar, cada uma indo cuidar de seus interesses. A contra-revolução havia aglutinado forças heterogêneas e até antagônicas. Muitos políticos já agiam no velho estilo, atribuindo a esse episódio um sentido pouco diferente do que haviam vivenciado em situações anteriores.

Começavam a entrar em cena as postulações pessoais, de partidos, dos segmentos sociais, cada qual procurando fazer pender para o lado dos seus interesses o pêndulo do Poder. Eu vou apenas citar as etapas percorridas, que podem ser relatadas por pessoas que as viveram, com mais propriedade, para assinalar como a situação evoluiu para o que chamam de luta armada, na verdade, para a guerra irregular que em pouco tempo tivemos que enfrentar. Pretendo, restringir-me à seqüência que leva exatamente a essa guerra. O fato é que os impasses surgidos conduziram o comando revolucionário a editar, em 9 de abril, um Ato Institucional, o primeiro Ato verdadeiramente revolucionário que, no meu entendimento, transformou a contra-revolução em Revolução.

Embora pretenda tratar apenas da citada guerra, acho importante assinalar que o Ato Institucional estabelecia, no preâmbulo, destinar-se a assegurar, ao novo Governo a ser instituído, os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e social do Brasil. Os que tomarem conhecimento das informações relativas a essas áreas, concluirão que foi bem-sucedido. No meu livro, sem pretender entrar nessa seara, ao fazer análise da estratégia das organizações subversivas, sou obrigado a verificar as condições objetivas. Ao tratar das condições objetivas, é natural considerar a problemática econômica, social, financeira etc. E assim constatar, por felicidade, que houve um êxito que considero bastante significativo.

O Ato Institucional, para demonstrar que não pretendera radicalizar o processo revolucionário, decidia manter a Constituição de 1946, limitando-se a

modificá-la apenas na parte relativa aos poderes do Presidente. E para reduzir ainda mais os plenos poderes de que se achava investida, a Revolução resolvia, igualmente, manter o Congresso Nacional, com as reservas relativas aos poderes constantes do próprio Ato. O Ato institucionalizava o mecanismo de transferência do Poder Executivo, por intermédio de um Colégio Eleitoral que ficava encarregado de eleger indiretamente o Presidente. O Ato demonstrava o entendimento dos chefes militares – acho que está claro – de que suas intervenções ocorridas desde 1945 nada tinham resolvido. Estavam decididos a não repetir o erro de entregar o Poder a um subgrupo da elite política que poderia levar o País ao beco sem saída da corrupção e da subversão. Hoje, tenho a convicção de que nos teria conduzido a uma guerra civil, no mínimo.

Finalmente, é muito importante, no meu entendimento, o Ato deixava implícito que a Revolução trazia em seu bojo a determinação de realizar transformações profundas capazes de arrancar o Brasil da posição marginal que vinha ocupando na História, para torná-lo – ao contrário do que parecia ser o destino de outras nações periféricas – um País viável. Tivemos, então, a eleição do General Castello Branco, as primeiras eleições de governadores, sendo eleitos dois de oposição, criando suas próprias dificuldades para o Governo, mas tudo ia sendo superado com determinação.

Lembramos que, antes de 1964, tínhamos, atuando no País, cinco organizações subversivas: o PCB; o PC do B; a Organização Revolucionária Marxista – POLOP; o Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT) e a Ação Popular (AP). Cinco organizações antes da Revolução de 1964. Com exceção das prisões efetuadas logo após a Revolução, atingindo os líderes e os agitadores mais conhecidos, as novas organizações quase não foram afetadas. A polícia não possuía um serviço de informações bem estruturado, tanto que já em abril de 1964, a POLOP iniciava a organização de um núcleo guerrilheiro. Pouco afeito a ações clandestinas, seus militantes foram presos, e a pretensa guerrilha da POLOP desarticulada no nascedouro. Como seus militantes eram, na quase totalidade, residentes na Zona Sul no Rio, essa ação ficou conhecida como Guerrilha de Copacabana. As notícias dessa pretensa guerrilha, contudo, serviram para atrair para a POLOP setores radicais da esquerda.

Era um quadro de guerrilha urbana então?

É, eles procuravam montar um núcleo, seria um foco, mas dentro da cidade, dentro do Rio de Janeiro. É preciso também a gente considerar vários antecedentes. Já havia uma dissidência dentro do Partido Comunista, culpando-os pela derrota e pela linha política até aquele momento.

Esse teria sido o primeiro momento em que os esquerdistas pensaram na luta armada?

Não, desde a derrota da Revolução havia focos. Com o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética houve uma divisão quebrando o monolitismo da Rússia. E a China sempre pregou a luta armada. Cuba já estava presente, não queria ficar alheia ao movimento internacional e, também, pregava a luta armada.

Muito bem, já em maio de 1964, o PCB iniciou a sua rearticulação e, nas reuniões, discutiam as causas do fracasso da linha política (como acabamos de ver), acirrando a luta interna entre os radicais e os moderados do partido. Em junho foi a vez do PC do B reunir-se e decidir partir para luta armada. Mais rapidamente do que as esquerdas marxista-leninistas, haveriam de se articular os subversivos e inconformados políticos, que tinham fugido, a sua maioria, para o Uruguai. Sob a liderança de Brizola, montam uma ação que ficou conhecida como "operação pintassilgo". Ela previa o ataque a diversos quartéis, a tomada da Base Aérea de Canoas, no Rio Grande do Sul, e o bombardeio do Palácio Piratini. Com a prisão, em novembro de 1964, do Capitão Aviador Alfredo Ribeiro Daudt, todos os planos dessa operação caíram nas mãos da polícia e ela foi abortada.

O senhor falou que não houve uma preocupação em mudar muito o sistema político vigente no País e que foram eleitos dois governadores da oposição. Uma das maiores alegações da guerrilha, para que ela fosse aceita é a de que não havia espaço político, não havia espaço para exercício da política, por isso a guerrilha. Na verdade havia esse espaço?

Havia. Inclusive, inicialmente, o nome do meu livro seria A Grande Mentira, porque eles propalaram uma grande mentira, utilizavam isso como uma guerra psicológica.

E ela passava a ser verdade.

Induziam a população a acreditar que estavam combatendo a ditadura para implantar a democracia. Nós não vivíamos um regime democrático pleno, pois até o Governo de Costa e Silva afirmava que iria melhorar as condições democráticas etc. Ora, a população estava ávida para voltar à plenitude democrática e estava, psicologicamente preparada para receber a mensagem dos comunistas. Depois disso, o passo seguinte da grande mentira é que se eles eram defensores da democracia, os terroristas eram angelicais defensores da democracia.

Ainda sobre Ribeiro Daudt, ele estava preso no DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) e foi levado para a 6ª Companhia de PE (Polícia do Exército) em Porto Alegre, porque achavam que teria maior segurança. Muito bem, ele fugiu de lá. O oficial de serviço (Oficial de Dia) do dia em que fugiu era o Sr. Carlos Lamarca.

Em janeiro de 1965, e sob a liderança de Brizola, foi criada no Uruguai uma Frente Popular de Libertação. Recebeu adesão de militantes do PCB, do PORT, do PC do B e da AP. Em março decidiram desencadear um plano revolucionário. O comando das operações a ser desenvolvido no Sul foi dado ao ex-Coronel do Exército, comunista Jefferson Cardim de Alencar Osório. Os ditos revolucionários haviam adentrado o Estado do Paraná, na ocasião em que os presidentes do Brasil e do Paraguai inaugurariam a Ponte da Amizade, em Foz do Iguaçu. É interessante o comentário, porque os caras vinham fazer uma revolução e esqueceram de arrumar a viatura e foram de táxi. Invadiram o Brasil de táxi! Depois, um tal de Zébinho, arrumou um "ford-de-bigode" e foram até não sei onde. Muito interessantes essas trapalhadas do Brizola. Como os presidentes do Brasil e do Paraguai iam inaugurar a Ponte da Amizade em Foz do Iguaçu, foi dada ordem para que esses elementos fossem obstados de chegar até lá, fossem detidos. E nessas escaramuças, o Jefferson Cardim, fardado de coronel, fez um sinal para a viatura com tropas que se aproximava – tinha colocado seus homens na beirada da estrada – e armou uma emboscada. Lamentavelmente, aconteceu a primeira vítima fatal, o 3º Sargento Carlos Argemiro Camargo, da Companhia de Infantaria de Francisco Beltrão. Infelizmente, quando comandei a Região, sofri um acidente, não pude ir a Francisco Beltrão para prestar a minha homenagem ao Camargo.

Com essas ações, começaram também as mentiras que iriam alimentar uma guerra psicológica, que seria movida contra as Forças Armadas e o País, e que continua até os nossos dias. Essa mentira, ou meia verdade, é contada no livro "A Esquerda Armada no Brasil", onde está escrito, em determinado trecho: "Jefferson Cardim, depois de preso, conseguiu fugir do Brasil – é verdade, ele fugiu – e anos mais tarde foi entregue pelo regime militar argentino à ditadura brasileira, cujos grupos repressivos o torturaram até a morte em 1971." O livro mente, pois o Jefferson Cardim, alguns anos depois, fez umas declarações na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. Ele só veio a falecer em 1995, isto é, 24 anos depois, e de morte natural.

Afora esses fatos narrados, no ano de 1965 ocorreu importante cumprimento do calendário eleitoral com o pleito de governadores, tendo sido eleitos dois políticos da oposição para os dois dos mais importantes estados da Federação. A reação à posse desses governadores foi determinante para edição do Ato Institucional nº 2, que assegurou a posse de ambos e representou um passo importante na direção da normalidade democrática. Ocorreu um impasse e, talvez, houvesse um endurecimento muito grande se não tivessem sido retomados os poderes iniciais da Revolução, de que, precipitada ou prematuramente, se abrira mão.

Em 31 de março de 1966 tiveram início os atos terroristas, com a violenta explosão no prédio dos Correios, no Recife, próximo ao Parque 13 de Maio, onde havia uma aglomeração de estudantes, particularmente, para comemoração do segundo aniversário da Revolução – naquela época ainda se comemorava o aniversário da Revolução. Deu-se, ainda, uma segunda explosão na residência do Comandante do IV Exército (sem maior gravidade) e foi encontrada uma bomba falhada na Câmara Municipal, onde ocorrera uma sessão solene – também se fazia sessão solene – comemorativa do aniversário da Revolução. Cinqüenta dias depois, foram lançados coquetéis *molotov* contra a Assembléia Legislativa. No dia 25 de julho, uma série de três bombas voltou a sacudir Recife, uma das quais no aeroporto de Guararapes. Esta última provocou a morte de duas pessoas, um jornalista e um almirante reformado, e ferimentos em outras 15 pessoas, três das quais gravemente, inclusive um guarda-civil que teve uma das pernas amputadas. Apenas o acaso, representado pela pane do avião que transportaria o Marechal Costa e Silva – candidato a presidente – até o Recife, evitou uma tragédia de maiores proporções com aquele atentado. No aeroporto, informaram que o General não viria de avião, e sim de carro, deslocando-se direto para a sede da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), que era seu destino final, em Recife. A aglomeração já estava se desfazendo e por isso o atentado não provocou uma tragédia de maiores proporções.

Entram aí as primeiras perguntas: seriam, esses atos isolados, expressões radicais do descontentamento com a política econômica do Governo, com a situação política do Brasil ou seriam os primeiros movimentos de uma guerra irregular? A guerra irregular, ensina Friedrich August Von Der Heydte, que tem um livro publicado pela BIBLIEx (Biblioteca do Exército), pelo menos nos estágios iniciais é muito acanhada, de aparência pouco eloqüente, mas todas essas pequenas coisas obviamente se acumulam. O perigo de uma guerra irregular não declarada é imperdoavelmente subestimado.

Fidel Castro não aceitava desempenhar um papel secundário no desenvolvimento da revolução comunista mundial e voltasse para a Argélia. Os dois países programaram para 20 de julho de 1965, na abertura da Conferência Afro-Asiática, o anúncio do projeto revolucionário cubano-argelino. Na véspera, porém, desse evento, Ben Bella foi deposto. Em 17 de junho, quem chega à Argélia? O Embaixador argelino no Brasil, acompanhado do ex-Governador de Pernambuco, Miguel Arraes. Na Argélia, Arraes queria obter recursos que permitiriam, em ligação com Márcio Moreira Alves – esse jovem que se declara nosso amigo, mas que era um subversivo e fez uma propaganda tremenda contra a Brasil – criar e sustentar uma

Frente Brasileira de Informações, uma organização criada para denegrir, aos olhos do mundo, o nosso País, em especial as nossas Forças Armadas, por intermédio de um plano que, em sua concepção estratégica, visava, numa segunda fase, a tomada do Poder através da luta armada, tarefa do Movimento Popular de Libertação, por eles mesmos criado.

Apesar da dificuldade em conciliar a normalização constitucional com a natureza e o ritmo das ações revolucionárias, o que resultava em crises constantes e no estreitamento das bases de sustentação – com a política econômica apertando, uma fatia dos empresários deixou de apoiar a Revolução; Carlos Lacerda entendia que a Revolução só se realizaria efetivamente se ele fosse presidente da República. Se a eleição não fosse direta, a Revolução estaria contra ele – o Governo revolucionário dava, apesar de tudo isso, continuidade à sua estratégia. Era de absoluta prioridade que a Revolução se institucionalizasse. Nesse ano seriam realizadas eleições de governadores em outros 11 Estados, cujo pleito se daria já sob a vigência de um novo Código Eleitoral e da Lei Orgânica dos Partidos Políticos e, pela primeira vez, usar-se-ia a cédula oficial – creio que poucos lembram disso, antigamente era distribuída a cédula – aprovada pelo novo Código. A Constituição encontrava-se em elaboração por uma comissão de juristas renomados.

Além da legislação eleitoral e da Constituição, a Lei de Imprensa estava em discussão. A propósito, é interessante lembrar o editorial do *Jornal do Brasil* de 28 de setembro de 1966: "...não acreditamos que o Governo vá fazer uma reforma da Lei de Imprensa, se o Governo é que conseguiu manter a imprensa livre até agora" e outros artigos nesse mesmo sentido. Porque a imprensa era livre. O problema da Lei de Imprensa é até interessante. Roberto Campos fez uma exposição para os jornalistas sobre o problema da Lei de Imprensa; selecionou alguns artigos da lei vigente e leu. Defendeu aquilo como se fosse uma lei que contribuía para liberdade da imprensa, e os caras pensando que se tratava da nova lei, não aceitaram de jeito nenhum. O preconceito era muito forte.

Após exaustivos debates, foi encaminhado o projeto de Reforma Agrária, com previsão de desapropriação de latifúndios improdutivos com títulos da dívida pública. Foi uma questão muito séria para o Governo, porque os opositores da reforma denunciavam um retorno aos tempos de Goulart. É verdade que foi introduzido o problema da correção monetária e caberia ao Governo Federal a competência privativa para decretar impostos sobre a propriedade rural, o que atenuou muito. A reforma foi aprovada e se tivesse tido continuidade não teríamos, hoje, o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), porque o projeto era tributário, quem produzisse teria menos encargos, quem não produzisse, mais encargos. Depois de

tantos anos, acredito que o problema teria sido, pelo menos, extremamente atenuado. O Estatuto da Terra não provocaria menor agitação do que a Reforma Agrária.

A Reforma Administrativa já havia sido consubstanciada no Decreto-Lei nº 200 de 25 de janeiro de 1966.

Não foi menor a batalha no Congresso para aprovação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) que, segundo uma especialista italiana, "como solução social previdencial, era um *know how* de exportação". Os trabalhadores, aos poucos, foram aderindo e quiséramos nós que o PIS/PASEP tivesse alcançado resultado semelhante ao FGTS. Está aí, há mais de 30 anos, nunca foi modificado.

Em novembro de 1966, o presidente unificaria todo o sistema previdenciário, criando o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). As comunicações nacionais seriam integradas por satélite por meio da Embratel, recentemente criada na época. E dava-se seqüência, com tenacidade, à estratégia econômica, reduzindo à metade o índice inflacionário, apresentando um superávit de 600 milhões de dólares na balança comercial.

Enquanto o Comando Revolucionário ia implantando uma série de medidas – como vimos, do INPS, do FGTS, da Embratel – por outro lado esse ano, 1966, seria marcado pelo acirramento da luta interna no PCB. O crescimento da influência cubana incentivava os radicais. As células do partido implantadas em quase todas as universidades começavam a criar as dissidências que se desligavam da agremiação. Penso que discordavam da linha política dita reformista ou pacífica do partido. Nessa época, Vladimir Palmeira escreveu o seguinte, no já citado "A Esquerda Armada no Brasil": "...eu integrava, então, uma das dissidências universitárias... e tratava de criar uma organização nova, capaz de levar por diante a luta armada no Brasil". Dizia também: "...começamos este ano (referia-se a 1966) com uma perspectiva nova, a radicalização do movimento estudantil".

É preciso considerar também que, entre 3 e 15 de janeiro de 1966, realizou-se em Havana a primeira conferência de solidariedade dos povos da África, Ásia e América Latina, mais conhecida como Tricontinental. Nessa conferência, a tônica foi a defesa da luta armada, desde o discurso inicial do Presidente de Cuba, até o discurso de encerramento de Fidel Castro. Ao término da Tricontinental e por propostas do Allende, que já tinha sido eleito Presidente do Chile, foi criada, pelos países latino-americanos que haviam participado, a Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), cujo propósito era unir, coordenar e estimular a luta contra o imperialismo norte-americano. Essa sigla, como é sabido, em espanhol significa ondas. O que se pretendia com essa organização era inundar a América Latina com imensos vagalhões de luta armada.

E criar um, mil "Vietnãs", não é?

Isso aí. Depois vem o Guevara.

Ainda nesse ano, de 29 de junho a 11 de julho, realizou-se, em Cuba, o IV Congresso Latino-Americano de Estudantes, no qual proclamavam solenemente que "a luta armada constituía a mais efetiva e conseqüente forma de luta e que a tomada do Poder na América Latina tinha que ser feita através da violência revolucionária".

De fato, esse ano, a que se refere o Wladimir Palmeira, foi repleto de manifestações de rua e de conflitos estudantis com a polícia. No dia 23 de setembro, foi comemorado o Dia Nacional de Luta Contra a Ditadura.

Ainda neste ano de 1966, a dissidência universitária da Guanabara desligou-se do PCB e passou a ser conhecida como Dissidência Comunista da Guanabara, ou simplesmente Dissidência Guanabara.

A realização da Tricontinental e a criação da OLAS causaram agitação nos grupos brasileiros exilados no Uruguai. Em maio, realizaram uma reunião na casa do ex-Almirante Aragão que resultou na criação do Movimento de Resistência Militar Nacionalista (MRMN). Apesar dos planos de atos terroristas, o único ataque que se conhece desse grupo foi um atentado à bomba contra o monumento do Barão do Rio Branco, em Montevidéu.

Fidel Castro via no nacionalismo antimperialista de Brizola o canal preferencial da luta armada na América Latina, desse modo não foi difícil o restabelecimento de ligações entre ambos, interrompidas desde a Revolução de 1964, até porque Brizola enviara um representante dele para a Tricontinental e mantinha vínculos com Cuba.

E o Almirante Aragão ficou afastado desse processo?

O Aragão logo ficou doente passou ao Nicoll o comando daquele movimento.

O Cabo Anselmo, quando foi ao Uruguai, procurou o Brizola. Não foi ao Almirante Aragão a quem era ligado antes.

Eles estavam afastados, o Aragão e o Brizola.

Assim, o Brizola, com essas ligações, obteve a promessa de treinamento de guerrilheiros na ilha e auxílio financeiro que consta ter sido de mais de um milhão de dólares, embora o Luiz Mir diga que um milhão de dólares é pouco para fazer uma revolução na América do Sul. Brizola, rompido com o grupo militar que dele se afastara, pressionado por Cuba para justificar os recursos financeiros e, por outro lado, pelos seus próprios seguidores, criou o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR). É convencido pelos seus próprios assessores a tentar a forma guerrilheira, com base no foquismo, uma posição mais consentânea com essas ligações, pois Cuba defendia essa teoria revolucionária.

Aí, em 1966, teria início a infiltração de seus guerrilheiros no território nacional. Seriam instalados três focos guerrilheiros, um deles na região da Serra de Caparaó, entre os estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais.

No PCB, os críticos da linha política formaram o que se dominou de "corrente revolucionária". O Comitê Central transferiu os líderes dessa corrente para outros estados, mas sofreu logo de início uma derrota em São Paulo, onde Marighela, um dos líderes dessa corrente, foi eleito primeiro-secretário do Comitê Regional. Hostilizado pela Comissão Executiva do partido, Marighela demitiu-se dessa comissão, permanecendo porém, no Comitê Central do partido.

Surgiram também divergências do seio do PC do B. Em 1965, o PC do B enviara um grupo para treinamento de guerrilha, na China – o PC do B logo se afastou da Rússia e se ligou mais à China. O partido definira o campo como cenário principal para o desenvolvimento da revolução. Em 1967, mandaria a segunda leva. Um grupo de dissidentes, que não concordava com as teses do partido, foi dele expulso. Sem homogeneidade, esse grupo dividiu-se: uma parte, que não tinha intenção de abandonar o partido, e sim tentar modificar as suas resoluções, passa a autodenominar-se Ala Vermelha do PC do B. Essa dissidência, formada por militantes das "Ligas Camponesas" com curso de guerrilha na China desejava uma ação imediata contra o Governo. A outra parte dos expulsos formada por militantes do Nordeste, acusava o partido de não dar a devida importância à região nordestina, uma área estratégica para a guerrilha etc. e tal. Cria o Partido Comunista Revolucionário (PCR).

A Ação Popular em congresso clandestino realizado no Uruguai, havia já optado pela luta armada e iniciava a publicação de um jornal: *Revolução*.

Vale destacar que no projeto da Constituição que seria remetida ao Congresso, foi discutida amplamente entre os juristas e os ministros de Estado a introdução do estado de emergência, inspirado no famoso Artigo 16 da Constituição francesa. A idéia porém não prosperou. Uns acharam que era muito forte para a nossa formação liberal – para a França não era forte; para nós era – e outros achavam que era uma simples prorrogação do estado de sítio. O fato é que foi suprimido. Provavelmente se tivesse sido inserido esse dispositivo, ou uma emenda, ou algo semelhante a esse Art. 16 da Constituição francesa, nós não precisássemos ter, mais tarde, que editar o AI-5 com todas as desvantagens que o afogadilho acarretou.

O senhor falou que as organizações de esquerda foram se fragmentando e criando diversas tendências. Isso teria criado dificuldades para o combate àquelas organizações?

Penso que não. Pior seria se elas unissem e compusessem uma força só.

Havia dificuldade na identificação das organizações?

Não haveria dificuldade em identificar; acontece, porém, que os nossos serviços de informações eram péssimos. Não os tínhamos, praticamente, na época. Agora, você ter o inimigo fragmentado, em qualquer situação, é melhor do que o inimigo unificado.

Bem, o ano de 1967, tudo indicava, seria um ano de volta à normalidade democrática:

• discutida e aprovada no Congresso a nova Constituição entraria em vigor em 15 de março desse ano;

• a liberdade de imprensa permanecia intocada, como já disse; os editoriais que citei podem comprovar;

• o AI-2 perdia sua validade nessa mesma data, a da assunção do Marechal Costa e Silva.

• tendo seus militantes denunciados por habitantes da região de Caparaó, porque estavam roubando gado, galinha ou que bicho fosse para poderem se alimentar – tinham uma estrutura muito ruim, o aparato de apoio logístico era formado por intelectuais – a pretensa guerrilha de Caparaó foi desarticulada. No início de abril todos os "guerrilheiros" estavam presos.

Nós não vivíamos a plenitude democrática, mas também não seria lícito afirmar-se que o País vivia em uma ditadura. No máximo, um regime autoritário. Tanto é assim que o jornalista Flávio Tavares foi preso por sua ação na chamada "Guerrilha do Triângulo Mineiro", que ele foi organizar, após a aprovação do Brizola. Apresentando-se como "Dr. Falcão", Flávio Tavares reuniu-se com meia dúzia de pessoas no consultório de um dentista que desejava fazer a revolução na região.

Preso Flávio Tavares, Hermano Alves apressou-se a denunciar "uma escalada contra a imprensa". Para ele, a imprensa, pela sua livre operação no noticiário e no comentário, estaria a acelerar a perda de substância do Poder Militar. O jornalista Castello Branco assim comentou esse período: "...é interessante notar que Hermano Alves, ao não reconhecer as atividades subversivas de Flávio Tavares, admitia a livre operação da imprensa no regime que taxava de ditatorial".

Nesse ano, 1967, houve uma reunião da Corrente Revolucionária, dissidentes da linha política do PCB, mas seus elos também se romperam. Era o problema de divergência de suas estratégias. Não vou entrar em detalhes sobre estratégias de cada organização subversiva, mas existiam vários modelos para orientação – Cuba, a China, a Rússia etc. – e cada um tinha uma forma de tomada de Poder. Além da diversidade dos caminhos e do apoio externo, havia o personalismo de seus dirigentes. Todo mundo queria ser chefe; "muito cacique para pouco índio".

Em São Paulo, a Ala Marighela, formada quando ele se desligou do partido, seria transformada, em um primeiro momento, no Agrupamento Comunista de São Paulo, mais tarde na ALN. No Rio Grande do Sul, os dissidentes agrupar-se-iam na chamada Dissidência Leninista e, depois, participariam da formação do Partido Operário Comunista (POC). Os componentes da corrente nos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara criaram um partido renovado: o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR).

As dissidências universitárias traçaram os seus próprios caminhos diferentes dos seguidos pelos "correntistas". Também possuíam seus "chefinhos", seus Gabeira, Wladimir Palmeira e tal. Na Universidade Federal Fluminense, tomaria, inicialmente, o nome de MORELN (Movimento Revolucionário de Libertação Nacional), nome complicado. Com a morte do Che Guevara, em 8 de outubro de 1967, ela mudaria seu nome para MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro). Na Universidade Estadual da Guanabara, os militantes formaram a já citada Dissidência Guanabara; os dissidentes criaram a chamada Dissidência da Dissidência (DDD). Na Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, foi organizada a Força Armada de Libertação Nacional (FALN). Nesse ano ainda (1967), o PCB iniciaria o reconhecimento da área para desenvolver a luta armada no campo, deslocando seus primeiros elementos para Porto Franco, no Maranhão, divisa com o atual Estado de Tocantins. Também na POLOP, ocorreu um racha, após seu Congresso Nacional de setembro de 1967. A dissidência mineira iria criar o Comando de Libertação Nacional (COLINA). Em São Paulo, os dissidentes ligaram-se com os ex-militantes do MNR, que eram na sua maioria militares e iriam criar no ano seguinte a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

Embora o Governo estivesse preocupado com os desdobramentos de uma Frente Ampla que reuniria Lacerda, Juscelino e Jango, ao contrário do que se apregoava na época, o grande óbice para a normalização política do País não era essa Frente Ampla, mas as organizações subversivas, na sua maioria de corte comunista, e seus preparativos para a luta armada. Nesse ano, essas organizações já eram uma dezena e meia. Estamos em 1967: as cinco que já citamos e mais a Ala Vermelha do PC do B, o PCR, a DI da Guanabara, o MR-8, a DDD, as Forças Armadas de Libertação Nacional, o Agrupamento Comunista de São Paulo, a Dissidência Leninista do Rio Grande do Sul e também o MNR e a Resistência Armada Nacionalista (RAN), no Uruguai. Ainda que atomizadas pelo personalismo dos seus dirigentes, pela diversidade dos focos de radiação do comunismo e dos caminhos e apoios externos oferecidos, ninguém poderia afirmar que as dificuldades da luta não as levariam a uma possível aglutinação, ou pelo menos a empreender a ação "em frente", como ocor-

rera em várias ocasiões. A verdade é que as organizações estavam decididas, ou já haviam partido para a luta armada.

As organizações subversivas de corte comunista estavam convencidas de que um abismo político e teórico as diferenciava do PCB. Como escreveu Aarão Reis, um dos participantes dessa época: "De fato, questões substantivas as separavam. Para essas, a burguesia não possuía vocação revolucionária." – parte da estratégia do PCB considerava a burguesia e essas organizações achavam que não existia essa burguesia com vocação revolucionária – (...) "Rejeitavam igualmente o caminho pacífico e o jogo eleitoral. Em seu lugar, propunham a luta armada." Citando, ainda, Aarão Reis: "A luta armada, a guerrilha rural em suas várias versões, não eram perspectivas a serem elaboradas, eram tarefas imediatas. (...) Todos imaginando-se depositários da missão histórica de vanguarda da classe operária ou das massas populares. (...) Todas pretendiam agora encarnar o papel supostamente assumido pelos *bolcheviques*, na Rússia pré-revolucionária. (...) Havia urgência no desenvolvimento da luta e já em 1967 / 1968, as ações armadas começariam a ser desfechadas no Rio e em São Paulo, principalmente. (...) Ninguém realmente punha em dúvida as possibilidades de êxito da guerra revolucionária (ou da revolução brasileira)." Na verdade, a luta armada já tinha começado.

Rio/São Paulo era um grande centro, mas o Poder estava em Brasília. Em Brasília não houve praticamente luta armada.

Brasília, naquela época, não tinha expressão nenhuma, como até hoje não tem em termos de controle, de comando.

Bom, com uma sintética exposição sobre a situação em 1968, quero aproximar-me do final de minha narração. Embora superficial, creio que é importante, porque dá uma idéia da conjuntura vivida nessa época.

Em 1968, o movimento que nasceu no nosso País provocaria um premeditado enfrentamento, agravado com a infeliz morte de um estudante pela polícia do Rio de Janeiro, criando um mártir que, tenho certeza, seus mentores desejavam. Nessa época, tanto Moscou como Pequim instruíram seus agentes a concentrarem as ações sobre os jovens, e queriam fazer com que essa contestação ocorresse em todo mundo livre. Era o aproveitamento de um momento peculiar.

Independentemente dessas articulações ideológicas, a conjuntura internacional mexia com a cabeça dos jovens, naquele ano: a Guerra do Vietnã, a invasão da Tchecoslováquia pela Rússia. Era também o ápice de um período de enormes transformações, com a televisão criando o tempo real das notícias, cultura de massas e uma revolução sexual que vinham desde a Segunda Guerra Mundial. Os

jovens queriam uma transformação profunda dos costumes e da estrutura educacional. Movida pelos ideais de um mundo melhor e ardilosamente incentivada pelas ideologias, a revolta dos jovens acabou gerando uma onda de violências.

Na Itália – acho interessante essas comparações – as universidades foram tomadas pelos estudantes. Na França, foi fechada a Universidade de Nanterre e a polícia foi chamada para ocupar o *campus* da famosa Sorbonne. Cerca de 10 mil estudantes entraram em choque com a polícia. A violência nas ruas de Paris, provocou a morte de um operário e um estudante. Na Alemanha, nas primeiras manifestações, um estudante foi morto. Tumultos, então, ocorreram, simultaneamente, em mais de duas dezenas de cidades, sendo os confrontos mais violentos ocorridos em Berlim, com mais de quinhentos feridos, entre policiais e civis. Quando foi descoberta uma rede de subversão que coordenava essas demonstrações, o Governo de Bonn proibiu qualquer manifestação.

Manifestações semelhantes ocorreram em praticamente todos os países da América. Nos Estados Unidos, foram centenas de demonstrações de vulto, sendo que na Universidade de Kent quatro estudantes foram mortos. Nada menos que quatrocentas universidades americanas foram ocupadas pelos estudantes. O confronto mais violento neste período ocorreu no México. O número oficial de mortos foi de 28 e cerca de duzentos feridos, mas esses números devem ter sido muito superiores ao difundido.

Em meados de maio, a França estava paralisada com mais de seis milhões de trabalhadores em greve. O Partido Comunista apresentou um voto de censura ao Governo, o que levou o Ministro do Interior a fazer na Assembléia Nacional um amplo relato sobre a ação subversiva no chamado movimento estudantil. Esse pronunciamento do Ministro foi tão esclarecedor, que foi impresso e distribuído a pedido de embaixadas e de organismos governamentais de diversos países que viviam uma situação semelhante.

O Ministro, na exposição, tratou dos grupos revolucionários que estavam infiltrados no movimento, seus objetivos, suas ações, a luta psicológica, os apoios internacionais, citando inclusive a Conferência Tricontinental de Havana etc... Ao tratar dos fins, Raymond Marcellin – é o nome desse Ministro – declarou, textualmente, que "o verdadeiro objetivo perseguido era a derrubada pela força do Governo e a destruição das instituições republicanas e da democracia". Veja bem, a França!

É interessante registrar duas frases da longa exposição do Ministro; a primeira, quando ele trata da guerra psicológica e diz: "a luta psicológica é da própria essência da subversão. Não nos deve surpreender (...)se a mentira tem

sido sistematicamente difundida como elemento determinante da ação". A segunda, nas conclusões, quando trata da exploração da juventude para fins políticos: "não há tráfico mais indecoroso e maquiavélico do que esse". Tivemos problemas nessa área? Lógico, acabamos de relatar que ele foi comum em todo mundo livre.

Hoje o pessoal não tem mais idéia de como era o ambiente naquela época.

Muita gente não se lembra desse problema dos Estados Unidos, do México, da França, mas o que quero reafirmar com a nossa comparação, mesmo com poucos dados relatados sobre outros países, é que o nosso problema foi até bastante atenuado, embora tivesse tumultuado bastante a vida do País.

O já citado Wladimir Palmeira, apreciando esse período, faria a seguinte analise: "Das grandes manifestações de 1968, muitos foram os jovens que saíram para integrar organizações guerrilheiras urbanas. Nesse sentido, o trabalho político, dentro do movimento estudantil, deu os seus frutos. (...)O fato concreto é que, a partir de então, existe no Brasil uma esquerda que faz a revolução com as armas na mão." Isso também consta no livro "A Esquerda Armada no Brasil".

A luta armada foi uma opção da esquerda, sugerida de fora ou uma reação à ação do Governo?

Era idéia do movimento comunista que tinha uma central dirigente, o "Komintern". A luta armada não foi uma reação ao Governo, mas exatamente o contrário, uma opção da esquerda. O que vou dizer é exatamente isso. Relacionarei, apenas, as principais ações armadas realizadas em 1968, somente pelas mais importantes organizações, para dar uma pálida idéia do que ocorria no País.

• Em 20 de março, houve um atentado à bomba contra a biblioteca do Consulado norte-americano, em São Paulo.

• No dia 5 de abril, um atentado idêntico, contra a sede da Polícia Federal, em São Paulo.

• No dia 19 de abril, durante uma passeata no Rio de Janeiro, três veículos do Exército que não estavam envolvidos na manifestação, mas estavam circulando, foram incendiados.

• No dia 21 de junho, no Rio, uma nova passeata, carros foram incendiados, lojas saqueadas, resultando em quatro mortos, sendo um deles um sargento da Polícia Militar (PM) – atingido por uma máquina de escrever atirada do alto de um edifício.

• No dia 22 de junho, ocorreu um assalto ao Hospital Geral de São Paulo, numa operação muito bem planejada onde nenhum tiro foi disparado e nove FAL (Fuzil Automático Leve) foram roubados.

• No dia 10 de agosto, o assalto a um trem pagador da estrada de ferro Santos-Jundiaí, no qual participou o atual Secretário-Geral da Presidência, Sr. Aloysio Nunes Ferreira – terrorista que tem outras passagens com essa qualificação.

• No dia 28 de junho, houve um assalto à pedreira Fortaleza, na Rodovia Raposo Tavares, onde foram roubados cerca de vinte caixas de dinamite e grande quantidade de detonadores.

• No dia 1º de julho, foi assassinado o Major do Exército Alemão Edward Otto Maximiliam. Esse rapaz era meu colega de turma de ECEME, não pertencia ao quadro principal do Exército Alemão, uma espécie de QCO (Quadro Complementar de Oficiais) ou coisa parecida, mas era um indivíduo muito simples, simplório até. Como havia morrido o Che Guevara, a ordem foi vingar sua morte. O Gary Prado, Oficial do Exército Boliviano, também era da minha turma de ECEME e estivera envolvido com a morte do Che Guevara. Na verdade, ambos estavam no curso de Estado-Maior, como vários oficiais de outras Forças Armadas de nações amigas. Os terroristas confundiram o oficial alemão com o Gary Prado e o mataram. Assassinaram um inocente, tanto que nenhuma organização subversiva se apresentou, porque pegaram os documentos na pasta dele etc. Os familiares do alemão viveram um verdadeiro inferno, porque, como nada tinham roubado dele – naquela época nem se pensava em crime político – a polícia dizia que era coisa de marginais. Acharam que ele era traficante e a família, além do trauma da perda do marido num país estranho, ainda teve que suportar a investigação. Mais tarde, em face das condições econômicas do oficial, bem como de suas atividades, as suspeitas foram consideradas infundadas. Depois, o Gorender revelou os autores do assassinato.

• No dia 2 de julho, houve a ocupação da PUC (Pontifícia Universidade Católica) / São Paulo, levada a cabo pelos estudantes; no dia 12 desse mês, invadiram a Reitoria da USP (Universidade de São Paulo) e no dia 24, a ocupação da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco dessa mesma universidade.

• No dia 3 de julho, dezenas de estudantes portando metralhadoras, coquetéis *molotov* etc. ocuparam as faculdades de Direito, Filosofia e Economia da USP.

• Nesse mês de julho, chegaram ao Brasil o primeiro grupo de 25 militantes da já então Aliança Libertadora Nacional, do Marighela, com treinamento em Cuba.

• No dia 26 de junho, foi lançado o carro-bomba contra o QG (Quartel-General) do II Exército, no Ibirapuera, com a morte do sentinela, o soldado Mário Kozel Filho e ferimentos em outros.

• No mês de agosto, foi descoberto um desfalque no banco em que trabalhava Jorge Medeiros Valle – que ficaria conhecido como "o Bom Burguês" – e que esses recursos foram repassados para organizações subversivas.

• No dia 29 desse mês, houve um tumulto, na Universidade de Brasília, com várias viaturas policiais viradas e incendiadas, um episódio muito sério.

• No dia 20 de setembro foi executado um assalto ao quartel da Força Pública do Estado de São Paulo, tendo sido assassinado o sentinela, o soldado Antônio Carlos Jeffrey.

• No dia 12 de outubro, assassinaram, na porta de sua casa, um Capitão do Exército dos Estados Unidos, Charles Rodney Chandler.

• No dia 25 de outubro, no Rio de Janeiro, militantes assassinaram Wenceslau Ramalho Leite, quando lhe roubaram o carro.

• No dia 27, houve um atentado à bomba contra a loja da Sears, da Água Branca, SP.

• No dia 7 de novembro, o Sr. Estanislau Ignácio Correa foi assassinado quando lhe tomavam o carro.

• No dia 11 de dezembro, verificou-se um assalto à casa de armas Diana, que era uma das maiores de São Paulo.

• Nesse mês, houve uma ação ousada, quando, nada menos do que trinta militantes, com uma dezena de carros, assaltaram a firma Rochester S/A – Armas e Explosivos, em Mogi das Cruzes, na Grande São Paulo, levando cerca de vinte caixas de dinamite, outras tantas bananas de gelatina explosiva e quatro sacos de cloreto de potássio.

Em 12 de outubro realizou-se, em Ibiúna, no interior paulista, o XXX Congresso da UNE. No meu entendimento, tudo foi feito para que houvesse a delação do congresso e a prisão em massa, o que de fato ocorreu. Fidel Castro e Marighela estavam convencidos de que somente os estudantes poderiam mobiliar as organizações militaristas e que o desencadeamento da luta só seria possível se seu “braço armado” saísse do meio estudantil. Em entrevista que fiz, o Dr. Lúcio Vieira, Diretor do DOPS de São Paulo, no período 1969 / 1973, me declarou que embora apenas dois e meio por cento dos detidos tivessem sido pronunciados no inquérito policial, cerca de 98,5% se tornariam militantes de organizações subversivas.

Bem, em síntese, mais de cinqüenta atentados tinham sido realizados, a maioria em São Paulo, tendo como alvo quartéis, jornais, meios de transporte coletivo e representações diplomáticas. Haviam realizado dezenas de assaltos a bancos e a carros pagadores para “expropriação” de fundos, vários assaltos a pedreiras para roubo de dinamite e de cordéis detonantes e diversos assaltos a casas de armas e a unidades militares e policiais para roubo de armas e munições.

Em suma, a luta armada tinha começado.

A “operação limpeza” mostrara-se ineficaz e quatro anos depois estávamos diante de um perigo maior do que o enfrentado em 1964.

Na verdade, havia começado uma guerra irregular, como tal, não declarada, conduzida às ocultas, sub-repticiamente. Uma guerra que é, freqüentemente, a mais impiedosa, porque foge a qualquer limitação, a começar pela mais antiga delas, exatamente a que tornou a guerra limitada: o princípio de que a violência na guerra deve ser empregada somente por determinadas pessoas, denominadas soldados ou militares, porque fardados e perfeitamente identificados.

Como bem disse Von Der Heydte, um especialista nesse meio: "...a guerra irregular é, de qualquer maneira, uma guerra. É guerra real não um substituto da guerra, nem uma operação que se aproxima da guerra – ou qualquer outra expressão que se pudesse usar numa circunscrição semântica". E nessa guerra, não apenas os participantes se escondem na clandestinidade com uso de codinomes, histórias de cobertura etc., eles mentem sobre seus verdadeiros objetivos.

No caso, fizeram melhor. Como a população brasileira rejeitava o regime que desejavam implantar, negavam seus próprios objetivos. Especialistas em técnicas psicológicas inverteram os termos da equação, utilizaram a técnica do "falso ideal". No caso, passaram a trabalhar a "idéia força", mais aceitável, de que a reação armada foi o único caminho deixado pelo regime ditatorial para o restabelecimento da democracia. Assim adotaram como *slogan* "a defesa dos ideais democráticos", sem revelar com que propósito, ou induzindo à crença de que esse era o objetivo da luta. A simples cronologia dos acontecimentos que vínhamos apresentando – que não estão detalhados; muitos deles nem se sabia que os responsáveis eram essas organizações subversivas, achando que era um meliante comum – mostra de maneira cristalina essa inversão dos fatos. Então o Ato Institucional nº 5 foi o efeito dessa guerra irregular, foi a busca de instrumentos para combater a causa, ou seja, a guerra irregular movida pelas organizações subversivas.

O que disse antes, sobre o Artigo 16 da Constituição francesa que trata do estado de emergência, isto é, se estivesse previsto na nossa Constituição de 1967, possivelmente não teríamos tido necessidade de editar o Ato Institucional, que foi oportuno, mas não sei se foi adequado. Foi até de afogadilho e, no caso, poderia ter sido pensado e colocado expressamente naquela Constituição. Assim o regime autoritário provocado exatamente pela escalada de luta armada no País e, como a população não havia sido – e não foi até hoje – informada com clareza das razões do AI-5 e ansiava pela retomada plena do regime democrático, estavam criadas as melhores condições objetivas para inoculação dessa "Grande Mentira", embora ela representasse uma enorme incoerência: os nossos comunistas não desejavam implantar um regime comunista – um regime pelo qual estavam lutando, um regime marxista-leninista, que é, exatamente, a negação absoluta da democracia. Tenho dito.

General-de-Brigada Ernani Jorge Corrêa

- Natural da Cidade do Rio de Janeiro, RJ.
- Entre as principais funções militares que exerceu, destacam-se as seguintes: Instrutor da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em dois períodos: de 1951 a 1952 e de 1956 a 1957, no Curso de Cavalaria; E-3 do Comando Militar do Planalto; Chefe da Seção de Informações do Gabinete do Serviço Nacional de Informações (SNI), servindo, nessa ocasião, com o General Médici; Comandante do 1º Regimento de Cavalaria de Guarda (1º RCG) de 1970 a 1974; Chefe da 5ª Seção do Estado-Maior do Exército (EME); Comandante da 3ª Brigada de Cavalaria Mecanizada situada em Bagé, no Rio Grande do Sul; Diretor de Armamento; e Diretor de Assuntos Sociais.
- No exterior: Adido do Exército junto à Embaixada brasileira no Paraguai.
- Possui todos os cursos regulares do Exército e a Escola Superior de Guerra.
- Na eclosão da Revolução era Tenente-Coronel, Comandante do Curso de Cavalaria da Academia Militar das Agulhas Negras.

Entrevista concedida em 8 de novembro de 2000.

Ao manifestar minha satisfação por participar desta entrevista, declaro que estou aberto a qualquer pergunta e responderei a respeito de minhas experiências no período da Revolução de 1964.

Hoje são conhecidas diversas versões sobre o que ocorreu antes e durante a Revolução de 1964. Uma delas é que, antes do Movimento revolucionário, havia no Brasil um clima de muita liberdade, de debates, um ambiente em que os pleitos eram feitos abertamente; a revolução veio encerrar esse estado de liberdade que existia no Brasil. Qual a impressão do senhor sobre isso?

Bom, liberdade propriamente, não existia, tratava-se mais de liberalidade que conduzia para outros caminhos que não os desejados pelos que amavam o Brasil. Acredito que o Movimento de 1964 acarretou um grande benefício para o nosso País; não fosse ele, qual seria hoje a nossa realidade sob o império de doutrinas espúrias que não aprovávamos? Mas tudo ficou decidido, naquela oportunidade, com o Movimento saindo de Minas Gerais, do qual participei, afinal, pela função que desempenhava na Academia Militar.

Qual era o ambiente nos quartéis, no meio militar, na fase imediatamente antes da Revolução, no seu caso, especificamente, na Academia Militar?

Vivi os dois anos que antecederam o Movimento, na AMAN, onde servia, desde 1962. Era um ambiente de trabalho, de atividade escolar como teria que ser. Os oficiais, além dos inúmeros afazeres, instruíam os cadetes de maneira a prepará-los para enfrentar qualquer imprevisto que surgisse. A instrução de oficiais e sargentos, sempre ministrada com muito empenho e dedicação, fortalecia o espírito de união. Era primordial conscientizá-los para o clima de incertezas que o País respirava. Dessa forma, quando eclodiu a Revolução, com orgulho constatamos que a Academia enfrentou galhardamente a situação. Apenas destoou um pequeno número de oficiais e sargentos, com espírito diverso da expressiva maioria. Como Comandante do Curso de Cavalaria, envaidecido, já constatara que, no nosso meio, não haveria qualquer dificuldade. Três oficiais que foram presos, na oportunidade, três tenentes, felizmente, não pertenciam ao Curso de Cavalaria. Atribuo esse desvio à falta de orientação aos três rapazes que estavam, dois, na Seção de Moto e um na Seção de Educação Física. Os que serviam nos cursos, de Cavalaria e nos demais, todos se portaram de maneira tranqüila e disciplinada, de acordo com os desafios e missões que se apresentavam.

Houve algum problema relacionado a cadetes?

Aparentemente, dois problemas: um no Curso de Infantaria, outro no de Intendência. Nos demais cursos não houve caso de que se tivesse tido conhecimento.

Existia algum planejamento específico da AMAN para a participação no Movimento?

Existia um plano de emprego da Academia, que foi executado com bastante precisão, pelo que alcançou o resultado desejado.

O plano foi executado sem nenhum treinamento específico?

Nenhum treinamento. Apenas planejamento minucioso para atender todas as situações previsíveis.

O senhor gostaria de acrescentar mais algum detalhe sobre os antecedentes da Revolução na Academia?

Não, nada mais que ache relevante, porque nos dedicávamos ao trabalho de conduzir a instrução dos cursos para a formação do futuro oficial.

Quem era o Comandante na época?

O Comandante da Academia era o General Médici.

E o Comandante do Corpo de Cadetes?

O Comandante do Corpo de Cadetes era o Coronel Potyguara.

O senhor acha que as Forças Armadas, em particular o Exército, foram intérpretes da vontade nacional quando foi deflagrada a Revolução de 31 de Março?

Não há dúvida de que sim. O Exército se conduziu como o braço armado do povo, que para ele se voltou de forma a exigir sua atuação.

Houve alguma reunião na Academia após desencadeado o Movimento?

A Academia já estava ocupando seu dispositivo inicial, após entendimento com o Comandante do II Exército, General Kruel. Além de assegurar o livre trânsito em direção ao Rio de Janeiro, o objetivo era impedir a aproximação das tropas que viessem dessa cidade. E isso aconteceu exatamente. A Academia com os cadetes, oficiais e, também, efetivos do Batalhão, ocupou posições a cavaleiro da estrada Rio–São Paulo.

Quanto à reunião, na Academia, provocada pelo General Médici, que acolheu lá os generais Kruel e Âncora, este vindo do Rio, Comandante do I Exército e respondendo pelo Ministério da Guerra (denominação da época), porque o Ministro efetivo estava doente, resultou no compromisso que evitou o choque de proporções imprevisíveis.

A possibilidade de uma divisão no seio das forças do Exército, aventada por alguns, teve reflexos na Academia?

Não houve isso na Academia. A Academia não se dividiu. Os poucos elementos, já identificados como favoráveis à situação, foram neutralizados antes da eclosão do Movimento, afastados de suas funções e presos.

Em que momento a Academia saiu para ocupar as posições a cavaleiro da Rio–São Paulo?

O estudo de situação continuado e a solicitação do Comandante do II Exército, determinaram a necessidade de emprego da Academia, em tempo útil, para impedir que a tropa que vinha do Rio de Janeiro se defrontasse com a de São Paulo. Esta foi a equação de tempo.

O senhor se lembra de como recebeu essa ordem, no Curso de Cavalaria?

Lembro-me perfeitamente, porque foi um dia assim muito especial. Estávamos na cerimônia do casamento de um tenente do Curso de Cavalaria, quando ouvi, pela primeira vez, a notícia do movimento das tropas de Minas Gerais. Logo em seguida, o Comandante do Corpo de Cadetes, também presente, determinou que os oficiais fossem uniformizar-se e apresentar-se na Academia. Por volta das oito horas da noite, saímos do Círculo Militar e fomos cumprir as ordens iniciais. Até a madrugada do dia 1º, ficamos acompanhando os acontecimentos, sempre em reunião com o Comandante do Corpo de Cadetes e todos os Comandantes de Cursos. Até que, em determinado momento da madrugada, pelas quatro horas, cinco horas, talvez, fez-se a última reunião com os Chefes de Cursos, quando recebemos a informação de que iríamos iniciar o deslocamento.

E o senhor não recebeu alguma ordem específica?

Tomei conhecimento de que seria o Comandante do Destacamento...

Deveríamos preparar os cursos e sair. Fui encaminhado ao Gabinete do Subcomandante para receber a minha missão, a missão do Destacamento: deslocar-se de Resende, na direção de Barra Mansa, onde deveríamos instalar uma linha de defesa, para impedir a passagem da tropa do Rio de Janeiro.

Na altura de Barra Mansa, então?

Na altura de Barra Mansa. Como faltava pouco tempo para alvorada normal, sugeri ao Comandante do Corpo de Cadetes que nada fizesse àquela hora, deixasse que os cadetes fossem acordados com toque de alvorada. Daí iniciaríamos os preparativos para sair da Academia, e isso aconteceu.

Os preparativos demoraram o dia todo?

Não, não. Ali pelas oito horas da manhã, já estávamos na estrada. O Curso de Cavalaria, como destacamento precursor, foi imediatamente lançado e, em se-

guida, o Curso de Infantaria, com a tropa toda motorizada, dirigiu-se para a linha de defesa estabelecida. Nós, praticamente, nos instalamos naquela manhã.

Em Barra Mansa?

Antes de Barra Mansa, bem antes. O fato curioso é que, ao receber a missão, o Subcomandante da Academia, transmitindo-nos a ordem, informou-me de que o Batalhão de Barra Mansa estaria à nossa frente, na estrada. Então, o primeiro encontro da tropa do Rio ocorreria com este Batalhão e não com elementos da Academia. Ainda no meu deslocamento para a frente, fui chamado ao telefone na fábrica de explosivos *Dupont*. Era o Comandante do Batalhão de Barra Mansa, querendo saber onde me encontrava. Respondi que, se fizera contato, necessariamente, sabia minha posição. Eu é que queria saber onde ele estava, porque, para mim, deveria encontrar-se à minha frente. Respondeu-me que estava em Volta Redonda, com a tropa, e não podia sair de lá por causa do movimento que estava ocorrendo na Siderúrgica. Aí concluí que não havia ninguém na frente dos elementos da Academia.

Algum tipo de dificuldade nesse momento de chegada a Barra Mansa, para estabelecer a linha defensiva? Como o pessoal se sentia?

Correu tudo tranqüilamente. Procedíamos normalmente no cumprimento de uma missão. A única coisa que me agoniava é que o tempo estava passando e a tropa de São Paulo, que viria nos substituir, não chegava. Mais tarde, quando os primeiros elementos fizeram contato comigo, já estava anoitecendo e eu disse ao oficial que não seria conveniente fazer uma operação daquelas – de substituição – sem luz. Ficou acertado que seria no dia seguinte.

Como é que o senhor, Comandante do Destacamento, dispôs o pessoal no terreno?

A localização dos pontos que balizavam a linha determinada, quando recebi a missão, foi repassada diretamente para o Comandante do Curso de Infantaria, na oportunidade o Major Geise Ferrari. A minha tropa ficou, logo atrás, para acolher os infantes, se necessário fosse. A Artilharia já se encontrava em posição, à retaguarda.

Basicamente, cada Comandante de Curso escolheu a sua posição?

Não, não foi assim. As posições foram estabelecidas pelo escalão superior. Tanto que, inicialmente, deram uma primeira linha para a Infantaria que, depois, deu um lanço para tomar novo dispositivo.

Enquanto isso, no correr desse dia, acolhemos, lá na frente, uma subunidade (Bateria) do Grupo de Artilharia que vinha com a tropa do Rio de Janeiro. Quando

foi designada a posição que o Grupo deveria ocupar, uma Bateria desgarrou e entrou nas nossas linhas, para integrar-se aos revolucionários.

Portanto as tropas no Rio já estavam próximas das posições.

Sim, estavam próximas. Nós já tínhamos conhecimento...

A que distância mais ou menos se encontravam?

Pouca distância, não mais do que cinco quilômetros.

Quase houve o contato?

Não ocorreu porque, nesse meio tempo, o General Âncora passou, dirigindo-se à Academia. Deve ter dado ordem para deter a progressão de seus comandados, porque iria conferenciar com o General Comandante da Academia e o Comandante do II Exército.

Foram dia e noite tensos, complicados, não é General?

Sem sombra de dúvida.

O senhor pode relatar algum fato especial, algo interessante que tenha ocorrido nessa fase?

Apenas um detalhe. Depois que já estávamos instalados, aguardando a chegada da tropa de São Paulo, o Comandante do Corpo de Cadetes, Coronel Potyguara, assumiu o comando do Destacamento. A última providência que tomei foi comunicar ao oficial do II Exército – de Caçapava, se bem me recordo – que não sairia dali ao anoitecer, só no dia seguinte, o que aconteceu já no comando do coronel.

O senhor permaneceu lá dois dias, praticamente.

Um dia e uma noite. O dia 1º e a noite de 1º para 2, quando, lá pelas nove horas, retraímos. Toda a Academia.

Sem confronto, as tropas do Rio logo retornaram?

Não estou certo. A Academia fervilhava de gente, foram muitos os oficiais de outras Unidades que se dirigiram para lá. Uma tal quantidade que organizaram um acampamento no campo de esporte, ali no (*estádio*) Mark Clark. Eu não sabia. Houve uma solenidade, um desfile da tropa que retornava, entrando na Academia, sob incontida euforia. Depois, cada Curso voltou às suas instalações. Outro episódio marcante: o General Zerbini, Comandante de uma Brigada em São Paulo, não aceitou a decisão do General Kruel, saiu de lá e foi preso por tropa da Academia, quando passava na estrada para o Rio. Depois, lá dentro da Academia, foi apresentar-se ao General Kruel que, sem olhar para ele, estendeu-lhe a mão, para o cumprimento. Soube disso posteriormente.

E como era o moral do pessoal, mesmo antes que a situação se definisse?

O moral era extraordinário. Todo mundo trabalhando da melhor maneira possível e com o maior entusiasmo, vibração de cadete mesmo.

Todos os cursos estiveram sob o seu comando?

Todos os cursos e muita gente do Batalhão de Comando e Serviços da AMAN, porque a tropa era completada também por soldados, mas a maior parte era de oficiais e cadetes.

É interessante acrescentar que, naquele período em que estivemos destacados, muita coisa aconteceu na Academia, que, só mais tarde, fui tomar conhecimento. Muitos oficiais de outras partes do Brasil chegaram, querendo incorporar-se ao movimento. Isso causou bastante embaraço, no que diz respeito a instalar e alimentar todo o pessoal. O almoço do dia 2 foi realizado em vários turnos, a ponto de o último começar a almoçar às 4h da tarde.

Muita gente.

E gente acampada no Campo de Instrução, no setor de Educação Física e em outras áreas.

Foram dias bem tumultuados mesmo, não?

Sem dúvida.

Qual a sua apreciação sobre o atributo "liderança", naqueles tensos momentos que o senhor viveu?

Bom, posso afirmar que, no decorrer de toda a operação e inquietude por que passamos, só pensávamos em cumprir a missão.

Com a tropa que estava lá na frente, se dificuldade houve, foi a de conter o pessoal.

Como é que a imprensa, particularmente a rádio de Resende, se comportou?

Bem, houve coisas lá em Resende, como por exemplo, a atitude do prefeito da cidade, que se apresentou ao Comandante da Academia, preso. Entregou-se! Mas o General Médici não aceitou a rendição dele.

Por quê?

Porque não via razão. Mas, aí "tinha coisa". Ele tinha alguma "culpa no cartório". Tanto assim que não tendo sido aceita, inicialmente, a sua rendição, mais tarde, acabou detido.

A rádio de Resende e uma rádio de Furnas Centrais Elétricas foram ocupadas por gente da Academia, por determinação do General Médici. Havia, também,

um morro com instalações diversas. Foram os oficiais professores que ficaram encarregados disso – controlaram a imprensa falada, escrita e televisada.

Houve uma proclamação do Comandante. Foi feita pela rádio?

Foi feita pela rádio e principais veículos de difusão: o Boletim da Academia e o *Alambari*, um jornalzinho acadêmico.

Houve a total censura da imprensa?

Inicialmente, foi necessária.

O senhor identificou alguma ideologia no Movimento de 1964?

Ideologia, propriamente, não... não vi. A preocupação era combater o comunismo e restaurar a ordem.

O senhor acha mesmo que o nosso Movimento de 31 de Março de 1964 foi uma Revolução?

Não, não acho que tenha sido revolução e sim uma contra-revolução. Se não houvesse esse Movimento, talvez ocorresse uma revolução de esquerda para mudar o regime.

O Movimento de 1964 trouxe benefícios ou prejuízos para o País?

Estou convicto de que só trouxe benefícios. O fato de o Castello Branco ter sido escolhido para primeiro Presidente foi uma bênção, porque era um homem preparado, um homem sério. No pouco tempo em que exerceu funções, realizou coisas importantes para o País. Era um militar estudioso, que exerceu funções de destaque no Exército. Os governos revolucionários que se lhe seguiram, também foram benéficos para o País. E estenderam seus benefícios até os nossos dias.

Como o senhor viu o período perturbado pelo terrorismo e pela guerrilha, em especial a de Xambioá?

Foi um período crítico para nós. Felizmente e graças a Deus, conseguimos neutralizá-los ou destruí-los. Repressão, "anos de chumbo", essa coisa toda que propalam por aí até hoje, é puro "revanchismo". Deve ter havido excessos, isso é normal, é claro que houve, mas o saldo, para mim, foi positivo.

Penso que tudo isso que aconteceu satisfez uma necessidade. Os Atos Institucionais e organizações criadas para o combate à luta armada se tornaram

imprescindíveis e, de certo modo, foi coisa ainda muito branda, em face da conduta anti-revolucionária.

A Revolução durou o tempo certo, durou demais, ou de menos?

Talvez o tempo adequado a seus objetivos. O que mais lamento em tudo isso é que fomos tão condescendentes que, hoje, todos os que combatemos estão em postos de mando, nos prejudicam, a nós militares e ao País de um modo geral.

Os integrantes das Forças Armadas se beneficiaram pessoalmente?

Negativo. Nada do meu conhecimento... Por exemplo, nenhum governante militar saiu rico do Poder. Nenhum. E acho até que foram muito contidos conosco. Poderíamos estar hoje em melhores condições. Castello Branco foi o primeiro e nunca se serviu do Poder em benefício próprio. Aliás, nenhum militar, no Governo, trabalhou em proveito próprio, ou mesmo em proveito das Forças Armadas.

O senhor gostaria de comentar algum outro aspecto sobre os vinte anos da Revolução?

O que penso e muitos crêem é que o País foi tirado de uma situação deprimente, alcançou um período de desenvolvimento e de progresso muito grande. Tudo melhorou, na minha opinião e na opinião de outras pessoas não comprometidas com o "revanchismo". É uma pena que os governos que sucederam aos governos revolucionários não tenham mantido a linha de progresso e crescimento econômico.

Houve um período de desengajamento, a abertura política no final do Movimento revolucionário. O que tornou esse processo irreversível?

Acho que foi um excesso de escrúpulos.

Os integrantes do Movimento revolucionário tinham o cuidado de não transformar o nosso País numa ditadura. Tanto assim que havia sempre a preocupação em deixar o Poder, em preparar o País para as alternativas democráticas. Isso aconteceu, mas não da maneira como gostaria que fosse.

A conjuntura internacional influenciou no processo?

Acredito que sim.

Depois da abertura, já iniciado o ciclo dos governos civis, tem havido "revanchismo"?

Sim, e de maneira sórdida. A criação do Ministério da Defesa, nos moldes em que foi realizada, buscou, entre outras motivações, alijar os ministérios militares da cúpula do Governo.

A imagem do Exército, hoje, vem apresentando elevados índices de aceitação junto à sociedade. De modo geral, as Forças Armadas, como Instituição, têm maior aceitação junto à sociedade?

Junto à sociedade sim, mas não junto às autoridades.

Como o senhor interpreta isso?

Elementos desavisados no Governo, ou fora dele, de vezo revanchista, desvirtuam a importância das Forças Armadas para o País. O povo, de um modo geral, admira, sente-se bem em relação às Forças Armadas. Os revanchistas, ideológicos ou não, cometem um grave erro, porque estão investindo contra uma Instituição que só atua em benefício do Brasil. Pode chegar a hora em que as autoridades, o povo e o País poderão ficar desprotegidos, porque suas Forças Armadas estão sendo submetidas a esse processo espúrio gerado pela cretinice dos revanchistas.

Como o senhor compara os dias de hoje com os vividos antes de 1964?

Antes de 1964, a falta de autoridade abriu caminho para a derrocada do Governo. Seguiram-na a subversão e a ruína do Estado. Hoje a falta de autoridade é disfarçada pelos reclamos de uma democracia de conveniência, na qual os aproveitadores têm o caminho livre para a corrupção. De dinheiro e de Poder.

Que mensagem final o senhor deixaria sobre a Revolução de 1964?

O que mais lamento é que nos sacrificamos pelo povo brasileiro e por nosso País e, entretanto, hoje, os jovens nada sabem sobre a Revolução, ou a conhecem de forma distorcida e desvirtuada. Lamento não termos sabido, em todos esses anos de governos revolucionários, esclarecer o real significado de nosso Movimento, em benefício do País. E me preocupa bastante, porque as autoridades atuais desconhecem os incontáveis sucessos alcançados pela Revolução, seja pela ignorância, seja pela falta de compromisso com a verdade.

Agradeço a oportunidade de falar sobre recordações até então represadas em meu íntimo. Espero que sirvam aos propósitos que a motivaram.

General-de-Brigada Dickens Ferraz

- Entre as funções que exerceu, destacamos a de Instrutor na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO); Instrutor na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME); Chefe de Gabinete do Departamento Geral de Serviços (DGS); Chefe de Subseção da Agência Central do Serviço Nacional de Informações (SNI); Chefe de Gabinete da Diretoria de Armamento e Munições (DAM); Comandante do 6º Grupo de Artilharia de Costa Motorizado (6º GACosM), em Praia Grande, SP; e Comandante do Colégio Militar de Belo Horizonte (CMBH).
- Como Oficial-General, exerceu as funções de Comandante da 3ª Brigada de Cavalaria Mecanizada.
- No exterior: Foi Chefe da Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai.
- Possui todos os cursos regulares do Exército e o Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE) da Escola Superior de Guerra (ESG).
- Na eclosão da Revolução de 1964 era instrutor da AMAN.

Entrevista concedida em 11 de outubro de 2000.

Muito bem. Atendendo à convocação de vocês, que muito me honra, tomei a liberdade de recuperar algumas informações e episódios ocorridos na época da Revolução, na Academia Militar das Agulhas Negras, como testemunho de um Capitão instrutor, meu cargo na época. Procurarei abordar o assunto, inicialmente, fazendo algumas considerações sobre os antecedentes históricos. Observações minhas e que, sem falsa modéstia, acredito tenham valor, porque retratam o sentimento de um oficial, ainda jovem, naquela quadra.

Começarei por 1961, quando ocorreu a renúncia de Jânio Quadros e o País passou a viver dias de muita intranqüilidade e incerteza. Intentavam implantar no País uma ideologia completamente divorciada da conduta livre e democrática que sempre caracterizou a vida do povo brasileiro. Eram empregadas técnicas que, já naquela ocasião, identificávamos como de guerra revolucionária. A infiltração subversiva se verificava em todos os campos do poder nacional. Não só no Poder Executivo, mas acontecia também no Legislativo, no Judiciário, bem como nos setores da indústria e outros de real importância para a vida econômica do País, principalmente na área de produção da energia.

Mesmo as Forças Armadas – aí englobamos Exército, Marinha, Aeronáutica – não ficaram livres dessa infiltração que a gente considerava deletéria, porque tumultuava, era provocativa e, sobretudo, antinacional. Creio que não podemos deixar de lembrar a sublevação de militares ocorrida em 1963, se não me engano, em setembro de 1963, em Brasília, quando o Supremo Tribunal Federal negou provimento à causa da elegibilidade de praças, mais uma tentativa, no campo político, de infiltração ideológica nas Forças Armadas. Nessa ocasião, o Supremo negou por contrariar um dispositivo constitucional. O resultado disso qual foi? Cerca de quatrocentos sargentos, particularmente da Marinha e da Aeronáutica, rebelaram-se na capital do País, de onde, na oportunidade, estranhamente, se ausentara o Presidente da República. São fatos extremamente marcantes, porque, na própria capital federal, ocorre uma sublevação de sargentos das Forças Armadas e o Presidente da República encontra-se ausente.

Atos de indisciplina, de quebra da hierarquia, marcaram a série de motins de marinheiros e fuzileiros navais, estimulados pelo próprio Comandante do Corpo de Fuzileiros Navais, um Almirante que chegou a participar de passeatas carregado pelas ruas do Rio de Janeiro. Um almirante fardado conduzido nos braços de marinheiros rebelados. Então, fatos dessa natureza chocaram a sociedade, como tantos outros que viriam a acontecer mais tarde. Naquela ocasião, considerávamos que as Forças Armadas estavam sendo ofendidas no seu pundonor, nos seus valores mais tradicionais. Durante o comício da Central do Brasil, na primeira quinzena de março

de 1964, se não me engano no dia 13, foram empregados soldados do Exército para garantir a manifestação de anarquia e indisciplina, um exemplo deprimente de inversão de padrões hierárquicos e valores, principalmente da tradição castrense.

Nessa época, foi marcante a reação do Chefe do Estado-Maior do Exército, de saudosa memória, General-de-Exército Humberto de Alencar Castello Branco que, no dia 20 de março, através de circular dirigida aos subordinados, alertava sobre os perigos que rondavam as Forças Armadas, com o agravamento da situação inconseqüente, e que se lançavam os círculos de menor graduação contra os próprios chefes. Esse alerta do General Humberto de Alencar Castello Branco foi, seguramente, uma das grandes motivações de reação, não só do Exército, como das Forças Armadas, convictas de que havia uma liderança, segura e consciente da sua missão, diante de uma realidade, a ausência dos chefes, ou pelo menos sua escancarada omissão.

O descalabro, então, culminou com a assembléia no Automóvel Clube do Brasil quando o Presidente da República confraternizou "democraticamente" com as praças das Forças Armadas e das Polícias Militares, prometendo a esses grupos novas oportunidades de promoções e vantagens, o que naturalmente provocou a discórdia, a cizânia no seio das Forças Armadas e na própria Polícia Militar.

As reações surgiram através de sucessivas manifestações, tais como a posição do Chefe do Estado-Maior do Exército e outros repetidos movimentos de protesto da sociedade civil. O mais tocante, porque espontâneo, foi a Marcha da Família com Deus pela Liberdade que mobilizou massas populares em diversas capitais estaduais, verdadeiras multidões que demonstravam sua aversão pelo que se passava e a opção pelas liberdades democráticas. Acredito que, nessa ocasião, os valores das Instituições e os sentimentos da maioria do povo brasileiro foram mais do que exaltados pela presença espontânea da grande massa, na via pública. Recordo-me de que esses movimentos foram noticiados pela mídia e causaram realmente um grande impacto em todos nós.

Na Academia Militar das Agulhas Negras, por exemplo, a gente sentia esse clima no ambiente de cadetes. Eram jovens sonhadores e idealistas, preocupados com a profissão e o futuro, mas que não deixavam de prestar atenção aos noticiários, na televisão, principalmente. Em Minas, o Governador Magalhães Pinto mantinha estreito contato com o General Mourão Filho e com outras autoridades civis e militares, que se articulavam para preparar o Movimento. Viu-se, depois, que foi acertado para eclodir no alvorecer do dia 31 de março de 1964. Esses acontecimentos – e eu dou meu testemunho com muita tranqüilidade – foram acompanhados dentro da Academia pelos Oficiais instrutores e pelos cadetes.

Sinteticamente, poderia descrever o ambiente que antecedeu o Movimento, da seguinte forma: no meio civil, circulava uma intensa propaganda de cunho ideológico, contrária à organização democrática de governo e favorável à adoção do socialismo sindical, com um governo popular em oposição às ditas elites dominantes. Havia uma insegurança geral quanto aos rumos da política nacional, orientada por um Presidente da República que se solidarizava com a radicalização da política socialista de esquerda: com os incentivos às greves generalizadas; com as inversões de programas e planejamentos de governo nas áreas econômicas e sociais; atuando no meio sindical e empresarial, com promessas e ameaças, até, aos gestores; com uma ação política especial, como por exemplo, do extremamente atuante aliado político do João Goulart, Leonel Brizola, com a pregação diária e sistemática na Rádio Guaíba, lá do Sul, do Rio Grande do Sul, que era muito ouvida na periferia da Cidade do Rio de Janeiro. Leonel Brizola fazia suas pregações socialistas, de esquerda, inclusive eivadas de incentivos à violência.

A insatisfação popular era generalizada, muito embora contida pela formação pacífica e tradicionalmente democrática da grande massa do nosso povo. Registre-se, também, de que crescia a radicalização política proveniente de instituições, cujas lideranças não representavam, na realidade, os verdadeiros anseios da Nação brasileira. Lideranças que se encontravam à frente de organizações marcadamente importantes, inclusive nas Forças Armadas. Assinale-se, nessa época, também, as ameaças dos movimentos armados que se articulavam nas áreas mais pobres da Nação, desde o Nordeste até o extremo Sul do País, com as "Ligas Camponesas" e as propaladas iniciativas de Leonel Brizola que incentivava a constituição dos "grupos dos onze". Além de tudo isso, a participação oportunista de políticos e até do clero.

Constatava-se que a Nação ansiava pela reação de suas forças vivas, com vistas à harmonia política e a estabilidade do desenvolvimento: vontade de um povo ordeiro, tradicionalmente pacífico e solidário, que é o povo brasileiro.

Identificávamos, inequivocamente, no ambiente civil, uma confiança muito grande nas Forças Armadas, evidenciada, inclusive, pela insuspeita – e eu faço questão de dizer isso – insuspeita articulação de lideranças civis no processo de desenvolvimento do Movimento revolucionário de 1964, a exemplo do que aconteceu em Minas Gerais, reunindo o Governador da época e a autoridade militar ali situada. Era ostensivo o repúdio que a sociedade devotava aos regimes totalitários vigentes nos países ditos socialistas ou comunistas da época. Isso no meio civil.

No meio militar, mais ou menos, se repetia esse mesmo quadro. Havia preocupação com os possíveis reflexos da insidiosa propaganda esquerdista no seio

das Forças Armadas, principalmente nos estabelecimentos de ensino de formação. Nós que nos encontrávamos na Academia, tínhamos toda a atenção voltada para a formação do cadete. Isso se verificava nas escolas de formação, na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) de onde eu viera, antes da Academia, e escolas de especialização, caso, por exemplo, da Escola de Comunicações.

Até me recordo de um fato que é muito interessante para ser lembrado. Havia um capitão, cujo nome era Monteiro, da Arma de Infantaria, turma de 1948, seguramente, o último da turma. Trabalhava com o General Punaro Bley e presenciou o quebra-quebra do jornal *Binômio* em Belo Horizonte, depois que um jornalista agredira o General. O grupo de oficiais que servia com o General empastelou o jornal. O Capitão Monteiro escreveu-me uma carta – nunca mais me esqueci disso – quando fui nomeado Instrutor da Academia. É importante para lembrarnos do que ocorria no meio militar.

Escreveu na carta: "Dickens, muito cuidado na orientação dos nossos cadetes. Não sou o mais recomendado para aconselhá-lo, pois sou dos últimos da minha turma, mas possuo valores éticos, como militar, e queria lembrá-lo de que a AMAN, hoje, está buscando, não porque ela o queira, mas por conseqüência da situação, seus candidatos a oficiais até nas favelas do Rio de Janeiro. Então vocês precisam ter muito cuidado na formação desses moços e na sua orientação, porque o dia em que a favela descer, ninguém segura mais este País, em termos de ordem." Isso me marcou muito naquela ocasião e fui buscar orientação na Seção Psicotécnica da Academia para fazer uma análise do Corpo de Cadetes. Esse fato, estou lembrando porque estamos falando de 1964...

O que está acontecendo no Rio de Janeiro hoje? A favela desceu, a pobreza não assistida resultou no que estamos presenciando em termos de violência. Mas apenas para lembrar, nesses detalhes, a importância de um conceito emitido por um idealista, naquela época – esse rapaz já faleceu há muitos anos. Morreu, não era Major ainda.

No meio militar, podemos, ainda, destacar, havia ação segura e cuidadosa na difusão de informações sobre o que se passava, inclusive as técnicas e processos das atividades subversivas que ocorriam em todo o País. Tais ações nos levavam aos idos de 1935, quando utilizaram as mesmas iniciativas e condutas no seio das Forças Armadas.

Foram, então, desenvolvidas palestras e selecionados temas curriculares sobre o Movimento Comunista Internacional (MCI), desde as suas origens, o caráter ideológico, os objetivos, técnicas e táticas de convencimento e aglutinação, formação de quadros de liderança e tudo mais. Presentes a essas conferências e

palestras, também delas participávamos, levando aos subordinados – no caso do nível de cadetes – todas as informações.

Havia forte evidência de infiltração ideológica no meio militar, como nos movimentos de insurgência dos sargentos. A insegurança era muito grande quanto ao posicionamento de algumas chefias militares nas decisões de cunho político, como o possível emprego das forças militares na iminência de uma ação contrária ao Movimento Comunista Internacional.

De qualquer forma, no meio militar havia repúdio ao Movimento Comunista Internacional e, como conseqüência, grande preocupação quanto à posição demagógica do Presidente da República, João Goulart, na condução dos destinos do nosso País. Mais ainda, e principalmente, com o seu aliado político, Leonel Brizola, voltado para a pregação subversiva constante e clara, no incentivo à criação dos "grupos dos onze"; com as "Ligas Camponesas", sob a liderança de Francisco Julião; e com o apoio de oportunistas e de parte do clero esquerdista. Esse era o quadro, vamos dizer, sintético.

Agora, gostaria de abordar os acontecimentos na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Comecemos por 1963. Terminara o Curso de Aperfeiçoamento, em 1962, juntamente com um outro oficial de Artilharia, Etualpe José Fonseca Duarte, também General, hoje na reserva. Fomos convidados, ainda durante o curso da EsAO, para sermos instrutores do Curso de Artilharia da AMAN, pelo Instrutor-Chefe da época, o então Major José Maria Toledo de Camargo, mais tarde General e assessor de relações públicas, na época do Presidente Geisel, na Presidência da República.

Nesse ano de 1963, no Curso de Artilharia, desenvolvemos um trabalho gigantesco. Sob a liderança destacada do Major José Maria Toledo de Camargo, oficial brilhante, inteligentíssimo, dotado de uma capacidade de trabalho extraordinária, fizemos a reestruturação completa dos currículos de instrução, particularmente da instrução técnica, da qual eu era o responsável.

A instrução técnica de direção de tiro mudou, totalmente, em 1962, na EsAO. Uma evolução que se processou após o retorno de oficiais aperfeiçoados nos Estados Unidos, designados instrutores da EsAO. Alterou-se totalmente o sistema de direção de tiro. Por isso, a necessidade de promover a atualização dos instrutores do Curso de Artilharia da AMAN, para o desenvolvimento do ano letivo. Foi uma missão grandiosa. Em dois meses, preparar, praticamente, uma revisão curricular total e com a introdução de um sistema novo de direção de tiro. Os antigos instrutores que encontramos – tenentes – reagiam. Era normal. Com as aulas já preparadas, tinham que modificar tudo. Houve um trabalho intenso e simultâneo com atualização e modernização dos currículos.

Em paralelo, o Comando da Academia e o Comando de Corpo de Cadetes faziam realizar palestras relativas à Guerra Revolucionária, sobre a atuação do Movimento Comunista Internacional e suas técnicas, difundiam relatórios de caráter reservado, relatórios de informações que nos proporcionavam o quadro geral da situação no País, isso em 1963. Na verdade, acompanhávamos o evoluir da situação vigente no ambiente nacional.

O ano terminou, um trabalho intenso, mas regular. Recebemos, então, nova leva de instrutores a preparar para o ano de 1964, renovação que atingiu dois terços dos instrutores do Curso, e fomos surpreendidos com a indicação do nosso Instrutor-Chefe, o Major Toledo de Camargo, para realizar um curso no exterior – ele foi mandado para França – e nós ficamos órfãos do competente instrutor-chefe. Então, com todas essas implicações, dois terços de instrutores novos, tivemos que refazer o mesmo trabalho realizado em 1963, para orientar os tenentes que não conheciam as novas técnicas... Dessa forma, repetimos a tarefa pesada.

Chegamos a 1964 com esse quadro. Cadetes de uma turma – e volto àquele ponto inicial – sob desconfiança, por suas origens. Foram desenvolvidas investigações de caráter psicológico, através da seção competente, na AMAN. Aproveito para lembrar a atuação de um companheiro de turma que exerceu influência muito grande nesse procedimento, mais tarde General, Antônio Carlos Bittencourt de Andrade. Fomos aspirantes na mesma Unidade, em Juiz de Fora, onde começamos a lide castrense como oficiais. O Bittencourt, a quem substituí na AMAN, me alertara também sobre esse problema ligado às origens do nosso pessoal – dos cadetes – e foi garimpando as informações que começamos a melhor observar o comportamento e a realidade, a vontade desses moços de serem oficiais, bem como suas crenças. Tivemos algumas surpresas, mas não de modo a caracterizá-los como elementos voltados para a esquerda, muito pelo contrário. Nós os víamos, sim, penalizados pelas dificuldades de vida, nascidos em famílias extremamente carentes, mas que mostravam um entusiasmo muito grande para superar os obstáculos. E foi sob tal enfoque, nessa fase, que encontramos a motivação para despertar naqueles moços os verdadeiros valores que sempre temos defendido. Como disse, o ano letivo teve início com uma equipe nova de instrutores. O Instrutor-Chefe interino era o Capitão Haroldo Ferreira Dias, um paranaense de boa cepa que acumulava as funções de S3 no Curso de Artilharia. O Capitão Haroldo pertencia a uma turma antes da minha, era mais antigo, então coube a ele ficar como chefe.

No dia 31 de março, o Curso de Artilharia encontrava-se de sobreaviso. Nesse mesmo dia, casava-se um tenente do Curso de Cavalaria, se não me engano o Flávio Acauan Souto, com a filha de um coronel professor. A maior parte dos

oficiais estava voltada para o casamento do Tenente Souto e a outra parte, de "molho", aguardando o que pudesse acontecer.

Conhecidos o manifesto de Minas Gerais e a posição assumida pelo General Mourão Filho, imediatamente acorremos aos Parques e colocamos os cadetes em ordem de marcha, prontos. Como mineiro não abri mão de me aliar às tropas de Minas Gerais. Tive o desplante de, acompanhado de outros oficiais, como Geise Ferrari, Raphael Cittadino de São Paulo e Antônio Mendes Ribeiro, dirigir-me ao Corpo de Cadetes para saber a posição do Comandante do Corpo de Cadetes e do Comandante da Academia. Queríamos saber! Estávamos dispostos, se não recebêssemos uma resposta em tempo, a sair e levar conosco aqueles com quem tínhamos certeza de contar, os cadetes inclusive, para galgar a Serra de Itatiaia em direção a Minas Gerais. Sem falsa modéstia, tivemos a coragem de chegar lá e dizer isso. O Comandante do Corpo de Cadetes era uma alma extraordinária. Ouviu-nos com a maior serenidade e respondeu: "Vocês se acalmem, retornem aos Parques, que daremos solução em trinta ou quarenta minutos." E, realmente, o Coronel Moacyr Barcellos Potyguara, mais tarde General-de-Exército, dirigiu-se ao comando da Academia e retornou acompanhado do Subcomandante, o então Coronel Antônio Jorge Corrêa, e informou que o General Médici havia decidido empregar uma tropa da Academia, constituída pelos oficiais e seus cadetes, além do Batalhão de Comando de Serviços, que já estava de prontidão.

É preciso que a gente, também, esclareça o seguinte: por que aquela ânsia? Estávamos vivendo, a essa altura, o dia 1º de abril. Já havia notícia da situação em Minas Gerais. Os contatos realizados, no Corpo de Cadetes, e a decisão do Comandante da Academia, praticamente, nos davam a motivação verdadeiramente patriótica para efetivar aquele anseio de reação que não apenas sentíamos, mas existia no meio de oficiais, cadetes e no meio civil, também. Os noticiários das estações de rádio e de televisão eram acompanhados, acarretando a incerteza e a preocupação para oficiais e cadetes, já organizados em grupos operacionais, levando-os a tomar as primeiras iniciativas.

De pronto foi empregada uma tropa chamada de ponta, formada pelo Curso de Cavalaria, sob a liderança do Major Ernani Jorge Corrêa, irmão do Antônio Jorge Corrêa, o Subcomandante da Academia. O Major era o Instrutor-Chefe do Curso. O Curso de Cavalaria, ponta do grupamento, dirigiu-se até a região das mais altas elevações de Barra Mansa, seu primeiro destino. Planejou-se, e depois efetivou-se o lançamento do segundo escalão, o Curso de Infantaria, sob o comando do Capitão Geise Ferrari – também órfão de Instrutor-Chefe: o Coronel Harry Schnarndorf fora designado para tirar o curso de Estado-Maior na Alemanha. Ele e

o ex-Instrutor-Chefe de Artilharia, o Major Camargo, já estavam no Rio, nessa época. Por isso, os Cursos de Artilharia e de Infantaria estavam nas mãos de capitães. Com muita honra para os capitães, sem dúvida.

Pois bem, o segundo grupamento seria o de Infantaria que deveria assumir uma posição defensiva um pouco mais atrás, na região do Ribeirão da Divisa, região essa que depois foi mudada, quando o Curso de Infantaria a atingiu. Ficou resolvido que ele se lançasse mais à frente, até as alturas de Barra Mansa. E o terceiro grupamento, comandado por mim, Capitão Dickens Ferraz na época, era formado por uma Bateria de Obuses 105 milímetros que tinha por missão apoiar a posição defensiva.

O General Médici havia decidido estabelecer a posição defensiva até que as forças de São Paulo chegassem à região de Resende. Sua decisão foi tomada após ligar-se, imediatamente, com o General Amaury Kruel, e ter recebido informações – depois soubemos – do General Âncora, no Rio de Janeiro, de que tropas do I Exército estavam se deslocando na direção de São Paulo. Já que ficaria no meio desse bolo: São Paulo de um lado e o Rio de outro, decidiu tomar sua decisão.

Tomou-a na hora precisa, de forma extraordinariamente equilibrada, lançando os cadetes como força de contenção, que chamo de escudo moral, porque entestava seguramente a força mais potente do Exército, o I Exército, com o GUEs que marchava à frente: o Grupamento de Unidades Escola enquadrava o Regimento Escola de Infantaria, o Grupo Escola de Artilharia, altamente treinados, como sempre foram.

Comandei a Bateria sob forte tensão. Meu Oficial de Reconhecimento, mais tarde General de quatro estrelas, era o 1º-Tenente, Marcello Rufino dos Santos, por mim escolhido. Para Comandante de Linha de Fogo, designei o 1º-Tenente de Artilharia, Luiz Seldon da Silva Muniz, mais tarde Oficial-General que teve como Auxiliar de Linha de Fogo o Tenente de Artilharia, recém-chegado na AMAN, José Carlos Lisboa da Cunha. Foi esse o trio de oficiais que selecionei. Lembro-me de que afirmara: "Não vamos fazer manobrinha, isso é guerra e vou escolher quem eu quiser." Selecionei esses oficiais pela segurança que me transmitiam no dia a dia do trabalho da Academia. Já tinha experiência de um ano com eles e, para que fique registrado – isso é muito importante –, a Bateria de Artilharia não dispunha de comunicação alguma, de rádio nenhum, somente 250 tiros de Obus 105 milímetros. Era a munição passível de ser empregada em qualquer eventualidade de apoio de fogo que nos fosse solicitado.

A AMAN estava "mal das pernas". Utilizávamos nos deslocamentos o contato visual e planejávamos a comunicação "fio" quando parássemos. Os deslocamen-

tos que fizemos, como artilheiros, foi por lances e controle à vista pela inexistência total de equipamentos de comunicação de rádio, como disse. Por incrível que pareça! Esse material de campanha essencial às operações, não existia. A comunicação "fio" era efetivamente a única alternativa de que poderíamos dispor. E o mais grave, talvez, para quem conhece técnica de tiro é que não tínhamos carta topográfica da região que iríamos ocupar e estávamos convictos de que a tropa que se aproximava, a qual deveríamos bloquear, era exatamente o GUEs, com todos os meios de rádio e farta munição.

Soubemos, depois, que as duas Baterias que iriam aderir à Academia – isso vai mais adiante no meu relato – traziam 35 mil tiros. Nós tínhamos 250. As comunicações só se tornavam possíveis pelo exemplar procedimento do Tenente Marcello, Oficial de Reconhecimento. Ele usava o recurso de mensageiro motorizado, muitas vezes ele próprio, para prestar informação ao Comandante da Bateria: onde poderíamos melhor ocupar posição e em que estágio estava o deslocamento da tropa de Infantaria, à frente.

Quanto à falta de carta topográfica, é sempre bom lembrar que uma das técnicas da direção de tiro usada com a força em movimento, previa a utilização – naquela ocasião, hoje já está mais evoluído – da carta topográfica de 1/25.000 para prancheta de tiro. E como a região era montanhosa, com grandes massas cobridoras à frente, a viabilidade do tiro convencional era muito mais difícil. Tivemos que empregar a técnica do tiro vertical, mais sofisticada.

E é preciso esclarecer o seguinte: estávamos em março de 1964, a instrução estava no seu início, tanto para os cadetes do 3º ano, como para os do 2º ano que eram os integrantes dessa Bateria. Eles não conheciam detalhes do tiro vertical e isso exigiu do Tenente Muniz desdobrar-se, porque, além de Comandante de Linha de Fogo, teve que ensinar como dirigir o tiro durante a preparação das posições. Isso às vezes parece demais salientar, mas quem conhece a técnica de tiro sabe que você não pode improvisar.

Durante toda a noite do dia 1º para o dia 2 de abril, ocupamos uma posição de apoio à posição defensiva ocupada pelo Curso de Infantaria. Chovia torrencialmente. Nós, inclusive, cogitamos da realização de tiro em posições de retardamento ao longo da Via Dutra. Tínhamos certeza de que, havendo confronto, teríamos que retardar e optar por posições sucessivas; essas posições só eram viáveis ao longo da própria estrada, da Via Dutra, porque havia elevações de ambos os lados da rodovia, terreno extremamente difícil.

As viaturas utilizadas pelo Curso de Artilharia, como tratoras, foram as do Curso de Engenharia, apropriadas para levar os pontões de Engenharia, na época.

Eram frágeis, pouco ou nada adequadas ao tracionamento de Obuses 105, bastante pesados. Tanto que durante a ocupação de posição, enfrentamos, a noite inteira, dificuldades tremendas para desatolar os caminhões. Foi uma noite terrível.

No dia 1º, devemos destacar um fato marcante: a adesão de duas Baterias do Grupo Escola de Artilharia que debandaram de sua Unidade, ultrapassaram a ponta e informaram que estavam aderindo à posição da Academia. Presenciei a passagem deles através da linha de defesa. A adesão dessas duas Baterias do Grupo Escola de Artilharia, com vultosa quantidade de munição 105, trouxe um alívio, um bálsamo extraordinário às minhas preocupações, como Comandante da Bateria, porque diminuiriam as possibilidades de ocorrer grande número de baixas. Seguramente seríamos massacrados, em face do poder de combate da tropa à nossa frente.

Além desse fato marcante, possivelmente o mais determinante da nossa disposição, recebemos a informação de que a tropa de São Paulo com bastante quantidade de artilharia, também chegara à Academia, e, dentre eles, estava o antigo Instrutor-Chefe, quando eu era cadete, o Coronel Benedito que comandava o Grupo de Itu. O saudoso Major Benedito – mais tarde General – juntamente com os capitães Morais e Passarinho (hoje nosso ilustre representante na área política), foram instrutores queridos, que nos transmitiram valores de que jamais nos esqueceremos.

Pois bem, no dia 2 de abril a posição estava consolidada, as comunicações "fio" estabelecidas, mercê de trabalho extraordinário desenvolvido durante toda a noite chuvosa do dia 1º para o dia 2. Às primeiras horas do dia recebemos ordens para retornar. Já o quadro se desanuviara e passamos a trabalhar então no regresso à Academia. Assim voltávamos às atividades normais, dentro das instalações e Parques de Material nos Cursos, embora com encargos específicos de segurança interna.

A força lançada pelo Comandante da AMAN, General Emilio Garrastazu Médici – é preciso que se repita esse nome várias vezes, o nome de um Chefe – constituída por oficiais e cadetes, foi, na verdade, um escudo moral para impedir a progressão do I Exército ou parte dele à região de Resende, até que as Unidades do II Exército chegassem. A tropa, constituindo uma vanguarda, tinha como líder o Major Ernani Jorge Corrêa – que depois veio a ser General; hoje, meu amigo, reside em Brasília. A tropa enquadrava, também, uma equipe de engenharia encarregada da possível destruição de pontes rodoferroviárias.

Os coronéis Moacyr Potyguara, Comandante do Corpo de Cadetes, e Antônio Jorge Corrêa, Subcomandante da Academia, acompanharam e incentivaram os deslocamentos desses grupamentos, suprindo-os com as informações neces-

sárias ao seu desdobramento ao longo da Via Dutra. Nós não tínhamos comunicações, eram esses homens que nos davam apoio moral e, mais do que isso, eram os nossos informantes.

Foi através deles que tivemos conhecimento dos dois manifestos lançados ao ar pelas rádios, não só de Resende, como de Itatiaia, da Cometa: um deles era "Irmãos em Armas" e o outro manifesto, o segundo, era "Irmãos das Forças Armadas".

Nesses manifestos, o General Médici proclamava a união de todos em torno dos seus ideais de paz – é bom que se diga isso – ideais de paz, democracia e tradição. Destacava as razões de emprego dos cadetes da AMAN como um símbolo mobilizador e motivador da carreira militar, e esperança de uma mocidade idealista pelas causas democráticas e da liberdade. Ele conclamava, enfim, que os cadetes da Marinha e da Aeronáutica se aliassem às forças da Revolução. Acredito que a decisão dele associada a posições anteriormente assumidas, como fiquei sabendo posteriormente, marcaram o General Médici como um dos primeiros revolucionários.

Por exemplo, em outubro de 1963, na inauguração da Usina do Funil, ali perto de Resende, o Governador do Estado do Rio buscou na Academia o apoio para uma solenidade, almoço, ou seja lá o que fosse, embora existissem outros lugares mais próprios para isso. O Comandante da Academia recebeu ordens do Ministro do Exército para que se fosse feito o apoio. Na hora em que o Governador tentou usar a palavra – era uma solenidade com a presença do Presidente da República, João Goulart estava presente – quando o Governador do Estado do Rio quis discursar, o General Médici cortou-lhe a palavra e disse que ali não era o lugar para manifestação de cunho político, pois haveria o envolvimento da Academia que não se solidarizava com manifestações políticas. Este momento, em 1963, já dava a posição do nosso chefe que era um homem de atitudes serenas, mas firmes; e isso ficou patenteado quando na Presidência da República.

Finalmente, gostaria de fazer algumas considerações sobre os benefícios da Revolução.

A mídia usa muito o achincalhe, depreciando a atividade dos governos ditos militares – eu sempre gosto de afirmar isso, governos ditos militares –, porque tivemos militares no Governo, mas não eram governos militares. Tanto assim que, a partir dessa época, convivi no Exército e no Serviço Nacional de Informações sem me envolver com decisões totalitárias, ou ditas de ação pura e exclusiva das Forças Armadas. Não vi isso.

Benefícios, poderia citar vários e acho que um dos grandes nomes que conhecemos para ser ouvido, pela experiência que tem, é Jarbas Passarinho– ilustre Senador que foi Ministro de Estado mais de uma vez. Tem muito a contar. Eu

me reporto a alguns dados, porque leio tudo que ele escreve e muita coisa que vou dizer aqui tirei de idéias que ele lançou.

O Brasil, na realidade, era subdesenvolvido. Nessa época, segundo expressão do Passarinho, o Brasil exportava sobremesa: café, cacau, açúcar, cujo valor não chegava a um bilhão de dólares. No final do primeiro Governo da Revolução, Castello Branco, com três anos, o que é que se apurou? Uma inflação que, inicialmente, era da ordem de 144% baixou para 24,5%. Nós importávamos quase todo o petróleo, gasolina, óleo diesel, querosene. Nossa energia elétrica era racionada – agora há pouco ainda lembrei aqui o detalhe da inauguração de Funil.

O País era, na realidade, a 48ª economia do mundo. Passou a apresentar um crescimento de 5% ao ano no Produto Interno Bruto, no final do Governo Castello Branco, em 1967.

O País se modernizou. Com a reforma no ensino, fez-se a reforma universitária. Jarbas Passarinho teve aí uma influência muito grande. Criou-se o salário-educação, elevando-se a taxa de escolaridade a níveis muito mais altos e reduzindo-se, de outro lado, a fonte do analfabetismo.

Foi criado nessa época o Banco Nacional de Habitação (BNH), apoiado pelo Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS) – tão lembrado hoje – chegando a construir-se, na ocasião, 4 milhões de casas, inclusive as casas populares.

Realizou-se a reforma bancária, seguida da cambial e administrativa com Decreto-Lei nº 200. Após ter feito o Curso de Estado-Maior, bati na Escola de Aperfeiçoamento, como instrutor, e tive que "rezar o terço" do Decreto-Lei nº 200 em várias aulas do CAS (Cooperação das Armas e Serviços) para explicar as vantagens dessa reforma extraordinária, levada até hoje com positivas repercussões.

Foi nessa época que se instituiu o Estatuto da Terra, depois deixado de lado. A verdade é que a Reforma Agrária não foi esquecida. Instituiu-se o Fundo Rural e a concessão de bolsa-de-estudo para os filhos de operários sindicalizados. Então a atuação dos governos revolucionários e, particularmente, o Governo Castello Branco, foi de extrema aplicação na área social. Os trabalhadores rurais passaram a ter o direito a aposentadoria por idade, sem a contribuição obrigatória para a Previdência Social. E hoje consideram isso um tema fundamental, mas omitem a verdade, pois já existia nessa época, foi implantada com a Revolução.

Introduziu-se uma política salarial que viabilizou a correção sistemática em função do processo inflacionário e dentro da opção por um "gradualismo" antiinflacionário.

Apoiou-se o sistema de planejamento. Foi dessa época a criação do Plano de Ação Econômica do Governo, o dito PAEG, que garantiu o sucesso econômico

do Governo Castello Branco e, reconheça-se, também, com uma atuação marcante da sociedade civil, porque o Castello Branco não teve apenas ministros militares. Ao contrário. Ele os teve civis, homens, até hoje presentes, de valor extraordinário, como Roberto Campos, na época, Ministro do Planejamento.

O Presidente Castello, praticamente, deu aulas de liderança e, como grande magistrado, respeitou os resultados das eleições que se processaram em 1965. Limitou, no tempo, as atribuições do Ato Institucional nº 1, buscando a rápida volta à normalidade jurídica. Como estadista que era, respeitou a separação dos Poderes, tanto Legislativo como o Judiciário. Manteve, o que foi muito importante, a liberdade de imprensa e pagou um alto tributo por isso. Foi dele a iniciativa de propor ao Congresso Nacional um projeto de Constituição, aprovado, no final do seu Governo, em 1967, Constituição essa, que, no capítulo dos Direitos e Garantias Individuais, constata-se ser das mais liberais de todas as Constituições brasileiras.

O País experimentou um desenvolvimento significativo sob os governos ditos militares. Um deles, o do Presidente Médici, não preciso dizer, pois todos conhecem o período do "milagre brasileiro". Hoje, se repete isso como uma galhofa. Um Governo que enfrentou a guerrilha, mas manteve o desenvolvimento, em todos os setores, altamente significativo. Ampliou de modo vertiginoso a construção e pavimentação das rodovias e o setor energético...

Recordo que, depois, quando estava lá na Missão de Instrução, no Paraguai, já nos idos de 1980, ocorreu a inauguração de Itaipu, lançada na época da Revolução e concretizada ainda durante a Revolução. Um fator de orgulho nacional, não só brasileiro, mas do Paraguai, uma usina extraordinária.

Assistimos à evolução da indústria aeronáutica com a Embraer e outras consideradas de ponta, como a indústria bélica. Enfim, o País passou a figurar em 8º lugar na economia mundial, saindo do 48º no início da Revolução.

Essas contribuições, cujos benefícios são sentidos até hoje, são omitidas com o propósito perfeitamente claro, repetindo o que, inicialmente, disse: voltamos ao período pré-revolucionário, em que a ação insidiosa da propaganda e da infiltração de idéias, está aí atuante, como é presente o Movimento Comunista Internacional, desde 1922.

Durante toda minha vida, a partir da Revolução, dediquei-me ao estudo do Movimento Comunista Internacional, para poder fazer valer aquilo em que acreditava, porque, mesmo lendo todos os trabalhos sobre a base marxista e qualquer tipo de ideologia socialista ou comunista, nenhum deles conseguiu convencer-me de que estivesse errado nos meus conceitos de liberdade, nos meus valores sobre

a Instituição Exército Brasileiro. Desfrutei a glória de viver o momento da Revolução, modestamente, como Capitão, e não tenho nenhuma vergonha em dizer: foi um Movimento de redenção nacional que não pode ser esquecido.

Finalmente, gostaria de ressaltar a iniciativa do Exército em preservar esses aspectos históricos e o valor deste trabalho. Espero que o Projeto sirva, efetivamente, como um manancial de dados, principalmente para formação futura das nossas lideranças, que é o mais importante.

É o que eu tinha a falar.

Deputado Federal Antônio Delfim Neto

- Natural da Cidade de São Paulo, SP.
- É economista formado pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo(USP). De 1952 a 1954 foi professor assistente e de 1954 a 1959, professor livre docente de Estatística Geral e Econômica da USP. Em 1963, professor catedrático da USP em Análise Macro-Econômica.
- De sua carreira pública podemos destacar: conselheiro do Conselho Nacional de Economia; membro do grupo de planejamento do Governo do Estado de São Paulo (1955 a 1960); membro da comissão interestadual da bacia Paraná / Uruguai; Secretário da Fazenda de São Paulo (1966 e 1967); Embaixador na França (1975 a 1977); eleito Deputado Federal por São Paulo, em 1986, pelo Partido Democrático Social (PDS), sendo reeleito em 1990, 1994 e 1998 – neste ano pelo Partido Progressista Brasileiro (PPB). Presidiu, em 1997, a Comissão de Finanças e Tributação.
- Entre as suas principais obras publicadas podemos citar: “O Mercado do Açúcar do Brasil”; “O Trigo no Brasil”; “O Problema do Café no Brasil”; “Alguns Aspectos da Inflação Brasileira”; “Agricultura e Desenvolvimento”; “Planejamento para o Desenvolvimento Econômico”; “Só o Político Pode Salvar o Economista”; “Crônica do Debate Interditado”; “Ideologia da Submissão e Desenvolvimento Brasileiro”; além de vários trabalhos publicados em periódicos especializados, no Brasil e no exterior.
- Na eclosão da Revolução de 1964 era professor da USP. Exerceu as funções de Ministro da Fazenda dos Presidentes Costa e Silva e Médici (março de 1967 a março de 1974) e Ministro da Agricultura (março a agosto de 1979) e Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República (agosto de 1979 a março de 1985) do Presidente Figueiredo.

Entrevista concedida em 26 de setembro de 2001.

Tem sido divulgada insistentemente a idéia de que a Revolução de 31 de Março de 1964 veio interromper o clima de liberdade existente no país, ou o dinamismo da própria sociedade na qual os trabalhadores, empresários, reivindicavam às claras e o conflito era transparente – isso no narrar do jornalista Flávio Tavares, em seu livro "Memórias do Esquecimento". O senhor poderia precisar quais foram as razões que levaram ao desencadeamento do Movimento revolucionário de 31 de Março de 1964?

Esse é tipicamente o esquecimento da memória. A chamada Revolução de 1964 foi um movimento popular. Quer dizer, a Nação ocupava as ruas exigindo uma intervenção. Queria que o Governo mudasse, que não se embrenhasse naquele caminho de demagogia. Havia uma desorganização completa. Não existia liberdade coisa alguma. O que acontecia era uma grande desorganização e o País estava sendo conduzido, realmente, por um caminho muito perigoso.

A idéia de que o Movimento de 1964, levou a uma ocupação do Governo é falsa. O Jango fugiu. O Jango abandonou o Brasil. Esses canalhas estão por aí dizendo que iam salvar o Brasil e nós, hoje, temos uma prova concreta do que eles produziriam: uma nova Cuba, grande, e com muito mais esculhambação do que Cuba, porque, em matéria de esculhambação, somos muito melhores do que eles. Na minha opinião, essa é uma visão que se instalou, porque continuaram falando. Quem assistiu a tudo aquilo, quem viu o povo na rua e quem viu as conseqüências finais do Jango tomar o avião e ir embora e deixar o país abandonado, sabe que foi um movimento popular. Depois, perdeu-se em alguns aspectos, mas na sua origem ocorreu uma reação nacional. Uma reação de quem não conseguia mais viver com a desorganização que o Governo estava introduzindo, chamando de reformas de base. As proposições não tinham nenhuma consistência e eram incapazes de produzir um Brasil crescente.

Parece-me o seguinte: essa é uma verdade que virá à tona. Não vai ser restabelecida por nós, agora, mas a verdade será conhecida quando, nas universidades, começarem a fazer as pesquisas; e vai aparecer uma tese de doutoramento aqui, uma tese de livre docência lá, aí irão pesquisar realmente como o Movimento nasceu e cresceu empurrado pela sociedade que não tinha mais condições de suportar o descalabro.

É verdade que se destinava a combater o comunismo, mas era, também, para combater a corrupção. Tinha lá seus *slogans*, todos verdadeiros, é preciso reconhecer. O nível de corrupção era inaceitável pela sociedade. A tentativa de salvar o Brasil por um mecanismo de economia centralizada, de controle das liberdades, todos sabíamos que iria dar em nada.

Uma das vantagens – se você quiser chamar de processo revolucionário – é que sempre houve o cuidado de manter a economia aberta. Quer dizer, a intuição

original, ainda que não estivesse nos programas dos governos, era de que você precisava manter uma economia de mercado funcionando razoavelmente, porque era a única forma de, mais tarde, combiná-la com as liberdades – e foi o que aconteceu. O Brasil, na verdade, depois de todas as vicissitudes, das coisas extraordinárias que aconteceram nesse período, reencontrou a liberdade, suportando custos muito pequenos.

O quadro mundial dessa época, em que vivíamos ainda o período pós-Segunda Guerra Mundial, teve alguma influência?

Claro que teve. Não pode haver dúvida de que os Estados Unidos ficaram do lado do movimento autoritário. É evidente que ficaram. Não adianta permanecer discutindo se foi mais ou se foi menos, mas os Estados Unidos não viam com bons olhos, eu diria ... a comunização talvez fosse um termo exagerado, porque as pessoas que estavam no comando da baderna não tinham noção alguma de coisa alguma. Basta ver o que escreveram naquele período e o que alguns continuam escrevendo. Na verdade, era uma idéia romântica: “se eu tiver poder absoluto” – porque é disso que se trata – a briga era entre o Poder absoluto exercido pelas Forças Armadas ou por eles. Não tenho a menor dúvida, a conquista do Poder absoluto, por eles, acarretaria uma situação muito pior do que a que houve, depois, com o exercício do Poder absoluto pelas Forças Armadas.

Parece-me que, quando veio o movimento autoritário, os militares, talvez, não tivessem um projeto para o Brasil, mas, mesmo assim, construíram uma Nação. É impossível negar o fato de que nesse período, de 1964 a 1984, foram vinte anos de dificuldades extraordinárias, e o Brasil cresceu dramaticamente. Nosso País construiu uma indústria extremamente sofisticada, ordenou seu mercado interno, chegou ao 8º PIB mundial e não foi gratuitamente, não foi brincando. Foi trabalhando duro. Houve muitas dificuldades, particularmente, os problemas de 1982. As pessoas imaginavam que se tratava de uma crise nacional. Mas só era uma crise nacional na ignorância da oposição, porque era uma crise mundial. A crise de 1982 só foi comparável à de 1929.

Agora, dizemos que estamos em crise. A taxa de juros americana é 3% hoje. Em 1981, 1982 era 21%. Nestes dias, eles dizem: Ah! Temos uma dificuldade com petróleo. Em 1981, 1982, no Governo Figueiredo, quando se acelerou, pela primeira vez, na verdade, a produção de petróleo – essa foi uma das falhas cometidas pelo País; deveriam tê-lo feito muito antes e não o fizeram por um processo de adoração da Petrobras e da idéia de que a Petrobras era portadora da verdade – se compararmos a preços de 2000, o petróleo valia 76 dólares o barril e hoje custa 22 dólares.

Esta crise que ora vivemos e que está produzindo toda a confusão é menor do que a crise fantástica vivida pelo Brasil e pelo mundo, em 1981 e 1982. Claro, o Brasil se perdeu, como o mundo se perdeu, mas uma das coisas importantes para a qual ninguém chama atenção é que o Brasil foi o primeiro País a sair da crise, na América Latina. Quando entregamos o Governo em 15 de março de 1985, o Brasil estava crescendo a 5,5% ao ano. Tinha superávit no balanço de contas correntes, praticamente equilíbrio em contas correntes, tinha produzido o seu ajuste. O que penso é que, posteriormente, as coisas pioraram muito, mas as Estatais, nesse momento, foram importantes. As Estatais depois se perderam, se perderam, na verdade, na eleição do Tancredo – coisas que as pessoas não gostam de ouvir e nem de falar. Para eleger o Tancredo, as estatais foram divididas como um pernil, um pedaço para cada partido, para que eles constituíssem as suas administrações. Destruíram as Estatais. É por isso que sempre digo que a privatização não foi um ato econômico, foi um ato de higiene pública.

Então, confirmando, os acontecimentos determinantes para desencadeamento da Revolução...

Os acontecimentos foram esses. Havia uma angústia e é só a gente se remeter à imprensa, naquela época, assistir aos filmes das passeatas. O Brasil estava extremamente preocupado com a direção que o Presidente João Goulart estava imprimindo à sociedade. O pior é que não tinha direção, o problema do Jango não era querer socializar o Brasil, comunizar o Brasil. O Jango não queria coisa alguma, ele queria se livrar desse negócio o mais depressa possível, como fez, aliás, tomando o avião e indo embora.

Que erros foram cometidos pela Revolução de 1964?

Acho que foram muitos. Ninguém passa vinte anos sem cometer muitos erros. Primeiro é preciso dizer o seguinte: houve uma guerra – esta é a verdade. Houve uma guerra – e essa guerra produziu conseqüências. Morreu gente do lado do Governo, morreu gente da oposição, porque houve uma guerra. Hoje estou convencido: se tivéssemos sido vencidos, estaríamos reduzidos a esse negócio, "a tal Índia". Tem-se que reconhecer esse fato: aconteceram coisas abomináveis, realmente. A tortura é uma coisa abominável, imperdoável, porque se auto-alimenta – é um processo devastador. Agora, é preciso reconhecer – o Governo em si, digamos, o Governo civil tinha muito pouco conhecimento dessas coisas. Tomava conhecimento do que saía no jornal, de vez em quando, ocasionalmente, e nunca ocorreu uma interferência militar no Governo. Não existia a idéia "ah não! o sujeito apareceu fardado no Gabinete do Ministro da Fazenda..." Jamais entrou

alguém fardado no meu gabinete e, muito menos, foi alguém fazer algum pedido. As coisas tinham uma certa ordem. A administração sempre foi protegida de qualquer interferência.

Eu mesmo fui convidado, sem conhecer o Presidente Costa e Silva. Tinha sido Comandante em São Paulo e, talvez, por acaso, tivesse tido oportunidade de cumprimentá-lo, num dia de cerimônia qualquer. O Presidente convidou-me para fazer uma exposição sobre agricultura – acho que uns cinco meses antes de ser eleito. Está no meu *curriculum*, era professor da USP. Dessa forma, fui fazer uma exposição no Rio para o Presidente – uma coisa muito agradável – e, logo após terminá-la, fui embora. Passaram-se seis, sete meses sem jamais ouvir falar em Presidente Costa e Silva e fato correlato. Um dia, estava trabalhando – era Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo no Governo do Laudo Natel, e tinha continuado no Governo Abreu Sodré – recebi um cidadão no meu gabinete com uma carta do Presidente, convidando-me, por escrito (o que mostra que não havia a menor ligação) para ser Ministro da Fazenda.

Nunca houve interferência de qualquer natureza. Circulam mitos de que havia disputas fantásticas por causa dos problemas de orçamento. Nada. Desde o começo as coisas foram se acertando. Fizemos um acordo. Vocês pedem, vamos dar o que pudermos dar e depois vamos discutir, e o que acertarmos, vamos cumprir. E nunca – uma coisa importante – o pessoal militar voltou para discutir o orçamento. O que acontecia? Você liberava rigorosamente a verba no início de cada trimestre e eles a distribuíam de acordo com as suas prioridades, e não voltavam à Fazenda. Mesmo em alguns casos, quando havia pequenos problemas que sempre existem na formulação do orçamento, e tendo cometido um erro, eles agüentavam a mão no que tinham errado. O que você não podia fazer era deixar de cumprir a palavra que tinha empenhado, era liberar o “quantum” rigorosamente no primeiro dia do trimestre.

Um assunto muito discutido é o crescimento do terrorismo no mundo. Naquela época enfrentamos problemas de seqüestros de embaixadores, de assaltos a quartéis. Foi um período conturbado, ao qual o senhor se referiu como uma guerra. Qual seria seu comentário, talvez comparando com o momento atual?

Gostaria de dizer simplesmente o seguinte: conheci bem o Presidente Costa e Silva, conheci intimamente. Era um homem sensível e inteligente. Extremamente inteligente. Tanto é verdade que “não passava passarinho na frente dele”. Ele ia assinar, realmente, a Constituição se não tivesse sofrido aquele derrame. 1968 foi um ano de grande infelicidade, porque se instalou o movimento de rua, mais uma

vez, no pressuposto de que poderia derrubar o Governo. Mesmo com aquele movimento, se o Presidente não tivesse tido o derrame, acho que o ciclo revolucionário teria se encerrado, no fim do Governo. Em 1971, teria havido uma eleição e tudo estaria arrumado. O Pedro Aleixo participou ativamente da feitura da Carta, o que mostra que não seria possível achar que fosse uma Carta que conservasse resquícios de autoritarismo, mesmo porque a própria Constituição de 1967 era bastante razoável. Parece-me que, naquele momento, quando o Presidente teve o derrame, as coisas começaram a desengrenar. A conjuntura era difícil no mundo inteiro. Havia uma estudantada mundial apoiada na idéia de opor-se ao Estado, um momento meio anarquista, misturado com "verde", misturado com uma porção de coisas, de forma que chegamos, outra vez, a um quadro de desorganização.

Depois criou-se a Junta. Claro que ao implantar-se um regime autoritário, deve-se esperar o nascimento de resistências porque, não adianta discutir, o homem tem dois valores construídos a despeito de todas as resistências. Não são só dois, dois são fundamentais. São a igualdade e a liberdade – a única coisa é que elas não são inteiramente compatíveis. O excesso de igualdade não produz liberdade e o excesso de liberdade não produz igualdade, de forma que é preciso combinar essas coisas, mas é natural que, em qualquer regime político onde você não encontre a manifestação desses dois valores, sejam criadas resistências. Foi assim que o mundo progrediu e era natural, portanto, principalmente depois da morte do Presidente Costa e Silva, que fossem aumentando as resistências.

Por fim, o Governo Médici que, na minha opinião, foi brilhante, ao contrário do que dizem; pode ter gerado um aspecto muito condenável, aquele processo em que se restringiram um pouco mais as liberdades, além de, infelizmente, a desagradável manifestação da tortura. Mas, foi um governo, do ponto de vista da eficiência, da economia e da honestidade, absolutamente impecável.

Sempre cito um fato, para comparar com o que hoje existe por aí: certa vez necessitávamos de aumentar o preço da carne, que estava congelado. Lembro que o Presidente Médici não gostava de perder nada, tinha uma memória de elefante – fazíamos uma exposição, no início do ano, dizendo para ele "espero que vá acontecer isso, aquilo; se acontecer isso nós vamos tomar tal medida; se acontecer aquilo, vai produzir isso"; gastávamos uma manhã, uma manhã e meia discutindo o programa do ano e, enquanto não se violassem os parâmetros, tínhamos liberdade operacional. Pois bem, havíamos congelado o preço da carne, devido a uma dificuldade de suprimento, "bateu no teto" e tivemos que pedir para mexer no preço da carne. O Presidente ficou um pouco triste, mas disse: "vou decidir isso daqui a uns dias, não quero tomar decisão agora". Dois dias depois me telefonou

o Dr. Leitão e falou: "o Presidente autorizou você a liberar o preço da carne". Aí, fiquei curioso para saber o que tinha havido e o Leitão me disse que ele mandara vender os bois que tinha para não se aproveitar do aumento do preço da carne. Isso devia servir de exemplo.

A edição do AI-5 teria sido um mal necessário?

O AI-5 foi, na verdade, um freio de arrumação. Você estava com uma dificuldade crescente e foi isso que produziu o AI-5. Hoje é fácil dizer "bom, não podia ter sido feito, devia ter sido feito". Sempre digo o seguinte: na circunstância que prevaleceu naquele instante e com o conhecimento que tinha daquela realidade, assinaria de novo.

Tranqüilamente?

Tranqüilamente talvez não. Com um pouco menos de tranqüilidade. Por quê? Porque os eventos não desejados, os efeitos não desejados das medidas, às vezes, produzem resultados muito desagradáveis.

Como o cerceamento da liberdade?

Exato.

Como o senhor apreciou o panorama político, durante os governos revolucionários?

Havia um cuidado enorme de preservar a instituição política. Ouso dizer o seguinte: respeitava-se mais o Congresso do que se respeita hoje. A medida provisória é um instrumento muito mais violento do que o decreto-lei. O decreto-lei era restrito. O governo militar sempre teve um cuidado enorme... A Casa Civil sempre foi fortíssima. O aconselhamento jurídico era feito com maior cuidado, o Dr. Leitão, um brilhantíssimo chefe da Casa Civil, sempre dizia: "Delfim, a gente pode modificar a Constituição, mas violá-la nunca." Não é o que acontece hoje.

Hoje em dia, fala-se muito em ditadura militar, "anos de chumbo". O que o senhor pensa a esse respeito?

Fico um pouco triste, porque, na verdade, pergunta-se: houve coisas desagradáveis? Sem dúvida. Houve coisas boas? Evidente. Na década de 1970, entre 1967 e 1975, o Brasil cresceu 11 % ao ano, 10% ao ano. A taxa de inflação era de 12%, 15%. Criamos, nesse período, alguns milhões de empregos. Havia um esquema no qual crescia o emprego e crescia o salário real. As pessoas se queixavam porque existia uma fórmula salarial, mas essa fórmula salarial, desde o início, preservava a participação dos trabalhadores na renda. Coisa que não acontece hoje. A participação dos trabalhadores tem caído sistematicamente.

O financeiro não prevalecia sobre "o parafuso". Quem tinha valor? Aquele que "produzia o parafuso". E o banqueiro? Era um simples intermediário. Ele faz um serviço útil e importante, mas capta a poupança aqui e aplica aqui; importante é selecionar o "produtor de parafuso" correto. Você só vive de "parafuso"; não vive de intermediação financeira. Então, havia realmente uma mudança... e, havia uma concepção de País, esta é a verdade. Tinha-se uma noção clara de que possuíamos alguma condição – mercado interno importante – e que poderíamos ser um *global player*.

O Brasil nunca recusou a integração ao mundo. Pelo contrário. Quando entregamos o Governo, dispúnhamos de 1,47% do comércio mundial, hoje, 0,8. Dou risada quando dizem: "melhorou muito com a globalização". Para quem? Para quem? Quer dizer, éramos na verdade mais ativos no mercado mundial do que somos hoje.

Então, a mim parece o seguinte: tudo isso são fórmulas encontradas para o combate à Revolução, como adjetivá-la de "anos de chumbo" etc. Eu me divirto muito. Há tipos aí que têm 28, 29 anos e dizem: "quando fui perseguido..." O sujeito nem tinha nascido. Por quê? Porque acabou virando um galardão "ter sido perseguido". Conheço dezenas deles, alguns até no Governo, que fugiram e não sabem porquê. Nesse campo, aliás, cometemos alguns erros, por exemplo, na Universidade de São Paulo. Na verdade era uma "pinimba" entre o Ministro da Justiça e aquela gente, pois nunca fomos um centro ativo. Era um esquerdismo romântico, alguns nunca foram da esquerda e, depois se apresentaram como tal, porque parecia que era elegante ser esquerda. Na USP se cometeram muitos erros, exageros. Como em todo movimento dessa natureza, alguns interesses espúrios interferem e, então, realmente geraram uma intervenção na USP, que foi, afinal, um equívoco. Não havia nenhuma necessidade de perpetrá-la. São os acidentes do processo que se estava vivendo. Não se trata de uma justificativa, apenas uma constatação.

Mas como disse antes, isso tudo um dia será trazido à tona. A história já está começando a ser revolvida, e as pessoas ficam muito tristes, principalmente os orientadores começam a ficar furiosos com os orientados, porque a verdade que emerge da pesquisa histórica, feita com uma relativa isenção, é de que os defeitos são um pouco menores e as virtudes um pouco maiores. Estou absolutamente convencido, pois a história, até agora, tem sido feita pelos que foram vencidos. Aos poucos ela vai ser relativizada – não existe verdade histórica – e, então, os exageros serão identificados.

Basta ver o seguinte: se examinarmos, hoje, as pessoas que estão no Governo e olhar as bobagens que elas escreveram numa Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre a dívida externa.... Sempre ameaço: "o dia que você me amolar, publico o seu relatório sobre a dívida externa", porque a quantidade de tolices acumulada

nesses documentos revela como eles erram e revela, também, que eles melhoraram muito, porque mudaram. O que existe hoje nessa política que seja contrário à política econômica usada no regime autoritário? Só a entrega do País. No mais, há muito pouca diferença. Dizem: “mas o País queria inflação”. Nenhum país quer inflação, Deus meu. Nenhum país quer inflação. A inflação se instalou depois daquela crise mundial e permaneceu constante, era altíssima, mas era constante. Ficou 25, 26 meses, a inflação rodando a 200% ao ano. O que estava acontecendo? Todos os salários subiam 200% ao ano, todos os preços subiam 200% ao ano. Era uma corrida maluca, porque tudo corria 200% ao ano, mas mostravam que havia um equilíbrio na distribuição da renda, porque a inflação, na verdade, é uma manifestação de inconformismo com a distribuição de renda e, em geral, o agente que não se conforma com a distribuição é o governo. Nunca se usou déficit orçamentário, não, porque... o militar nem consegue entender isso. Você imagina, eu chegar no Presidente Costa e Silva e... “olha, nós vamos financiar isso com déficit”. Ou para o Presidente Médici. Mandava me internar. O Figueiredo mandava pôr uma camisa-de-força. Então o que aconteceu? As coisas aconteceram a despeito de tudo... da política.

Estava tudo certo? Claro que não. Havia muitas dificuldades. Agora uma coisa era certa – é que se formulava política para a Nação brasileira. Tinha-se um cuidado extremo na distribuição do Poder pelas regiões do País. Não é como hoje, que Brasília é o “recreio dos bandeirantes”. Você era obrigado. O Presidente dizia: “você pode nomear o seu Presidente do Banco Central, mas não pode ser paulista”. Sobre os outros diretores: “Ah! Têm que ser um do Nordeste, um do Rio Grande. Você escolhe quem quiser, mas tem que ter um mineiro...” Por quê? Porque tem que distribuir o poder e o conhecimento. Você pode nomear a direção do Banco do Brasil, mas não pode ser tudo cupincha não. Tem que ser distribuída geograficamente. A concepção era diferente.

Hoje eles dizem: “imagina, vocês tinham o preço do aço, um para o Brasil inteiro”. É verdade. Porque eu cobrava um centavo a mais para São Paulo que consumia 60% do aço e podia vender o aço em Fortaleza pelo mesmo preço que eu vendia em São Paulo, de forma que podia construir um pólo metal mecânico em Fortaleza. Outros comentários que fazem são: “O preço do combustível era único”, ou “você era maluco; você queria eliminar a distância”. Não, provavelmente eu sabia mais do que eles, porque tinha lido Lösch, tinha lido Weber, conhecia a Teoria da Localização. O que eu queria é que Mato Grosso chegasse mais perto. Como Mato Grosso chega mais perto? Se eu eliminar o custo do transporte. Se eu eliminar o custo do transporte o Brasil vira um ponto. Por que isso era importante? Porque o pensamento era “integração nacional”, quer dizer, você tinha que

realizar o desenvolvimento atendendo a outros objetivos que apenas o econômico. Você tinha que realizar o desenvolvimento fortalecendo a economia nacional, mas mantendo a economia nacional integrada – é nisso que difere a política anterior desta, de nossos dias. E agora acho que fica muito visível quem tinha razão. Hoje o Governo está em dificuldades porque, ele que criticava essa política, agora precisa retorná-la para tentar ganhar uma eleição.

Por que se verificou, usando um termo castrense, o desengajamento dos militares da condução política do País?

Na minha opinião, o Presidente Castello aplicou uma vacina de altíssima eficiência. Com aquelas decisões de que você só fica quatro anos no posto, ao chegar a quatro estrelas tem pouco tempo de criar uma panelinha e continuar freqüentando... Ele profissionalizou de tal forma as Forças Armadas que determinou a consciência de que elas já tinham se ausentado do Poder. Naquele instante, na verdade, as Forças Armadas foram afastadas do Poder e só se mantiveram por causa dos mecanismos institucionais que tinham sido criados.

Uma das coisas importantes é que nenhum dos presidentes militares quis continuar. Sempre aceitou o cargo como missão. Eu me lembro, o Presidente Médici saiu do Governo com um prestígio monumental. Quero dizer, o Presidente tinha coragem de ir ao Maracanã, depois de ter deixado o Governo – dos "anos de chumbo" – e ser aplaudido de pé? O que mostra que no Brasil nem a opinião publicada tem credibilidade. A opinião pública, não sei, mas a publicada não tem. Então me parece o seguinte: se ele tivesse feito uma simples manifestação de desejo, teria continuado; mas não, estava combinado... a missão terminou, entrego o cargo e acabou e não adianta vir com tentação e nada. O Governo era castrense. Ele sempre dizia:

– Delfim, vem almoçar aqui!

– Eu não! Comer arroz e feijão com bife – que era realmente o menu, ou então um churrasco.

Era uma demonstração natural de que a vaidade era muito pouco cultivada e considerada uma falha grave. Por isso registro isso: ainda se fará justiça. Vai ser preciso algum tempo para verificar-se o tempo em que isso ocorrerá. O poder militar realmente foi desengajado com aquela medida absolutamente sábia do Presidente Castello.

A conjuntura internacional, acelerou a abertura política?

Acho que sim. Deixa-me dizer, foi fadiga de material. Depois de vinte anos, acredito que não tivesse mais como continuar.

Foi uma das coisas espertas, digamos, do Golbery que, na verdade, era um grande manipulador de homens e brilhante. Penso que o Presidente Geisel também acabou se convencendo de que aquilo tinha terminado. Na verdade, havia terminado em 1974. Devíamos ter entregue em 1974. Deram-se mais cinco anos e depois mais seis. Estou convencido de que a conjuntura internacional, então, já era completamente diferente e, digamos assim, o regime militar, o regime autoritário, caiu de moda. Caiu de moda na verdade. Foi um instrumento importante, mas produziu um cansaço. Não tinha mais condição daquilo funcionar, principalmente depois da crise mundial de 1982. Essa crise, digo e repito, já disse aqui, foi de tal profundidade que se permitiu dizer o seguinte: os "marqueteiros", os manipuladores de opinião, conseguiram convencer o Brasil de que a crise era brasileira, de que a crise era do Governo brasileiro. Quer dizer, quem levou o mundo ao *default* foi o Brasil, falso absolutamente. O Brasil foi arrastado no *default*, mas a crise era mundial. Eu digo, os Estados Unidos tiveram uma recessão poderosíssima porque, veja, a taxa de juros americana era 21%. Se falar isso para alguém hoje...

As pessoas pensam que foi o Gorbatchov que acabou com a União Soviética. Nada. Quem acabou com ela foi a recessão de 1982. Em 1982 ficou claro: quebrou a Polônia, quebrou a Romênia, quebrou a Bulgária, quebrou a União Soviética. Quer dizer, depois daquilo a URSS era uma máquina faltando engrenagem. O Gorbatchov só veio para completar. Quem acabou com o mundo chamado comunista foi a recessão capitalista de 1982 que desintegrou aquilo tudo. Uma das coisas mais fantásticas é você ver a esquerda, porque a esquerda – claro que há exceções – na média, é de uma ignorância monumental. O susto com a esquerda não é o seu programa, é a ignorância com que eles pensam que vão implementar o programa. Então o que acontecia? As pessoas criticavam o Brasil: "vocês viram? Estão se endividando".

O caso brasileiro era uma coisa... Em 1974, o Brasil tinha 12 bilhões de dólares de dívida, tinha reserva de 6 bilhões e exportava 6 bilhões, ou seja, a dívida era um ano de exportação. Hoje, a dívida é quatro anos de exportação, cinco anos – já foi até mais. Mas, os países da União Soviética, que usavam a Rússia como paradigma, estavam se endividando ainda mais e eles não tinham conhecimento disso. É uma coisa deliciosa ler, hoje, os documentos que escreveram naqueles anos, porque mostra que eles não tinham o menor conhecimento do que estava se passando e, na verdade, foram adquirindo esse conhecimento ao longo destes anos.

Há coisas que são interessantes. "O Brasil cometeu erros." Houve uma CPI para dizer o seguinte: "houve as polonetas". Olha que destino! Esta semana, há 15

dias, as "polonetas" foram juntadas às "brasiletas" para dar garantia para a "brasileta". Quer dizer, o Governo emitiu papéis com a garantia das "polonetas", porque a Polônia tem um risco menor do que o Brasil. Isso mostra o quê? Eu acho que quando acontecer esta explicação que estamos falando, esta investigação histórica, mais, digamos, isenta, os documentos mais preciosos serão os mais fervorosamente escondidos pelo Congresso e que contêm o que está sendo dito, hoje, por quem está no Governo, sobre a realidade brasileira naquela ocasião. Assim, será possível comparar com o que aconteceu.

Agora dizem: "Quero dar uma opinião: nós não vamos quebrar, a Polônia não vai quebrar. O Geisel fez um acordo com a Polônia para comprar potássio, porque era uma necessidade, mas foi um erro. Deram crédito para a Polônia." Aí você olha: o erro foi eles aceitarem o nosso crédito. Aí vem outro sujeito e repete todas essas barbaridades. Quando se compulsar as CPI é que se vai ver o que eles pensavam e o que eles teriam feito deste País se tivessem posto a mão no Poder. Aliás, estamos vendo o que eles estão fazendo de nosso País.

Deputado, qual é a sua avaliação a respeito da maneira como foi feita a abertura a partir do Governo Geisel?

Acredito que foi uma coisa bem-feita. Como disse, havia uma fadiga, não tinha muita fórmula, não tinha como evitar essa abertura. Era uma necessidade, acho que fizemos a abertura com custos muito pequenos. Na verdade foi um processo... lixou-se as arestas... e, depois, fez-se a Lei da Anistia. O Brasil é um País... fez a "passagem", hoje ninguém fala mais nisso. Os outros países continuam ainda. Você vai à Argentina, não resolveu o problema; vai ao Chile, não resolveu o problema. Para onde olharmos, não houve essa absorção, essa "passagem" mais tranqüila. Restam muitas feridas. Há pessoas que continuam tendo – hoje já diminuiu muito – uma espécie de ojeriza por quem participou do Governo autoritário. Quando cheguei aqui, no Congresso, em 1986, era uma delícia, porque o sujeito entrava no elevador e ficava preocupado que eu desse uma mordida nele.

Então o que aconteceu? Algo muito interessante: os mais radicais na primeira eleição foram dizimados. O que prova que o povo tem uma intuição muito aguçada. Todo aquele radicalismo foi dizimado. E o Partido dos Trabalhadores (PT), por exemplo, hoje, é um PT domado, o PT não tem... aliás, o PT nunca teve a certeza de que o Partido Comunista tinha; o PT tinha uma noção um pouco romântica. Aliás, um dos grandes problemas é essa certeza absoluta de que produz os erros absolutos e que também nos atingiu. No caso da tortura, fomos vítimas do "sabíamos o que a história queria".

Hoje em dia, diz-se que a chamada batalha da comunicação social foi perdida pelos militares. O senhor concorda com isso? Qual foi a razão?

A batalha da comunicação, creio, seria perdida por definição. O que acontece? A imprensa reproduzia a manifestação do desagrado que a própria sociedade tinha com a continuidade daquele processo. O jornalista, geralmente, é um animal mais crítico do que a média, por isso foi buscar o seu lugar no jornalismo.

A censura também causava algumas perturbações. Na área econômica nunca houve censura, isso tenho dito sempre – traga aqui alguma decisão que tenhamos censurado. Nunca houve censura na área econômica, por isso eles puderam "meter o pau" à vontade. E existe uma prova interessante: todos os colunistas políticos viraram colunistas econômicos, porque era o único espaço do Governo onde podiam conversar, discutir, falar, criticar. Lembro-me, quando fixamos uma meta para a inflação de 12%, em 1973, exultaram de alegria: "o Governo perdeu!", porque deu, na verdade, 14%.

Mas isso é natural. Aquela comunicação, digamos, que os "marqueteiros" fazem, vai-se esgotando. Por quê? Porque algumas das mensagens não tinham nenhuma correspondência com a realidade. Acho que se perdeu mesmo a batalha da comunicação, mas não por culpa dos comunicadores, acho até que o Governo teve gente competente manipulando isso. O que acontece é que não tinha mais correspondência com a realidade. Não havia aceitação. O receptor não aceitava mais a mensagem, ou seja, a mensagem batia nele e ele tinha um sorrizinho de dúvida. E o próprio Governo foi criando a idéia, correta, de que era preciso abrir. Quando ele diz "é preciso abrir" é porque está tudo errado. O fim do Governo vivido pelo Presidente Figueiredo foi complicado, difícil, porque era o reconhecimento implícito de que mudava-se o regime porque o anterior estava errado. Então, como convencer alguém de estar certo se estava mudando?

A verdade sofreu muito com isso. Então quando penso, por exemplo, que fizemos a Belém–Brasília em dois anos, e a Cuiabá–Porto Velho – BR 364 – está há 15 anos sendo feita. O trecho que deixamos sem asfaltar está lá até hoje. Quer dizer, a eficiência do Governo caiu dramaticamente. Os números eram completamente diferentes. Vejo aí uma grande publicidade: "o Brasil fez uma reforma agrária, distribuiu mais terras do que o Estado de Alagoas". O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) distribuiu 800 mil títulos de propriedade. O Ministro Andreazza, injustiçado, principalmente pela sua gente, construiu 4 milhões de casas, quer dizer, somando tudo que veio depois, não chega à metade. Quanto se fez no Brasil! Na infra-estrutura, por exemplo: em portos, transporte, energia... Os Governos pós-Revolução abandonaram de tal forma, "usaram até o osso" o que

haviam recebido, que adveio a crise de energia, quer dizer, voltamos a 1950, quando ocorrera a última crise de energia.

E houve finalmente um equívoco na condução do processo econômico e destruíram uma boa parte da indústria e agricultura brasileiras. E tem mais – a privatização era uma necessidade, mas foi muito malfeita. Em alguns campos foi feita de uma forma absolutamente imprópria.

É isso que eu digo, mais quatro, cinco, seis anos estes pontos vão ser ressaltados. O que aconteceu nos últimos vinte anos, vamos dizer entre 1964 e 1984 e o que aconteceu entre 1985 e 2005 que é o mesmo período? Então, vai ser um desastre. Não fizeram nenhum porto, a Revolução fez vinte. Não construíram nenhuma estrada, a Revolução, 56 mil quilômetros. Ergueram 2 milhões de casas, a Revolução 4 milhões. Como podem competir? Quais são as siderúrgicas que os atuais governos instalaram? Nenhuma, todas que existem herdaram dos governos revolucionários. Onde há um projeto igual ao Carajás? Ah! Desenvolveram o cerrado? Negativo! O cerrado é obra realmente do Governo autoritário. Foi ele que investiu em pesquisa para usar o cerrado; foi ele que fez um programa com os japoneses para construir estrada para chegar ao porto e nós estamos hoje tirando proveito disso.

Então, tenho absoluta confiança de que, percorrida uma razoável distância, quando os fatores ideológicos terão menor importância, vai aparecer a realidade. Estava olhando ontem um gráfico muito interessante, pois o Presidente disse, agora: "exportar ou morrer". E eu contesto: "vou para a missa de sétimo dia dele, provavelmente". Em um gráfico pode-se comparar. No período de 1965 a 1985, 12% de crescimento e o mercado mundial 10%, logo crescemos dois acima dele. No período de 1985 a 2000, 5% e 7% de crescimento, respectivamente, ou seja, crescemos dois abaixo do mercado mundial. Tudo isso é coisa que vai surgir, não vai ser agora. Eu acho que estas entrevistas são interessantes porque, provavelmente, um dia tudo isso vai ser consultado também.

A minha idéia é que, quando começarem a se realizar as teses de livre docência, de doutoramento, em torno desse período serão restabelecidas as verdades históricas – a boa e a má. As mazelas produzidas também serão explicitadas.

A imagem do Exército vem apresentando índices elevados de aceitação junto à sociedade, como as várias pesquisas atestam seguidamente. Como o senhor avalia este fato?

Ah, eu concordo. Deixa-me dizer-lhe: as coisas só são entendidas depois de passadas. "O vôo da coruja de minerva é ao amanhecer." Quando eles olham

para o que sobrou do regime autoritário, e quando olham o que está sobrando do regime que se instalou em 1985, vêem uma diferença absolutamente fundamental. O povo sabe.

Deputado, estamos chegando ao final da nossa entrevista. Gostaria de deixar espaço para o senhor transmitir uma mensagem final no Projeto História Oral, para ser consultada futuramente.

A única mensagem que vou deixar é esta: entendo ser preciso que esse período seja estudado com relativa isenção. Diria que serão identificados alguns defeitos, alguns pecados, como também, muitas virtudes importantes, quer na forma de administrar, de comportar-se diante do patrimônio público, quer no processo ético completamente diferente: a idéia de que terminou o meu mandato, tenho que ir embora. É uma diferença fundamental, porque o civil acha isso abominável, só um idiota que, podendo continuar no Poder, vai embora. Esse processo ético é totalmente diferente. Então, penso que o fundamental é darmos instrumentos e estimular essa gente que está chegando agora, que já tem apreciável distância dessa época, a qual ele tem acesso somente pela literatura – do que aconteceu – mas que tem disposição para aprofundar estudos e pesquisas. Então acho que teremos uma avaliação mais positiva desse Movimento. Embora, como disse, vamos carregar alguns dos pecados cometidos, eternamente.

Deputado Federal José Genoino Neto

- Natural da Cidade de Quixeramobim, CE.
- Foi líder estudantil no final dos anos de 1960; integrou a diretoria da União Nacional de Estudantes (UNE) onde se engajou ativamente na resistência à Revolução de 1964, participando da preparação da guerrilha do Araguaia, de 1970 a 1972. Preso político durante cinco anos. Anistiado em 1979, ajudou a fundar o Partido dos Trabalhadores (PT).
- Em 1982, foi eleito para o seu primeiro mandato. Participou, com destaque, da "campanha das diretas". Reeleito em 1986, teve uma atuação marcante como Deputado Constituinte, pelo seu conhecimento do Regimento Interno da Câmara.
- Em 1990, no seu terceiro mandato, destacou-se como líder da bancada petista no Congresso. Autor de projeto de lei que regulamentava os direitos autorais no País, cujos pressupostos básicos serviram de apoio à discussão e aprovação da atual Lei do Direito Autoral. Atuou de forma ativa no processo de *impeachment* de Collor e também na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Orçamento.
- Reeleito para o seu quarto mandato com 200 mil votos, disputou a Presidência da Câmara dos Deputados com um programa que se sustentava na valorização e na defesa da dignidade da atividade parlamentar; na reorganização da Câmara e na total e absoluta transparência no exercício do mandato parlamentar. Apresentou emenda constitucional que institui o sistema de controle do Poder Judiciário; outra que altera representatividade dos Estados na Câmara dos Deputados; e uma terceira que reduz o período de recesso dos parlamentares para um mês, no ano.
- Em 1998 foi reeleito para seu quinto mandato de Deputado Federal com 307 mil votos, sendo a maior votação do País. E, em 1999, ocupou novamente a liderança da bancada do PT na Câmara dos Deputados.

Entrevista realizada em 14 de novembro de 2001.

Deputado, tem sido divulgada insistentemente a idéia de que a Revolução de 31 de Março de 1964 veio interromper um clima de liberdade existente no País. Como é dito, "o dinamismo da própria sociedade em que o conflito era transparente". O senhor poderia precisar quais foram as razões que levaram o desencadeamento do Movimento revolucionário de 31 de Março de 1964?

Em primeiro lugar, concordo com essa avaliação de que o Movimento militar de março de 1964 interrompeu a ordem constitucional, diante de uma situação democrática em que o Brasil vivia, de amplas liberdades, e tinha, como grande causa dos movimentos da época, as reformas sociais tão reclamadas e tão exigidas pelo País.

É claro que havia também um cenário internacional polarizado, cenário internacional de conflitos, bem como uma reordenação econômica mundial, tendo em vista as conseqüências da Segunda Guerra Mundial e, particularmente, a hegemonia norte-americana no pós-guerra.

Esse período foi antecedido por um processo de crescimento econômico no Governo de Juscelino, um crescimento econômico que foi importante, principalmente, na implantação da indústria automobilística e no surgimento de um operariado mais moderno. O Brasil urbanizava-se de forma acelerada, mas, ao mesmo tempo, convivia com estruturas sociais arcaicas. O sistema político, democrático, da Constituição de 1946, espelhava essas manifestações e desejos de mudança.

O Movimento de 1964, além de interromper o desenvolvimento da democracia brasileira, diante da bipolarização com a então União Soviética, dos movimentos de libertação no mundo e de várias ações políticas que marcavam uma nova situação pós-Segunda Guerra Mundial, esteve alinhado a um modelo econômico hegemonizado pelos Estados Unidos.

Nesse clima, entendo que o Brasil deveria ter apostado na combinação da democracia com reformas sociais. Era fundamental, porque do ponto de vista social, ao longo da nossa história, nunca realizamos reformas profundas, como a reforma agrária, como a reforma urbana, como a distribuição de renda, como a inclusão social, como a democratização das oportunidades na ordem econômica. E o Brasil, também, enfrentava, nesse momento, um dilema em relação à sua inserção no mundo, um dilema que teve fôlego para buscar uma certa autonomia no período anterior à Segunda Guerra Mundial, inclusive soube negociar a entrada na guerra. Mas, após a mesma, a reação dos países que buscavam mais autonomia e independência, em relação à ordem econômica bipolarizada entre União Soviética e Estados Unidos, também teve sua influência nos movimentos daqui.

Esse processo de polarização política, de radicalização política, foi solucionado pela força e é importante que a gente faça essa apreciação crítica, quer dizer, a força não poderia ter solucionado um processo de polarização.

Nele surgiram manifestações extremamente radicalizadas, algumas até inconvenientes, naquele momento em que não existiam condições políticas para uma confrontação geral. Haveria condições políticas para buscar as reformas e manter constitucionais os governos, isto é, a não-intervenção política das Forças Armadas.

Por outro lado, no clima de polarização, no movimento cultural, no movimento de idéias, nos movimentos sociais existentes, entendo que a década de 1960 – e se prolongou até o seu final – na verdade, caracterizou-se pelo desenvolvimento de uma situação de explosão social que existia no Brasil, de contestação política, de manifestações libertárias inevitáveis, dentro daquela ordem político-econômica, vinda desde a Segunda Guerra Mundial.

Mas as contradições levaram a uma interrupção do processo democrático, pelo emprego da força que derrubou um governo constitucionalmente eleito e alterou as instituições democráticas do País. A partir, principalmente, das reformas econômicas, das reformas no Estado, o Brasil entrou num outro modelo econômico diferente daquele em que se debatia em 1964. Acho que a esquerda deveria ter adotado uma tática de defender com muita coerência a democracia e realizar as reformas sociais com base nas regras e nos procedimentos democráticos, até para evitar, para não dar pretexto às forças que queriam interromper o avanço da consciência democrática que veio depois do "Estado Novo", para que não prevalecessem os argumentos e a legitimidade como acabou acontecendo.

Mas, nesse momento, estava apenas iniciando a minha consciência política, saindo do interior do Ceará, para estudar em Fortaleza; não tinha uma atuação mais efetiva, era apenas um cidadão que participava das manifestações como qualquer outro, na época.

O senhor via, nesse quadro todo que acaba de relatar, alguma revolução de cunho comunista procurando se instalar, em andamento, visando uma mudança da ordem institucional?

Acho que não havia nenhuma revolução e nem a possibilidade de uma revolução comunista ou socialista no Brasil. O Governo Goulart não era comunista nem socialista. Os comunistas atuavam, mesmo na ilegalidade, com abertura, com desenvoltura, mas a plataforma que se colocava na época não era, necessariamente, um programa socialista nem comunista, e sim a plataforma das reformas de base,

da idéia da soberania econômica do Brasil. Basicamente, essas duas questões vigoravam. O problema é que havia uma polarização ideológica muito grande entre Estados Unidos e União Soviética, as influências da revolução cubana, as influências de vários movimentos no mundo, tudo deu àquelas manifestações de 1964 um cunho como se fosse uma revolução comunista. Não era nem teria condições de ser uma revolução comunista, apesar de os comunistas terem influência naqueles movimentos todos. O que o Brasil ia fazer eram algumas reformas sociais, reformas democráticas e reformas econômicas.

Existia no País um clima de insatisfação quanto ao Governo Goulart?

Acho que era um governo que já assumia enfraquecido, porque João Goulart veio como Vice-Presidente da República, na crise da renúncia do Jânio, aceitando uma série de compromissos, entre eles o parlamentarismo, casuísmo que foi montado em 1961; em seguida, com o plebiscito, o País optou pelo presidencialismo. Era um governo tíbio que tentava viabilizar-se. O Governo Goulart foi um governo produto de uma crise política a partir da renúncia de Jânio Quadros, em 1961.

E nessa seqüência de raciocínio, quais os acontecimentos que a seu ver foram determinantes para a precipitação do Movimento?

Em primeiro lugar, havia uma confrontação ideológica, uma influência política muito grande para a derrubada do Governo João Goulart. O comício na Central do Brasil, as manifestações dos marinheiros e outros movimentos de sargentos – e entendo que, naquele momento, foi errado politizar as Forças Armadas com essas manifestações que teriam de ser basicamente realizadas pelos trabalhadores, pela população em geral, pelos partidos políticos – acabou precipitando, no meu modo de entender, uma iniciativa das forças mais à direita, das forças conservadoras, com um alinhamento com os Estados Unidos, no sentido da ruptura da ordem constitucional, derrubando o Governo João Goulart. Na minha avaliação, havia um clima tensionado, de polarização, de confrontação política e naquela situação alguns fatos acabaram precipitando o Movimento de 1964.

Por outro lado, também já se desenvolviam as articulações, seja no âmbito parlamentar, seja no âmbito militar, seja no âmbito econômico, no sentido de romper com a ordem constitucional, principalmente neste último, com o movimento do setor mais representativo, ou seja, o grande empresariado brasileiro, em relação a reorientar a economia do Brasil. Na verdade, as Forças Armadas foram colocadas no Poder por um mando dos setores econômicos mais fortes e com o apoio de parte da classe média.

O Exército, em particular, foi intérprete da vontade nacional?

Não dá para concordar que tivesse sido intérprete da vontade nacional, primeiro, porque não tivemos e nem temos o método para avaliar se houve uma vontade majoritária expressa naquela intervenção militar.

A intervenção militar das Forças Armadas foi motivada por uma pressão de setores políticos e econômicos – do Congresso, pelos Estados Unidos, na época – e por segmentos da classe média que participaram das marchas, apoiando o Movimento de 1964. Do ponto de vista de interpretar a maioria da população, não concordo, porque, naquele momento, considerando a vitória do presidencialismo, e, em seguida, a participação em outras manifestações, o povo não estava representado. Agora, certos segmentos civis e empresariais deram sustentação à intervenção das Forças Armadas.

Existem críticas à Revolução de 1964. No seu entendimento ela trouxe benefícios ou foi prejudicial ao País?

Temos que examinar essa questão pelo lado de cada ator político ou de cada visão política. Do ponto de vista democrático, considero que o Movimento de 1964 foi um retrocesso. Acho que o Brasil interrompeu uma trajetória democrática, uma experiência democrática, e isso causou prejuízo para nossas instituições, para as futuras gerações e radicalizou o processo político.

Do ponto de vista social, o Brasil avançou muito pouco, inclusive o próprio Estatuto da Terra, uma das elaborações do Movimento de 1964, não chegou a ser aplicado. Não chegou a ser implantado. No meu modo de entender, na questão econômica o Brasil adotou um alinhamento automático com os Estados Unidos, que começou a ser revisado no final do ciclo militar, no Governo do Geisel, a partir da crise do petróleo.

Evidentemente do ponto de vista da infra-estrutura do País, como existiam recursos disponíveis, capitais para serem investidos no Brasil e persistia o interesse em montar uma infra-estrutura razoável, o País construiu, nesse período, uma infra-estrutura estatal considerável na área de telecomunicações, no setor rodoviário, de energia.

Quanto aos valores que consideramos importantes para intervir na história da sociedade humana, temos que situar essas experiências em cada época. Por exemplo, para mim, naquele momento, a esquerda precisava ter tido uma visão mais radical em relação à democracia como meio e como fim. A própria resistência armada foi uma resposta dentro de uma situação de "beco sem saída" ou de confronto – confrontação política e ideológica – e um caminho para enfrentar aquela situação.

Do ponto de vista das instituições, das regras, dos procedimentos, dos ordenamentos, a democracia é sempre o que vale a pena. Ao longo da história da humanidade, a democracia é algo de mais fantástico que os humanos criaram, porque, mesmo com as incertezas, com os problemas, com os altos e baixos, com as curvas, com os conflitos, é a experiência de organização do Estado que dá melhores condições para resolver os problemas da sociedade humana.

A mídia, nesta última década, e aqueles que detêm, hoje, o Poder fazem absoluta questão de omitir os acertos da Revolução de 1964. O senhor poderia destacar para nós – o senhor acabou de falar sobre alguns deles – os principais acertos?

Acho que o que tem que ser frisado – esse é o destaque que eu faria – é que, nesse período, o Brasil montou uma infra-estrutura razoável. Penso que, do ponto de vista do Movimento, devemos analisá-lo nos seus vários momentos. Até 1968, foi um processo; com o Ato Inconstitucional nº 5 (AI-5), ocorreu uma espécie de aprofundamento de suas ações no sentido do uso da força sem limite. E depois, na própria crise que veio com a superação do regime militar e a substituição pelo governo civil, com o processo de democratização, caracterizou-se uma outra fase. Temos que analisar... O julgamento que a gente faz tem que ser aberto. Julgamento aberto para os diversos atores que participaram. Eu participei como ator na oposição. Como oposição, tenho uma crítica no fundamental, mas não deixo de respeitar as opiniões, mesmo discordantes das minhas, daqueles que participaram do Movimento em posição oposta à minha visão e à minha militância política da época.

Deputado, o senhor já tocou praticamente duas vezes na questão da resistência ao Movimento de 1964. A nossa próxima pergunta, justamente, enfoca as ações de guerrilha e de terrorismo, tanto na resistência ao Movimento, quanto na abertura. O que o senhor poderia nos contar a esse respeito?

Em primeiro lugar, a confrontação político-ideológica no final dos anos de 1960 chegou a um nível mais radicalizado. Os comunistas, na época representados pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), advogavam a tese da via pacífica, inclusive, porque havia o modelo adotado pela União Soviética como caminho para orientar vários movimentos e vários partidos. Na medida em que o Movimento de 1964 foi vitorioso e ocorreu a derrota das forças de esquerda, houve uma desmoralização política e uma perda de prestígio dessas forças. A esquerda passou a fazer uma reavaliação daquela derrota de 1964 e a questão da opção pela luta armada foi colocada no debate político e teórico. Isso está assinalado em textos, documentos etc.

Em segundo lugar, como havia uma confrontação política e essa confrontação ia se radicalizando, ia se afunilando, a opção pela luta armada se materializava concretamente nas ações da guerrilha urbana e na movimentação da guerrilha rural.

Por outro lado, as pessoas que não participavam do movimento armado também não tinham muito espaço, porque as alternativas representadas pelos partidos – os então conhecidos Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e Aliança Renovadora Nacional (ARENA) – ou pelo movimento sindical, não tinham grande fôlego, para que se oferecessem à população, como viáveis realmente. O próprio movimento estudantil de 1968, bastante forte, chegou a um ponto, para o enfrentamento do AI-5, que muitas lideranças foram estimuladas a optar pela resistência armada.

Portanto, acho que esses fatores acabaram influenciando, quer dizer, a confrontação que já havia, as avaliações sobre as causas da derrota de 1964, bem como a confrontação política que existia no mundo. Estamos falando de uma década em que ocorriam a revolução no Vietnã, a revolução cubana, o movimento de consolidação da revolução chinesa, os movimentos do Terceiro Mundo, as conseqüências da libertação da Argélia. Havia muitos movimentos no mundo e isso acabava influenciando de diversas maneiras.

E influenciaram na guerrilha do Araguaia?

Influenciaram, em parte, aqueles movimentos de guerrilha rural, de concepção de guerra prolongada, que eram referências a revolução chinesa e a experiência da guerrilha do Vietnã, pelas características da região do Araguaia. Isso tudo acabou influenciando. É claro que havia uma decisão e uma opção pela luta armada, não vamos nos iludir, a partir das avaliações da derrota de 1964. Agora, a maioria dos integrantes da guerrilha era de líderes estudantis de 1968. Na medida em que o processo político – mesmo depois de 1964 – viu-se novamente interrompido com o AI-5, e não havia limite para o uso da força contra os opositores, aquela geração foi quase, vamos dizer assim, estimulada, e tornou-se lógico o caminho da luta armada, ou ir para o exílio. Porque não existia a alternativa de oposição dentro do País, a não ser pela luta armada.

No mundo, nessa época, existiam vários modelos de guerrilha. Havia a guerra do Vietnã; estava no auge. Mas ressaltava no País um modelo cubano, a partir do foco guerrilheiro, e o modelo chinês que era uma luta demorada. Ali, no Araguaia, o que se pretendeu fazer?

A experiência do Araguaia foi mais referenciada na elaboração da revolução chinesa, nas obras do Mao e nas experiências da guerrilha no Vietnã. Foi

muito mais por esse lado do que pela experiência da revolução cubana ou pelo foco guerrilheiro, que foi a experiência do Che Guevara na Bolívia. Portanto, a concepção de guerra prolongada, de guerra camponesa, do campo para a cidade, de formar um exército durante um processo de longa acumulação de força estava mais adequada à questão da revolução chinesa e da experiência do Vietnã.

E havia uma doutrinação. Os participantes da guerrilha estavam doutrinados?

A maioria das pessoas que entraram na luta armada estavam conscientes do seu ato; ninguém foi obrigado, nem forçado e nem iludido. Evidentemente, tinham conhecimento, tinham leitura, tinham informação, participavam de debates, inclusive antes da própria experiência concreta e havia estudos das experiências internacionais. Mesmo no caso do Araguaia, estudamos as experiências de Canudos, as experiências de parte da Guerra do Paraguai, principalmente o livro do Visconde de Taunay, "A Retirada da Laguna". A própria experiência do treinamento local, também, levava à necessidade de conhecer as características da região, da geografia, do espaço, dos cenários, das sobrevivências. Não dava para transferir mecanicamente uma experiência de guerra em selva, como se fosse na China, ou no Vietnã, ou em montanha, ou em serra. Havia necessidade de uma elaboração própria na região.

O senhor considera que houve sucesso na guerrilha do Araguaia?

É claro que não houve sucesso. A guerrilha foi derrotada. Nas condições da época, era difícil que uma guerrilha, numa região tão distante, tão isolada do resto do País, em termos de comunicação e também isolada da opinião pública, viesse a obter uma vitória.

Por outro lado, acho que houve uma subestimação da capacidade de reação, de estrutura e de ação do próprio Estado, através das Forças Armadas, na repressão à guerrilha. É evidente que, nas condições do Brasil, tanto a experiência do foco, como a experiência da guerra de guerrilha prolongada, teriam poucas condições de se desenvolver pelo grau de integração que existia e pela presença forte do Estado. O Brasil atravessava um período de crescimento econômico, o chamado "Milagre Brasileiro", que depois apresentou suas conseqüências graves do ponto de vista social e do ponto de vista da extrema dependência em relação ao problema da dívida externa, mas que, naquele momento, aparecia como algo apoiado pela população. Nas condições de selva, apesar do treinamento, havia precariedade de armas, de apoio logístico e de retaguarda, em relação aos principais centros e, na medida em que a guerrilha se isolou, foi liquidada militarmente.

Atuei na fase de preparação, não participei dos combates. Foi uma experiência que se legitimou, pelos olhos da época. Pelo confronto que existia, foi muito mais algo ligado à resistência do que ofensiva militar. Dificilmente seria vitoriosa. A experiência que a gente ganha, até porque somos sobreviventes de uma situação dramática, marcante e profunda, é que a opção pela luta armada como opção política deve ser descartada. Temos que fazer a opção pela radicalização da democracia, como meio e como fim, para resolver os problemas sociais, os problemas econômicos.

Aquela região era uma região propícia para a guerra de guerrilha. Tinha cenários favoráveis, tinha selva, tinha dificuldade de acesso, uma boa cobertura. Tanto que o êxito no combate à guerrilha demorou quase dois anos, exatamente pela situação da região. Nesse sentido foi uma região bem escolhida. Agora, do ponto de vista do crescimento e da sobrevivência, chegou um momento em que ela ficou num "beco sem saída" pela força e pela presença do Estado naquela região. A guerrilha não teve condições de sair do cerco, ou por falta de capacidade militar, condições materiais, ou faltou vontade política. Aí não posso avaliar, porque não me encontrava lá naquele momento.

Quando a gente olha a história, temos que apreciá-la de maneira sempre crítica para não tender para o sentido da idolatria, ou da condenação, pura e simplesmente. Temos que analisar como uma experiência circunscrita àquela época, considerando as condições políticas e sociais em que os atores participaram e fizeram a história, naquele momento. O espaço de tempo entre 1969 e o início da década de 1970 foi um período particularmente muito duro, chamado "anos de chumbo", porque o aparato montado a partir do AI-5, conhecido como a "comunidade de informações" gerou um poder paralelo. Por isso, mais tarde, criou problemas no processo de abertura, de modo que os próprios chefes militares tiveram que se adequar à confrontação. Na verdade, um poder muito forte, com total autonomia, sem limite e, evidentemente, com um nível de práticas e de ações que marcaram muito a história do Movimento militar de 1964. Os fatos que se seguiram em seguida, particularmente no Governo Geisel e no Governo Figueiredo, causaram confrontos no ambiente interno das forças militares, em relação ao grau de independência que a "comunidade de informações" desfrutava dentro das Forças Armadas.

No confronto com a esquerda armada, aquele braço paralelo ostentou um grau de força e de autonomia muito grande. Já no final da resistência armada, praticavam a repressão em relação a organizações que não defendiam a luta armada, o que aconteceu, por exemplo, com o PCB, com a Ação Popular, com o Partido

Comunista do Brasil (PC do B) que estava na cidade – porque o PC do B só fazia luta armada no campo, nas cidades não fazia. Foi um processo de eliminação. Aí não era por causa da luta armada, já era um movimento que podia ir a um determinado ponto sem empecilhos. De uma certa maneira, a chamada abertura lenta, gradual e segura arquitetada pelo Governo Geisel – isso é uma questão aberta – pode ser avaliada, naquele momento, como um freio aplicado em um movimento que não tinha limitações. Poderia gerar, no Brasil, o mesmo que marcou a experiência particularmente da Argentina, onde a repressão acabou degringolando.

Como o AI-5 nasceu e como influiu na atitude dos militares? O senhor já tocou na questão da criação da "comunidade de informações".

Bem, em primeiro lugar, na medida em que fui oposição ao Movimento de 1964, com mais razão ainda fui e contesto o AI-5. Na época, quando o AI-5 foi decretado, morava em Fortaleza. Fui obrigado a sair de Fortaleza com outra identidade, no Natal de 1968, no porta-malas de um carro, furando as barreiras para poder ir a São Paulo. Viajei já com outro nome e outra identidade; passei a viver clandestinamente. Aí, a partir do AI-5, fiquei três anos e meio nessa situação, em São Paulo e depois, no sul do Pará, no Araguaia, quando fui preso. Permaneci cinco anos preso.

Até então, vivíamos uma situação bem diferente daquela que passou a vigorar, no final de 1968. Naquela época, mesmo com o Movimento revolucionário, ocorriam manifestações, vamos dizer assim, havia o *habeas corpus;* a repressão existia, embora com limites, mas, com o AI-5, deixou de ter limite. E a gente viveu um clima muito pesado, na época: viver clandestinamente em outra cidade, com outro nome, morando em pensão, em casa de amigo, podendo ser preso a qualquer hora, sempre fugindo, com medo de entrar em bares (porque existiam cartazes com as nossas caras). Era um clima extremamente pesado. Tanto que, depois de ter permanecido um ano e meio em São Paulo e quando comecei a tornar-me conhecido, de livre e espontânea vontade, após informado de que o PC do B preparava a luta armada, apesar de não saber onde, nem o que era, coloquei-me à disposição para participar. Era uma espécie de lógica que não tinha volta. Era um processo sem retorno e acho que, naquele momento, a esquerda que não tinha ido para o exílio e permaneceu no Brasil, se não fizesse a opção pela luta armada seria presa, porque não podia ficar no sindicato nem no partido nem na cidade.

Era uma situação de confrontação muito grande e uma geração que não tinha medo. Só sentiu o peso do medo quando foi presa, aí tinha medo sim. Mas era de uma ousadia, generosidade e desprendimento notáveis. Nessa época, par-

ticipava da UNE. Não tinha relação com grupos que faziam luta armada na cidade, mas acompanhava as repercussões daquelas ações, principalmente em 1969 e início de 1970: seqüestro do embaixador norte-americano, as repercussões quando instalou-se a Junta Militar, a pena de morte. Na concepção que defendi, do PC do B, era uma outra visão de guerrilha, mais do campo, isolada, vivendo como lavrador sem realizar ações espetaculares; tratava-se de um processo mais de longo prazo.

A experiência do AI-5 marcou todo mundo, porque foi uma ruptura dentro da ruptura e o Estado militar passou a ter todos os instrumentos legais e não tinha limite para agir. Quando o AI-5 foi lido, estava na casa de um amigo em Fortaleza. Era presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE), fiz até um pronunciamento, à noite, no Clube dos Estudantes, lugar em que o DCE funcionava. Quando ouvi a leitura, disse: "Olha, não tem mais limite. Agora, ou sai do País, ou vai para a resistência armada." As pessoas que estavam participando do movimento de 1968 teriam que ir para a luta armada.

Com isso o senhor terminou na preparação do Araguaia?

É. Fui para lá em julho de 1970, exatamente no dia em que a Seleção Brasileira chegou a São Paulo, depois do tricampeonato. Aí fui para o Araguaia. Não sabia o destino, fui sabendo aos poucos; em cada lugar que chegava, era informado sobre o próximo, para onde deveria ir. Fiquei de 1970 a 1972. Fui preso neste ano e acabei como preso político, durante cinco anos.

A tortura de presos; o senhor foi torturado?

Exatamente dentro da "comunidade de informações", as pessoas eram torturadas; fui torturado. Era uma situação extremamente grave, delicada, na qual o cidadão ficava negociando a vida. Disputa entre a vontade de viver e a de não falar, e você se equilibrando no fio da navalha. Naquele período, foi um processo em que a "comunidade de informações" não se autolimitava. Inclusive, como muitos processos de interrogatórios sob tortura não eram públicos, não sei se todas as organizações militares sabiam o que acontecia naquela região. Também, como preso, tive contato com alguns militares, soldados, cabos, oficiais que se relacionavam comigo. Eles diziam: "Eu estou aqui de guarda, vou te dar água, estou vigiando, você não vai fugir, porque se fugir seremos obrigados a atirar, mas não participamos disso aí." Certa vez, um oficial chegou, e disse: "Quero tirar uma fotografia tua, mas fica numa boa que não é para interrogatório."

Mas, dentro da "comunidade de informações" isso existia sim. Acho que tem que ser bem avaliado pelas Forças Armadas, não no sentido de julgá-las,

enquanto Instituição, mas com vistas à própria integridade das Forças Armadas, pois acabou criando um desgaste, exatamente naquele período mais duro do Movimento de 1964.

A Revolução demorou demais no governo do País? Não tinha mais como progredir?

O Movimento militar esgotou-se, começou a terminar, no meio da década de 1970, porque acabara o *boom* econômico e a situação internacional mudava, com a crise do petróleo. Além disso, houve um processo de esgotamento político, na medida em que as bases do Movimento de 1964 foram justificadas naquele ano e em 1968, com o AI-5. O processo de transição também foi um processo negociado demoradamente, porque envolvia concepções antagônicas e resistências dentro das próprias Instituições militares. Então, é difícil a gente avaliar.

A conjuntura internacional veio acelerar essa abertura política, esse processo?

Acho que sim. Em primeiro lugar, porque o próprio Movimento militar de 1964 refletia bastante a conjuntura internacional. Tanto em 1964, quanto nas bases do chamado "Milagre Brasileiro". Na medida em que a situação internacional se alterou e projetou-se o problema da democracia e a situação econômica no plano internacional, a manutenção do regime militar levava o Brasil a um isolamento crescente. Em segundo lugar, porque, no Brasil, começaram a surgir movimentos sociais, seja com as greves de trabalhadores, seja com os movimentos contra a carestia e o custo de vida, os quais foram removendo aquela espécie de manto de silêncio que existia, principalmente no período áureo do AI-5.

Por outro lado, alguns chefes militares começaram a ter visões diferentes sobre o prosseguimento do regime, se faziam um regime controlado, ou o regime continuaria sem o controle. Tudo isso acabou, no meu modo de entender, convergindo para uma transição negociada, que foi o processo de "abertura".

Qual a sua avaliação desse processo a partir do Governo Geisel?

Eu acho que o Presidente Geisel, como chefe militar e chefe político – o próprio livro dele que é fruto de um depoimento na Fundação Getúlio Vargas deixa isso muito claro – em primeiro lugar, segurou a "comunidade de informações", mas, para segurá-la, dava uma no ferro e outra na ferradura. Para segurar também houve repressão, torturas e mortes no governo. Até ele admite isso no seu depoimento na Fundação Getúlio Vargas. Mas estabeleceu o controle daquela autonomia que existia na "comunidade de informações" que, depois, se descontrolou e, foi parte dessa comunidade, participou de atentados em bancas de jor-

nal, na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), no Riocentro. Evidentemente, a ação foi importante para iniciar a transição negociada, geradora de uma dinâmica tal que no Governo Figueiredo não foi possível brecar. Mesmo havendo divergências entre os chefes militares, não podia mais ser detida porque alcançou uma dinâmica interna e externa que não tinha mais volta.

Então após o Governo Figueiredo não havia mais condição do movimento militar permanecer no Poder?

Era muito difícil, a não ser que houvesse uma espécie de golpe dentro do golpe. Com a dinâmica criada, era inevitável que o processo de "abertura" fosse negociado e foi o que acabou acontecendo, com as eleições diretas para governadores de 1982, a substituição do AI-5 pelas salvaguardas constitucionais, a modificação da Lei de Segurança Nacional e a Lei da Anistia negociada, o que acabou gerando um processo de transição para a Constituinte e a eleição direta de 1989.

Existe, ainda hoje, o chamado "revanchismo" por parte de autoridades em relação a militares? A Lei da Anistia veio resolver?

Não concordo com o "revanchismo" e nem com a opinião de que existe movimento revanchista no Brasil. Não há. Em primeiro lugar, o que existe é o seguinte: na verdade, a Lei da Anistia beneficiou quem foi punido, mas, antecipadamente, anistiou quem não foi punido, isto é, os atores do lado do governo; segundo, quando se buscam determinadas explicações não é no sentido da condenação via tribunal e sim pelo lado dos direitos humanos. É claro que o País tem que ter maturidade para entrar em contato com o seu passado e, de maneira crítica, discuti-lo sem medo, para fazer o presente e pensar no futuro. Esse é o processo que a gente tem que ver.

No caso brasileiro não dá para se falar em "revanchismo", porque não tivemos nem um processo legal que pudesse trazer essa conotação. Os debates e as opiniões sobre os envolvimentos dos atores políticos de cada um dos lados gera um contencioso, isso é inevitável. Eu mesmo procuro fazer esse debate de maneira muito racional para que a gente possa esclarecer.

Costumo usar a figura de que você tem que ver "como se estivesse num carro em que o motorista combina retrovisor com pára-brisa". Lógico que você tem que ter um retrovisor, mas não pode deixar de ter o pára-brisa, senão fica desequilibrado na relação passado, presente e futuro. Quer dizer, ninguém pode esquecer e nem arrepender-se do passado, mas é necessário não permanecer imobilizado em função dele; você tem que posicionar-se em função do futuro, incor-

porando os ensinamentos, o aprendizado do passado. A ação política, seus elementos constitutivos não podem estar presos a uma realidade que não existe mais. Tem que estar voltada para o futuro.

Acho que essa é a maturidade que tem de existir, tanto para a esquerda que esteve no lado oposto, como também para os chefes militares. Evidentemente que existiram questões, atitudes e práticas, naquele período, que interessam às Forças Armadas, na minha avaliação, erradicá-las, combatê-las.

A chamada batalha da comunicação social foi perdida pelos militares?

Veja bem o problema da democratização. Era inevitável que o processo de democratização do País, visando instituir um regime democrático após o ciclo militar, considerando que houve censura à imprensa, censura nas comunicações, acabasse proporcionando mais destaque ao vencido do que ao vencedor, na medida em que esse processo de liberdade acabou gerando, também, uma reavaliação. Inclusive, comparando a experiência brasileira com outros países, acho que as Forças Armadas hoje não são uma Instituição desgastada, portanto não dá para falar na batalha perdida da comunicação. O próprio prestígio das Forças Armadas hoje não é questionado, é avaliado em qualquer pesquisa.

Penso que houve um processo relativamente maduro nessa transição de não ficar só se abrindo ferida. Claro que algumas feridas são abertas e são vistas, mas não há um movimento de buscar a abertura das feridas como se fosse o problema central.

Olhando pelo retrovisor para obtermos ensinamento, após a queda do Muro de Berlim, como o senhor analisa, hoje, o radicalismo ideológico que existiu nos tempos da bipolaridade da guerra fria? O comunismo desapareceu? Qual a situação do Brasil nesse contexto?

Em primeiro lugar, considerando o modelo de Estado, de economia e de sociedade, o que era forte na época da bipolaridade não existe mais. Portanto, a esquerda que trabalhava com um modelo de economia, um modelo de Estado e um modelo de partido tem que reavaliar esse modelo, mas, ao fazê-lo, há uma trajetória – faço questão de filiar-me à corrente representada pelo livro do Bobbio "Esquerda e Direita" – onde há valores. A história dos socialistas utópicos, libertários, dá elementos para criticá-la: modelo autoritário, monolítico, ditadura do proletariado, a experiência estatal do socialismo; mas resgata-se o modelo de lutar sempre por uma sociedade com igualdade social, relacionando igualdade com liberdade, relacionando a luta por justiça social com a luta por democracia. Não colocar o

contraponto de igualdade *versus* democracia. Temos que fundir essas questões. Nesse sentido, não temos hoje uma confrontação ideológica no Brasil nem no mundo, mas temos outro desafio que pode ser relacionado como grande desafio, que é o problema da exclusão social, o problema da miséria, da pobreza, da violência, da degradação, da qualidade de vida que hoje está ameaçando a humanidade.

Assim como a humanidade viveu a Segunda Guerra Mundial, assim como a humanidade viveu o risco de guerra nuclear, assim como a humanidade viveu o risco da bipolaridade, hoje está vivendo um risco; o primeiro é o desaparecimento de verdadeiros continentes. Está aí o caso da África. Alguns países se inviabilizando pelo lado da degradação social; a volta de um fundamentalismo étnico, religioso, radicalizado e sectarizado, em que a vida se banaliza com ações de terrorismo suicida. Para a humanidade, se o século XX foi o século da confrontação de modelos, ideologias e de guerras, acho que o século XXI vai ser o século da opção pela qualidade de vida, cidadania e democracia. Esse é o grande desafio que estamos vivendo, e o século está começando com ele. A própria questão nacional está embutida nesse problema, porque a degradação social de um país começa a ameaçar a sua integridade, o espaço de decisão nacional, a esfera de influência nacional.

O próprio mundo tem que repactuar a relação entre os estados nacionais, entre os países, entre as regiões, para buscar um mundo que não seja unipolar. Saímos de um mundo bipolar para um mundo unipolar e esse mundo unipolar está vivendo uma das maiores crises, que é exatamente o que está acontecendo hoje, exemplo de terrorismo suicida, de guerra como a do Afeganistão, de um processo de concentração de renda brutal como nunca aconteceu na história da humanidade: a distância entre países ricos e pobres e entre os ricos e pobres no interior dos países é cada vez maior.

Costumo dizer que quando Marx escreveu *O Capital*, dizia que o desempregado era um exército de reserva para entrar no mercado de trabalho. Hoje o desempregado é um exército de descartáveis, descartáveis para qualquer coisa, porque não tem espaço no mercado. Você tem que repensar esse modelo econômico, esse modelo social que não se trata de socializar os meios de produção, não se trata de estatizar, não se trata de economia planificada, mas se trata de criar uma vida socialmente civilizada.

O senhor gostaria de aduzir mais alguma idéia a respeito da Revolução de 31 de Março de 1964 que devesse ficar registrada nesse Projeto de História Oral?

Em primeiro lugar, creio que é importante essa avaliação crítica. Eu a faço como oposição. Acho fundamental que os militares, que foram vencedores e dirigi-

ram o País, também façam um exame crítico em relação a uma questão que, no meu modo de entender, tem de ser muito pensada nos dias de hoje. O Brasil tem uma elite econômica e uma elite política que nunca querem perder nada. Elites muito perversas e muito truculentas. Em determinados momentos da História do Brasil, os militares, particularmente em 1964, submeteram-se à influência dessas elites e, mesmo com o AI-5, não tiveram força para aplicar o Estatuto da Terra. Acho importante que as Forças Armadas façam essa reavaliação... Elas hoje possuem a consciência, mas é importante aplicá-la na construção de um projeto de Nação, de um projeto de País, pois a questão de um país integrado social, econômica e democraticamente é fundamental. Recordando a História do Brasil, lembro, nos albores do Exército, enquanto Instituição, os oficiais recusarem-se a cumprir a tarefa ignóbil: de procederem como "capitães do mato". Acho que as Forças Armadas têm um papel importante, e creio que essa reavaliação de 1964 vai ser decisiva para situar uma Instituição importante, fundamental, com base nos princípios democráticos, na idéia de um País soberano, socialmente justo e economicamente próspero.

O senhor tem mais alguma mensagem para finalizar sua participação no Projeto de História Oral?

Gostaria de agradecer a participação neste Projeto como opositor, com uma visão diferente. Acho que essa "abertura" vai ajudar a visão crítica. Não estou fazendo julgamento, mas estou fazendo a minha análise como ator oposto, em caminho oposto, em campo oposto. É importante esse debate que não deve ser preconceituoso, não deve ser maniqueísta. Ninguém é dono da verdade e, especialmente, tratando-se das Forças Armadas, num gigante como o Brasil, que tem grandes desafios pela frente, temos que pensar que são Instituições fundamentais para um projeto de país. E como temos constatado no processo de democratização, são importantes a despolitização, a despartirização, a profissionalização e uma visão democrática das Forças Armadas, preocupadas, principalmente, com as tarefas relacionadas à defesa do País, com a integridade territorial, com a defesa das instituições.

Coronel Sérgio Mário Pasquali

- Natural da Cidade de Guaporé, RS.
- Entre as principais funções militares exercidas destacam-se: Instrutor da Academia Militar de Agulhas Negras (AMAN), da Escola de Sargento das Armas (EsSA) e da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME); Chefe da 2ª Seção do Comando do I Exército; Adjunto da Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP) da Presidência da República no Governo Costa e Silva; Comandante do 1º Grupo de Artilharia Antiaérea (1º GAAAé), atual 21º Grupo de Artilharia de Campanha (21º GAC).
- Foi Coordenador Geral do Projeto Rondon e Presidente da Fundação Projeto Rondon e, ainda, Secretário-Geral do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e Ministro interino naquele Ministério, no Governo Figueiredo.
- Possui todos os cursos regulares do Exército e o Curso Superior da Escola Superior de Guerra (ESG). Cursou, nos Estados Unidos, em Fort Leavenworth, o Command and General Staff College (1969/1970).
- Possui, ainda, o curso de Opinião Pública e Relações Públicas, da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro.
- Em 1964, na eclosão da Revolução de 31 de Março, era aluno da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, no Rio de Janeiro.

Entrevista concedida em 10 de abril de 2000.

É com satisfação que participo deste Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964. Acredito que o Projeto seja de extraordinária importância para a história do País e, particularmente, para definir bem a real participação do Exército nesse Movimento. Limitarei meu relato aos episódios dos quais realmente participei. Aquilo que conheço por informações de companheiros ou por leitura de livros e relatórios, penso que os autores, testemunhas ou participantes dos acontecimentos, devem dar seus depoimentos. De minha caminhada, a partir de 1964, vou salientar esquematicamente os seguintes fatos que, acredito, possam contribuir para compor o mosaico do período revolucionário, de 1964 a 1985.

1964 – Era aluno do terceiro ano da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e, naquela época, havia um clima de agravamento do quadro político nacional, decorrente da renúncia do Presidente Jânio Quadros e sua substituição pelo Sr. João Goulart. O País estava passando por dificuldades na área econômica e, na área política, particularmente, havia um movimento muito grande das esquerdas, inclusive do comunismo internacional, no sentido de ocupar espaços até então imunes à sua ação no País. Conseqüentemente, isso tudo determinou uma preocupação da área militar.

Mas o estamento castrense estava relegado a um plano secundário. O apoio político e evidente do Presidente da República destinava-se aos graduados, num processo de inversão da hierarquia. Existiam realmente alguns focos de indisciplina, como foi o caso da revolta de sargentos em Brasília, das revoltas ocorridas em alguns navios da Marinha, dos quais, inclusive, oficiais foram jogados no mar, na ocasião, e, finalmente, deram-se as reuniões da Central do Brasil, do Automóvel Clube do Brasil etc., que caracterizaram bem um clima de subversão da hierarquia e da disciplina. Esse quadro todo se refletiu, em verdadeira grandeza, dentro da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME).

A Escola de Comando e Estado-Maior do Exército devia ter na época uns 300 a 400 oficiais superiores que, durante suas atividades, comentavam e discutiam as notícias a que tinham acesso através de jornal, televisão e rádio. Finalmente, no dia 30 de março, em função do agravamento desse quadro todo, particularmente com as reuniões da Central do Brasil e do Automóvel Clube do Brasil, as aulas na Escola foram suspensas e houve uma mobilização da ECEME.

O Comandante da ECEME era o General Jurandyr Bizarria Mamede e o seu Subcomandante o Coronel João Bina Machado que, posteriormente, substituiria o General Mamede no Comando, após sua promoção a General.

A Escola se organizou, exatamente para fazer face à situação de dificuldades políticas, econômicas que o País atravessava, e os alunos foram divididos em

equipes, recebendo as missões mais variadas. Passou a funcionar como uma espécie de central de informações e de ações. Convergiram, naquela época, para a Escola, inúmeros generais, particularmente da reserva, e alguns da ativa, que passaram, inclusive, a receber missões, porque algumas delas exigiam general de patente superior àquele que estivesse por ser abordado. No dia 31, saímos em operações as mais variadas, desde a proteção ao General Castello Branco, na sua rua, na residência e dentro do próprio Ministério do Exército.

Grupos de oficiais, de número variável, foram para estações de rádios, para o Conselho de Segurança Nacional, para Unidades, a fim de reforçar seus estados-maiores. Também foram previstos grupos para agirem nas fortalezas da baía da Guanabara, para evitar que partisse delas alguma reação.

Minha missão, especificamente, com um grupo de companheiros, foi abordar a Fortaleza de São João, verificar o estado de espírito de seus oficiais, conhecer a idéia de seu Comandante e, enfim, planejar as ações necessárias para que aquela fortaleza não apoiasse o Governo de então.

Enfim, o efetivo da Escola dividiu-se totalmente e organizou-se numa central de operações. O dia 31 de março, quase todo escoou-se nessa atividade. O General Mourão começava a sua descida de Belo Horizonte, em direção ao Rio de Janeiro. Corriam boatos de toda ordem, mas a união do pessoal da Escola era quase total. A minha turma tinha 83 oficiais, desses, só perdemos três que se negaram a participar das operações que estavam sendo montadas. Foram afastados, e 80 companheiros então foram divididos em grupos, conforme as missões recebidas.

Havia uma grande união, mas uma grande incerteza, também, sobre o que estava acontecendo. Não havia informações.

Quase não havia. As poucas que recebíamos eram desencontradas, no entanto formou-se um propósito muito forte no sentido de nos mantermos unidos, porque o Governo do Sr. João Goulart não poderia realmente continuar. O que iria acontecer depois, se a situação se agravaria e teríamos que combater, inclusive, não sabíamos. Surpreendentemente a estrutura governamental desmoronou com facilidade.

No dia 1º de abril, realmente, fizemos um contato final com as Unidades que deveríamos abordar e a única ação ocorreu no Forte de Copacabana, com o então Coronel César Montagna de Souza, que não era da Escola, mas um dos oficiais que tinham ido juntar-se a nós. Foi o único local em que se deu uma pequena ação, não chegou a ser um combate. Lembro-me de que o General Panasco Alvim, um dos generais que estavam na Escola, foi acionado para resolver o problema do

General Comandante da Artilharia de Costa, porque o Montagna, como coronel, não poderia prendê-lo, por ser oficial de patente superior.

Para abordagem da Fortaleza São João (agora vamos ver o problema do nosso grupo em particular), já tínhamos ido à Unidade e conversado com os oficiais que estavam todos conosco; aliás a oficialidade do Exército estava imbuída da gravidade dos acontecimentos que estavam ocorrendo no País e, por isso, bastante disposta a dar um basta naquilo tudo. Mas os companheiros do Forte tinham um problema, o Comandante, o então Coronel Siqueira, de quem gostavam muito. Era excelente oficial, amigo de todos nós, inclusive, mas não havia se manifestado e naturalmente por ter sido colocado no Comando, gozava da confiança dos Comandantes da Região e do Exército que se mantinham leais ao Governo. Ficamos em condições de, se fosse o caso, abordar o Coronel Siqueira. No dia seguinte, quando fomos ao Forte, conversamos com ele. O Siqueira aderiu totalmente, a Unidade estava toda do nosso lado e a primeira missão que nos coube terminou aí.

A atuação da ECEME: a partir desse ponto, passamos a agir como uma espécie de central de informações. Havia pedidos sobre a existência de focos aqui e ali. Nem sempre eram informações corretas, mas tínhamos grupos para atuar em todos esses setores em que houvesse problemas. Saíam grupos de três ou quatro em um carro, dois carros; um grupo muito grande foi para o Conselho de Segurança Nacional e outro para a 2ª Seção do I Exército. Terminada a minha primeira missão, fui para a 2ª Seção do I Exército. Trabalhávamos 24 horas por dia, atendendo todos os chamados que chegavam à Região. Foram grupos para estações de rádio, para Unidades e ficou um outro para as ações isoladas que fossem sendo indicadas para a Escola atuar. Inclusive situações nas quais, às vezes, como militares não podíamos agir, casos de oficiais superiores, e até generais que, por suas reações, tinham que ser detidos.

Muitos casos desses?

Não, muito poucos. Penso que alguns ocorreram por um princípio de lealdade, sempre muito entranhado nos militares. Toda vez que alguém assume um cargo, a lealdade ao chefe que o designou passa a ser muito importante.

Decorrida essa primeira fase, passamos para uma segunda, que ocorreu depois da posse do Presidente Castello Branco. A primeira correspondeu, mais ou menos, àquele período do Presidente Ranieri Mazzilli, quando ele assumiu, por alguns dias, como Presidente da Câmara, a Presidência da República. O Presidente João Goulart já tinha fugido para o Uruguai e precisavam ser apagados alguns focos, pequenos focos que persistiam.

Quando o Presidente Castello assumiu, o terceiro ano escolar passou a trabalhar todo para o Conselho de Segurança. Fomos divididos em grupos de três oficiais

e cada grupo recebia nomes de três personalidades importantes do País para investigar. O Conselho estava preparando as cassações, mas não queria fazê-las arbitrariamente, caçar Fulano, Beltrano e Sicrano por ouvir dizer.

Houve essa preocupação?

Sem dúvida havia. Examinar, inclusive, o ex-Presidente Juscelino Kubitschek que fazia parte da lista de um dos grupos. Esse grupo era chefiado por um companheiro muito inteligente, muito competente, o Argus Gomes de Oliveira. Eu chefiava outro desses grupos. Tínhamos três personalidades para analisar. Viajamos a São Paulo, e a outros lugares a fim de prescrutar a vida pregressa das pessoas, interrogá-las abertamente. Nós as chamávamos e solicitávamos que esplicassem determinados registros ou informes, informações que possuíamos. Enfim foi uma coisa que durou, acredito, bem mais do que um mês, tendo sido realizado um levantamento cuidadoso de umas duzentas personalidades nacionais. No final do trabalho foram cassados, exatamente, aqueles que tinham problemas com o ideário da Revolução.

Interessante a preocupação em se colocar uma equipe ternária de alto nível, da Escola de Comando e Estado-Maior, para fazer esses levantamentos importantes. Houve, então, uma preocupação com a Justiça?

Muita gente pensa que as cassações foram arbitrárias, como pegar uma lista e ir cortando nomes. Não. Todas passaram pelo crivo dessa investigação. Tínhamos aviões da Força Aérea Brasileira (FAB) à nossa disposição e íamos ao lugar onde o sujeito estivesse. Sentávamos com ele e dizíamos francamente: "Sr. Fulano, acontece isso, isso e isso. Queremos que o senhor nos esclareça."

Este cuidado não tem sido mencionado...

Fomos buscar documentação nos cartórios, abrimos as suas dependências para fazê-lo. Fomos buscá-la onde existisse e, realmente, fizemos um dossiê com tempo suficiente; algumas daquelas pessoas foram levadas à própria Escola de Comando e Estado-Maior para um depoimento. Lembro-me muito bem dos depoimentos de pessoas ligadas ao Presidente Juscelino, que estiveram lá. A equipe que investigava o Juscelino organizou 17 pastas de problemas ligados ao ex-Presidente. Sabedor que as pessoas eram chamadas para serem ouvidas, antes que o pessoal fosse ao encontro dele para conversar, Juscelino pediu autorização e foi embora do País. Esse foi o problema do Presidente Kubistchek.

Não chegou a ser ouvido?

Não, não chegou. Foi embora do País. Então, assim decorreu a segunda fase, a fase de investigação, de elaboração de relatórios.

Retomamos as aulas depois de quatro ou cinco meses de Revolução. Aí assinalei um episódio interessante.

Fomos, um grupo de companheiros – uns quatro ou cinco – à casa do Carlos Lacerda, no Flamengo, lembro-me bem. Determinada noite, agendamos a visita, sentamos lá e conversamos longamente a respeito das idéias dele, do que pensava, do que sabia. Ficamos até uma, duas horas da manhã, e, quando descemos do apartamento, já na calçada, todos concluímos que estávamos totalmente decepcionados com o Carlos Lacerda. A nosso ver tratava-se de um homem extremamente vaidoso, muito ávido de mando, só estava pensando nele e na possibilidade de assumir o Poder. Foi uma decepção tremenda, porque o Carlos Lacerda, naquela época, pelas campanhas que fazia na televisão contra o Governo e pelo que escrevia nos jornais, era muito apreciado pela área militar. Ele atacava os corruptos, a corrupção, as negociatas. Mas, naquele momento, naquela noite, tivemos uma decepção muito grande.

Depois, a Escola de Comando e Estado-Maior, já sob o Comando do General Bina, fez uma abertura para a área civil. O General Bina queria que houvesse uma ventilação... Um oficial que cursava a Escola de Comando e Estado-Maior provinha de uma formação rígida na Academia Militar e aperfeiçoamento na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO). Desejava-se que, ao chegar à Escola de Comando e Estado-Maior, tivesse uma abertura para a sociedade como um todo, para o Brasil, para o mundo, isto porque estava se preparando para ser um futuro dirigente maior do Exército, um General. Era preciso, para tanto, que, àqueles princípios rígidos absorvidos nas escolas menores se acrescesse uma idéia maior, se "abrisse a cabeça", vamos dizer. Era essa a expressão que o General Bina usava.

O General Bina reorganizou totalmente a Escola. Criou as Áreas 1, 2, 3 e 4. Antes estudávamos Divisão, Brigadas e o Corpo de Exército. Ele modificou a organização e criou áreas de ensino. A Área 1 tratava exatamente da Guerra Revolucionária, a Área 2, de Operações no Teatro Sul-Americano, a Área 3, a Guerra em Ambiente Nuclear e a Área 4 incorporava assuntos civis: Sociologia, Psicologia...

Isso não havia antes?

Se alguma coisa havia, não possuía a ênfase que ele deu. Inclusive uma das minhas missões como instrutor era coordenar – fazia parte da Área 4 – um trabalho a ser realizado pelos alunos: "O Exército e a Sociedade Brasileira", para saber como os oficiais viam o Exército dentro da sociedade brasileira, com todas as suas características próprias.

Quando terminaram o trabalho (e houve uma série de aulas dadas por professores civis), solicitamos a um desses professores, com todas as credenciais indispensáveis a um debate sobre o assunto, para ler os trabalhos dos grupos, reagir e trocar idéias com os seus componentes, no sentido de apreciar se os

grupos estavam com uma idéia muito militar ou se já vislumbravam a sociedade brasileira como um todo, com as suas características e qual era a participação do Exército no conjunto dessa sociedade, como um dos seus integrantes...

Isso em 1965?

Em 1965.

Muito avançado para a época, não? Hoje ainda se discute o papel do Exército na sociedade...

Exato. Eu coordenava esse grupo de professores. Fomos buscá-los em várias universidades, inclusive na Universidade do Estado da Guanabara – na época era o Estado da Guanabara. Estava lá o Chefe do Departamento Cultural da Universidade, o Professor Wilson Schoeri.

Depois de terem estudado o trabalho elaborado pelos grupos, fizemos uma reunião antes que fossem apresentados a cada grupo e passassem a discutir, a debater as idéias levantadas a respeito do Exército e da sociedade brasileira. O Professor Schoeri, mais ou menos refletindo a idéia de todos, disse o seguinte:

– Vocês têm uma oportunidade extraordinária de conhecer o Brasil e a sociedade brasileira. Vocês perdem as características regionais. Vocês não são mais gaúchos, cariocas, paraibanos. Vocês passam a ser brasileiros, porque são constantemente transferidos, têm filhos em diferentes lugares do Brasil, casam com uma mulher de outra região e passam a ser brasileiros. Vocês têm uma visão de Brasil diferente da nossa. Precisávamos fazer com que os civis corressem o Brasil e buscassem as outras realidades de nossa terra.

– É uma idéia muito interessante, vou levar esse problema ao General Bina – respondi ao Schoeri.

Comentei a idéia com o General Bina que me disse:

– Olha Pasquali, vamos fazer uma experiência, começar a levar estudantes universitários para conhecer os outros brasis.

Sentamo-nos com Schoeri e elaboramos um projeto que foi chamado de Projeto Rondon, em homenagem ao Marechal Rondon, um dos desbravadores do País, homem que percorreu todos os brasis e procurou inserir, particularmente, o índio na sociedade brasileira. Criado esse novo Projeto, nós, junto com a Universidade do Estado da Guanabara – mudara o Comando para o General Reynaldo Mello de Almeida que o apoiou totalmente, e ainda autorizou alguns oficiais a se juntarem à Universidade – preparamos um grupo de alunos para mandar para Amazônia.

Essa foi a experiência pioneira do Projeto Rondon?

Foi o nascimento. Conheci o Weber (Coronel Carlos Aloysio Weber) que estava comandando o 5º Batalhão de Engenharia de Construção (5º BEC) – primeiro

Comandante do 5º BEC – recém-instalado em Porto Velho. Liguei-me com ele, autorizado pelo General. Perguntei se podia receber uns trinta estudantes de várias universidades do Rio, para um trabalho junto àquela população pobre da região, onde ele estava construindo a estrada de rodagem para substituir a Madeira–Mamoré (era a Guajará-Mirim/Porto Velho). O Weber, um sujeito extraordinário, topou. À noite, íamos, quatro ou cinco companheiros, para dentro da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), a fim de participar da preparação da turma que iria passar um mês, um mês e meio com o Weber, no meio da selva Amazônica.

Houve um episódio interessante que deve ser registrado. Precisávamos de um avião para transportar o pessoal. Solicitamos ao Coronel Mauro Costa Rodrigues, do Gabinete do Ministro, para ver se conseguia um avião. O Chefe de Gabinete do Ministro era o General Frota (Sylvio Couto Coelho da Frota). Quando ele soube do pedido, pelo Mauro, proibiu. Não queria o envolvimento com estudantes. Estudante fazia greve, fazia muita confusão. Não queria que o Exército se misturasse com isso e, assim, perdemos o apoio governamental, veja que coisa absurda.

Fomos, então, nesse dia, bem tarde da noite, à casa do General Albuquerque Lima (Affonso Augusto de Albuquerque Lima), que era Ministro do Interior, e expusemos a ele – que nos recebeu até de robe – a idéia. Resposta: "Negativo, eu assumo isso. Vocês levem essa turma amanhã ao meu Ministério."

Telefonou, mandou vir um avião do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) para o Rio de Janeiro e disse para o diretor do Departamento: "Esse avião vai ficar à minha disposição durante bastante tempo, fará duas viagens a Rondônia para levar estudantes."

No outro dia, recebeu a garotada toda e os professores lá no Ministério, que era localizado onde hoje é o Museu do Índio, e fez um exposição belíssima. A garotada se entusiasmou sobre a Amazônia e essa foi a origem do Projeto Rondon. Foi a "operação zero".

Quando o pessoal voltou de Rondônia, deu entrevista para todos os jornais e para estudantes de várias universidades. Foi manchete nos jornais do Rio e a idéia a respeito dos estudantes universitários, na nossa área, mudou um pouco. O General Reynaldo mandou convidar os garotos para fazerem a exposição para Escola. O professor que os conduziu a Roraima e a Rondônia e mais os alunos fizeram uma exposição para a ECEME, admirável. Foi o nascimento do Projeto Rondon dentro da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, com apoio da UERJ.

Essa idéia da parceria com a Universidade do Estado da Guanabara, que hoje é a Universidade do Estado do Rio de Janeiro, não aparece em nenhum lugar, em nenhum documento, nunca tinha ouvido falar.

O "zero" foi lá. A idéia do Professor Wilson Schoeri e a "operação zero" foi montada na Universidade dele, embora com alunos de outras universidades, inclusive da Fluminense. Da Fluminense, da Federal. Havia um voluntariado para ir para Amazônia (naquela época não havia muita gente voluntária para ir à Amazônia), mas levamos trinta e tantos estudantes. Aí termina, vamos dizer, nossa parte na Escola de Comando e Estado-Maior.

Em seguida, o Presidente Costa e Silva assumiu o Governo e um companheiro que tinha sido nosso colega na Escola de Comando e Estado-Maior, o Hernani D'Aguiar, do *staff* do Costa e Silva, propôs a criação de uma Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP) na Presidência da República. O Presidente aprovou, submeteu ao Congresso, e foi aprovada a lei de criação da AERP.

Nessa altura o senhor já estava indo para Relações Públicas?

O D'Aguiar foi à ECEME, a fim de buscar-me para a Presidência. Integrei-me à Casa Militar, como adjunto dele na AERP. Lá, juntaram-se ao grupo um diplomata e uma senhora que tinha curso de Relações Públicas, era professora na área, dona Léa Leal.

Houve alguma razão específica para sua movimentação da ECEME para a AERP?

Sim, esqueci de relatar isso. Em 1965, o Exército, que não tinha nada de Comunicação Social, resolveu investir nessa área. Matriculou, então, dez oficiais superiores, de Estado-Maior, na Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio e a ECEME recebeu uma quota de dois. Foram matriculados o Lepesqueur, Romero Lepesqueur Sobrinho e eu, ambos da mesma turma. Fizemos o curso de Opinião Pública e Relações Públicas da PUC. Foi quando o Exército começou a voltar-se para o problema de Comunicação Social. Os outros oito oficiais eram do Gabinete do Ministro, de Diretorias e do I Exército. Como tinha o curso da PUC, fui levado para Presidência para compor essa recém-criada Assessoria Especial de Relações Públicas. Quer dizer, a Presidência da República também não tinha um órgão de Comunicação Social, tinha apenas o assessor de imprensa.

Quer dizer que, com a Revolução, houve praticamente uma outra revolução nessa área de Comunicação das Forças Armadas e do Governo?

Sim. Essa foi uma idéia que nasceu no período revolucionário. O Presidente da República passou a ter uma Assessoria de Imprensa e uma Assessoria Especial de Relações Públicas. Cada uma com a sua missão específica.

O grupo foi montado na Presidência da República, com pessoas de qualificações diferentes. O Governo começou a trabalhar na sua imagem. Inclusive, tínhamos um diplomata na equipe, que passou a alimentar as embaixadas com informações, com documentação, enfim com tudo que a representação diplomáti-

ca precisava para divulgar a imagem do Brasil no exterior. Havia, também, uma ligação direta com os municípios. A AERP tinha mala direta com todos municípios do Brasil que, na época, eram mais ou menos quatro mil, bem como com todos os órgãos de imprensa.

Éramos quatro: o D'Aguiar como Chefe, eu, Chefe do Planejamento, coordenava tudo, e tínhamos três outros técnicos: um diplomata, uma senhora e um funcionário do Senado que atuavam nessas áreas. Então, realmente, inundou-se o País com um sistema de comunicação especial, novo, que produziu muito. Tenho até os livros do D'Aguiar. Felizmente, ele colocou tudo isso em livro e está aí para verificar-se como é que essa coisa nasceu.

Na Presidência da República, acho que obtivemos um grande sucesso, porque até nas comemorações de 7 de Setembro havia uma diretriz da Presidência para dar uma dimensão maior ao evento. Em todos os episódios e datas importantes havia uma diretriz que acionava os estados e os ministérios, bem como por ocasião das viagens do Presidente...

O Presidente transferia o Governo para uma determinada região do País, por exemplo, transferia o Governo para o Pará. Ficava lá uma semana. Íamos antes, com o Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE), fazíamos um levantamento de opinião pública em toda região e municiávamos o Presidente de informações necessárias para o pronunciamento ao povo, assim como para determinar ações dos ministérios, na área, no sentido de corrigir problemas que estavam sendo apontados pela população daquela região.

E na fase anterior do Governo não havia nada disso?

Não havia nada disso. O período do Castello foi muito pequeno e realmente o Costa e Silva entrou com a criação da AERP que adquiriu uma dimensão extraordinária.

Acompanhei várias dessas transferências de Governo. A gente ia para área, 15 dias antes, fazia um levantamento completo, nos reuníamos com o Ministério do Planejamento – "o pessoal está reclamando isso, qual é o problema? Está reclamando aquilo, qual é o problema?" – Os problemas eram todos levantados e as soluções eram dadas com seriedade e conhecimento de causa.

Lembro-me de que, no Pará, para dar um exemplo rápido, encontramos a Universidade toda em greve, ocupada, os estudantes dentro da Universidade e havia a idéia, porque o Presidente iria lá, de desocupar à força as faculdades, para que se evitassem problemas. Argumentamos: "Não, vamos conversar com o pessoal."

O Alacid Nunes, companheiro nosso, era o Governador. Pedi a ele para fazer uma reunião no palácio com todas as lideranças estudantis, a fim de que os estudantes expusessem os problemas deles:

– O que vocês querem?

– Que o Ministro nos ouça!

– E se eu marcar uma entrevista de vocês com o Ministro?

– Nós queremos que seja pública.

– Está bem, na rádio.

E uma casualidade extraordinária. Na sala em que estava reunido com eles (era um andar superior do palácio), dispunha-se de um rádio que se ligava com a Presidência da República. Perguntei ao camarada se poderia ligar-me com o Tarso Dutra, que era o Ministro da Educação. Ele ligou e perguntei ao Ministro:

– Ministro, está acontecendo isso, isso e assim. O senhor pode dar uma entrevista livre, aberta para os estudantes, na televisão aqui de Belém do Pará?

– Posso, pode marcar que eu dou.

Eles ouviram a conversa. Voltei-me e lhes disse.

– Está marcado, vocês vão dizer ao Ministro o que quiserem, e vão ser recebidos pelo Presidente da República, também. Agora podem continuar ocupando as faculdades.

O problema deles era com o Reitor. Foi um sucesso extraordinário. Tiveram a reunião com o Presidente. O Presidente disse aquilo que eles queriam ouvir. Que realmente não era só para ouvirem, pois já determinara providências para resolver o problema. O Reitor, na época, estava fazendo economia nos prédios antigos da Universidade para jogar o dinheiro no campus novo. O ideal dele era um campus novo, com isso prejudicou o ensino nas Faculdades e os estudantes se rebelaram. Então, entraram o Ministro da Educação, o Presidente.... Vê-se que era algo sensacional isso e sem uma assessoria desse tipo nada seria feito. Dei um exemplo, poderia dar "N" exemplos desse tipo, em que o Presidente se valia de um levantamento de opinião pública para dar soluções aos problemas e para fazer os seus pronunciamentos.

Esse é um ponto interessante. O governo militar era sensível, digamos assim, a uma pressão política. Muitas pessoas da esquerda diziam que eles tinham ido para luta armada porque não havia opção política. Isso aí mostra que havia um caminho político dentro do Governo, sempre houve.

Sempre houve. É que o problema da luta armada era outro, era assumir o Poder. Era o mundo dividido. O mundo tinha duas ideologias. E a ideologia comunista estava em processo de expansão na África. Cuba estava aí, financiando, inclusive a esquerda comunista no Brasil. Esse pessoal não queria conversa, eles queriam o Poder.

Vamos entrar no episódio do Ato Inconstitucional nº 5 (AI-5). Estávamos nesse pé, quando ocorreu o pronunciamento do deputado, não me lembro mais o nome dele, no Congresso, acusando o Governo, as Forças Armadas; conseqüente-

mente houve um pedido de cassação do deputado por parte das Forças Armadas. O Presidente achou que o Congresso devia decidir isso. Quer dizer, se ele havia feito o pronunciamento no Congresso e se esse pronunciamento tinha sido ofensivo ao Presidente da República e às Forças Armadas, o Congresso deveria puni-lo. O Congresso não o puniu. Deu-se a votação no Congresso, e até euforia, quando o resultado favoreceu ao deputado, afrontando o Governo.

Aí o problema tornou-se complicado, porque as Forças Armadas exigiam a punição. Estávamos em pleno período revolucionário, no seu início, basicamente. Elas achavam que ainda não havia possibilidade de devolver o Poder aos civis, naquele momento. O Partido Comunista estava organizado. Havia todas as informações a respeito disso e o Governo não podia desmoralizar-se com aquele episódio. Então tinha que fechar o Congresso, em face do seu comportamento rebelde.

O problema foi levado ao Presidente. Esse é o fato histórico. Ocorreu no Palácio Laranjeiras, onde a ligação entre as autoridades era mais fácil do que no Planalto. Tive a oportunidade de acompanhar esse episódio com todos os seus detalhes.

Então, quando o fato aconteceu, os ministros militares informaram ao Presidente que a área castrense não aceitava aquela solução e que o Congresso tinha que ser fechado. O Presidente não queria isso, pois se imaginava num período de transição final entre a Revolução e o retorno à legalidade.

Na verdade acho que não foi uma revolução, entendo que foi uma contra-revolução. A revolução estava sendo montada pelo João Goulart, Brizola e seus seguidores, no sentido de comunizar o País dentro de um quadro internacional que era perfeitamente perceptível, em que o comunismo estava expandindo pela África e pela América. Já tinha entrado em Cuba.

A preocupação do Governo Militar era manter a situação interna sob cerrado controle. Mas os políticos de esquerda, não se preocupavam com o status quo *da situação interna do País. Com algumas atuações até aventureiras, colocaram em risco a situação interna que poderia agravar-se e levar o País a um desastre. Agiram mais pensando em si mesmos do que no País.*

A revolução comunista foi abortada, essa sim foi abortada, não com uma revolução, mas com uma contra-revolução. O Governo de 1964 reconduziu o País a seu rumo. Rumo que teria sido modificado pela comunização do País. A ação militar procurou manter o País no caminho da democracia. Então não foi uma revolução, foi uma contra-revolução. Isso aí é um tema que dá uma boa discussão.

O mais interessante: a atitude do Presidente – isso está muito bem claro no livro do D'Aguiar, sobre o AI-5 – que consultou muito poucas pessoas e aí entra o aspecto peculiar da decisão do Presidente da República que não pode estar con-

sultando todo mundo. O Presidente recebeu a informação dos ministros militares, consultou o seu Gabinete, o Serviço Nacional de Informações (SNI), fez uma reunião com o grupo de assessoramento imediato, e ficou, no andar de cima do Laranjeiras, caminhando a noite inteira.

Sentado lá embaixo, num banco, conversava muito com o assessor de imprensa que era o Heráclito Sales, procurando imaginar o que estaria acontecendo na cabeça do Presidente. Ele, sob pressão militar, estava ameaçado de ser derrubado se não fechasse o Congresso e o pensamento dele era conduzir o País para plenitude democrática, no final do seu Governo. Fechar o Congresso significava um agravamento, significava a tomada de uma série de medidas que representavam o endurecimento da situação nacional.

Isso foi no dia 12 de dezembro. No outro dia, houve a festa da Marinha, na Escola de Guerra Naval. O Presidente presidiu, tresnoitado, a solenidade de condecoração com a Ordem do Mérito Naval. Presenciamos isso. Aos companheiros, generais, que quiseram falar, comentar o assunto, ele respondeu: "Não, vamos nos ater à cerimônia e esse problema, a decisão sobre o fato ocorrido no Congresso, vamos tomar depois."

Voltou ao Palácio, fez uma reunião interna do seu grupo, convocou o Conselho de Segurança para o final da tarde, todo o Conselho de Segurança e repousou um pouco, tinha passado a noite inteira em claro. Ainda hoje penso nisso. Eis o problema de um Presidente da República, responsável por uma decisão dessa natureza, radical, séria, pesada. Não uma decisão para dar mais verba para cá ou mais verba para lá, ou decidir fazer isso ou aquilo.

Era uma mudança de rumo considerável.

Acompanhamos todo drama. Então, às 5h da tarde, ele reuniu o Conselho. Eu e D'Aguiar fomos as únicas pessoas, fora os integrantes do Conselho, que assistimos à reunião no Palácio Laranjeiras. A sala de reuniões tinha dois arcos. Ficamos no lado de fora de um deles, no sofá, e presenciamos a reunião – que foi até gravada e já usaram essas gravações por aí.

Todos os ministros se pronunciaram. Houve o pronunciamento do Pedro Aleixo contra um Ato Institucional – o Gama e Silva já tinha esse Ato pronto – e o Presidente ouviu a todos. Todos a favor, menos o Vice-Presidente que ele respeitava muito e que o respeitava bastante, também. Em seguida, o Presidente decidiu pelo AI-5. Determinou algumas modificações, em função de opiniões dos ministros.

Nós, da AERP, fomos então, depois disso, à Agência Nacional com o Ministro da Justiça junto, fazendo as correções no rascunho, para o Ato ser anunciado à Nação. Foi assim que saiu o AI-5.

O Presidente falou alguma coisa sobre o que ele achava? Quais seriam as conseqüências?

Não. O pensamento dele, bastante nítido, era de uma ação temporária. O grande drama era o seguinte: se ele não fechasse o Congresso, as Forças Armadas já tinham mandado dizer que ele não continuaria. Isso é importante. Esse é um episódio muito grave. O problema dele era: ou baixava um Ato, ou caía.

É lógico que não sei, caso não fizesse nada, se realmente cairia, mas o recado que foi dado, formalmente, é que cairia. Agora, não acho que tenha baixado o Ato por causa da ameaça. Esse é o problema da grandeza da personalidade do Costa e Silva. Passou aquela noite em claro, andando de um lugar para outro. É possível imaginar o que foi isso! Fazendo uma reflexão sobre o estado do País, as informações todas que possuía. Buscou as informações que precisava através de ligações com os auxiliares imediatos, colocou tudo na cabeça e ficou decidindo: "o que faço? O que é melhor para o País?" É uma responsabilidade tremenda. Acho que isso tudo teve conseqüência no derrame ocorrido mais tarde, pelo *stress* violento. *Stress* violento conseqüente de uma decisão extraordinária.

Aí cabe uma reflexão. Aquele discurso feito na Câmara foi uma quase frivolidade, não é? Em termos políticos foi uma frivolidade, mas criou uma situação que leva a gente a pensar se aquilo não teria sido um teste, uma experiência sobre a decisão do outro lado de continuar o processo.

Esse Deputado, Márcio Moreira Alves... Jantei outro dia com ele na casa do Gleuber (General Gleuber Vieira, atual Comandante do Exército). Mas naquela época, fez aquele discurso...

Ele era jovem.

Penso que não precisava ter ocorrido, mas as Forças Armadas colocaram um impasse em cima da mesa. Acho que o Presidente, por si, teria promovido uma ação política contra ele, através dos seus líderes no Congresso, mas foi colocado na parede. Um impasse. Esse é o fato histórico.

Quem sabe alguns personagens que participaram diretamente, não sei quantos ainda estão vivos por aí – como o Jarbas Passarinho, um dos que estavam presentes, era Ministro, estava nessa reunião – poderão colocar mais luz em cima disso, nesse dilema do Presidente, na decisão que precisou tomar. Não tinha outra saída e, também, havia a idéia de que existia uma revolução. Vamos chamar de revolução, porque é o nome que é dado hoje, revolução, embora a gente discorde. A Revolução estava em risco, em função desse crescimento da oposição e da esquerda. Por parte das Forças Armadas, também, existia uma razão para serem um pouco duras nisso aí. Se a Revolução viera para continuar e resolver os problemas

do País, então que fechasse o Congresso temporariamente e o reabrisse depois. Limpa o Congresso ou estragamos tudo aquilo que fizemos. Eram, portanto, dois pontos de vista diferentes.

Um lado, a preocupação com a estabilidade interna, porque se a estabilidade interna não fosse mantida abriria o campo para o comunismo, e o outro não se preocupando muito com isso, sempre pensando mais no seu individualismo.

Se o Presidente não o fizesse, as Forças Armadas possivelmente o tirariam do cargo e colocariam outro, e as conseqüências poderiam tornar-se imprevisíveis. Optando pelo Ato, assumiu o controle da situação. Depois veio a doença que realmente criou um quadro extremamente grave. Quando você analisa o período revolucionário de vinte anos, essa doença foi um desastre, porque a Revolução demorou mais do que o previsto, mais do que seria necessário.

Não podemos adivinhar, mas se ele tivesse permanecido vivo, quem sabe isso tudo não teria terminado depois do período do seu Governo, ou quem sabe, no máximo com Médici, por causa das guerrilhas no interior. Entre ele e o Médici aconteceu o "milagre brasileiro".

Lembro-me muito bem do Delfim dizer, com a idéia do AI-5: "agora ponho a economia do País para crescer", porque baixou os Atos que antes não poderia baixar, dependia de lei. Então, utilizando o Decreto-lei, começamos a viver o "milagre brasileiro". Saímos de, eu não tenho bem certeza se foi da 49ª economia – procurei esse dado para confirmar – para 8ª economia do mundo, exatamente graças às medidas de ordem econômica que foram tomadas nesse período.

Foram tomadas por causa do espaço político que se limitou.

Sim, porque o Governo teve poderes. Legislou, independeu do Congresso e tomou as soluções adequadas.

Mas, retornando ao Projeto Rondon, liguei-me com o Hélio Beltrão que era Ministro da Desburocratização e fizemos o Decreto criando, formalizando, o Projeto Rondon. O Projeto Rondon estava vivendo dentro do Ministério do Interior. O General Albuquerque Lima pediu ao Ministro do Exército que o Mauro fosse para o Ministério do Interior, pois o Mauro já fizera uma operação com quinhentos estudantes. Com o Hélio Beltrão, redigimos um decreto criando o órgão de administração direta dentro do Ministério Interior: Projeto Rondon. O Mauro veio a Brasília com a garotada que já o estava ajudando voluntariamente. Assistiram ao Presidente assinar o Decreto criando o Rondon, e o Rondon deslanchou. Isso é uma paralela que enfeita muito esta narrativa, pelo valor que entendo ele teve no sentido de proporcionar a 350 mil estudantes brasileiros a oportunidade de conhecer os outros brasis, diferentes daqueles onde estudavam, onde tinham nascido.

Acho que são válidas aquelas considerações: se o Presidente não tivesse tido o problema vascular, não tivesse morrido, se não tivesse baixado o AI-5... Aí qualquer um pode fazer várias formulações para levantar hipóteses sobre os rumos que o País poderia ter tomado, mas o que aconteceu foi isso. Ele saiu e veio o Presidente Médici, por unanimidade de voto no Alto Comando. Foi um Presidente, também, extraordinário.

Bem, deixei meu cargo antes deste episódio final e fui fazer curso nos Estados Unidos e, quando voltei, fui para o Estado-Maior do Exército (EME). Considerando que possuía o curso de Relações Públicas, redigira até os polígrafos para ECEME, quando este assunto foi instituído como uma das matérias – não sei se existe até hoje – e como tinha ido para a AERP, na Presidência da República, o Estado-Maior me colocou num grupo, chefiado pelo General Paula Couto, que estava estudando a criação das 5ªs Seções, ou seja, Relações Públicas nos Comandos de Exército da época, certo? Fui para essa seção do Estado-Maior e viajamos muito. Visitamos os comandos militares nível Exército para conversar com o pessoal, saber os problemas que apresentavam, como sentiam os desafios, e se formalizou a criação das 5ªs Seções nesses comandos.

Nos Estados Unidos o senhor fez o curso de Comando de Leavenworth – Command and General Staff College.

O que você também fez. Uma geração depois. Fiz em 1969/1970...

Cursei em 1984/1985.

Quando me encontrava no EME – viajei com o primeiro grupo do Estado-Maior que se transferiu para Brasília – fui procurado pelo Ministro Costa Cavalcante que me disse: "Pasquali, você ajudou a inventar esse negócio do Projeto Rondon e eu estou em dificuldade, porque o Mauro foi nomeado Secretário-Geral do Passarinho." O Mauro estava coordenando o Projeto Rondon dentro do Ministério do Interior (MINTER) e o Passarinho o pegou para Secretário-Geral do MEC. E concluiu o Costa Cavalcante: "Estou em dificuldade e vou pedir ao Ministro para ceder você, (Ministro do Exército – Geisel) mandá-lo para cá, porque o Projeto Rondon tem um Conselho com representantes dos Ministérios, você passa a representar o Ministério do Exército e fica coordenando o Rondon."

E fui, fiquei representando o Exército, cerca de quatro anos, três a quatro anos. Foi quando criamos os *campi* avançados da Amazônia. Vinte e dois *campi* avançados. Mobilizamos aí quase 50 universidades, em atuação permanente no Brasil.

Universidades do Brasil inteiro?

Particularmente do Sul. Na Amazônia, na época, só havia a do Pará. Estava sendo criada a do Amazonas.

Na época, foi um esforço gigantesco, não?

Foi. E conseguimos fazer tudo isso praticamente sem recursos. Por exemplo, a Viação Aérea de são Paulo (VASP) nos doou quatro aviões. Um cidadão de Santa Catarina – não me lembro, agora, o nome dele – doou um avião, um DC3. A Transbrasil doou um DC3. Eu tinha uma frota de aviões, mas era uma frota de aviões que não havia custado nada, porque fora doada.

Para a doação da VASP, fui com o Costa Cavalcante a São Paulo. A VASP fez uma cerimônia, entregou os últimos DC3 e todas as peças, desse avião, que mantinha em estoque. Deixamos os DC3 no Campo dos Afonsos, no Rio, para serem pilotados pelos oficiais da FAB. Havia um oficial da FAB no Conselho e ele fazia a escala de pilotos para os DC3, distribuindo horas de vôo para o pessoal – o aviador precisa voar. Contratamos apenas três mecânicos aposentados da PANAIR e da própria FAB para cuidarem da parte mecânica dos aviões. Pergunta óbvia: "E o combustível para as aeronaves?" A Petrobrás fornecia. Tínhamos um cartãozinho. Parava no posto da Petrobrás, num aeroporto qualquer, e abastecia de graça.

Quer dizer que o Projeto Rondon teve uma frota de aviões? Poucos sabem disso, também.

Tivemos uma frota de aviões durante muitos anos. Pegávamos, por exemplo, o pessoal de Santa Maria, no Rio Grande do Sul e transportava para Boa Vista, em Roraima. Pousava no caminho, porque eram dois dias de avião. Pousava em Aragarças, normalmente pernoitava, fazia outra perna no outro dia. O Rondon foi uma aventura extraordinária.

Imagino. Foi um esforço totalmente voluntário?

Ninguém ganhava nada. O estudante que participava do Rondon não ganhava nada. Ele era transportado e alimentado.

E os funcionários, organizadores e auxiliares?

Os funcionários, por exemplo, nos *campi* avançados, tínhamos o diretor do campus, o diretor técnico que acompanhava a execução dos projetos elaborados na Universidade e coordenados com o órgão de desenvolvimento da área. A atuação não era simplesmente assim: vamos fazer isso ou aquilo. Nos reuníamos com o órgão de desenvolvimento da área, por exemplo, Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), do Nordeste (SUDENE), do Centro-Oete (SUDECO) e identificávamos o que eles precisavam para aquela área, que recursos possuíam para aquele fim. Trazíamos professores da universidade para reunião com a Superintendência. Eram feitos planejamentos, selecionados e treinados, na origem, os estudantes que iriam desenvolver aqueles projetos, lá no *campi*. Professores PhD... Vi PhD em lágrimas, na Amazônia, dizendo: "Puxa-vida, passei uma vida estudando e, tudo que aprendi,

estou reconhecendo o valor que tem, aqui na Amazônia.” Sentia-se emocionado pela oportunidade de estar vivendo e realizando uma coisa dessa.

O Rondon realmente foi uma realização extraordinária. Nasceu durante o período da Revolução, nasceu graças ao apoio do General Albuquerque Lima e viveu até depois da Revolução. Foi extinto com esses *campi* avançados cobrindo toda a Amazônia. Coisa interessante; corria toda a Amazônia, mas não a conheço, porque ninguém conhece, mas tem gente que vai a Manaus e diz que a conhece. Andei por toda Amazônia e não a conheço, porque Amazônia é um mundo. Para escolher o local desses *campi*, negociávamos com os prefeitos e com os governos dos Estados.

Então, Coronel Pasquali, o Projeto Rondon adquiriu uma grande envergadura. Ele tinha um lema: “Integrar para não entregar.” O senhor poderia falar alguma coisa sobre o significado desse lema, em particular sobre o significado da palavra “integração” para o Projeto Rondon?

Uma boa pergunta. Esse lema surgiu com a “equipe zero” que saiu do Rio de Janeiro e atuou em Rondônia. A própria equipe, os próprios universitários, é que o criaram. Quando voltaram de Rondônia, nas entrevistas que deram aos jornais – era uma grande novidade a ida de universitários para a Amazônia – justificaram o lema.

Naquela época, todos lembram, havia aquele projeto, do Herman Khan, dos grandes lagos da Amazônia. Havia uma proposta da Itália, na Organização das Nações Unidas (ONU), para internacionalização da Amazônia, para assentar populações deslocadas de outras regiões do mundo. Ficaram conhecidos alguns pronunciamentos de líderes internacionais no sentido de dar uma outra finalidade à Amazônia. Coisas assim atingem muito o espírito do jovem universitário, particularmente. Foram para Amazônia e voltaram com esse lema “integrar”, quer dizer: “vamos integrar a Amazônia para não entregar a ninguém”.

O sentido “integração” esteve muito presente, também, nas atividades do Rondon, porque quando colocamos os *campi* avançados da Amazônia tomamos alguns cuidados – vou dar exemplos: em Benjamim Constant, colocamos a PUC do Rio Grande do Sul; em Tefé, a Universidade Federal de Juiz de Fora; em Parintins, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro; em Humaitá, a Universidade de São Paulo. Selecionamos universidades de áreas culturais diferenciadas, São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas...

O Brasil é um país multicultural e multirracial. Disseminando esses núcleos inteligentes em diferentes regiões da Amazônia, de forma diversificada, alcançaríamos, em um número de anos difícil de precisar, uma integração real na Amazônia. Por que o pessoal de Manaus fala muito próximo do Rio Grande do Sul?

Porque os portugueses mandaram açorianos para Manaus e açorianos para Porto Alegre. E no meio, o Nordeste, que fala um português um pouco diferente.

A presença desse pessoal de áreas culturais diferentes proporcionaria uma integração da Amazônia ao País e uma integração dentro da própria Amazônia. Um dia, reconheceremos uma cultura brasileira. Hoje somos multiculturais. Esse era o motivo.

Realmente o Rondon foi algo extraordinário: trezentos e cinqüenta mil universitários; quase todas as universidades do Sul participaram do Projeto, nos *campi* avançados, nos períodos de férias. As operações de férias cobriam todos os municípios do Estado do Amazonas. Os *campi* avançados que estavam no Amazonas normalmente tinham 20, 25 estudantes, recebiam um reforço nas férias, de acordo com o planejamento feito pelo diretor do *campi*. Recebiam estudantes de medicina, engenharia, arquitetura, educação etc., de acordo com os projetos elaborados. Os *campi* passavam a ter 70, 80, 100, 150 estudantes, dependia, cada caso tinha uma solução própria e cobria todo o Estado. Então, milhares de estudantes universitários que se destinavam a posições de liderança no País, pela qualificação que adquiriram na universidade, pela sua escolaridade, passaram a conhecer a realidade amazônica. Era fantástico assistir, no final do período de atuação, esse grupo interdisciplinar discutir a problemática da região onde havia atuado. Isso entrava pela madrugada, pegava a noite toda.

Há um detalhe interessante, o Rondon não tinha nenhuma seleção ideológica. O Governo nunca interveio nesse problema. Todas as coordenações do Rondon e dois terços do pessoal eram universitários, quer dizer, o Rondon era conduzido pelos universitários, de acordo com o pensamento médio dos universitários. Você podia ter gente de todas as ideologias numa atividade do campus. E quando você assistia aos trabalhos finais era muito interessante, porque havia diferentes pensamentos políticos. Ocorriam debates do tipo: "Então vamos ver, dentro da realidade desta área aqui, o que você faria?" Ou ainda: "Qual é a sua proposta política para resolver o problema da miséria que encontramos?" Era instigante, porque provocava um amadurecimento extraordinário do estudante, face ao contato com a realidade que desconheciam. É muito curioso, o sujeito, teoricamente, numa sala de aula na universidade, levantar uma doutrina política ou defender uma ideologia e depois ir para o campus e dizer: "Olha aqui meu jovem, vê o que você pode fazer, agora, por este País." Está aí. Acho que esse foi o aspecto mais importante do Rondon. Foi mudar a cabeça do estudante, sem doutrinação nenhuma, apenas deixando que ele, sozinho, em contato com realidades diferentes daquelas onde vivia, onde nasceu e se criou, formulasse um novo pensamento a respeito deste País imenso, repetindo, multicultural e multirracial. Acho que sobre o Rondon era o que tinha a dizer.

Depois do Rondon, fui para o I Exército. O General Reynaldo Mello de Almeida, que tinha sido meu Comandante na ECEME, e o General Leônidas Pires Gonçalves, instrutor junto comigo nesta Escola, convocaram-me para o I Exército e me designaram Chefe da 2ª Seção. Isso foi em 1974, 1975.

Por que me convocaram? Porque éramos amigos, ficáramos amigos na ECEME. Era uma época difícil em matéria de combate à subversão interna. Nós três nos dávamos bem e tínhamos o mesmo pensamento.

Eles me levaram para lá e disseram: "Bom, Pasquali, vamos atuar aqui no I Exército de acordo com as idéias que temos a respeito do problema." Fizemos uma modificação grande no Destacamento de Operações de Informações (DOI) que, naquela época, reunia mais ou menos uns trezentos homens. Tiramos muitos companheiros que já tinham prestado grandes serviços e já estavam psicologicamente abalados em função da atividade que desenvolviam e fizemos uma renovação, por intermédio de uma seleção muito apurada.

O então Comandante do Destacamento, vamos dizer, encontrava-se, psicologicamente, prejudicado, pelo tempo de serviço. Procuramos uma pessoa com personalidade adequada, tranqüilo, e fizemos um trabalho mais técnico. Tornamos o DOI mais técnico.

Realmente, quando avaliamos o problema do combate à subversão no Brasil temos que considerar que, quando a subversão ocorreu, apanhou-nos de surpresa. Ainda lembro o início, quando houve aquele seqüestro de embaixadores, quando se deu uma série de atentados a bombas contra pessoas em vários pontos do Brasil. O Exército não tinha organização para combater isso. O Exército estava preparado para um combate clássico, de acordo com a formação que era dada nas escolas militares.

Naquela época, improvisamos, recrutaram-se oficiais e sargentos das unidades, que formavam equipes e saíam fazendo pesquisas a partir de uma central de informações improvisada. Nesse início do combate ao terrorismo, sem até que se tivesse uma idéia exata da dimensão disso – hoje a gente pode ter, mas naquela época a gente não sabia até onde o problema ia – foram cometidos excessos, naturalmente. Excessos de parte a parte. Parece que o número de mortos de cada um dos lados são mais ou menos próximos. Ninguém pode dizer que morreu mais gente de um lado do que no do outro. A diferença é muito pequena. E aquela época inicial gerou algumas distorções.

Depois, naturalmente, foram mandados companheiros, até para o exterior, para que fizessem cursos de especialização. Nós mesmos mandamos uma equipe para Inglaterra. Foram organizados estágios. O pessoal passou a ser melhor selecionado, do que decorreu uma atuação mais técnica e cuidadosa. Foi exatamente com esse propósito que o General Reynaldo me designou para a 2ª Seção, a fim de que transfor-

mássemos o DOI num órgão técnico, capaz de levantar todas as informações necessárias e realizar um trabalho preventivo contra o terrorismo que grassava naquela conjuntura. E entendo que fizemos esse trabalho juntos. Tínhamos identidade de pensamento, o Leônidas, o General Reynaldo e eu. Vivemos, então, um período de trabalho bastante intenso.

De lá, saí para comandar o 1º GAAAé, em São Cristóvão, no Rio de Janeiro, que foi transformado, depois, em Grupo de Artilharia de Campanha – 21º GAC. Desenvolvemos um trabalho de pesquisa da história do 21º GAC, que concluímos poucos dias antes de passar o Comando: dar o nome ao Grupo de "Monte Bastione", que foi a elevação na Itália de onde foi disparado o primeiro tiro de artilharia da FEB. Consegui recuperar o tubo do obuseiro que deu o primeiro tiro na Força Expedicionária Brasileira (FEB) e que se encontrava no Grupo de Ijuí, no Rio Grande do Sul. Liguei-me com o Coronel Abdias que comandava o Grupo:

– Abdias, abra um caixote e veja se não há um papel colado no tubo. Um sargento do Batalhão de Manutenção me disse que o colou no tubo que deu o primeiro tiro na Itália.

Ele abriu e disse:

– Está aqui.

Pedi, então, ao Comandante da Região, que tinha servido no Grupo, durante a guerra, o General Serpa, que mandasse o tubo. Ele "vibrou" com o pedido. Mandou o tubo que está lá no 21º, cravado. Reunimos todos os companheiros que tinham servido na FEB, com o Grupo, para fazer, em placas de bronze, um resumo histórico da atuação da Unidade.

Aí um aspecto interessante – estamos falando de Exército – reuni todos os companheiros, organizamos uma cerimônia que é mantida até hoje: "A Cerimônia do Primeiro Tiro". Convoquei até alguns companheiros que estavam na reserva para ver a parte de toques e de cerimonial. Alguns deles se emocionaram na reunião e eu perguntei:

– Qual é o problema?

– É que voltamos da FEB, entregamos o material no quartel, fomos licenciados e transferidos para outras unidades. É a primeira vez que estamos sendo chamados para a Unidade, na qual combatemos na Itália, para participar da elaboração do histórico das placas – responderam.

Dei nome a cada alameda do Grupo – Cordeiro de Faria, o do Comandante do Grupo etc.

Organizamos uma cerimônia em que eles assumiram todos os comandos que tiveram na guerra. Os oficiais em atividade passaram as funções e os sargentos

também, foi uma coisa realmente emocionante. Estou salientando isso, porque estamos vivendo aqui um momento em que o Exército se preocupa com a comunicação, com os valores históricos, as Unidades, quase todas hoje, estão com suas designações históricas, e essa mentalidade não era válida há relativamente poucos anos. O 21º GAC, só conseguiu receber a denominação histórica, trinta e poucos anos depois. Dar o nome histórico e reunir os ex-combatentes no seu aquartelamento, dizendo que a casa era deles. Hoje o Exército evoluiu muito nisso, tem muito mais amor, apego ao passado, à história.

Bom, de lá fui para a Escola Superior de Guerra (ESG) e estava já nomeado para o seu corpo permanente, quando o velho Andreazza assumiu o Ministério do Interior, no Governo do Presidente Figueiredo. Ao assumir o Ministério do Interior, mandou me chamar, junto com o Costa Cavalcante, e disse: “Pasquali, você tem que assumir de novo o Projeto Rondon.”

O Projeto Rondon marcou sua vida.

Sim, estava desde o início, desde o surgimento da idéia. Ressaltava a importância do Projeto Rondon para o Brasil, em termos de uma integração e de uma conscientização da juventude universitária. Saí da ESG, vim para o Rondon, onde permaneci quase dois anos. Criamos mais alguns *campi* avançados e expandimos as atividades com apoio total do Andreazza. Aí aconteceu aquele problema no MEC com um ministro civil, o Ministro...

Portela (Eduardo Portela).

Houve aquele incidente com o Portela e o Presidente Figueiredo pegou o Rubão (Rubens Ludwig), que fora promovido a General, para assumir o MEC. O Rubão conversou comigo naquela noite mesmo e disse: “Nós entramos juntos.” Eu e o Rubão éramos companheiros de classe, desde os nove anos de idade, no colégio Rosário, em Porto Alegre: colegas no primário, no ginásio, na Escola Preparatória, na Academia Militar, depois na EsAO e na Escola de Comando e Estado-Maior. A vida inteira, juntos.

Então, entramos juntos no MEC. Assumi a Secretaria-Geral, ele assumiu o Ministério. Um pouco antes disso, ainda no Rondon, tive que escolher se ficava no Projeto – estava completando dois anos – ou se voltava para o Exército. Aí vivi um drama de muitas noites: volto ou fico. Já estava no quadro de acesso. Era o terceiro da minha turma. Na época, no quadro de acesso, seguidamente Lepesqueur, Moreira e eu. Minha turma deu nove generais e nesse estudo de situação, acabei decidindo por ficar. Pedi transferência para a reserva.

Entrei no Ministério da Educação e fiquei quase cinco anos como Secretário-Geral. Foi com o último Ministro da Revolução, o Rubão. Fizemos uma reforma completa no Ministério, levamos três meses fazendo o diagnóstico do Ministério

da Educação, criamos uma Secretaria de Modernização com alguns especialistas. Em três meses tínhamos o diagnóstico do "monstrinho", que era o Ministério da Educação. Porque você vai criando órgãos ao longo da caminhada e esses órgãos deixam de ter razão de ser, em função da evolução do próprio País, mas não são extintos, continuam.

O Ministro Ludwig conseguiu autorização do Presidente – ele delegou por Decreto os poderes constitucionais que tinha para mexer na estrutura do Ministério – e nos deu nove meses para isso. Tínhamos gasto três. Ele nos deu até o fim do ano, até dezembro. Dispúnhamos de nove meses para mexer. Extinguimos 17 órgãos, desocupamos 12 prédios, descentralizamos a atuação, demos outra dinâmica às atividades do Ministério e estabelecemos, como política básica, o esforço no primeiro grau. Naquela ocasião, chegamos à conclusão, examinando a pirâmide educacional, que não adiantava mais abrir curso de nível superior. Não havia mais uma massa de estudantes candidatos ao nível superior que permitisse uma seleção adequada. Você ia baixar a qualidade do ensino superior.

Por falta de investimentos no básico?

Por falta de investimentos no básico. Na pirâmide educacional, metade dos alunos que entrava no primeiro grau se evadia. No segundo ano do primeiro grau havia metade dos alunos do primeiro ano do primeiro grau. Então, tornava-se necessária uma correção na base da pirâmide. A pirâmide se afunilava com muita rapidez.

No nível universitário, estávamos, na época, com um milhão e meio, um milhão e 600 mil universitários e sem possibilidade de aumentar. Oitenta por cento dos recursos do MEC eram gastos nas universidades federais. Eram poucos os recursos para aplicar embaixo, embora se tratasse de atribuições constitucionais dos municípios e dos estados. Mas quando você ia ao Nordeste, o governador dizia: "Não tenho recursos para criar mais escolas ou para comprar o equipamento de que a escola precisa." Daí, pegamos os recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE), jogamos tudo no Nordeste. Levamos um ano negociando com o Banco Mundial um empréstimo grande para aplicar integralmente no Nordeste. Não havendo recursos suficientes, fomos buscar na área internacional e canalizar o que tínhamos. Tudo para o Nordeste, para mudar o quadro educacional.

Foi uma grande mudança. Teria havido algum indício de reconhecimento desse trabalho, ou não?

Não sei. Na semana passada, integrantes de um grupo da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) entrevistaram-me a respeito disso, porque está ocorrendo – não sei se poderia chamar de explosão – um

incremento muito grande no ensino de 3º grau. Agora, estão abrindo universidades a toda hora. Isso se deve ao que fizemos na base, porque aquilo leva anos para refletir-se lá em cima, no topo da pirâmide.

E no Brasil, é difícil você ver um trabalho desse tipo ser reconhecido.

É. Aplicamos na base.

Quer dizer que a UNESCO veio, agora, reconhecer o seu trabalho?

Não. A UNESCO veio fazer uma pesquisa de 1980 a 2000 sobre Educação no Brasil e em outros países também. Recebi uma carta dizendo que dois professores iriam fazer uma entrevista conosco. Procuramos mostrar que, na época, a nossa prioridade foi juntar educação do primeiro grau, cultura e desporto.

Criamos a pré-escola, estimulamos a pré-escola. Estabelecemos que a professora da pré-escola teria uma gratificação de 20% e se especializasse, porque deveria pegar a criança da pré-escola, e mercê da qualificação necessária, evitar que a criança se evadisse. O que estava ocorrendo é que da primeira para a segunda série do primeiro grau, metade se evadia. Você tira uma criança de casa e joga na escola, a professora a coloca na sala e vai para o quadro-negro, ela vai embora. Então, você precisava fazer uma adaptação da criança para que ela permanecesse na escola.

Estimulamos os Estados e repassamos recursos, particularmente ao Nordeste, para que a pré-escola fosse criada e os professores qualificados, buscando modificar o perfil da pirâmide educacional. O Brasil era um dos piores países da América do Sul em percentual de estudantes nas universidades, mas você não podia abrir mais universidade. Você tinha que fazer com que uma massa maior de alunos se candidatasse à universidade, e só atuando aqui embaixo. Então o exame do perfil educacional nos permitiu chegar a essa conclusão, localizar as áreas em que havia problema, carregar recursos e criar uma demanda.

Outra coisa foi "segurar" as universidades federais, porque gastávamos 80% dos recursos com elas, que representavam 25% dos alunos de nível superior. Tínhamos que deixar e estimular a criação de universidades e faculdades privadas, porque os 20% que tínhamos mantinham a área de desporto, a área de cultura, as escolas agrotécnicas e técnicas e a administração. Então, realmente, não tínhamos dinheiro. Chegava passar dois dias numa sala discutindo o orçamento, sem ver de onde a gente podia tirar um recurso a mais para apoiar a base da pirâmide.

Fomos buscar recurso internacional, canalizamos os do FNDE, congelamos as universidades federais onde elas estavam... não tínhamos mais recurso para isso. Estimulamos o desenvolvimento da área privada no 3º grau.

O interessante é que você, examinando a curva daquela época – existe aí na estatística – o número de alunos na escola crescia e o número de alunos fora da

escola também crescia. A quantidade de crianças, vamos dizer de cinco a nove anos de idade, aumentava bastante, e embora você aumentasse o número dos que estavam na escola, não era suficiente para a curva dos que estavam fora começar a decrescer, ela crescia também. Invertemos a curva – é só consultar as estatísticas, certo? E criando a base para que o nosso ensino superior tivesse um desenvolvimento maior, alguns anos depois.

Selecionei algumas perguntas, à guisa de complementação. A primeira delas se refere aos antecedentes da Revolução de 1964. As análises feitas após anos da ocorrência do evento tendem a esquecer o ambiente em que esse evento se desenrolou e, no quadro mundial da época, vivia-se a chamada guerra fria. Essa guerra fria nasceu pós-Segunda Guerra Mundial. O senhor acha que o ambiente em que vivíamos, de guerra fria teve uma influência preponderante na Revolução de 1964?

Não tenho dúvida. O comunismo estava em expansão no mundo inteiro. Cuba já tinha sido comunizada e vários países da África. A própria Angola e Moçambique tinham se tornado independentes de Portugal e estavam, todos eles, com uma assessoria russa, soviética. O comunismo estava em plena expansão e se infiltrando em todos os países, particularmente, nos países em desenvolvimento, onde, em função das dificuldades econômicas, em função da pobreza, a pregação comunista se fazia com mais ênfase. Não tenho dúvida, a Revolução de 1964 nasceu exatamente para barrar essa expansão aqui no Brasil.

Muitos hoje apregoam que o Movimento revolucionário de 1964 interrompeu um quadro de liberdade no Brasil, como disse um escritor, Flávio Tavares: "O dinamismo da própria sociedade em que os trabalhadores e empresários reivindicavam as claras e o conflito era transparente." Na verdade esse conflito não era transparente. Havia um conflito aparentemente aberto, mas um grande conflito subterrâneo também. No meio militar, muita gente hoje não sabe e não se divulgou o que se passou no meio militar. Como é que era o ambiente nos quartéis na fase pré-revolucionária. Houve tentativa de cooptação, infiltração nas organizações militares?

Lógico, até células foram plantadas em algumas Unidades. O Governo foi buscar generais e oficiais superiores simpatizantes ou mais do que simpatizantes da ideologia comunista para funções-chave e de responsabilidade.

Esse quadro todo foi detectado e a maioria do Exército, naturalmente, por sua formação e tradições, começou a articular-se, no sentido de impedir que isso continuasse e descambássemos para um regime diferente daquele que se coaduna com a nossa cultura, nossa formação.

Então, realmente existiu um cenário em que a Revolução se justificou plenamente no Brasil?

Não tenho dúvida.

As Forças Armadas, em particular o Exército, foram realmente intérpretes da vontade nacional quando foi deflagrado o Movimento de 1964?

Totalmente. As Forças Armadas saíram com atraso. Você se lembra muito bem daquelas Marchas da Família com Deus pela Liberdade, em São Paulo, Rio, Porto Alegre, Recife. A sociedade civil já estava toda organizada no sentido de opor uma resistência à comunização do País.

A área militar, dentro dos princípios de hierarquia e disciplina, se mantinha coesa, silenciosa, mas preocupada com os rumos que o País estava tomando. Quando a coisa estourou de forma pública – com o comício da Central, com a reunião do Presidente, no Automóvel Clube do Brasil, com os graduados da Marinha, do Exército e da Aeronáutica – mexeu na instituição militar. A Instituição Militar, que tem por base a hierarquia e a disciplina, sentiu que estava prestes a desmoronar. Partiu, pois, para uma contra-revolução, não foi para a revolução. Foi para opor-se a uma revolução que estava em marcha.

O senhor acha que foi necessária a criação de órgãos de informações e operações como o Serviço Nacional de Informações (SNI) e os DOI e o agravamento da Lei de Segurança Nacional?

Os serviços de informações existem em todos os países do mundo e o Governo acaba de recriar, com outro nome, o SNI. Não há governo nenhum, não há empresa de grande porte que possam dispensar o serviço de informações. No mundo moderno de hoje é uma necessidade indiscutível.

O problema do DOI foi exatamente uma conseqüência do terrorismo. Conseqüente da organização pela esquerda, de grupos terroristas, dos seqüestros e da organização de guerrilhas, como a guerrilha do Araguaia. Era E-2 (oficial de informações) na época. Havia no mapa do Brasil – a documentação foi apreendida com eles – cinco pontos a serem "liberados". Seriam áreas liberadas que depois formariam um conjunto. A primeira área liberada seria a do Araguaia. Como reação à ação, vamos dizer, dos comunistas – não vamos chamar de esquerda (a esquerda pode existir em qualquer época dentro de uma democracia) – o Governo teve que se organizar e criou os DOI e, como já disse, os DOI inicialmente foram improvisados. Na medida em que se aperfeiçoaram tecnicamente para a sua função, na medida em que o pessoal foi devidamente treinado e houve aquisição de experiência para a condução técnica e

adequada da atividade precípua, não tivemos mais problemas. Agora, na fase inicial, de improvisação, surgiram alguns problemas de parte a parte. Problemas que todos lamentamos, mas que ocorrem no ambiente desse tipo, de guerra, vamos dizer.

No tocante ao tempo de duração da revolução, ela se demorou muito no Governo?

Penso que ela demorou demais. É a minha impressão hoje. Houve um incidente na caminhada da revolução que se chama Costa e Silva, a doença de Costa e Silva, o AI-5 e o agravamento do problema de guerrilhas e atentados. Creio que esse foi um incidente que atrapalhou a caminhada da revolução, no sentido de terminar sua missão mais cedo. Acredito que se tivéssemos terminado bem antes, teria sido muito melhor. Agora, houve um período no qual ela não poderia passar o comando ao civis. Foi exatamente no período em que ocorreu um agravamento da guerrilha, do terrorismo, exatamente nesse final do Costa e Silva e Governo do Presidente Médici.

Ao tempo dos governos revolucionários, as Forças Armadas se aproveitaram da situação para auferirem vantagens de alguma ordem?

Absolutamente não. Acho que as Forças Armadas procuraram agir patrioticamente durante esse período e houve uma coisa interessante: nenhum dos Presidentes revolucionários foi acusado até hoje de qualquer problema de corrupção, ou de utilização inadequada de recurso público. Todos eles, cumpriram uma missão. Nenhum deles tinha ambição de assumir ou manter-se no Poder. Lembro-me muito do Presidente Médici. Tinha muita ligação com ele. Era Coronel Subcomandante da Academia e eu instrutor. Depois, quando Médici foi Chefe do SNI, eu estava na Presidência e todo fim de tarde ia conversar com ele. O Presidente Médici nunca aspirou ser Presidente da República. Foi guindado ao cargo, porque houve uma votação no Alto Comando e todos o favoreceram. Não tinha a ambição de Poder e nem quis manter-se no Poder. Os civis, às vezes, querem permanecer no Poder muito mais do que têm direito. Às vezes até modificando a legislação.

Hoje, conversando com meu filho que vinha aqui fazer esta entrevista, perguntei o que ele achava. Ele tinha uma frase feitas aprendida na escola: "com a revolução, os militares entregaram o Brasil aos Estados Unidos". Da sua experiência pessoal, qual a avaliação do senhor sobre os vinte anos de Governo da revolução? Houve perda para o Brasil? O Brasil ganhou? o Brasil cresceu? Houve um alinhamento do Brasil com algum bloco?

Desfrutamos, no campo internacional, de muito mais independência. Lembra-se de que o próprio Presidente Geisel acabou com a missão militar Brasil-Estados Unidos? Passamos a nos ligar com todos os países do mundo, particularmente,

mais com a Europa do que nos ligávamos antes, e menos com os Estados Unidos. Acho que o Brasil se tornou mais independente no campo internacional. Nesses vinte anos tivemos um extraordinário desenvolvimento. Éramos, se não me falha a memória, não tenho certeza disso, a 49ª economia do mundo. Ontem procurei estatísticas, até com um amigo que tem muitos livros sobre isso, e não consegui confirmar. Mas a idéia que tenho é que éramos a 49ª economia do mundo e terminamos o período revolucionário como 8ª economia do mundo. E só foi possível sairmos dessa posição para 8ª economia do mundo, porque os governos militares foram governos honestos, criaram uma Secretaria de Planejamento que executou um trabalho sério, e elaborou um planejamento, que foi executado realmente.

O País desenvolveu-se extraordinariamente, ocupando uma posição muito boa no *ranking* das nações. Entretanto, hoje, estamos passando de 8ª para 9ª ou 10ª economia do mundo. Estamos recuando. Só a seriedade, a competência técnica dos que integraram os governos revolucionários – civis competentes, não estamos falando de militares, mas de Roberto Campos, Delfim Neto etc. – é que nos permitiram esse *rush* de desenvolvimento. E não fora a revolução, não estaríamos hoje na posição que estamos dentro do concerto internacional das nações.

No caso da liberdade individual, a seu ver, houve cerceamento total da liberdade de imprensa, expressão artística, prática de tortura?

Houve. O período revolucionário cometeu alguns erros. Alguns erros foram provenientes de excessos.

O problema da censura, acredito que extrapolou os limites onde poderíamos ter chegado, em benefício da salvaguarda dos governos revolucionários contra a ação comunista.

Na parte da tortura, já abordamos isso aqui, quando nos surpreendemos com o ataque comunista, de terrorismo, guerrilhas, seqüestros etc. Não estávamos organizados e preparados para isso e ocorreram excessos que foram imediatamente corrigidos. Você quer ver um exemplo muito forte de que isso teve limites muito pequenos? Fala-se, no mundo inteiro, contra o Chile e contra a Argentina, torturas e mortes, durante o período revolucionário e não se fala contra o Brasil. Os problemas que ocorreram aqui, dentro das dimensões do País, e, particularmente, no tempo em que os governos militares permaneceram, que foi muito maior que no Chile, muito maior do que na Argentina, são ínfimos. E os ataques são contra o Chile e a Argentina e contra o Brasil não há.

Quer dizer que houve uma preocupação com a não institucionalização desse processo de descontrole no combate?

Sim. Houve imediatamente uma retomada para impedir que isso ocorresse, por excesso de algumas pessoas, de alguns companheiros o que naturalmente geraria um quadro muito pior do que realmente ocorria no momento.

Inclusive esses próprios companheiros foram tremendamente abalados com esse processo, porque realmente não havia nossa experiência de combate a esse tipo de guerra. Tínhamos a experiência de São Domingos, que era um quadro completamente diferente.

Não podemos dizer que não houve. Existiu. E, felizmente, em dimensões muito pequenas. Mas foram controlados com bastante rapidez, por parte de companheiros bem intencionados. Na época, não tínhamos a compreensão do quadro que temos hoje, olhando para trás. O sujeito não sabia o que iria acontecer, era problema de vida ou morte. Quantos companheiros nossos meteram pé na porta, num aparelho, e morreram, na soleira, com um tiro. Quem entrasse num negócio desse, com um companheiro, um amigo morto, por um problema de temperamento – até se excedia.

Não tínhamos as regras para esse tipo de coisa?

Não tínhamos. Era uma coisa nova.

Os militares perderam a batalha da comunicação social durante o processo do Movimento revolucionário?

Não sei se dá para usar o verbo perder. Partimos para o problema de comunicação social com presteza, matriculando oficiais na universidade, criando a AERP, criando as 5as Seções no Exército, isso imediatamente – um, dois, três anos depois. O Exército mobilizou-se, no sentido de promover uma comunicação social para atingir seu público interno e o público externo. Agora, é possível que tenha sido insuficiente, mas houve preocupação e montagem de uma estrutura para responder a isso, certamente. Acho que ela alcançou muito bons resultados. Pode não ter obtido resultados que desejávamos. A nossa imagem hoje – tenho visto no Noticiário do Exército (NE) – o Exército tem uma imagem bastante positiva perante a opinião pública brasileira.

E qual é a sua avaliação do processo de "abertura" no Governo Geisel?

Como afirmamos, a "abertura" podia ter sido iniciada antes, mas os fatos estão aí.

O Presidente Geisel não quis encerrar, passou para o Presidente Figueiredo, que era um homem extraordinário. Servi três vezes com Figueiredo. Como Cadete, na Academia, e ele Capitão Comandante do Esquadrão; servimos em Bagé e, depois, na ECEME. Ele instrutor e eu aluno. Era um homem extremamente inteligen-

te, tríplice coroado[1], simpático, amigo, mas que, infelizmente, durante o período como Presidente, sofreu um problema de saúde, sério, que acarretou mudanças.

Dou um testemunho aqui interessante. Estava no MEC e veio um prefeito de Bento Gonçalves propor que a gente comprasse a casa onde o Geisel morou – nasceu e morou em Bento Gonçalves – uma casinha pequena, barata, porque ele queria fazer o museu do Geisel – o Presidente Geisel foi meu Comandante no Regimento Escola de Artilharia, eu Capitão e ele Coronel Comandante. Disse: "Bento Gonçalves não vai ter outro Presidente da República e temos o direito de cultuar a memória de um homem que nasceu e se criou lá e foi Presidente da República." Fui lá, vi a casa. Imaginei um artifício: faria a transferência de recursos às faculdades da região dos vinhedos, que era em Bento Gonçalves, e eles comprariam a casa e promoveriam a organização do museu. O Geisel soube. Colocou areia. Aí fui a Teresópolis.

– Presidente, o senhor botou areia nisso?!

– Você sabe que sou contra essas ostentações, esse troço de promoção...

Foi uma tônica dos governos revolucionário, a discrição. Ninguém tinha ambições políticas para se candidatar a nada. Cumpriam uma missão.

Então falei ao Presidente:

– O senhor não tem nada a ver com a sua personalidade jurídica. O senhor foi Presidente da República. Sua vida como Presidente da República pertence à Nação, não é mais sua. Não perguntei ao senhor, porque sabia que iria responder assim. Servi com o senhor, e sabia que iria dizer isso. E o povo de Bento tem esse direito.

– Não me envolva nisso.

– Ninguém envolveu o senhor nisso.

– Bem, faça o que quiser.

Comprei a casa. Ele nada doou para a casa, até morrer. Tinha combinado com a Amália Lucy (filha do Presidente Geisel): "quando ele morrer, vamos tratar desse problema".

Você vê, um exemplo muito interessante. São duas doenças que prejudicaram a revolução: a do Presidente Figueiredo... aí nessa conversa com o Geisel – esse é o testemunho que ia contar – disse assim:

– Presidente, e o seu Figueiredo? - foi a expressão que usei.

– Meu não! O que eu escolhi para Presidente era outro. Há dois Figueiredos, o Figueiredo antes da doença e o Figueiredo depois da doença – retrucou.

---

[1] Expressão usada no meio militar e que identifica o oficial que obtém o primeiro lugar nos três cursos regulares do Exército: AMAN, EsAO e ECEME.

Tivemos a infelicidade de conviver com a doença do Presidente Figueiredo, que o transformou, como transforma toda pessoa que tem um insulto vascular como ele teve; e a doença do Costa e Silva, que o levou à morte. Então foram dois acidentes de percurso no período revolucionário, que nos atrapalharam bastante.

Coronel Pasquali, ao encerrarmos, gostaria de agradecê-lo pela excelente entrevista e deixar registrado, aqui, a minha admiração pela sua longa ficha de excelentes serviços prestados. Muito obrigado.

Agradeço a oportunidade e acho que o Exército fez muito bem em criar o Projeto de História Oral. Era uma lacuna que tínhamos. Estamos hoje sujeitos aos ataques dos nossos inimigos e não temos o registro histórico da verdade do que ocorreu durante o período revolucionário. Congratulo-me com o Exército por essa oportunidade.

Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra

- Natural da Cidade de Santa Maria, RS.
- Após o curso da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) foi designado para o Quartel-General do II Exército, em São Paulo. Comandou, no período de 1970 a 1974, a Operação Bandeirante e o Destacamento de Operações de Informações-Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do II Exército.
- Foi Instrutor-Chefe do Curso de Operações na Escola Nacional de Informações (EsNI) e Chefe da Seção de Operações do Centro de Informações do Exército (CIE), no período de 1975 a 1979.
- Comandou o 16º Grupo de Artilharia de Campanha, em São Leopoldo, Rio Grande do Sul. Foi Oficial de Gabinete do Estado-Maior do Exército.
- No exterior: Adido do Exército junto à Embaixada do Brasil, no Uruguai.
- Possui todos os cursos regulares do Exército. É bacharel em Administração.
- Na eclosão da Revolução de 1964, era capitão e servia no 1º Grupo de Canhões 90 Antiaéreo (1º G Can 90 AAé), na Vila Militar, Rio de Janeiro.

Entrevista realizada em 12 de setembro de 2000.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a lembrança do meu nome para cooperar na elaboração deste projeto tão importante para o nosso Exército.

Tive, como Capitão, uma pequena participação na Revolução de 1964. Posteriormente, como Major, após o curso da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), comandei o Departamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) de São Paulo, por quatro anos, período em que o terrorismo estava bastante atuante. Fui também Chefe da Seção de Operações do Centro de Informações do Exército (CIE), por quatro anos, de 1975 a 1978. É sobre a minha experiência e a respeito dessas etapas de minha vida que gostaria de falar. Estou à disposição para a entrevista.

Durante a fase pré-revolucionária, o que se passava no meio militar? Como estava o ambiente nos quartéis? Havia tentativa de cooptação dos militares, de infiltração nas organizações castrenses? O senhor pode citar exemplos?

No período que antecedeu à Revolução, como 1º-Tenente servia em Santa Maria, no Rio Grande do Sul. Comandava a então 3ª Divisão de Infantaria (3ª DI) o General Osvino Ferreira Alves, tido como populista, "janguista", chamado de "General do Povo". A disciplina nos quartéis era fraca. A propaganda esquerdista invadia as organizações militares e alguns oficiais, presumidos como de esquerda, tentavam obter o apoio não só dos seus pares, mas também dos sargentos.

As eleições para o Clube Militar eram disputadas, com muita efervescência política, entre as duas chapas: a amarela, dos vermelhos e a azul, dos contrários e favoráveis à Revolução.

Em 1958, fui transferido para o Rio de Janeiro para fazer o curso de Defesa Antiaérea. O ambiente que encontrei na Escola era o mesmo de Santa Maria. Estávamos divididos entre azuis e vermelhos.

Nos primeiros dias de aula, fui procurado por um colega de curso, um 1º-Tenente, oficial muito inteligente, segundo de sua turma de formação e que acabou sendo o primeiro da turma do curso que íamos fazer. Este oficial, que posteriormente foi cassado pelo Ato Institucional nº 1 (AI-1), certo dia perguntou-me se pretendia fazer concurso para a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Disse-lhe que sim. Ele então me falou sobre um curso muito bom, gratuito, com aulas sempre aos sábados. Falou-me também da competência dos seus professores. Fiquei interessado e passei a freqüentar as aulas do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros). Eu e mais alguns colegas assistimos a umas quatro ou cinco aulas e quase todos nos retiramos quando sentimos que estávamos sendo doutrinados para apoiar a política de esquerda que vinham pregando.

Vizinho a nossa Escola de Defesa Antiaérea, o 1º GCan 90 (Primeiro Grupo de Canhões 90 Antiaéreo) encontrava-se seriamente infiltrado e, pelo meu irmão, era informado de que nas Organizações Militares (OM) pára-quedistas a situação também não se mostrava diferente.

E houve, de fato, um clima de insatisfação contra o Governo João Goulart?

Sim, principalmente da classe média. As medidas demagógicas e populistas, a pregação comunista, as ações do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), dos sindicatos, do Pacto de Unidade e Ação (PUA) revoltavam a massa ordeira da população do País.

No Exército, a nossa insatisfação aumentava na medida em que testemunhávamos a pregação política de esquerda para que os sargentos não nos obedecessem.

Havia um desabastecimento geral, filas para tudo, éramos desacreditados pelas políticas esquerdizantes e nossos salários se encontravam num patamar muito baixo.

Qual a atitude do Congresso Nacional, quando da eclosão do Movimento de 31 de Março de 1964?

O Governo João Goulart pretendia, através do que chamavam de reformas de base, instaurar uma república sindicalista, contando com a sublevação das massas operária e estudantil. O Congresso Nacional se opunha a essas mudanças. Daí então a frase tão cantada nos comícios de esquerda: "reformas de base, na lei ou na marra". Isso queria dizer: vamos fazer as reformas de base com ou sem o apoio do Congresso Nacional.

Qual foi sua participação nos dias que antecederam ao 31 de Março de 1964 e durante a eclosão do Movimento?

O Estado-Maior do Exército, preocupado com a pregação comunista no interior dos quartéis, intensificou a instrução de quadros. Palestras eram feitas rememorando o nosso passado. A Intentona Comunista de 1935 passou a ser lembrada em aulas para oficiais e praças. O Estado-Maior do Exército também passou a divulgar, não sei se semanalmente ou quinzenalmente, os famosos "amarelinhos" que, obrigatoriamente, eram lidos para a tropa. Neles, se encontravam verdadeiras aulas sobre democracia, respeito às leis, à hierarquia, à disciplina e esclarecimentos sobre o comunismo. O que o Estado-Maior do Exército pretendia era, de uma maneira muito séria, tentar reverter o quadro que existia dentro das Forças Armadas, através da instrução de quadros.

No segundo semestre de 1963, o Exército iniciou a transferência de oficiais de confiança e contrários ao comunismo para a tropa. Dentro desse contexto, em 13

de fevereiro de 1964, fui transferido da Escola de Defesa Antiaérea, onde era instrutor, para o 1º GCan 90. Nesse dia, assumi o Comando da 4ª Bateria de Canhões.

O Comandante, na época o Coronel Sá Barreto, era nosso e fazia tudo o que podia para nos apoiar. Recebi o Comando da 4ª Bateria de Canhões de um 1º-Tenente que já conhecia pelo seu passado e sabia que estava comprometido com o pessoal de esquerda. Esse tenente foi, logo em seguida, cassado pelo AI-1. Quando assumi o Comando, no mesmo dia, ele pediu para ser transferido para outra Bateria. Consenti com sua saída imediata. Como primeira providência, formei a Bateria e fiz a chamada. Faltava um sargento. Procurei saber, então, onde é que estava esse sargento.

Informaram-me de que ele faltava ao quartel porque, diariamente, ia para a Central do Brasil – estação ferroviária de passageiros, no centro do Rio de Janeiro –, onde estacionava uma Kombi do Partido Comunista, junto do qual ele ficava, com o microfone na mão, fazendo propaganda para o partido. Verifiquei que isso era verdade, coloquei-o no pernoite e dei parte de ausência. Quando ele estava para passar a desertor, apresentou-se. Chegou num estado deplorável, com um uniforme todo sujo, barbudo, uma bota – nem coturno usava – uma bota "natal", com uma faca, eu me lembro, no cano da bota; mandei que ele fosse arrumar-se, cortar o cabelo, fazer a barba... Ele saiu e não o vi mais. Soube que ele tinha baixado ao hospital, naquele mesmo dia, e que, do nosocômio militar, saía todos os dias para fazer a propaganda junto à Kombi, em frente à Central do Brasil. Esse sargento foi cassado no AI-1.

Da mesma forma, e logo em seguida, no primeiro ou no segundo dia, fui fazer a inspeção para receber a carga do material bélico da Bateria e constatei que faltava muito armamento e munição. Procurei saber onde ele se encontrava. Procura daqui, procura dali...

– O armamento está nessa sala, aqui na frente.

– Mas, com quem está a chave? Onde ela está?

A chave e a sala eram utilizadas pelo sargento que estava na Central, fazendo propaganda do Partido Comunista. Mandei, então, arrombar a dependência, retirar o armamento e a munição que lá estavam e retorná-los à sala de material bélico da Bateria, local adequado à guarda desse material.

Ao mesmo tempo, começamos uma instrução séria para o pessoal da Bateria. Os soldados tinham sido incorporados em janeiro, estávamos em fevereiro de 1964, novos ainda, mas os sargentos da Bateria tinham sido seriamente doutrinados por esse tenente que foi cassado. Comecei, então, a conversar e instruir os sargentos, os soldados, e a cuidar do material, porque a gente achava que alguma coisa iria ocorrer, para deixá-lo todo em condições de uso.

Nesse momento a incerteza era grande. A gente não sabia o que estava ocorrendo. No 1º G Can 90 havia quatro Baterias de Canhões: duas Baterias vermelhas e duas Baterias azuis. Duas favoráveis aos comunistas e duas favoráveis à Revolução.

Estávamos nessa situação, quando – o dia era 31 ou 1º, não me lembro exatamente – conversei com aquele tenente que foi cassado e perguntei:

– O que está havendo na realidade? Dizem que houve revolta lá em Minas.

– Não, isso aí é o seguinte: o General Mourão não foi promovido e está revoltado lá.

Nós não éramos informados, na tropa, sobre o que pudesse estar acontecendo. Cheguei ao quartel, tocou "formatura geral", o Comandante chamou os oficiais e disse que o Ministro Interino do Exército – que me parece era o General Armando de Moraes Âncora – havia determinado que fosse formado um Grupamento Tático (GT) para deslocar-se do Rio de Janeiro em direção a São Paulo e que o G Can 90 iria fornecer uma Bateria para integrar esse GT.

Ponderei ao Coronel que uma Bateria 90 Antiaérea nada poderia fazer durante o deslocamento da coluna, porque, sendo uma Bateria pesada, demoraria de três a quatro horas para entrar em posição, destinada à defesa de pontos fixos, sensíveis e estáticos como aeroportos, fábricas, não serviria para acompanhar uma coluna. Ele respondeu:

– Não, mas é a ordem que recebi e a Bateria 90 vai para lá.

E acrescentou:

– E você, segundo ordem do GUEs (Grupamento de Unidades-Escola), é quem vai comandar esta Bateria.

– Está bom, vou preparar a minha Bateria para sair.

– Só que tem o seguinte: recebemos uma ordem para você comandar a 2ª Bateria, o seu pessoal não vai com você. Você vai deslocar-se, mas com sargentos, soldados e oficiais da 2ª Bateria – que era a Bateria vermelha – e, junto com você, irá o Capitão Fulano – cujo nome não citarei e que era dois anos mais antigo do que eu.

Nessa hora, vi que estava sendo retirado do quartel, porque minha Bateria estava na mão, e os sargentos a meu lado. Eles sabiam que nos encontrávamos prontos para reagir e, por isso, me retiravam do aquartelamento do G Can 90 e levavam-me para integrar uma coluna, no comando de pessoal que não conhecia. Se eclodisse qualquer coisa, tinha certeza de que eles me prenderiam. Então, pedi ao Comandante que me deixasse levar o meu material nesse deslocamento do GT, porque o material estava bom e pronto. Ele concordou. Aí já consegui dar o primeiro passo. Pedi mais uma "coisinha":

– O senhor me deixa levar então os meus soldados e meus cabos, por causa da carga. Essa carga é dos sargentos, dos chefes de peças; quantos dias vamos ficar nessa coluna? Se perder o material, quem vai ser o responsável? Vai ser o sargento chefe de peça da outra Bateria? O senhor me deixa levar meu pessoal, meus cabos e meus soldados. E ele deixou.

– Então você vai com seu material, com seus cabos e soldados e os sargentos e os oficiais da outra Bateria.

Os meus soldados tinham sido incorporados em janeiro e estávamos em 31 de março. Nesse momento, o Capitão grudou em mim e eu não podia fazer mais nada. Todos os passos que dava dentro do quartel, ele me acompanhava, mas, numa oportunidade, cheguei para o meu ordenança – Valdir de Souza Lima, que chegou a 2º Sargento e infelizmente faleceu... Disse-lhe:

– Valdir, está se passando isso. Você vai ao subtenente, diga a ele que estão me tirando da Bateria, estão me forçando a sair com outros sargentos. Não fui eu que decidi não levá-los, que eles permaneçam lá, aguardando ordem. Vou ter que sair.

Disse-lhe, ainda, que procurasse o cabo Marinho – que tinha incorporado no ano anterior e era de extrema confiança. Esse rapaz depois tornou-se jornalista, no Rio de Janeiro – contasse a mesma coisa e, mais, que iríamos nos deslocar e que os soldados e cabos ficassem atentos a uma ordem minha, quando deveriam prender o sargento chefe de peça, enquanto que eu, o Valdir e o meu motorista prenderíamos o Capitão que nos acompanhava e, se por acaso eu fosse preso, que eles reagissem.

Foi nessa situação que saímos às nove horas da manhã daquele dia – não sei agora se foi 31 de março ou 1º de abril. Nos deslocamos, só com "catanho", não havia médico, enfermeiro, nem abrigo para os soldados... Choveu, os soldados ficaram todos com frio, me lembro até hoje; também sem comida, pois o "catanho" acabou. Assim nos deslocamos e fomos retardando essa coluna, como podíamos, porque as viaturas eram velhas mesmo, não funcionavam, furava um pneu, fervia o motor e a gente ia puxando aquilo como podia. Sei que chegamos ao pé de Viúva da Graça, eram nove horas da noite. Foi quando ouvi um general falando – acho que era o General Âncora, não vi a fisionomia, mas entendi:

– Eles venceram, vamos retornar. Já dei ordem para a tropa regressar.

Nessa oportunidade falei para o Capitão que estava atrás, no jipe. Embora mais antigo do que eu, ia atrás no jipe, quando nos deslocávamos:

– Fulano, vocês perderam.

Ele ficou abatido, triste. Dei ordem para a Bateria voltar. Retornamos, o Comandante estava esperando. Mandei os sargentos irem para a Bateria deles, assumi o comando da minha Bateria e falei:

– Olha, Coronel Sá Barreto, agora vamos nos entrincheirar, vou fechar a Bateria toda e ninguém vai entrar aqui. Não iremos ao rancho, não sairemos, vamos ficar aqui aguardando, porque não sei o que as outras duas Baterias vão fazer: se vão reagir, se não vão reagir, então ficaremos esperando para o que der e vier.

Falei para os meus oficiais, sargentos que fossem dormir no alojamento dos soldados, misturados, juntos com as praças. Reforçamos a guarda, ficamos municiados, armados, esperando os acontecimentos que, felizmente, terminaram por ali.

Esse Capitão que saiu comigo também foi cassado.

O que o senhor tem a nos dizer sobre as ações de guerrilha e de terrorismo (seqüestro de embaixadores, assaltos a quartéis, a bancos etc.) que ocorreram nessa época?

Há várias décadas, a União Soviética tentava implantar o comunismo na América Latina, tendo tido êxito em Cuba. Em 1968, a partir das idéias de Carlos Marighela, que pregava a luta armada, intensificou-se a implantação da guerrilha rural e urbana no Brasil. Com o pretexto de que estavam combatendo a ditadura, foram criadas várias organizações terroristas, todas elas marxistas-leninistas, que passaram a desencadear o caos e o terror, seqüestrando aviões e pessoas, fazendo atentados, invadindo quartéis, assaltando sentinelas etc. Iniciaram, também, agitação no meio operário e estudantil e desencadearam greves políticas, passeatas, quebra-quebra e baderna generalizada.

Enquanto os subversivos estabeleciam a insegurança nas principais cidades do País, outros grupos começavam a guerrilha rural, na região do Araguaia. O objetivo dos guerrilheiros era implantar uma zona liberada, onde o Governo não poderia entrar, como ocorre hoje na Colômbia, em uma área maior do que a Suíça. Pretendiam os guerrilheiros rurais, partindo do campo, atingir as cidades, que já estariam dominadas pelos terroristas urbanos, para então, unindo forças, derrubar o Governo e criar uma república comunista, nos moldes da ditadura cubana.

A polícia era impotente para combatê-los. Com as perdas sempre crescentes de policiais mortos e feridos tornava-se a polícia, cada vez mais, acuada. Nosso inimigo era violento e matava com frieza. Constituído por profissionais, ideológica e taticamente preparados, atuava infiltrado na população, atacava de surpresa e era extremamente cruel em ação. Na sua maioria, não eram "estudantes inocentes", como diz a imprensa, mas guerrilheiros bem treinados. Para aqueles que não viveram os chamados "anos de chumbo", vejam, nesse pequeno resumo que vou fazer, a escalada do terror que assolava o País e que a mídia esquece de lembrar:

• Em 25 de julho de 1966, o aeroporto de Guararapes, em Recife, sofreu um atentado, uma bomba explodiu com o objetivo de matar o Presidente da Repúbli-

ca. Morreram o jornalista Edson Régis de Carvalho e o Almirante Nelson Gomes Fernandes. Foram feridos, o hoje General Sylvio Ferreira da Silva, mais 13 pessoas, inclusive uma criança com seis anos de idade.

• Em 22 de junho de 1968, assaltaram o Hospital Militar de São Paulo e roubaram os fuzis automáticos leves (FAL) que lá existiam.

• Em 26 de junho de 1968, uma Kombi cheia de explosivos é jogada contra o Quartel-General do II Exército em São Paulo. A explosão dilacerou o corpo do Soldado Mário Kozel Filho e feriu outros três soldados.

• Em 1º de julho de 1968, um comando constituído pela COLINA (Comando de Libertação Nacional) assassinou um Major do Exército alemão que estava fazendo curso de Estado-Maior no Brasil. Era o Major Edward Ernest Tito Otto Maximiliam von Westernhagen. Ele foi assassinado na Rua Engenheiro Duarte, na Gávea, Rio de Janeiro, pelos terroristas João Lucas Alves, Severino Viana Colon e um outro desconhecido. Foi assassinado, porque o confundiram com o Major Gary Prado, do Exército boliviano, que também fazia curso na ECEME. O Major Gary Prado foi o homem que comandou a equipe do Exército boliviano que combateu o Guevara e o matou em combate. Eles assassinaram, por engano, o oficial alemão.

• Em 12 de outubro de 1968, o Capitão do Exército norte-americano Charles Chandler, que fazia o curso no Brasil, é assassinado na frente de sua mulher e de seus filhos na porta de sua casa em São Paulo.

• Em 25 de janeiro de 1969, o traidor e desertor, Carlos Lamarca, rouba, do 4º RI, 63 fuzis FAL (Fuzil Automático Leve), metralhadoras e muita munição. Num crescendo, ia o terrorismo.

• Em 4 de setembro de 1969, o Embaixador americano Burke Ellbrick foi seqüestrado. Em troca da vida do Embaixador, exigiram, e o Governo teve que ceder, 15 terroristas que foram banidos para o México.

• Em 11 de março de 1970, houve o seqüestro do Cônsul-geral do Japão, Nobuo Okuchi, em São Paulo e, novamente, mais terroristas foram libertados em troca da vida do cônsul, cinco deles que foram banidos para o México.

• Em 10 de maio de 1970, Lamarca e seu grupo matam a pauladas seu prisioneiro, Tenente Alberto Mendes Júnior, que a ele se entregara para que seus comandados, feridos em confronto com o grupo de Lamarca, pudessem receber atendimento médico. Seu corpo só foi encontrado quatro meses depois.

• Em 11 de junho de 1970, houve o seqüestro do Embaixador da Alemanha von Holleben. Terroristas matam o Agente Irlando de Souza Régis, ferem gravemente o Agente Luiz Antônio Sampaio e ferem levemente o Agente José Banharo

da Silva que faziam a segurança do Embaixador. Em troca da vida do Embaixador, o Governo cedeu, e quarenta terroristas foram banidos para Argélia.

Esta era a situação do terrorismo, sempre crescente, no nosso País.

E como a imprensa, naquela época, encarava esses atos de terrorismo?

Hoje, a imprensa trata os terroristas como se tivessem feito ações em defesa da democracia, como lutassem por um ideal. São até endeusados por certa parte da imprensa. Mas será que, naquela época, era assim que a imprensa via esses atos de terror? Vou reproduzir o que o *Jornal do Brasil* publicou, na sua primeira página, logo depois do seqüestro do Embaixador von Holleben. Edição do *Jornal do Brasil* de 13 de junho de 1970, na primeira página, esse editorial. O título era: Nação Afrontada.

"Mais um ato covarde de ação subversiva feriu o Brasil. O Embaixador da República Federal da Alemanha foi seqüestrado e, na emboscada que lhe armaram, dois agentes federais tombaram, um sem vida e o outro ferido. Dois brasileiros.

Toda a Nação se sente também atingida. O manifesto em que se exprimem os agressores, declara guerra a todos os brasileiros ao advertir que, doravante, ninguém será poupado pela violência. Nós, que nos empenhamos para que o ódio nunca prevaleça sobre qualquer de suas numerosas práticas, não podemos calar, numa repulsa que nos sufoca de indignação.

O Brasil, sob um Governo legítimo, progride a uma taxa que autoriza confiança. A Nação prospera, os problemas são enfrentados com disposição, o País se desenvolve. Os níveis de produção e consumo são hoje mais elevados do que em qualquer tempo passado. Uma expectativa política razoavelmente favorável encaminha a oportunidade democrática. Merecemos a democracia e a alcançaremos por nossos méritos, a despeito da ínfima parcela de incendiados pelo ódio.

A maciça maioria brasileira está voltada para o trabalho, à ordem e à esperança que repelem esta e qualquer outra prática de ódio e violência. A decisão do Governo, dentro limites que inspiram a lei, em defesa das vítimas e para desagravar a honra nacional, contará com a adesão certa da opinião pública brasileira. Somos desde ontem uma Nação afrontada por um ato que nos fere a todos. Somos noventa milhões desafiados em nossas disposições ordeiras e pacíficas por um grupo de fanáticos, ensandecidos pela perda dos mais caros valores humanos. Somos uma Nação silenciosa e infelicitada, mas digna e civilizada. Não abriremos mão dessa dignidade e dessa civilização."

Isso é o que a imprensa pensava da Revolução, isso é o que a imprensa pensava dos atos terroristas naquela época. Parece-me que muito diferente do que ela pensa atualmente.

O senhor acha então que foi necessária a criação dos Destacamentos de Operações de Informações?

Como vimos, acabei de relatar todos esses atos terroristas. A situação em que se encontrava o País era cada dia mais grave, o que levou a ser expedida uma Diretriz Presidencial, na 1ª quinzena de setembro de 1970.

Segundo a diretriz, os Comandantes Militares de Área tornaram-se os responsáveis pela Segurança Interna em suas áreas de responsabilidade, inclusive pelo combate ao terrorismo e à subversão. Para assessorá-los foram criados os Conselhos de Defesa Interna (CONDI), os Centros de Operações de Defesa Interna (CODI) e, como Força Operacional dos CODI, foram formados os Destacamentos de Operações de Informações (DOI).

O CONDI tinha a finalidade de facilitar aos Comandantes de Área a obtenção da cooperação das mais altas autoridades civis e militares. Tinham assento neste conselho de alto nível o Governador do Estado, os Comandantes da Marinha e da Aeronáutica presentes na área.

Os CODI garantiam a coordenação e a execução do planejamento das medidas de defesa interna. Facilitavam a conjugação de esforços das demais Forças Amadas, da Secretaria de Segurança Pública, da Polícia Federal, do SNI (Serviço Nacional de Informações) etc. Era um somatório de esforços de todos esses órgãos, em benefício da defesa interna.

Os DOI combatiam diretamente as organizações subversivas, eram eminentemente operacionais e atuavam sob o controle operacional dos chefes das 2ªs Seções dos Comandos Militares.

Além do comandante do DOI, o Exército participava de seu efetivo com alguns capitães e sargentos, mas a maioria era oriunda das polícias civil e militar. Em São Paulo éramos 250 homens, sendo quarenta do Exército; serviam o Major Comandante – que era eu – cinco oficiais, 25 sargentos e alguns cabos com estabilidade, cabos antigos. Considerando todos os DOI existentes no Brasil, naquela época, e mais o pessoal que trabalhava no CIE, ao todo, o Exército Brasileiro empenhou, no máximo, 450 homens no combate ao terrorismo.

Mesmo durante a fase em que o terror esteve no auge, o Exército continuou com suas atividades normais, com seus estabelecimentos de ensino, seus Quartéis-Generais (QG), suas Unidades operacionais, todas as suas organizações militares funcionando normalmente. O combate ao terrorismo aconteceu com a criação dos CONDI, dos CODI e dos DOI e com o empenho de apenas 450 homens do seu efetivo.

O Exército, através dos Comandantes Militares de Área, centralizou, ordenou e se tornou responsável pela condução da contra-revolução no País. Os DOI

eram uma força pronta para o combate, diretamente a eles subordinados. Para corroborar esta afirmação, citarei aqui o que escreveu o terrorista Iuri Xavier Pereira, da Ação Libertadora Nacional (ALN). O documento foi apreendido num aparelho terrorista. Dizia ele o seguinte:

"(...) mas o inimigo não permaneceu inativo. Buscou adotar as medidas que lhe permitissem recuperar a iniciativa. Para uma situação crítica tomou as necessárias medidas drásticas. Não descuidou da parte técnica, incrementando o treinamento policial e aperfeiçoando seus métodos de investigação. Tomou uma medida fundamental, que é a centralização do controle da informação e da repressão, criando a Operação Bandeirante em São Paulo e o CODI na Guanabara. Conseqüentemente, o seu volume de informações e capacidade de reação e de resposta foi aumentando gradativamente".

Só o DOI de São Paulo, no período de janeiro de 1969 a maio de 1977, prendeu 2.541 subversivos e 51 terroristas morreram em combate com as equipes. Depois da criação desses Destacamentos, o terrorismo começou a decrescer, mas mesmo assim seus integrantes ainda praticaram algumas ações de vulto. Por exemplo:

• Em 27 de outubro de 1970, assassinaram o Sargento da Aeronáutica Walder Xavier de Lima com um tiro na nuca, morto pelo terrorista Teodomiro Romeiro dos Santos, que estava sendo conduzido preso numa viatura militar. Esse terrorista, Teodomiro, hoje exerce um alto cargo na Justiça de Recife e já fez declaração dizendo que não se arrepende do assassinato do sargento.

• Em 7 de dezembro de 1970, perpetraram o seqüestro do Embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher; setenta terroristas foram banidos para o Chile em troca do Embaixador.

• Em 3 de abril de 1971, morre o nosso companheiro, Major do Exército José Júlio Toja Martinez Filho, quando foi efetuar a prisão de um casal de terroristas do MR-8.

• Em 15 de abril de 1971, o industrial Henning Boilesen foi assassinado por terrorista, na cidade de São Paulo, porque diziam que ele auxiliava a repressão.

• Em 5 de fevereiro de 1972, David Cuthberg, 19 anos, marinheiro de uma fragata inglesa, é morto no Rio de Janeiro, simplesmente porque pertencia a uma nação imperialista.

• Em 25 de fevereiro de 1973, o Doutor Otávio Gonçalves Moreira Júnior, delegado de polícia, meu comandado que pertencia ao DOI do II Exército, morreu metralhado na praia de Copacabana onde, em férias, tomava banho de mar.

No combate ao terrorismo em todo Brasil, nossas baixas foram 105 mortes e 343 feridos.

Segundo a revista *Veja*, de 27 de maio de 1998, o último Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) teria declarado, a respeito das ações militares no combate ao terror, o seguinte:

"...a ação militar naquele período não foi institucional. Alguns militares participaram, não as Forças Armadas. Foi uma ação paralela."

Na verdade nossa ação era institucional, pois o órgão ao qual pertencíamos havia sido criado por uma Diretriz do Presidente da República e todos fomos designados oficialmente para os DOI. Além disso, estávamos subordinados aos generais Comandantes Militares de Área de quem recebíamos ordens e continuávamos sujeitos às mesmas leis, regulamentos, promoções e disciplina militar dos demais companheiros do Exército.

É certo que o número de militares empregados no combate ao terrorismo era pequeno, mas afirmar que, por sermos apenas 1% do efetivo do Exército, não representávamos as Forças Armadas é o mesmo que dizer que o Exército não esteve presente em São Domingos, Suez ou Angola, porque o total lá empregado não foi superior ao de um Batalhão. Sim, éramos muito poucos, mas a missão foi cumprida e o nosso trabalho reconhecido. Muitos de nós receberam a Medalha do Pacificador com Palma, a mais alta condecoração do Exército concedida àqueles que cumpriram o dever com risco de vida. Nós, os combatentes dos DOI, não só arriscamos nossas vidas, mas, também, as de nossas famílias que continuam, até hoje, a sofrer as campanhas que sistematicamente fazem contra nós, tentando desmoralizar-nos, principalmente perante a opinião pública e aos companheiros das Forças Armadas que não viveram a época do terrorismo.

Alguns dos nossos morreram em combate, outros ficaram feridos e temos a consciência do dever cumprido. Esses poucos lutaram e venceram a batalha contra o terrorismo. Esses poucos permitiram, com seu sacrifício, que o restante das Forças Armadas pudesse voltar a trabalhar em paz nos quartéis, nas escolas e nos gabinetes.

Houve a prática de torturas contra presos?

No DOI de São Paulo, passaram 2.541 subversivos presos. Todos eles prestaram as suas declarações preliminares no DOI. Era um interrogatório comum. Quando já estava pronto para ir embora do DOI, a fim de ser conduzido ao presídio, colocávamos o preso numa sala, dávamos para ele uma folha de papel almaço, uma caneta e dizíamos: "Bem, agora você vai escrever tudo sobre a sua vida de subversão. Estão aqui o papel e o lápis."

Fechávamos a porta, ele ficava lá, sozinho e, de próprio punho, fazia o depoimento. Onde estão esses depoimentos originais? Estão todos no Superior Tribunal

Militar, no processo de cada um desses presos. Qualquer pessoa bem intencionada que leia os depoimentos, facilmente vai chegar à conclusão de que aqueles documentos nunca foram redigidos enquanto o autor estivesse sendo torturado, ou sob pressão. A maneira como a pessoa descreve, como escreve; a letra, a letra firme, a maneira como aborda as questões. Qualquer um, mesmo que não seja especialista, tenho certeza, chegará a essa conclusão.

Depois, ele ia para inquérito policial, no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), e confirmava o que havia dito no DOI. Posteriormente, era levado para a Auditoria. Na Auditoria, negava tudo. Negava e, se lembrado do que declarara antes, no DOI, alegava que falara sob tortura.

E por que eles faziam isso? Bom, primeiro, porque na Auditoria procuravam negar, é claro, para ver se a pena que iriam receber não seria tão grande. Segundo, tinham que se justificar perante a esquerda, perante seus companheiros porque, no interrogatório do DOI, haviam entregado a organização, denunciado seus companheiros, confessado a localização dos seus aparelhos. E, terceiro, porque tinham certeza de que jamais seriam reconhecidos.

Não conseguimos nunca testemunhas oculares. Assaltavam bancos, os bancários viam, sabiam quem eram, mas, quando chamados, não os reconheciam, não sabiam de nada, por quê? Porque os primeiros bancários que fizeram o reconhecimento foram assassinados; ameaçados, sabiam que todos aqueles que reconhecessem os assaltantes teriam o mesmo destino. Nunca mais ninguém neste País quis depor contra os terroristas.

Temos também o caso da atriz e ex-Deputada Bete Mendes, que falou tudo no DOI, prestou depoimento na Polícia, também o fez na Auditoria e, 14 anos depois, veio a público dizer que tinha sido torturada.

Isso aconteceu quando eu era Adido Militar no Uruguai. Ela foi lá, na comitiva do Presidente José Sarney – nessa época era deputada – e disse que me reconheceu, que levou um choque, lembrou que eu a torturara e pediu a minha saída. Foi aquele escândalo que todos os senhores leram nos jornais.

Pois bem, vamos ver aqui o que essa Deputada e atriz disse na Auditoria, quando foi interrogada. Vou ler aqui o trecho do depoimento dela que consta dos autos. Ela declarou tudo assistida por dois advogados, perante o Juiz, perante o Conselho de Justiça e perante o Promotor. Disse o seguinte:

"(...) que repetindo, os fatos se passaram como os narrou nesta oportunidade. Depoimento que prestou, livre e sem nenhuma coação, que de fato, sentiu-se emocionada e chorou, como todos presenciaram, copiosamente. Que chorou e ainda chora nesta oportunidade, porque está arrependida do que fez. Isto porque acha

que entrou em uma coisa séria, sem nenhum conhecimento das coisas e completamente contrária ao seu modo de ser. Que não acredita em nenhuma organização subversiva e acha inviável nos seus propósitos, porque chegou à conclusão de que eles só querem apenas destruir".

Então, isso ela falou, livremente, sem coação. Está escrito. Assinou e os advogados assinaram. Muito bem, quatorze anos depois, ela vem e arma aquele escândalo.

Mandou, ainda, uma carta para o Presidente Sarney e outra ao Ministro do Exército que, na época, era o General Leônidas Pires Gonçalves. Nessa carta, ela diz:

"(...)Ministro, fui seqüestrada, presa e torturada nas dependências do DOI."

E agora, vejam os senhores, o que ela disse mais, numa "frasezinha" na carta para o Ministro:

"(...)e aqueles inocentes como eu, cujos corpos eu vi e que estão na lista dos desaparecidos."

Muito bem. Segundo os levantamentos da esquerda, no ano de 1970, em São Paulo, teria ocorrido o desaparecimento de um único subversivo, Antônio dos Três Rios Oliveira, em 10 de maio de 1970. Bete Mendes esteve presa de 29 de setembro a 16 de outubro. Como é que poderia ver um desaparecido? Esse Três Rios de Oliveira desapareceu, como todo mundo sabe, em maio. Mentira dela. Está aqui o desmentido.

Da mesma forma, numa entrevista para a revista *Veja*, em 21 de agosto de 1985, declarou o seguinte:

"(...)o corpo de um amigo morto a pancadas foi-lhe mostrado, estendido numa maca, para desequilibrá-la emocionalmente. Tudo isso era dirigido por ele" – que sou eu – garante a Deputada Bete Mendes.

Muito bem. Ela disse que viu o corpo de um amigo morto a pancadas. Desde o dia em que ela foi presa, 29 de setembro, até 4 de dezembro, não houve nenhuma morte de terrorista do DOI-CODI de São Paulo. A esquerda sabe disso, pois tem a relação dos que morreram. Naquela oportunidade não morreu ninguém. Como é que a atriz teria visto um morto? As primeiras mortes ocorreram a 5 de dezembro, dois terroristas que morreram em combate na rua. Que morto foi aquele? No livro que escrevi, para desmentir, romper o silêncio, cobro dela:

"Deputada, venha a público, diga o nome do seu companheiro que a senhora viu, porque nós não sabemos e nem a esquerda sabe quem é."

Ela nunca respondeu.

Tem mais, ela disse – vou abordar rapidamente – declarou ao *Jornal do Brasil*, ao *O Globo*, à revista *Veja* que, quando ela chegou, as autoridades estavam perfiladas no aeroporto. Ela desceu, sentiu constrangimento de ter que me aper-

tar a mão. Levou um choque, quando me viu na frente de todas aquelas pessoas e, posteriormente, fui até ela, à noite, e agradeci pelo fato de ter-me cumprimentado e estendido a mão.

Meus senhores, a chegada do Presidente Sarney foi fotografada e filmada. Só passaram pela fila de cumprimentos o Presidente Sarney e a Dona Marly, esposa dele, mais ninguém. A comitiva do Presidente deixou o avião e embarcou num microônibus, longe da gente e foi para um hotel, onde ficariam hospedados. Não teve Bete Mendes, não teve Embaixador, não teve ninguém, só o Presidente Sarney. Como é que ela teria me apertado a mão se não passou na nossa frente? Ela afirma e a imprensa estava junto, sabe que isso não aconteceu, mas publica. Então podemos concluir, que falar sobre tortura é muito relativo.

Para entender melhor o assunto "tortura", vamos abordar o tipo de inimigo que combatíamos. Como já relatei anteriormente, eles não eram estudantes inocentes. Eram formados em países comunistas, principalmente em Cuba, onde recebiam cursos de armamento leve e pesado, de explosivos, de tática guerrilheira, de conduta em operações urbanas e rurais, comunicações, primeiros socorros etc., além de uma forte doutrinação ideológica. Quando retornavam, abandonavam a família, emprego, estudos – faculdade, colégio – e entravam para clandestinidade. Recebiam documentos falsos e tornavam-se verdadeiros profissionais do terrorismo. Viviam a soldo da organização, sob normas rígidas de segurança. Usavam nomes falsos, codinomes, organizados em células compartimentadas e um não sabia onde o outro morava. Viviam em casas que chamavam de "aparelhos" e davam uma aparência legal para essa casa: viviam com uma companheira, às vezes, com outro para dizer que era um amigo. Ali observavam normas de segurança estritamente rígidas cuja falta acarretaria punição severa, por colocar a vida dos companheiros em risco. Só se encontravam em "pontos" – como eles chamavam os locais de encontros – previamente marcados. Não falavam por telefone. Eles marcavam: "amanhã, às tantas horas, em tal lugar", e lá se encontravam. Só assim que se comunicavam.

Se fossem presos – tinham uma hora teto para chegar ao "aparelho", se não chegasse naquela hora, era sinal de que fora preso – o companheiro ou a companheira que estivesse lá esvaziava o apartamento, tirava a munição, tirava a documentação e abandonava o aparelho. Assim, quando prendíamos um terrorista, dispúnhamos de seis a oito horas para que ele nos informasse onde estava a pessoa que a sua organização mantinha seqüestrada, em cativeiro, o local onde colocaram a bomba que iria explodir no atentado que prepararam, onde se localizava o aparelho em que moravam e onde guardavam bombas e documentação que nos interessava, quais as próximas ações que intentavam fazer, quais os próximos "pontos" para

encontro com seus companheiros etc. Tínhamos pressa, pressa para salvar vidas, pressa para prender o maior número possível de terroristas e evitar que novos ataques fossem realizados. Nessa situação, devíamos interrogá-los com rigor, duramente, deixando-os com sono, cansados e pressionados psicologicamente.

Trago como exemplo o caso do empresário Abílio Diniz. Ele foi seqüestrado em São Paulo por uma frente de organizações de esquerda estrangeiras que entraram no Brasil clandestinamente. Essas organizações vieram aqui unicamente para seqüestrar e, através do dinheiro do seqüestro, financiarem a guerrilha comunista que se desencadeava na América Central. Tiveram êxito, foram muito bem na ação, seqüestraram o empresário, colocaram-no em um aparelho que havia sido muito bem preparado. Inclusive, mantiveram um caixão pronto para a eventualidade de ter que abandonar o aparelho, caso a hora teto de alguém que saísse fosse vencida. Nessa situação o empresário seria morto e colocado naquele caixão e eles fugiriam, abandonariam o aparelho. Eram dois canadenses, inclusive uma moça com "carinha de anjo", que todos viram na televisão, e havia, ainda, chileno, argentino e brasileiro.

Quando um deles saiu do aparelho para fazer contato para obter o dinheiro do resgate, numa operação muito bem-sucedida da Polícia de São Paulo, foi preso. E a polícia sabia que tinha poucas horas para encontrar o "aparelho" onde escondiam o Sr. Abílio Diniz. Caso ultrapassassem aquele tempo, certamente o empresário seria morto. Não sei, não falei com a Polícia de São Paulo, mas acho que ele foi interrogado seriamente. Pelo menos, quando todos apareceram na televisão, presos, o estado dele era de alguém meio cansado. Ninguém falou nada, foi na televisão, todos viram, a imprensa não tocou nesse assunto, mas o certo é que o Sr. Abílio Diniz foi salvo.

É claro que temos que respeitar os direitos humanos das pessoas. Devemos respeitar! Mas, em primeiro lugar, é preciso respeitar os direitos humanos da vítima, os direitos humanos dos inocentes, os direitos humanos das pessoas corretas. Depois, então, vamos respeitar os direitos humanos do bandido, os direitos humanos do terrorista. Se os direitos humanos do terrorista tivessem sido respeitados, se ele só tivesse sido interrogado na presença de um advogado, como manda a lei, será que o Sr. Abílio Diniz estaria vivo até hoje? Claro que não.

Bom, como conclusão a respeito da tortura, posso dizer que a mídia explora a tortura com estardalhaço e sensacionalismo. Os ex-terroristas procuram justificar o que confessaram, dizendo que falaram sob tortura. Hoje o *curriculum vitae* de uma pessoa é bastante valorizado quando afirma que foi torturada na época da ditadura, como dizem. Excessos condenáveis devem ter sido cometidos pela repressão, mas foram muito poucos, uma exceção.

O senhor usou um termo que, hoje em dia, se usa bastante. Muito se fala na ditadura militar, em "anos de chumbo" etc.

A mídia tem procurado mostrar o período revolucionário como arbitrário, violento, onde a crueldade, as atrocidades seriam cometidas continuamente. Ataques pessoais são feitos àqueles que trabalharam e lutaram contra o terrorismo, taxando-os de torturadores e assassinos. Apresentam testemunhos duvidosos feitos por pessoas impregnadas de "revanchismo". O objetivo é manter vivo na memória do povo o estereótipo que fizeram para Revolução: um golpe militar contra um governo democrático, que se manteve no Poder à custa da prisão, da tortura e do assassinato de inocentes.

Nesses últimos anos são constantes as reportagens feitas nesse sentido. Recentemente, tivemos a divulgação do "baú do General Bandeira", que não continha nada de novo; da guerrilha do Araguaia; da Operação Condor; Traíra; e as denúncias do Sargento Marival Chaves que trabalhou no DOI de São Paulo e no CIE, denúncias que nunca foram comprovadas, como as ossadas que ele disse que tinham sido jogadas num rio, muito raso por sinal, em busca das quais os bombeiros de São Paulo levaram semanas e semanas e não encontraram nada, como realmente não existia nada.

Quando Luíza Erundina foi prefeita de São Paulo, criou a campanha das "ossadas de Perus". Todos devem estar lembrados de que os jornais noticiavam, naquela época, nas manchetes em primeira página e as tevês nos seus noticiários de horário nobre, o escândalo que chamavam de descoberta do cemitério clandestino de Perus, organizado, segundo eles, pela ditadura em São Paulo. Fotos e vídeos mostravam corpos e mais corpos sendo desenterrados. As manchetes estampavam que lá estavam enterrados milhares de desaparecidos. Legistas da Universidade de Campinas (UNICAMP), liderados por Badam Palhares, foram recrutados para auxiliar na identificação deste número enorme de corpos de desaparecidos e que, afinal, haviam sido descobertos. A comissão de mortos e desaparecidos elaborou uma lista e por mais que se esforçasse, conseguiu listar 136 desaparecidos em todo Brasil, um número muito menor, portanto, que os milhares que dona Erundina apregoou ter encontrado.

Em todos os cemitérios, existe um local onde são enterrados os indigentes e também os corpos daqueles que, após um certo período, as famílias não renovam o aluguel das covas, ou dos jazigos ou das sepulturas onde foram enterrados. Estes, na realidade, são muitos e com o acúmulo dos anos devem chegar aos milhares. Lá nesse cemitério, podem até ser encontrados corpos de terroristas que morreram em combate e que portavam documentos de identidade falsos/verdadeiros. Falsos, porque foram conseguidos através de uma certidão de nascimento falsificada; verda-

deiros, porque foram fornecidos legalmente por um serviço de identificação a partir dessa certidão falsificada. Assim o terrorista morto em combate era enterrado como indigente, com o nome da identidade que portava no momento do óbito, caso a família não procurasse o corpo. Tudo feito às claras, devidamente registrado no cemitério e, também, no inquérito policial que apurava o caso. Nunca tivemos cemitério clandestino.

No caso dos ataques pessoais, eu, por exemplo, não necessito de que ninguém me defenda quando injustamente sou acusado pela imprensa. Tenho a minha consciência tranqüila do dever cumprido e o apoio da minha família e dos meus amigos. Mas, mentiras como essas de Perus, fáceis de serem desmontadas, são feitas para denegrir a imagem do Exército e tentar abalar a credibilidade que a Instituição tem perante a sociedade. Não sei se, em casos como este, o silêncio a que o Exército se propôs, sem se defender e restabelecer a verdade, é a melhor linha de ação.

Que mensagem final o senhor deixaria conosco para o Projeto da História Oral do Exército de Março de 1964?

Bem, no período revolucionário vencemos muitas batalhas e perdemos outras. Em 1964, fomos vencedores quando impedimos que, na marra, fosse implantada uma república sindicalista de cunho marxista-leninista. Outra vitória foi termos acabado com o terrorismo, o que fizemos com absoluta competência. Naquela guerra, o número de mortos, de ambos os lados, não foi superior a quinhentos, enquanto que nos países vizinhos as perdas foram muito maiores. A Colômbia, que até hoje luta contra o terrorismo, já perdeu mais de trinta mil vidas.

Infelizmente perdemos uma batalha muito significativa – a da comunicação de massa. Os vencidos distorcem os fatos e enganam o povo, principalmente os jovens. Querem, através da mentira, escrever a história com a sua versão e vão conseguir o seu objetivo. Há uma certa covardia em contar a verdade às novas gerações.

Felizmente o cidadão trabalhador e pacífico que viveu aqueles tempos não precisa disso, porque sentiu a ameaça do terrorismo e não foi molestado pela repressão.

Inegavelmente, vencemos a guerra contra a ditadura marxista.

E, quando este período, no futuro, vier a ser descrito com isenção e sem paixões, o nosso trabalho será reconhecido e as Forças Armadas, particularmente o Exército, serão apresentados como a grande barreira que impediu que o Brasil se tornasse um satélite comunista.

A eliminação do terrorismo permitiu que voltasse a democracia plena que hoje desfrutamos, que sempre desejamos e que merecemos, porque é da nossa índole, civis e militares.

Coronel Renato Brilhante Ustra

- Natural da Cidade de Santa Maria, RS.
- Suas principais funções, como oficial superior, foram: Chefe de Seção de Informações da 6ª Brigada de Infantaria Blindada em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, de 1975 a 1976; Adjunto da 3ª Seção da Brigada de Infantaria Pára-Quedista, em 1980; Chefe da Seção de Informações da Brigada de Infantaria Pára-Quedista, no mesmo período; Assessor de Informações e Analista do Centro de Informações do Exército (CIE), Gabinete do Ministro do Exército, 1981 a 1984. No Estado-Maior do Exército, foi Chefe de Seção de Informações Estratégicas e da Seção de Planejamento Estratégico, de 1988 a 1990.
- Comandante e Diretor de Ensino da Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx), de 1985 a 1986.
- Possui todos os cursos regulares do Exército. Estagiário do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE), da Escola Superior de Guerra (ESG), em 1987.
- Na eclosão da Revolução de 1964, era capitão e servia no Grupo de Artilharia Pára-Quedista, na Vila Militar, Rio de Janeiro.

Entrevista concedida em 14 de setembro de 2000.

Inicialmente, quero agradecer a gentileza do convite para participar do Projeto de História Oral, tendo a oportunidade de relatar fatos vividos antes, durante e após o Movimento Revolucionário de 31 de Março de 1964. Meu relato, certamente, somar-se-á a outros para constituir o acervo destinados a futuras consultas e pesquisas no âmbito do Exército ou mesmo fora dele. O Exército Brasileiro, mais uma vez, toma a iniciativa de resguardar a verdade, propiciando aos jovens de hoje e de amanhã a oportunidade de conhecer as razões verdadeiras que motivaram a eclosão da Revolução de 1964.

O poder moderador, tão peculiar às Forças Armadas, data do tempo do Império, quando posições eram tomadas pelos chefes militares para garantir a unidade nacional, combinando as qualidades de soldado e de idealistas. Preparados intelectual e politicamente para conhecer e compreender o momento nacional, os militares sempre foram fiéis à rígida disciplina da caserna, mas jamais subservientes; silenciosos, jamais omissos e indiferentes ao que se passa no território nacional. Cultivamos a paciência, como virtude, mas jamais fomos insensíveis ao sofrimento do nosso povo. Nós, integrantes do Exército Brasileiro, nos orgulhamos em sermos um agente ativo no cimentar do sentimento de nacionalismo. Daí a importância desse Projeto de História Oral, onde ficarão registrados, sem paixões e sem quaisquer desvirtuamentos, os fatos que marcaram o Movimento de 31 de Março.

Gostaria de fazer um comentário a respeito da minha vida.

Como tenente e capitão servi na tropa, particularmente na Brigada Pára-Quedista. Depois, como oficial superior, de estado-maior, estive muito vinculado à comunidade de informações; mais tarde, como ex-comandante da Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx) exerci funções destacadas na área desportiva, tendo participado de eventos, não só nacionais como internacionais, o que considero ter sido uma dádiva muito grande.

É oportuno relatar um fato ocorrido bem antes da Revolução, em 1957. Embora oficial de artilharia, pela primeira vez, experimentei participar de uma situação de controle de tumulto. Naquele ano, Carlos Lacerda, então presidente da União Democrática Nacional (UDN), visitava Santa Maria, minha cidade natal, onde discursaria num comício na praça central. Adversário político do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e citado como responsável pelo suicídio de Getúlio Vargas, em agosto de 1954, Lacerda era *personna non grata* no Rio Grande do Sul. O PTB, à revelia da lei e das autoridades, marcou para o mesmo dia, mesma hora e lugar um comício de repúdio à presença do visitante. Foi a primeira vez que vi o Exército ser acionado, empenhar-se de fato numa função de confronto com agita-

dores. O Exército isolou, com toda energia e determinação, o local do comício. É justo ressaltar o sucesso do planejamento da ação que coube à 3ª Divisão de Infantaria. Os ânimos estavam muito exaltados e os simpatizantes dos dois partidos portavam armas. Estavam determinados ao confronto. O Exército Brasileiro cumpriu a missão sem dar um único tiro. Devo enfatizar que vi, pela primeira vez, um planejamento bem-feito, no qual a ocupação da tropa surtiu o maior êxito.

Já em 1959, na Brigada Pára-Quedista, fui testemunha da importância das ações de meu Comandante, o Coronel Octávio Alves Velho, Comandante do Grupo de Artilharia Pára-Quedista. Era um homem muito culto que viveu alguns anos nos Estados Unidos; soube despertar, em seus comandados, a importância de o oficial estar atento e informado sobre a vida política do País, sem adotar, no entanto, posições radicais de um lado ou de outro, a fim de preservar sua postura de integrante das Forças Armadas. A orientação desse Coronel vai refletir-se no futuro. Suas observações foram de real valor nos acontecimentos políticos daquele ano de 1959, quando, nós, da tropa pára-quedista, tivemos que interferir na ação de oficiais da Força Aérea Brasileira (FAB) e de alguns oficiais do Exército Brasileiro que ocuparam as regiões de Aragarças, Xavantina, Xingu, Jacareacanga e Caximbo. O Presidente da República, Juscelino Kubitschek, de viva voz, em elogio consignado aos oficiais pára-quedistas, disse que, ao ter conhecimento de que tinha sido dada à tropa pára-quedista a missão de dominar a situação, sentiu, pela própria Nação brasileira, um alívio e confiante conforto.

É interessante rememorar o emprego da Brigada Pára-Quedista, ainda nesse período – 1961. Aliás, particularmente nesse ano, falava-se muito sobre possibilidade de emprego da Brigada Pára-Quedista, mas tal fato não se concretizava. Em virtude da renúncia do Presidente Jânio Quadros, em agosto de 1961, e, mais tarde, a formação da Cadeia da Legalidade, liderada pelo Sr. Leonel Brizola, Governador do Rio Grande do Sul, e com apoio do III Exército, na época comandado pelo General José Machado Lopes, cogitou-se o emprego da Brigada Pára-Quedista para saltar em Santa Maria, Rio Grande do Sul, no núcleo da Base Aérea da FAB. Lá seria estabelecida uma cabeça de ponte que acolheria as demais aeronaves com o restante da tropa. Isso, na verdade, pareceu ter sido um pensamento muito passageiro e, além das ações conjunturais, que variavam com o transcorrer das horas, não havia, na época, um planejamento de maior envergadura para operações aeroterrestres dessa dimensão.

As coisas evoluíram. Servi alguns anos na Brigada Pára-Quedista, na 3ª Seção, e posso dizer, com tranqüilidade, que hoje sabemos que a Brigada Pára-Quedista, após repetidos exercícios, em combinação com a Força Aérea Brasileira, está apta para tais ações. Naquela época, sinceramente, não havia planejamento desse teor.

Ainda em agosto de 1961, vislumbramos as possibilidades de emprego da Brigada Pára-Quedista, também em Brasília, o que não chegou a acontecer. Em episódios outros que se seguiram até a posse do João Goulart, como Presidente da República e, mesmo depois, estivemos, várias vezes, embarcados, equipados, para saltar no Planalto Central, embora carecendo de ordens específicas e escritas, a respeito. Foram marcantes as ações de comando, particularmente no Grupo de Artilharia Pára-Quedista, onde o então Comandante, Coronel Ivan Vieira Perdigão, chefe de elevado espírito militar, determinado e cônscio de suas responsabilidades, sempre fez questão de que fossem bem definidas as origens das ordens para o emprego da tropa pára-quedista. Enfatizo esse aspecto porque, ao longo da minha permanência na GU (Grande Unidade), muitas vezes aconteceu dizerem: "Vamos empregar a Brigada Pára-Quedista." Quando chegava a hora do documento escrito, ele não aparecia.

Não havia ordens específicas?

Não havia, eram dadas pelo telefone. As indicações vinham, chegávamos a apanhar os pára-quedas, subir nas viaturas, ficar à espera da definição. Mas o Comandante decidia: "cumpro a missão desde que receba ordem por escrito". E ela não aparecia.

Mas, passemos aos antecedentes, aos preparativos da Revolução. Considero que o processo revolucionário iniciou-se verdadeiramente a partir de 1962. Vários fatos se sucederam, de modo a propiciar o desencadeamento das ações contra o Governo Goulart.

João Goulart era considerado um homem fraco, dominado pelas esquerdas. Suas ações à testa do Ministério do Trabalho do Governo de Getúlio Vargas motivaram o Manifesto dos Coronéis que contribuiu para o seu afastamento daquele Ministério. Por oportuno, lembramos que a partir de 1935 o Exército passou a considerar o comunismo como principal problema de segurança interna, eis por que a ligação dos idos de 1935 até a eclosão do Movimento de 1964.

Após a Segunda Guerra Mundial, começou a crescer, embora em pequenas proporções, o número de comunistas no Exército Brasileiro, tendo alguns deles se infiltrado no Gabinete do Ministro Lott. Getúlio Vargas havia se empenhado na expansão e fortalecimento do trabalhismo, com a participação direta de João Goulart e este apoiara-se fortemente nesta corrente para eleger-se Vice-Presidente, em 1960. Por isso, sofreu a influência dominadora de líderes trabalhistas, os "pelegos", muitos deles vinculados ao comunismo.

Dentre os antecedentes, ainda em 1962, era comum certos jornais, favoráveis ao Governo, tentarem convulsionar a população, alardeando uma situação de

caos generalizado, com manchetes chamativas e sensacionalistas. Procuravam vincular qualquer coisa à ação de estrangeiros que estariam ditando normas em nosso País. Um dos maiores apologistas desse comportamento era o político Leonel Brizola, na época, Governador do Rio Grande do Sul.

Vou me permitir contar um fato, porque mostra muito bem como as coisas eram deturpadas. Trata-se de um episódio vivido pela Brigada Pára-Quedista, fora de qualquer vínculo, de qualquer interesse político, apenas uma questão pessoal, interna, da Brigada Pára-Quedista, mas que foi explorado por jornais que apoiavam o Governo Goulart. Refiro-me à Operação Dominó. Em setembro, talvez outubro de 1961, foi assassinado, friamente, na boate Dominó, em Copacabana, um sargento chamado Gomes. O fato, pelas circunstâncias, revoltou os oficiais e sargentos da Brigada que prometiam revide. Em 12 de fevereiro de 1962 – lembro-me bem porque meu aniversário é dia 14 – numa ação coordenada pelo Grupo de Artilharia Pára-Quedista, deslocou-se, na madrugada de 11 para 12, um comboio de oficiais, sargentos, cabos e soldados que, mediante uma ação efetivamente planejada – estou falando em planejamento – isolou as casas noturnas da redondeza e demoliu, literalmente, a boate Dominó. Houve tiroteio e algumas mortes de seguranças adredemente contratados pela boate, é óbvio. O fato foi explorado politicamente, com a afirmação de que tropas estrangeiras e adestradas no Brasil teriam desencadeado a operação de revide. Nada disso efetivamente era verdadeiro, sabíamos, apenas servia para tumultuar e revoltar a população desavisada. Como curiosidade, gostaria de voltar a ler os jornais que vi nas bancas explorando esse fato...

Falavam em tropas estrangeiras...

Tropas estrangeiras. Tudo o que acontecia não era nosso, era estrangeiro. E um dos apologistas desse comportamento era o Brizola, que sempre repetia que tudo era estrangeiro, que havia manipulação de fora. Não houve nada, foi uma vindita com participação e iniciativa da Brigada Pára-Quedista.

Parece que, a partir de uma certa época, essa coisa de criar confusão passou a ser um método usual na arena política.

Ainda hoje é usada. Existem o fato e a versão do fato. Eles costumam explorar muito mais a versão do fato, do que propriamente o fato em si.

Nessa época, em 1962, foi criado o chamado ISEB. Não sei se alguém já comentou sobre o ISEB. Sigla do Instituto Superior de Estudos Brasileiros. O ISEB foi criado no Governo de Juscelino Kubitschek, mas, logo em seguida, foi infiltrado por esquerdistas que passaram a disseminar a ideologia comunista. Na ocasião, meados de 1962, vários oficiais esquerdistas freqüentavam aquele Instituto e conclamavam seus colegas a participar de tais estudos, particularmente aqueles que

eram candidatos à Escola de Estado-Maior. Muitos oficiais plotaram o teor das mensagens e obviamente se afastaram, enquanto outros permaneceram como inocentes úteis. Esses que permaneceram, após 31 de março, enfrentaram complicações com os inquéritos que foram instaurados, porque foi cobrada a presença deles nesse tipo de reunião e, em alguns casos, até redundou na cassação de direitos políticos e exclusão de alguns oficiais. Muitos colegas amargaram essa decepção.

Ainda no ano de 1962, é bom que se comente como as coisas eram exploradas e exacerbadas pela mídia. Foi um fato que vivi: uma demonstração de salto pára-quedista em Santiago, no Chile. Naquele ano – vou mostrar qual era o quadro –, o Comandante do I Exército era o General Osvino Ferreira Alves, conhecido como "General do Povo" e, também, pela simpatia que tinha pelas esquerdas. Logo depois daquele movimento chamado Cadeia da Legalidade, de 1961, assumiu o comando do III Exército o General Jair Dantas Ribeiro. O General Jair, em suas inspeções, não só no Rio Grande do Sul, como em Santa Catarina e até mesmo no Paraná, promovia reuniões de sargentos procurando valorizá-los, enaltecendo a importância desses praças graduados. Sem dúvida, os estava preparando como instrumentos de política partidária. Estava politizando os sargentos.

Bem, então, em setembro de 1962, a Brigada Pára-Quedista foi convidada para saltar em Santiago no Chile e participar do desfile da independência daquele país. Foi um verdadeiro alvoroço, toda a tenentada queria uma missão no estrangeiro, como convidados especiais, e começaram a sonhar com ela. Para ir ao Chile, tínhamos que fazer o primeiro pernoite em Porto Alegre, saindo do Rio de Janeiro.

Nesse ano, o País vivia a campanha do plebiscito, questionando o final do regime parlamentarista e, como conseqüência, caso caísse o parlamentarismo, Jango seria proclamado Presidente da República. Era tudo o que a esquerda queria. O General Jair Dantas Ribeiro, possivelmente sob encomenda, enviou um telegrama ao Ministro da Guerra, na época o General Amaury Kruel – telegrama amplamente divulgado pela imprensa – informando que se aquela situação de impasse perdurasse, não teria condições de manter a ordem no território do III Exército.

Para os tenentes pára-quedistas, aquele telegrama foi uma ducha de água fria. Estava tão comentado em toda imprensa, pela situação delicadíssima, que achamos que a nossa viagem estaria sendo cancelada. Finalmente, puxa daqui, puxa dali, houve um acordo e nós, pára-quedistas, fomos autorizados a viajar. Só que, como era de praxe em nossas viagens de demonstração, não podíamos levar roupa civil, porque se tratava de uma propaganda da Brigada a presença do pessoal fardado; e foi dito para nós que, naquela noite na capital gaúcha, teríamos que permanecer no alojamento. Qual foi a nossa surpresa quando chegamos a Porto

Alegre, não havia nada, absolutamente nada, a cidade estava calmíssima, não se via um movimento sequer. Era tudo blefe. Está na cara que a tenentada toda saiu à noite para bebericar uma cerveja.

O telegrama do Comandante do III Exército causou uma grande indignação ao Comandante da 5ª Região Militar e 5ª DE, o General Ernesto Geisel, que respondeu com outro telegrama, dizendo que em Santa Catarina e no Paraná reinava plena tranqüilidade e não havia perturbação e que, se algo acontecesse, estava capacitado a manter a ordem. Deu, obviamente, a seguir, conhecimento do texto ao Ministro do Exército, no Rio de Janeiro. Como conseqüência, o General Geisel foi transferido e o General Jair Dantas Ribeiro, Comandante do III Exército, como recompensa, foi nomeado Ministro da Guerra. Uma passagem interessante, sem dúvida.

Um ambiente cheio de desconfianças, não é?

Ainda como antecedentes da Revolução, no ano de 1963, gostaria de comentar um fato que presenciei, de uma importância muito grande, porque houve uma manifestação efetiva que demonstrava a revolta da oficialidade.

Foi a assembléia do Clube Militar, no dia 3 de julho de 1963, muito bem preparada, com a participação de oficiais que se reuniram previamente na Vila Militar, em seguida no Clube Naval e depois no Clube da Aeronáutica. Portanto, contava com a participação dos oficiais das três Forças. Essa reunião foi realizada no Clube Militar, na Avenida Rio Branco, no centro do Rio de Janeiro. Estiveram presentes, além do presidente do Clube Militar, que era o Marechal Maggessi, o General Mendes de Morais, representante do Governo e que foi enviado para defendê-lo, coitado. Havia oficiais do Instituto Militar de Engenharia (IME), da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e, dentre os presentes, da ECEME, dois oficiais que se destacaram – dois pára-quedistas: o Major Estellio Telles Pires Dantas – que era um grande orador e muito exaltado – e um querido amigo nosso, o Teixeirão, o conhecido Jorge Teixeira, ambos já falecidos. Além dos alunos da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), que também estavam presentes, e oficiais de toda ordem.

Recordo-me da participação inflamada de alguns oradores que passo a narrar. Disse o Major Arthur de Freitas Torres de Melo, na época, do IME: "Nesta reunião do Clube Militar, estamos tentando mudar o rumo do nosso País, sem Governo e debaixo de uma crise de autoridade. Os sindicatos, os 'pelegos', fazem e desfazem, e agora até os sargentos estão sendo insuflados para a inversão da hierarquia militar. Nós precisamos de um general, de um líder para ocupar esse vazio." Na verdade, esse líder que eles queriam seria a adesão do General Costa e Silva. Quando o General Mendes de Morais foi defender o Governo, como seu repre-

sentante, o Major Torres de Melo tomou a palavra e disse: "Não queremos recados, senhor General, queremos fatos, medidas efetivas e nunca expectativas."

Olha a determinação do Major. O discurso do Major Torres de Melo, desafiando o Presidente da República, iniciou com uma análise da comissão interministerial que deveria sanar o descompasso salarial dos militares e foram citadas as manobras do Governo para impedir a aprovação pelo Congresso Nacional.

Existia a comissão, havia sido apresentado o projeto e o Governo estava postergando...

E o Governo estava postergando, criando problemas. Cada vez em que era citado o nome do Presidente da República nessa reunião – sempre era feito por extenso, João Belchior Marques Goulart – o mesmo recebia estrondosas vaias. Disse, ainda, o Major Torres de Melo que, naturalmente, foi preso depois: "Senhores oficiais, não devemos usurpar poderes de quem quer que seja, mas precisamos resguardar a integridade das Forças Armadas, precisamos defender a nossa autoridade – a autoridade de cada posto – antes que outros se fardem com os nossos galões, por nomeação de quem quer que seja."

Eles tinham medo de que os sargentos viessem a ser nomeados oficiais, no futuro.

Havia um ponto de ruptura, tanto de um lado quanto do outro; o Presidente perdera o controle.

Ele perdera o controle.

O major ainda disse: "Querem uma diretriz pacífica, enérgica e decisiva? Pois vamos convidar o Presidente da República, o Dr. João Belchior Marques Goulart, a vir a este Clube, com a mesma presteza com que atende aos convites de certos sindicatos, para tentar repetir, como Chefe Supremo das Forças Armadas, sua célebre frase: "os militares apenas devem chocar os calcanhares e balançar a cabeça afirmativamente, dizendo: sim, senhor."

Ainda sobre essa reunião do Clube Militar, no dia 3 de julho de 1963, o jornal *Última Hora* – que apoiava o Governo – no dia seguinte, pedia punições exemplares para os "baderneiros do Clube Militar". A participação maciça da oficialidade nessa reunião deveu-se, em parte, ao jornal *A Noite*, graças às ações do cidadão civil chamado Mário Torres de Melo, por sinal, tio do Major Torres de Melo. Esse Sr. Mário era um excelente e influente conferencista, homem ligado à comunicação social. Após tentativas para noticiar a reunião do Clube, o Major Torres de Melo disse ao seu tio:

– Não adianta percorrer os principais jornais do Rio de Janeiro, que são *O Globo* e o *Jornal do Brasil*. Não conseguimos motivar os redatores e, para mudar o que aí está, precisamos de algumas manchetes escandalosas.

– Vocês terão as manchetes do jornal *A Noite*; eles vão esperar a matéria para a primeira página, basta que você me diga e me avise com antecedência – respondeu o Sr. Mário Torres de Melo.

Veja a participação civil. Já havia colaboração, abrindo uma brecha para o uso do jornal. Até então, não tinham conseguido um espaço.

Um fato marcante que merece registro, pois significa a reversão da opinião do jornalista David Nasser, da revista *O Cruzeiro*. Nasser escreveu um artigo pesado contra os chamados "baderneiros do Clube Militar". Em Fortaleza, o pai dos dois majores, o Artur e o José (José Ramos Torres de Melo Filho), – todos dois foram presos por trinta dias pelo discurso contra o Presidente da República – escreveu uma linda carta defendendo os filhos presos. Lembrando o incidente ocorrido entre o General Osório, patrono da Cavalaria, e o Imperador Pedro II, quando o General deixou cair a espada para acordar Pedro II que estava sonolento, em uma importante reunião do Governo, disse o pai dos majores: "(...)que o Presidente Goulart assim entenda o nosso gesto" e mandou essa carta para o David Nasser.

Na revista *O Cruzeiro* da semana seguinte, o David Nasser, um jornalista credenciado e muito bem conceituado, descaracterizou a correspondência recebida e a publicou, como sendo de seu próprio punho. Costumo dizer que, em muitos casos, é importante, com a maestria e com a delicadeza peculiar de quem sabe escrever, dar uma resposta a certos articulistas que, às vezes, podem estar comprometidos. Ressaltei, nesse fato, a mudança de posição de um formador de opinião do quilate de um David Nasser, um dos jornalistas mais lidos naquela ocasião.

Ainda no ano de 1963, em setembro, houve, em Brasília, a revolta dos sargentos da guarnição. Na verdade, essa rebelião nunca ficou muito bem esclarecida, eu pelo menos nada sei. E aí, mais uma vez, para controlar a revolta, foi cogitado o emprego da Brigada Pára-Quedista, coisa que também não se concretizou. Mas há um fato interessante. A partir daí, passou a prestar serviço, como guarda pessoal do Presidente da República, uma subunidade do Batalhão de Infantaria Pára-Quedista, que era substituída a cada trinta dias. Na ocasião, era a única tropa que usava uniforme camuflado, exclusivo dos pára-quedistas. A missão, em Brasília, perdurou durante longos meses, revezando Companhia por Companhia. Então veja bem, já houve uma aproximação, de quem? Do João Goulart com a Brigada Pára-Quedista!

Interessante, o Batalhão da Guarda Presidencial (BGP) foi deixado de lado.

Foi. A Brigada Pára-Quedista é quem recebeu a missão.

O fato a seguir, que considero significativo, marcante e, para mim, até histórico, mostra essa ligação da Brigada Pára-Quedista com o Presidente João

Goulart. Para melhor entendimento do episódio: a ordem para que a Brigada Pára-Quedista prendesse o Governador Carlos Lacerda, episódio esse que poderia ter desviado o curso da História, quero esclarecer que, em novembro de 1963, a Brigada Pára-Quedista – quando o fato ocorreu, a GU Pára-Quedista não era Brigada e, sim, Núcleo da Divisão Aeroterrestre – era comandada pelo General Alfredo Pinheiro Soares Filho, um pára-quedista pioneiro, mas, sem dúvida alguma, simpático às esquerdas. Ele tinha como Chefe do Estado-Maior o Coronel de Artilharia Abelardo de Alvarenga Mafra que saíra da posição de Comandante do Grupo de Artilharia Pára-Quedista para aquela função.

Eu, como 1º-Tenente prestes a ser promovido a capitão, servindo ainda no Grupo de Artilharia Pára-Quedista, permito-me fazer certas considerações sobre o ambiente naquela unidade de Artilharia Pára-Quedista. Vou falar antes, durante e após o Movimento revolucionário.

Foi muito sensível e delicado o período pré-revolução de 1964, isto é, 1963 e os primeiros meses de 1964 e mesmo o período imediatamente após o 31 de março. Isso falo, particularmente, dentro da unidade de Artilharia Pára-Quedista, hoje, o 8º Grupo de Artilharia, antigo Grupo de Obuses. Era bastante significativo, entre seus integrantes, o número de oficiais, subtenentes e sargentos simpatizantes ou identificados com o esquema comunista, esquerdista, populista que intentava a implantação do regime comuno-sindicalista no Brasil. Agora, tal situação fica bem mais patente ao lembrar que, após a Revolução de 1964, foram afastados do Grupo de Artilharia Pára-Quedista, transferidos para reserva ou expulsos, oito oficiais e 15 sargentos, isso em uma unidade que tinha pouco mais de vinte oficiais e, mais ou menos, noventa sargentos, uma proporção considerável.

A Brigada Pára-Quedista – o Núcleo da Divisão Aeroterrestre na época – tinha um efetivo de guerra. As suas organizações eram unidades bem equipadas e prontas para o emprego, o que, hoje, chamaríamos de apronto operacional. Grande unidade de elite, era – ou seria – sempre movimentada por determinação expressa do Ministro. Assim, no pretenso esquema militar – digo pretenso, porque vamos constatar que o esquema militar do Governo João Goulart na verdade não existiu – a Brigada Pára-Quedista ou seria peça fundamental para ações favoráveis ou deveria ser neutralizada, se possível, e mantida no quartel. Ficaria a favor das esquerdas ou seria neutralizada. Essa era a pretensão dos esquerdistas que estavam à testa da GU Pára-Quedista daquela época.

Então, três episódios foram marcantes e, bem caracterizam o que foi dito anteriormente. O primeiro, foi no período de comando do Coronel Abelardo de Alvarenga Mafra; o segundo, no período em que foi Comandante o Coronel Fran-

cisco Boaventura Cavalcanti Júnior e, depois, um terceiro, o do Coronel Adalberto Villas Boas.

A Brigada deveria ser neutralizada, porque tinha maior mobilidade e podia atuar em qualquer lugar.

E tinha uns sargentos líderes, muito atuantes; a infiltração maior era dentro do Grupo de Artilharia e do Centro de Instrução Pára-Quedista General Penha Brasil.

Vejamos o período de comando do Coronel Abelardo Alvarenga Mafra.

O Coronel Mafra foi nomeado Comandante da Unidade no início de 1962. Considerado muito bom oficial e melhor companheiro, já não mais fazia jus a tais qualificativos quando assumiu o Comando. Estava envolvido com políticos, tinha sérios problemas particulares e mesmo alguma tendência a excesso em bebidas alcoólicas, o que o levaram a exercer, de forma muito precária, a sua ação de comando. Chegou a tal ponto que nós, capitães e tenentes, decidimos tomar nas mãos as rédeas da instrução e da disciplina para evitar a queda do nível de eficiência da unidade. Ele chegava de manhã, depois das "madrugadas", às vezes, ainda meio tonto. Encontrávamo-nos, praticamente, sem chefia. No entanto, essa falta de ação de comando facilitou a atuação subversiva e o proselitismo daquele grupo de 8 oficiais e 15 sargentos, já citados. Alguns sargentos saíam do quartel para participar de reuniões em outras unidades pára-quedistas, ou mesmo no Clube de Subtenentes e Sargentos, onde alguns faziam parte da diretoria; e os oficiais exerciam sua ação nefasta sobre outros sargentos e sobre cabos e soldados. Havia, inclusive, um tenente que recebia o nome "tenente do povo", a exemplo do "almirante do povo", que era o Almirante Aragão, um Fuzileiro Naval. Esse tenente pertencia aos quadros da União Nacional dos Estudantes (UNE) e era visto no quartel, distribuindo panfletos, subvertendo a ordem. Tenente distribuindo panfleto!

Oriundo da Academia Militar ou de Órgão de Formação da Reserva (R2)?

Academia. Dizem que, no tempo da Academia, ele já era subversivo.

Um acaso veio a favor do Grupo de Artilharia Pára-Quedista. Esse Coronel Mafra, no segundo semestre de 1963, em uma de suas noitadas em Copacabana, na boate – não sei se foi Kilt Club – fez considerações desairosas, em alto e bom-tom, a respeito do Ministro do Exército, o General Jair Dantas Ribeiro. Tudo que foi dito lá na boate chegou aos ouvidos do Ministro do Exército. O Coronel Mafra foi exonerado do Comando e transferido para a Circunscrição do Serviço Militar (CSM) de Alagoas. Aí, a liderança esquerdista dos subtenentes e sargentos, não do Grupo, mas do Núcleo da Divisão Aeroterrestre, solicitou uma audiência ao Ministro do Exército e conseguiu que a tal transferência fosse retificada, em troca da nomeação do Coronel Mafra para Chefe de Estado-Maior da Brigada Pára-Quedista.

Acabava de assumir o comando do Núcleo da Divisão Aeroterrestre, o General Walter Pinheiro, que era conhecido na intimidade como o "faz-tudo".

Surgiu, então, a necessidade de ser nomeado um novo Comandante para o Grupo de Artilharia Pára-Quedista. Chegava dos Estados Unidos, onde exercera, com grande destaque, as funções de assessor militar junto à Organização das Nações Unidas (ONU), o Coronel Francisco Boaventura Cavalcanti Júnior, homem inteligentíssimo, muito querido, participativo, reconhecidamente capaz, que foi, dessa forma, nomeado Comandante do Grupo.

Sentindo o ambiente de sua unidade desenvolveu uma ação de comando muito séria, pautada no exemplo de dignidade e de profissionalismo, pelo que, em pouco tempo, angariou a confiança e o respeito dos integrantes do Grupo. Sua ação de comando e capacidade que tinha de convencer os seus subordinados foram fundamentais e decisivas durante o fato grave que constitui o segundo episódio da presente narrativa e que passo a tratar em seguida: a ordem para prender o Governador Lacerda.

Em uma nova noitada, também numa boate em Copacabana, se não me engano, no Copacabana Palace, foi intentada uma ação que, se tivesse logrado êxito, teria sido fundamental para o fortalecimento do esquema militar do Governo João Goulart. As informações que tivemos indicam que, naquela madrugada, reuniram-se na boate, o Presidente da República, o Chefe da Casa Militar, General Assis Brasil, que acreditava no esquema militar, o General Pinheiro, Comandante da Brigada Pára-Quedista, e o Coronel Mafra, Chefe do Estado-Maior. O Presidente da República, que utilizava como guarda pessoal, em Brasília, os oficiais pára-quedistas, estava se ligando à Brigada Pára-Quedista. Nessa noitada dos quatro, então, a decisão tomada foi a de que deveria ser ordenada a uma unidade pára-quedista, a prisão do Governador Carlos Lacerda, quando da sua visita, na manhã seguinte, ao Hospital Miguel Couto, na Lagoa. O Lacerda deveria fazer a inauguração de uma ala destinada ao atendimento de emergência, no hospital. Tudo fazendo parecer que teria sido uma atitude de iniciativa própria dos pára-quedistas, em desagravo a possíveis palavras ofensivas do Governador às Forças Armadas.

Mais uma vez não apareceu o planejamento, foi só coisa de boca. A ordem era verbal. Sabia-se que o Governador dispunha de forte esquema de segurança, lógico supor que tal ato desencadearia ações e reações bem além do controle, as quais poderiam levar a uma situação de grande intranqüilidade, até mesmo em nível nacional. Ao amanhecer, o Presidente da República retornou a Brasília, e deu entrada no Congresso com o pedido de estado de sítio. Tal pedido seria retirado, sem qualquer explicação, após o almoço no mesmo dia.

Saiu a ordem de madrugada para a força pára-quedista prender o Lacerda. De manhã cedo, João Goulart voou para Brasília, como a situação estava muito confusa, entrou com o pedido de estado de sítio, achando que os pára-quedistas haviam prendido o Lacerda, mas como nada aconteceu, veremos depois, logo após o almoço, sem qualquer explicação, retirou o pedido de estado de sítio.

Vejamos, mais ou menos, como é que aconteceu o fato.

Na GU Pára-Quedista o normal era o seguinte: sempre havia uma subunidade de prontidão, fosse ela do Grupo Pára-Quedista, do Batalhão Santos Dumont, do Batalhão Logístico, ou mesmo da Companhia de Engenharia. Naquela noite, estava de prontidão uma Bateria, do Grupo de Artilharia Pára-Quedista, comandada por um dos oficiais esquerdistas bastante comprometido. Então, a essa Bateria caberia a missão de prender o Governador Lacerda, mas tudo de forma a parecer uma reação intempestiva dos pára-quedistas e não uma ação desencadeada mediante ordem.

Nada por escrito?

Nada por escrito. Pessoas presentes na mesma boate, na qual houve a inusitada reunião e a não menos inusitada decisão, ouviram o que estava sendo decidido e um desses ouvintes comunicou, ainda na madrugada, ao Coronel Aragão, o oficial que estava de superior de dia na Brigada Pára-Quedista. Alguém na boate ouviu e denunciou:

– Olha, vai sair daqui uma ordem para prender e matar o Lacerda, prepara que a confusão...

O que fez o Aragão? Pegou o telefone, ligou para o Coronel Boaventura, Comandante do Grupo Pára-Quedista, e disse:

– Olha, vão utilizar uma Bateria do Grupo para prender o Lacerda. Vem para o quartel rápido.

O Coronel Aragão, ao mesmo tempo, pegou o telefone e ligou para o Coronel Gustavo Borges, o Secretário de Segurança do Lacerda.

– Olha, vão matar o Lacerda amanhã!

O Gustavo Borges me disse pessoalmente – conversando comigo dias atrás – que alertou o Lacerda, só que o Lacerda tomou uma atitude inesperada. Perguntando se iria cancelar a visita ao hospital, respondeu:

– Cancelar? Não, vou bem mais cedo, vou antecipar o horário.

O Coronel Boaventura dirigiu-se ao quartel e, ao chegar, reuniu os oficiais sabidamente não comprometidos com tal esquema, para evitar que, em último caso, houvesse a possibilidade de sair qualquer viatura do quartel. O que ele fez? Conversou comigo, que era subordinado de confiança dele, Oficial de Munições, e ordenou: “Pegue a chave do paiol, reúna a munição e não deixe ninguém entrar”;

a seguir, mandou chamar os outros oficiais, o Abreu Morais, e determinou: "Olha, vocês neutralizem as viaturas, tirem a bateria, tirem o cabo da bateria." Nesse meio tempo, logo após sua chegada, o Coronel Boaventura recebeu um telefonema do Coronel Mafra, Chefe do Estado-Maior, que, do Quartel-General (QG), – ele já estava lá, de madrugada – transmitiu a ordem de deslocar a Bateria de prontidão para a região do Hospital Miguel Couto a fim de prender o Governador Carlos Lacerda. Isso deveria acontecer, mais ou menos, entre 9 e 10h da manhã. Acontece que o Lacerda, sabidamente, antecipou a cerimônia para as 7h.

O Coronel Boaventura, imediatamente, dirigiu-se ao Quartel-General para tentar esclarecer a ordem, junto ao General Comandante, Alfredo Pinheiro Soares Filho. O Coronel Boaventura regressou ao Grupo e determinou uma reunião de oficiais, subtenentes e sargentos dentro do Cassino dos Oficiais. A reunião, faço questão de dizer, foi muito fiel ao estilo, ou seja: o Subcomandante da Unidade, os Comandantes de Bateria à testa e os sargentos e subtenentes à retaguarda. O Comandante chegou ao recinto, recebeu a apresentação, determinou que fosse comandado "descansar" e proferiu as seguintes palavras:

"Hoje pela manhã, recebi ordem do Comandante do Núcleo da Divisão Aeroterrestre, por intermédio do seu Chefe de Estado-Maior, para deslocar a Bateria de prontidão para a região do Hospital Miguel Couto, a fim de prender o Governador Carlos Lacerda. Pedi ao Chefe de Estado-Maior para falar com o General Comandante, no que fui atendido. Recebido em seu gabinete, solicitei que tal ordem, por conter características especiais e inusitadas, fosse a mim transmitida por escrito, conforme prevê o regulamento. O general disse que não pedira, de quem a recebera, por escrito e, portanto, não a daria por escrito. Respondi que enquanto não recebesse a ordem por escrito, não a cumpriria e me retirei do gabinete."

Encerrando a reunião, disse o Coronel Boaventura aos seus oficiais e sargentos:

"Enquanto for Comandante, ordens como essas não serão cumpridas."

Obviamente, o Coronel Boaventura foi exonerado.

Agora, para completar a história, a Subunidade que entraria no dia seguinte de prontidão seria a Companhia de Engenharia. A Subunidade começava o expediente às 7h30min. Até reunir a Companhia, iniciaram o deslocamento do quartel quase às nove horas, e o Lacerda já tinha se retirado há muito tempo.

Então, como conseqüência, o Coronel Boaventura foi transferido do Grupo, para Curitiba, na função de Subcomandante. O General Pinheiro foi exonerado do Comando da Brigada Pára-Quedista, com a conseqüente nomeação do General João Costa.

Quando o Coronel Boaventura foi exonerado, escreveu uma carta ao Ministro onde dizia que não cumprira a ordem porque não fora dada por escrito. Con-

siderou "a esdrúxula justiça de Vossa Excelência" e mandou um oficial do Grupo entregar a carta no Gabinete do Ministro. O oficial enviado chegou lá e aí aconteceu um fato interessante. No Gabinete, o oficial que o recebeu disse:

– Entrega lá, no protocolo.

– Quero dizer que esta carta vai ser entregue à imprensa e estará na primeira página dos jornais, ainda hoje.

Foi uma correria e o Tenente se retirou. Era o Tenente José Américo e desse dia – 22 de novembro de 1963 –, lembro-me muito bem, porque foi o dia em que assassinaram o John F. Kennedy.

Interessante. Um ambiente de muita instabilidade em que não havia confiança de ambos os lados, não se confiava nos chefes, nem nos subordinados. Comparar os fatos que ocorreram em 1964 com os paradigmas de hoje é fácil, termos outra visão, é simples condenar o que passou, mas colocando-se no lugar dos que viveram aquela época, a coisa muda completamente de figura. Muito interessantes esses esclarecimentos. Na verdade, o relato coloca em evidência alguns fatos instigantes que, pelo menos pessoalmente, nunca vi na imprensa e nem em comentários. Penso que um historiador isento, debruçando-se sobre esses episódios, procuraria esclarecê-los, os detalhes da História, os traços das personalidades envolvidas. Trata-se de um grande campo para pesquisa no futuro. Creio que o seu depoimento é extremamente valioso para o Projeto, porque só o estudo da liderança do Comandante daria um bom prosseguimento.

Veja como é significativo o trabalho desenvolvido por vocês no Projeto de História Oral. Para buscar os detalhes, tive que consultar companheiros. Cito nominalmente o General Abreu Morais, um grande amigo, tenentes ambos na Brigada Pára-Quedista. Conversamos, rememoramos, assim foi possível trazer, em minúcias, o que foi a nossa participação. Fico muito satisfeito sabendo que já valeu a pena.

O General Boaventura, depois, teve clara participação na Revolução. Acabou sendo cassado, porque era um homem muito íntegro. Depois de Curitiba, foi para Casa Militar do Castello Branco, e mais tarde, por uma questão vinculada ao Lacerda, acabou sendo cassado pela Revolução, mas foi um homem maravilhoso.

Depois do Coronel Boaventura, ficamos sob o comando do Coronel Adalberto Villas Boas que, na ocasião, estava acabando a Escola Superior de Guerra (ESG) e se apresentando ao Estado-Maior do Exército (EME). Oficial do Quadro de Estado-Maior da Ativa (QEMA), pára-quedista, artilheiro – era esse o Comandante. Então, de uma forma até bastante incomum, antecipadamente, assumiu o Comando. Era um Oficial austero, disciplinador e anticomunista ferrenho. Com essa qualidade, anticomunista ferrenho, praticamente, com pulso de ferro, comandou o

Grupo Pára-Quedista e não deu trégua àqueles que pudessem pensar em fazer qualquer coisa dentro do ambiente da Brigada Pára-Quedista, dentro do Grupo.

A situação indefinida que marcou o ambiente do Grupo, logo depois, não era diferente das demais organizações pára-quedistas: Infantaria, Engenharia e Centro de Instrução. E assim, no dia 31 de março de 1964, a Grande Unidade Pára-Quedista permaneceu nos quartéis na situação de prontidão, não participando, mas também, e principalmente, deixando de cooperar com o tão malfadado esquema comuno-sindicalista. O Núcleo da Divisão Aeroterrestre – a Brigada Pára-Quedista – permaneceu neutralizado, mas não inerte.

Logo após o 31 de março, foi aberto um inquérito no âmbito da GU, quando vários oficiais e sargentos foram afastados, entre os quais, como já disse, oito oficiais e 15 subtenentes e sargentos do Grupo Pára-Quedista. Em números absolutos, o maior efetivo afastado coube, dentro da Brigada, ao Grupo Pára-Quedista; mas, os dois comandantes citados, Coronel Boaventura e o Coronel Villas Boas, e seus oficiais disciplinados e idealistas, não comprometidos, anularam a tentativa de subversão intentada por aqueles que não souberam honrar a sua formação, não só a de oficial ou de subtenente e sargento, mas, também, a de pára-quedista do Exército Brasileiro.

Os fatos que foram narrados sobre a ordem de prender o Lacerda aconteceram em novembro de 1963. Estamos entrando, agora, no ano de 1964. Nós, oficiais do Grupo de Artilharia Pára-Quedista, que convivíamos e conversávamos com alguns sargentos ligados ao Clube dos Subtenentes e Sargentos e com as esquerdas, sabíamos que estávamos prestes a testemunhar uma insurreição dentro das Forças Armadas. Sabíamos, porque conversávamos com eles, sobre as reuniões que freqüentavam. O chamado dispositivo militar de João Goulart, na verdade, não existiu. Era um blefe, contava com alguns generais, sem maior expressão, cognominados de "generais do povo".

Havia infiltração, também, na Força Aérea e nos Fuzileiros Navais. Os fuzileiros navais, ameaçaram atacar o Palácio do Governo de Carlos Lacerda. Confirma-se que o Lacerda era alvo do pessoal de esquerda, porque ele realmente incomodava, com sua capacidade oratória, ele inflamava. Nessa ocasião, houve a denúncia que os fuzileiros iam atacar o Palácio Guanabara e muitos e muitos oficiais do Exército Brasileiro foram participar da defesa do Palácio, junto com o Lacerda. Na verdade não houve ataque, não foi preciso.

No início de 1964, houve três fatos marcantes.O primeiro, o comício do dia 13 de março, onde insuflou-se a população com a reforma agrária, a nacionalização das empresas, um todo de demagogia anárquica e inversão de valores. Logo depois, a revolta dos marinheiros que prenderam oficiais e se reuniram na sede

dos metalúrgicos no Rio de Janeiro. E, em terceiro, cito a reunião dos subtenentes e sargentos no Automóvel Clube do Brasil, onde os graduados foram aliciados pelo próprio Presidente da República. Esse evento foi, praticamente, a gota d'água.

Sobre os fatos ocorridos no dia da Revolução.

Conforme relatei anteriormente, a Grande Unidade Pára-Quedista, no dia 31 de março, permaneceu nos quartéis na situação de prontidão. Alguns contatos particulares foram feitos com oficiais de outras unidades. Eu, por exemplo, fui ao 1º G Can 90 (Primeiro Grupo de Canhões 90), falar com meu irmão Carlos Alberto, porque queria ter conhecimento da situação dele diante do problema. Sabia que o 1º G Can 90 estava muito infiltrado e muito convulsionado, pois antes já havia conversado com ele. Na noite de 31 de março para 1º de abril, o General Augusto César de Castro Muniz Aragão, através de seu ajudante-de-ordens, procurou oficiais pára-quedistas para conhecer, efetivamente, a situação no interior dos aquartelamentos.

Na reunião, fora do aquartelamento, na região do Campo dos Afonsos, longe, portanto, da área da Brigada estiveram reunidos com o General Aragão o Comandante do Batalhão Santos Dumont, o Comandante do Grupo de Artilharia Pára-Quedista, o Comandante do Batalhão Logístico Pára-Quedista, o Comandante do Centro de Instrução General Penha Brasil e alguns outros oficiais. Sei os nomes mas não cabe citá-los. Todos expressaram suas opiniões, cautelosos em relação à atitude que poderiam ser tomadas, particularmente pelos subtenentes e sargentos do Centro de Instrução Pára-Quedista e do Grupo Pára-Quedista, Unidades onde era mais acentuada a infiltração.

Tudo transcorreu normalmente nesse 31 de março. A maioria dos sargentos considerou que estava sendo explorada por falsos líderes com interesses políticos e ideológicos. Digo isso, porque presenciei uma reunião, no Grupo, dos subtenentes e sargentos com a presença daqueles que queriam insuflar. Nós, oficiais, de fora, acompanhando, deixando a reunião acontecer, mas atentos. Os próprios sargentos resolveram; a maioria concluiu: essa meia dúzia de falsos líderes não vai tentar convulsionar. Afastaram-se e não houve absolutamente mais nada.

No dia seguinte, pela manhã, portanto no dia 1º de abril, o General Aragão visitou o General Costa, o Comandante do Núcleo da Divisão Aeroterrestre, com quem manteve uma conversa reservada. Alguns meses mais tarde, o General Aragão viria assumir o Comando da Brigada Pára-Quedista. Mas nesse dia, 1º de abril, por determinação superior, foi organizada uma força-tarefa sob o Comando do General Luiz Tavares da Cunha Mello, oficial que servia sob o Comando do Oromar Osório, Comandante da Vila Militar.

A força-tarefa tinha a missão de marchar contra a tropa do General Mourão, que estava descendo de Minas. Estabeleceram que seria composta de um Regimento

de Infantaria, uma Bateria de Canhões Antiaéreos e o Batalhão de Caçadores de Petrópolis. Para a formação da coluna, o nosso Grupo de Artilharia forneceu viaturas REO, viaturas do acordo Brasil–Estados Unidos, portanto mais novas. Essas viaturas se deslocaram sob o comando de um oficial pára-quedista, mas já sabíamos que esse oficial, tão logo fosse estabelecido contato, iria passar para o outro lado, o dos revoltosos. Já estava tudo combinado. Todavia, após a constituição da coluna, o Comandante do Regimento de Infantaria da Vila Militar manifestou-se favorável à Revolução, assim como seus oficiais. Aí o General Cunha Mello, o Comandante da Força Tarefa (FT), ficou praticamente sem ação.

Na verdade, a constituição dessa força-tarefa, depois ficamos sabendo, suscitou vários questionamentos, pois o Comando da Vila Militar, do General Oromar Osório, por questão de segurança, armara um esquema que dificultaria a defecção dos oficiais. Oficiais seriam presos, substituídos. Fatos que outros naturalmente vão narrar para vocês aqui. Mas o General Cunha Mello esqueceu que o Coronel Comandante do Regimento de Infantaria era um oficial da inteira confiança do Marechal Denys.

Logo depois da Revolução, instauraram-se os inquéritos. Foi constituída a Comissão Geral de Investigação (CGI), que tinha a atribuição de coordenar o trabalho de todos os inquéritos no território nacional. Nós, pára-quedistas, recebemos o encargo de três inquéritos. Um foi instaurado na própria Brigada. Houve cassação de oficiais e sargentos responsáveis por atividades subversivas; outro, na Caixa Econômica Federal, para o qual alguns oficiais foram designados; e um terceiro, na Superintendência da Reforma Agrária (SUPRA). Fui indicado para esse da Reforma Agrária, trabalhei nesse inquérito.

Pode-se dizer que, em geral, os processos dos Inquéritos Policiais Militares (IPM) eram bem instruídos. Se estivessem incompletos ou irregulares, voltavam à primeira instância ou, então, eram anulados. Fiz parte do IPM da SUPRA e, mais tarde, como capitão, integrei um Conselho Permanente de Justiça, onde iríamos julgar vários civis subversivos. Pela experiência que tive nas duas situações, uma elaborando um inquérito e outra julgando, ressaltou a importância de serem atendidos todos os trâmites legais do IPM, enfatizando, particularmente, as provas, porque IPM sem provas que sirvam como subsídios, para os juízes, nos processos judiciais, não dá resultado. É uma observação que considero importante. Nas Auditorias, ouvíamos: “Vocês como juízes, olhem o processo. Se o processo tiver provas concretas, podemos condenar. Entretanto, fazê-lo porque ‘acha’ ou ‘conhece’, o réu acaba absolvido por falta de prova.” Isso aconteceu muito.

O inquérito da Brigada Pára-Quedista me pareceu – no meu entendimento pessoal, insisto, muito pessoal – um pouco inflexível, um pouco duro demais,

levando para Atos Institucionais oficiais e sargentos que foram, mais tarde, efetivamente inocentados pela Justiça Militar, porque não encontraram provas suficientes. Conhecíamos esses colegas e considerávamos, no máximo, serem passíveis de punições ou transferência, mas acho que, para alguns casos, a cassação foi demais. Para outros, não.

No inquérito da Caixa Econômica Federal, houve muito estardalhaço. Era um inquérito muito badalado, envolvia muita gente, gente que tinha dinheiro, autoridades e, até, artista de cinema. Imagine o interrogatório dessas pessoas com posições destacadas na sociedade, em função de empréstimos que foram autorizados pela Caixa Econômica. Houve muitas prisões e muitos indiciados, mas o resultado efetivo, sinceramente não conheço, não sei.

Há uma coisa de que não gostei. O final do inquérito da Caixa Econômica, para mim, foi apoteótico, porque no dia em que foram entregar os volumes – eram muitos volumes – à CGI, todos os oficiais envergavam uniforme de gala, branco. Não sei por quê, não entendi aquela determinação do encarregado do inquérito.

Já no inquérito da SUPRA, onde trabalhei, fazíamos muito mais investigação do que efetuávamos prisões. Queríamos conhecer os problemas; posso dizer que as "Ligas Camponesas" não tinham absolutamente razão para serem intituladas dessa forma, porque não estavam estruturadas, eram casos isolados. No Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), hoje em dia, existe uma ação bem mais organizada, bem mais firme, bem mais atuante do que nas "Ligas Camponesas", naquela época, que eram – como disse o Flávio Tavares em seu livro – um engodo.

Na época dos inquéritos, sentíamos, efetivamente, muita falta de material, falta de meios, falta de uma série de coisas.

Reporto-me agora ao ciclo dos presidentes militares e, gostaria de falar algo.

Vivi os anos de 1966 e 1967 de uma forma muito especial, porque era, em 1966, aluno da Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx) e, em 1967, aluno da EsAO. Aluno, normalmente, fica mais ligado às atividades escolares, embora tivéssemos conhecimento dos atentados que se iniciaram em 1966. Houve aquele atentado no aeroporto Guararapes, que visava o Presidente Costa e Silva e, em 1967, ocorreu a descoberta do centro de treinamento para guerrilha na serra de Caparaó, na fronteira de Minas com Espírito Santo. Um dos oficiais cassados na Brigada Pára-Quedista, lá do Grupo, colega nosso, foi um dos líderes da guerrilha, que acabou sendo preso e ferido na ocasião.

Começavam, então, de 1967 para 1968, de forma orquestrada, as críticas à Revolução. Na Semana da Pátria, em setembro de 1968, deu-se o pronunciamento do Deputado Márcio Moreira Alves, hoje bem conhecido, contra as Forças Arma-

das. Logo depois, surgiram as passeatas de contestação ao Governo, começaram os assaltos a banco e as ações terroristas foram incrementadas.

Diferentes acontecimentos iam se somando, criando um ambiente perturbador, um quadro subversivo e de desmoralização, que se ampliava, ganhando ressonância e acabando por descambar obviamente numa reação. Uma coisa e mais outra se amontoando, até chegar a um ponto de saturação. Inevitavelmente, ficou decidido partir para reação. Nesse clima, foi lançado um manifesto pelos alunos da EsAO, no ano de 1968.

Nesse ano, ainda antes do Ato Institucional nº 5 (AI-5), ocorreu um fato interessante que vivi, particularmente, em Porto Alegre, em novembro, entre 20 e 30 de novembro de 1968. Creio que merece ser citado.

Tinha sido convocado para a equipe de basquete do Exército, a fim de disputar o campeonato das Forças Armadas. Como atleta mais antigo, capitão já com EsAO, fui convocado, junto com a equipe, para uma reunião de oficiais, na Companhia de Guardas, em Porto Alegre, onde estávamos hospedados. Na ocasião, um Coronel do Estado-Maior do III Exército externou a insatisfação da tropa com os fatos que vinham ocorrendo, tecendo críticas ao Presidente Costa e Silva e a seus familiares. Veja bem: o Comandante da PE, Capitão – hoje, General – o Comandante da Companhia de Guardas e o Comandante do Grupo da Artilharia reuniram seus oficiais, os colocaram em forma para comentar a situação existente.

Deixando seus oficiais reunidos, os três procuraram o Comandante do III Exército, General Álvaro Alves da Silva Braga e apresentaram as suas indignações. O General Braga respondeu: “Bom, podem ficar tranqüilos que vou tomar as providências.”

No dia seguinte, o General Braga embarcou num avião e foi ao encontro do Ministro do Exército. Eram 25, quase 30, de novembro de 1968.

Diante das pressões na área militar, o Presidente Costa e Silva só tinha duas soluções: ou fazia o AI-5, ou renunciava. O Presidente sabia que era uma solução de emergência e não uma solução constitucional. Sabia que se houvesse tolerância, cada vez que cedesse, os subversivos certamente iriam querer mais e mais, até tomar conta do Poder. No dia 13 de dezembro de 1968, foi assinado o AI-5 e, no dizer dos subversivos, em vários documentos, “agora o Governo revolucionário efetivamente começava a organizar-se e utilizar, de modo adequado, a sua força e a influência para combater a subversão”. Esse fato aconteceu.

Ainda dentro do ciclo dos Presidentes, gostaria de abordar a questão vivida no âmbito da Brigada Pára-Quedista, por ocasião do seqüestro do Embaixador Ellbrick, dos Estados Unidos, no dia 4 de setembro de 1969, no Rio de Janeiro. Diante da imposição dos seqüestradores que exigiam a libertação de 15 presos políticos, a

reação de grupos de pára-quedistas foi imediata. A determinação do Governo revolucionário de atender aos subversivos e assim salvar a vida do Embaixador americano era uma questão bastante delicada. No entanto, os oficiais pára-quedistas – cerca de quarenta – lotaram três viaturas REO e, no dia 6 de setembro, deslocaram-se para Base Aérea do Galeão, de onde decolaria o avião que transportaria os prisioneiros para o México. Um engarrafamento retardou o comboio que chegou à Base logo após a decolagem do avião. O grupo de oficiais contava com o apoio do Comandante do Grupo da Artilharia Pára-Quedista que, em sinal de protesto e solidariedade, não desfilou no dia 7 de setembro. Isso foi no dia 6 e a Unidade, o Grupo Pára-Quedista, não desfilou no dia 7. Um oficial pára-quedista ocupou o transmissor da Rádio Nacional nesse dia 6 de setembro, e leu um manifesto no qual criticava a decisão do Governo por ceder às exigências dos seqüestradores. Mais uma vez, o curso da História poderia ter sido mudado, se os garotos chegassem lá, com facas nos dentes, tentando pegar os subversivos. Seria um horror. Os caras eram capazes de matar os subversivos e os subversivos assassinariam o Embaixador. Estaria aí a confusão formada.

Bom, apenas para complementar a sua narrativa, que foi bastante detalhada, com alguns casos instigantes, vamos formular umas poucas perguntas. Aquilo que havíamos falado antes, hoje se olha o passado com as idéias do presente. Então se divulga por aí, insistentemente, que a Revolução veio a abortar um período de liberdade, um período de bastante reivindicação. O autor que você citou, o jornalista Flávio Tavares, menciona, no livro dele, que a Revolução de 1964 interrompeu o dinamismo da sociedade em que trabalhadores e empresários reivindicavam às claras e o conflito era transparente. Em alguns de seus relatos parece que havia algo mais do que esse conflito claro e transparente, havia muitas manobras de bastidores. Qual é a sua idéia sobre isso, quais foram, realmente, as razões básicas que levaram ao desencadeamento da Revolução de 1964?

Bom, a Revolução de 1964, no dizer de autoridades, foi uma natural decorrência de erros, desmandos e desencontros do Governo Goulart. Quando o jornalista fez a narrativa dizendo que interrompíamos um clima de liberdade existente no País, posso dizer o seguinte: li o tal livro, conversei com amigos muito antes de pensar em um dia dar uma entrevista, falar sobre o Flávio Tavares. Por conhecer o conteúdo do livro *Memórias do Esquecimento*, desse jornalista, e por conversar com seus colegas, jornalistas e companheiros do jornal *Última Hora*, posso afiançar que ele estava distorcendo os fatos, porque, na página 148 do seu livro ele escreve:

"(...)a História me fez perceber hoje, de fato, que Jango avançou demais, mesmo sem saber que avançava ou sem o desejar, num País despreparado e temeroso de qualquer mudança".

O jornalista Flávio Tavares utilizou influência política e sua posição como jornalista para evitar a prisão até que foi efetivamente plotado em uma ação, como participante da luta armada. No livro, ele mesmo expressa o seu comprometimento ideológico, que era radical. Posso dizer, então, que foi uma pessoa que exacerbou, que falou e agora faz certas afirmações que não correspondem à verdade.

O senhor mencionou as "Ligas Camponesas". Havia também os "grupos dos onze", do Brizola. Ele organizou, grupos de 11 elementos por todo o Brasil para defender as suas idéias.

Posso dizer que as "Ligas Camponesas" e os "grupos dos onze", na verdade, foram blefes. Eram usados pela imprensa, faziam estardalhaço, mas sentir a existência... e a ação... Não houve nenhuma, absolutamente. Apenas no interior de Goiás foram apreendidos uns caixotes com armas que eram destinadas ao "grupo dos onze", mas o pessoal fugiu e nunca mais apareceu. Havia um oficial amigo do Jango, Coronel Seixas, responsável pela repressão, e que, ao invés de mandar aquelas armas para o Exército, enviou para a Presidência da República. As armas tinham vindo de Cuba.

Tendo trabalhado no IPM que averiguou as atividades da Superintendência da Reforma Agrária, constatei que não existia absolutamente qualquer ação coordenada que pudesse justificar o nome de ligas. Nada havia. Existiam ações isoladas, manifestações em comícios, mas confirmar a existência... não. O próprio Deputado por Pernambuco Francisco Julião, nos dias seguintes à Revolução passou a comparecer ao Congresso, para justificar a sua ausência, porque estava na iminência de ser cassado muito mais por não ter comparecido às sessões do Congresso. No dia da Revolução, tentando revidar aos chamados "cardeais da UDN", procurou intimidar a opinião pública e os deputados, dizendo que existiam cinco mil integrantes das "Ligas Camponesas" em Goiás e que essas cinco mil pessoas poderiam ser chamadas para agir em Brasília a qualquer instante. Acabou o Francisco Julião fugindo daqui de Brasília, da Capital Federal, e quem fez a cobertura, o esquema de proteção para sua fuga, foi o próprio jornalista Flávio Tavares.

Havia um blefe então?

Sem dúvida.

E o Congresso Nacional? Qual foi a sua atitude na eclosão do Movimento de 1964, de um modo geral?

A esquerda se queixa bastante pela maneira rápida, dinâmica, abrupta com que foi feito o processo. As 48 horas que antecederam a Revolução, no Congresso, caracterizaram-se por uma saraivada de pronunciamentos dos ditos, "cardeais da UDN" que encontraram apenas um deputado capaz de debater com eles, de manei-

ra inteligente, Almino Afonso. Esse tinha talento e fluência verbal suficiente para contrapor-se à UDN. Dizem que não foi o debate do Congresso que provocou a Revolução, mas a própria Revolução em marcha que provocou o debate. Mas, sem a participação do Congresso, efetivamente, isto é, sem a coordenação com o movimento militar, a formalização ou legalização da Revolução, na verdade, seria muito difícil. Tinham que coexistir Congresso e movimento armado. Na noite de 1º de abril, o Senador Auro de Moura Andrade abriu a sessão e disse que o Presidente da República, o Jango, deixara o País e declarou vaga a Presidência da República. Convocou o Sr. Ranieri Mazzilli, Presidente da Câmara dos Deputados, para assumir a Chefia do Governo e encerrou a sessão. A sessão demorou, exatamente, 90 segundos.

Esquema rápido mesmo. E nessa época, então, o Congresso, realmente, apoiou...

Ajustou-se, não é?

Naturalmente havia alguns casos de oportunismo, de aliar-se ao vencedor. Mas e a mídia, de um modo geral, apoiou o Movimento? Tivemos exemplos gritantes do apoio da mídia ao Movimento?

Acho muito importante responder a essa pergunta que considero efetiva, porque, como já disse em conversas particulares, gostaria de sugerir aos responsáveis por esse Projeto a realização de pesquisas, visando a obter cópias dos jornais da época, de 31 de março de 1964 e de outros períodos marcantes da Revolução. Acho que é preciso reunir numa coletânea os periódicos, com suas manchetes e editoriais, para refrescar a memória de muitas pessoas e mostrar, de forma explícita, os comprovantes do apoio da mídia à Revolução. Na verdade, quem era contra a Revolução era o *Última Hora* e poucos jornais. A expressiva maioria apoiava e, se não apoiava de uma forma bastante escancarada, estava saturada daquela inversão de valores. E temos no eixo Rio-São Paulo *O Globo*, o próprio *Jornal do Brasil*, o *Estado de São Paulo* e nas outras capitais, como Porto Alegre, sempre houve manifestação da imprensa. Não existiu uma posição contrária, como a da *Última Hora*, que recebia – vamos dizer assim – dinheiro do Governo para apoiar ações governamentais.

Bom, temos que também abordar a parte dura, a parte negativa. Como sabemos, existem muitas críticas à Revolução de 1964. Quais, na sua opinião, teriam sido os principais erros cometidos pela Revolução de 1964?

Acho que embora tenhamos acertado na maioria das iniciativas e dos planejamentos que foram elaborados, certos empreendimentos ditos estratégicos para

o País, no campo da infra-estrutura, apareceram como erro. Diria que o programa da construção das usinas nucleares não mereceu muitos elogios. Foi criticado, porque as usinas foram compradas na Alemanha, com restrições, foi caro, demorou a ser implantado e, só agora, estamos inaugurando Angra II. Creio que ele foi alvo de muita crítica nesses quase quarenta anos...

Outro erro foi a Ferrovia do Aço. Muito onerosa e ainda incompleta.

A Transamazônica, sob certos aspectos. Parte dela também hoje está praticamente abandonada, e absorve um dispêndio considerável. Outro erro foi priorizar, de forma muito agressiva, o transporte rodoviário em detrimento do ferroviário.

No campo da política, o próprio AI-2 foi questionado, por ter extinguido os partidos políticos, permanecendo só dois; muito criticado, aumentou o número de descontentes. E nas cassações de alguns políticos – a gente sabe que em algumas cassassões existiam interesses pessoais – muitas vezes exorbitaram; atingiram pessoas que não tinham culpa, talvez por contrariar o Governo, mas sem qualquer vínculo ideológico.

E quanto ao tempo de permanência no Poder? O tempo excedeu o necessário para restituir ao País a normalidade democrática?

Analisando sob este aspecto, o período de vinte anos parece longo demais, embora, inicialmente, houvesse a vontade de retornar o Governo aos civis – era a vontade do Presidente Castello Branco. Fatos foram ocorrendo, sem dúvida, vaidades foram desabrochando, estendendo os Governos presididos por militares ao longo de décadas. Isso causou um desgaste à imagem dos militares e suscitou o surgimento de quistos revolucionários e contestadores, muitas vezes insuflados por estrangeiros com interesses ideológicos, obviamente, redundando no endurecimento do regime e, com isso, prolongou a permanência dos Governos revolucionários. Cada vez que ocorre um agravamento, voltar à normalidade, demora um tempo considerável. Isso foi dito por algumas autoridades que ocuparam o Poder que, na verdade, cada vez que eram obrigadas a endurecer o regime, sentiam que estavam se afastando da possibilidade de voltar à normalidade.

Durante o período da Revolução, houve uma verdadeira batalha no campo da comunicação social. Perdemos ou ganhamos essa batalha?

Sem dúvida, perdemos. Essa batalha foi perdida, isso é inquestionável, é uma verdade. Agora, perdemos porque houve uma estratégia inteligente, eficaz por parte das esquerdas. Tudo começou em 1975, 1976 quando as esquerdas deli-

beraram que deveriam infiltrar seus simpatizantes nos cursos de comunicação social. Aí começaram a formar os jornalistas que passaram, logo em seguida, a ocupar cargos em funções de destaque nos diversos periódicos com a obrigação, o compromisso de trazer para o corpo desses órgãos, jornais e revistas, os simpatizantes que estavam saindo das faculdades.

Além desse fluxo de apoio entre eles, desse acordo entre os jornalistas de esquerda, existia o patrulhamento ideológico. Esse patrulhamento funcionou na imprensa, na cultura e no meio artístico. O jornalista que não fosse favorável, era marginalizado; o artista que não se pronunciasse também favorável, perdia os contatos. Quem critica de uma forma muito enfática esse patrulhamento ideológico no meio artístico é o Caetano Veloso. Ele não admite que o artista tenha que ter uma determinada posição ideológica para poder exercer sua arte. O Tom Jobim foi outro que recusou. Sabemos de alguns jornalistas que conseguiram, também, impor-se – existem vários exemplos, vários amigos. Na verdade, a esquerda sempre estava patrulhando e, com isso, ocuparam a posição privilegiada que desfrutam hoje. Pode-se dizer que venceram essa batalha.

O site "Política Hoje" na Internet, outro dia, publicou um artigo: um Candidato Militar à Presidência. A gente percebe na sociedade que os militares têm hoje uma boa imagem e o Exército Brasileiro tem um altíssimo índice de aprovação em qualquer pesquisa que seja feita. Qual seria a razão disso? Qual a sua idéia sobre isso?

Considero que a seriedade das Forças Armadas e a nossa formação voltada para ações dignificantes, inexistência de interesses pessoais e acentuada dose de dedicação à Pátria, são valores admirados. Sempre haverá o reconhecimento da população por essa conduta, por esse espírito mais elevado.

Valores e princípios?

Valores e princípios. Isso nos indica que continuamos, como no passado, a trilhar o caminho certo, o que nos impulsiona a uma posição invejável no seio da sociedade. Somos simples e objetivos na preservação dos nossos ideais, que são: manutenção da nossa Pátria, da democracia e do bem-estar da nossa gente.

Qual seria a sua mensagem final para o nosso Projeto de História Oral do Exército Brasileiro?

Dizem que o caráter equivale ao destino. As Forças Armadas, atendendo aos reclamos da sociedade, souberam, em 31 de março de 1964, estabelecer posições inequívocas em defesa de seus valores e da liberdade. A chance perdida pela esquerda, em 1964, no confronto com os valores democráticos defendidos pelas

Forças Armadas, fizeram-na inconformada. Jamais aceitará ter sido derrotada. Mas a Revolução venceu. Por isso, os feitos da Revolução não são reconhecidos. Feitos esses que tanto contribuíram para o crescimento do Brasil.

É preciso que se diga que esse Projeto de História Oral comporta-se como verdadeiro marco, o renascimento da História na citação de fatos que envolveram as Forças Armadas, imbuídas de suas missões constitucionais, na defesa da ordem e da legalidade. Para nós, particularmente, agradecidos pela lembrança, só nos resta, nesta hora, plagiar o poeta quando disse: “nós que ontem fomos homens, hoje somos uma época”. Muito obrigado.

Coronel José Roberto Eichler

- Natural da Cidade do Rio de Janeiro, RJ.
- Principais funções militares: Chefe de Seção no Estado-Maior da 9ª Brigada de Infantaria Motorizada (Escola), Rio de Janeiro, RJ; Analista do Centro de Informações do Exército (CIE), em 1980, cuja denominação foi alterada, depois, para Centro de Inteligência do Exército (CIE); Comandante do 5º Grupo de Artilharia Autopropulsada, "Grupo Salomão da Rocha", em Curitiba, PR; Chefe da Divisão de Contra-Inteligência e Subchefe do CIE.
- Foi instrutor e Chefe da Divisão Técnica de Ensino da Escola Nacional de Informações (EsNI).
- Desempenhou a função de ajudante-de-ordens do General Orlando Geisel, quando este era Chefe do Estado-Maior do Exército, em 1967, e, mais tarde, quando Ministro do Exército, no Governo do Presidente Médici (1969/1974).
- Possui todos os cursos regulares do Exército.
- Na eclosão da Revolução de 1964, era 1º-Tenente instrutor da Escola de Instrução Especializada (EsIE).

Entrevista concedida em 11 de julho de 2000.

Tenho a honra de participar com os senhores dessa iniciativa do Exército, que se denomina Projeto de História Oral, abordando o tema Revolução de 31 de Março de 1964.

Nestas palavras iniciais, reafirmo minha satisfação de participar do Projeto e emoção, inclusive, por estar aqui ao lado de companheiros diletos e personalidades que dão o seu testemunho a respeito do Movimento armado de 1964.

Inicialmente, vou lembrar alguns aspectos da minha experiência pessoal que, de alguma maneira, caracterizam a coerência de atitudes diante dos fatos ligados à Revolução de Março de 1964, desde o meu período de 2º-Tenente no Regimento Escola de Artilharia, na Vila Militar, quando tive a oportunidade de vivenciar a renúncia do Presidente Jânio Quadros. Esse episódio levou-nos à primeira definição político-ideológica da fase que antecedeu ao Movimento de 1964 propriamente dito.

Nessa época, 2º-Tenente, fomos instados a uma definição de atitude, porque o Regimento, depois transformado em Grupo, marcharia em direção ao Sul. Sua missão era apoiar um destacamento de vanguarda, com uma Bateria de Artilharia, na qual fui incluído, juntamente com outros oficiais, como é o caso do hoje General-de-Exército Max Hoertel, meu companheiro de subunidade.

Ultrapassada essa quadra, chegamos, em seguida, ao período que antecedeu imediatamente à Revolução de 1964, quando, então, me encontrava na Escola de Instrução Especializada (EsIE), como instrutor, com mais de duas dezenas de sargentos e graduados, em ambiente escolar. Naquela época, participávamos ativamente da interação, vamos dizer assim, com os companheiros das demais unidades, pois já vivenciávamos aquela sensação das vésperas do acontecimento, tendo em vista o quadro político institucional do País.

Na Escola de Instrução Especializada, cumpre ressaltar, apesar da quantidade de alunos e da grande maioria de sargentos, graduados, instruendos do Curso de Formação de Sargentos, ambiente em que seria natural encontrar dissidências, dúvidas, ou até contestações ao processo revolucionário, não houve um único caso de prisão ou defecção de qualquer aluno ou oficial da escola, conseqüência natural da ação de chefia e liderança do Comandante, o então Coronel Augusto de Oliveira Pereira, aspecto que merece realce.

Nessa oportunidade, destaco, também, o fraterno relacionamento que mantínhamos com os antigos companheiros do Regimento Escola de Artilharia, que se tornariam peças importantes no episódio ocorrido durante a marcha em direção ao Sul, para fazer face à uma possível ação vinda de São Paulo: contrariando ordens do Comandante da Unidade, que se posicionou contra a atitude revolucionária, aderiram ao Movimento. O Comandante foi preso e retirado do Comando.

Após a EsIE, em 1967, já capitão, servi como ajudante-de-ordens do General Orlando Geisel – Chefe do Estado-Maior do Exército, um dos líderes da Revolução. Pude, então, confirmar o acerto de minhas atitudes, desde 1961, como jovem 2º-Tenente, diante de chefes tão experientes e notáveis como foram homens da têmpera de um Orlando Geisel ou de um Odylio Denys e outros tantos chefes militares que construíram a história da Revolução.

Na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), em 1967 ainda, tive a oportunidade de participar de ações complementares ao processo Revolucionário, inclusive as desenvolvidas no ambiente universitário da Praia Vermelha, em conjunto com a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), uma vez que persistiam na área estudantil alguns focos de feitura ideológica contrários à Revolução.

Mais tarde, em 1969, fui honrado com o convite para ser Ajudante-de-Ordens do Ministro do Exército, o mesmo General Orlando Geisel. Foi um largo período da minha vida profissional, no qual tive a oportunidade, mais uma vez, de vivenciar o processo revolucionário no dia a dia, tomando conhecimento dos fatos através do Centro de Informações do Exército (CIE) e da ação das autoridades militares, a partir do próprio Ministro de então, coisas que afetaram profundamente a minha memória de oficial e participante dos acontecimentos.

Mais do que tudo ficaram marcadas as demonstrações de coerência, de patriotismo, interesse pelos destinos do País, desambição e honestidade de propósitos de todos aqueles que participaram do processo revolucionário, diante de decisões difíceis, em momentos problemáticos. Situações em que não ficávamos satisfeitos com o rumo dos acontecimentos, como, por exemplo, no caso dos seqüestros de embaixadores e de outras autoridades, que obrigaram o Governo brasileiro, inclusive, a aceitar uma troca de prisioneiros: réus confessos, assaltantes de bancos, assassinos, inclusive, responsáveis por atentados contra instalações militares. Fomos obrigados a ceder para conseguir libertar as autoridades.

Um fato pitoresco dessa fase conturbada deu-se quando, durante o seqüestro do Embaixador da Suíça, o Presidente convocou o Ministro do Exército ao Palácio Laranjeiras. Não tivemos tempo de organizar, sequer, o comboio para levar o Ministro, tendo eu que utilizar o meu próprio carro, um Fusca ano 1968. O Ministro viajava no banco traseiro e confessou que estava se sentindo seguro, porque ninguém sabia naquele momento da sua presença naquele carro, mas que também achava o carro muito barulhento, embora fosse o veículo adequado e proporcional a um capitão do Exército daquela época.

Outros tantos fatos se sucederam. Posteriormente, em 1980, ingressei, "vindo pelas mãos" do General Geraldo de Araújo Ferreira Braga, no Centro de Informa-

ções do Exército (CIE), mais tarde Centro de Inteligência do Exército. No CIE permaneci, em mais de uma oportunidade, por dilatado período da minha vida profissional, diria, a parte nobre da minha vida profissional, pois lá estive logo após ter realizado o Curso de Comando e Estado-Maior do Exército e estagiado na 9ª Brigada de Infantaria Motorizada (Escola), como Oficial do Estado-Maior Geral.

E aqui mais um comentário sobre o que considero sumamente importante: o meu testemunho em torno do serviço de inteligência do Exército, e como é praticado hoje. É uma atividade metodológica, científica, para a produção do conhecimento, que se destina ao assessoramento, no caso do Exército, do cliente principal, hoje, o Comandante do Exército. O assessoramento devido ao processo decisório é uma atividade isenta, profissional, como toda aquela desenvolvida em qualquer organização militar das nossas Forças Amadas, sem viés, sem desvio de conduta de qualquer natureza. Em toda a minha vida profissional de mais de quarenta anos, não assisti, em nenhum momento, a uma ordem subalterna, uma ordem que devesse ou que objetivasse subverter ou abusar do equilíbrio e da integridade do ser humano.

Dou esse testemunho, que considero importante, por ter vivenciado durante muito tempo essa atividade, a qual ainda desempenho, hoje, no Ministério da Defesa.

Eram tempos meio difíceis, não? Tensão e incerteza naqueles dias de muitas e justificadas preocupações.

Era um período de guerra. Na realidade, vivíamos um período de guerra revolucionária. As organizações que se entregaram à luta armada, que privilegiaram as armas para atingir os seus desígnios, algumas delas atuavam confessadamente de forma violenta. Não tinham dúvidas em executar os seus prisioneiros, as suas vítimas e até os seus integrantes. É um aspecto interessante que podemos ressaltar dessa experiência. Alguns casos, *a posteriori*, foram relatados em processos ligados à tortura, abusos dos direitos humanos, como sendo atribuídos às Forças Armadas e até às demais forças legais, polícia etc., que participaram do processo revolucionário. Na realidade, foram cometidos e perpetrados pelas organizações subversivas que lançavam os seus integrantes mais jovens e inexperientes nas linhas de frente. Às vezes, sacrificando-os, inclusive, com a perda das suas próprias vidas.

O objetivo de nosso Projeto é constituir um acervo para o futuro. Diante de um fato, de um evento, há uma visão imediata, há sempre outra posterior a médio prazo e certamente a visão histórica. O objetivo desse acervo é proporcionar informações, especialmente para esta última.

No âmbito da visão imediata, temos acompanhado a divulgação insistente de idéias no sentido de que a Revolução de 1964 interrompeu o clima de liberdade

que existia no País, ou como disse o jornalista Flávio Tavares: "O dinamismo da própria sociedade em que os trabalhadores e empresários reivindicavam às claras e o conflito era transparente." Ele diz isso em seu livro Memórias do Esquecimento.

O senhor poderia precisar quais foram as razões que levaram ao desencadeamento do Movimento Revolucionário de 31 de Março de 1964? Havia mesmo esse clima de liberdade como o jornalista apregoa?

Acredito que seja justamente ao contrário, em face das reivindicações em ritmo crescente, reivindicações que provinham da área trabalhista, por instância do recém-criado Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), da área estudantil, por intermédio da União Nacional dos Estudantes (UNE), e de outros movimentos, todos ligados ao Governo de Goulart, os quais se intitulavam como defensores da verdadeira democracia, dos conceitos democráticos. Governo que, sem dúvida, tinha um apelo ideológico. João Goulart, na minha opinião, mesmo agora sob a perspectiva histórica, era um homem despreparado para o desempenho dos pesados encargos de Presidente da República.

Herdeiro político do Presidente e ex-ditador Getúlio Vargas, ele, efetivamente, trazia essas idéias que estavam quase indissoluvelmente ligadas ao que, naquela época, chamávamos de "peleguismo". Eram reivindicações trabalhistas trazidas à baila, até positivamente, sem dúvida nenhuma, por Getúlio Vargas, visto que o povo trabalhador brasileiro de então, da fase ditatorial getulista, estava sem direito algum. Entretanto, o viés ideológico do Presidente João Goulart e de outras lideranças, comprometidas com o centro de irradiação do comunismo internacional, não era justo. Citemos, para exemplificar, o ex-tenente do Exército, de 1922, Luís Carlos Prestes que, sem dúvida, tramava uma modificação de modelo político para o País, associada a essas reivindicações estimuladas pelo movimento do "peleguismo".

Mas, na realidade, quando o Movimento revolucionário de 1964 eclodiu, toda a sociedade brasileira, inclusive a imprensa, com a única exceção, a do jornal carioca *Última Hora*, pedia a saída do Presidente. Iniciativas, como os planos plurianuais de Celso Furtado, e a atuação de Leonel Brizola, ele próprio o instigador do movimento da legalidade para que João Goulart fosse empossado, provocaram no Congresso um trabalho de oposição ao próprio Presidente Goulart. Uma coisa até incoerente se analisarmos isso sob a perspectiva histórica.

Então, consideravam negativamente a oposição, no Congresso Nacional, dos políticos, em geral – políticos de todos os partidos –, o compromisso do Presidente com as reformas de base, sob violenta pressão do "peleguismo", em particular a reforma agrária, o movimento sindical, este último tentando infiltrar-se nas Forças Armadas, fato incompatível com o perfil castrense em todos os tempos.

O pragmatismo nas relações diplomáticas com Cuba e Rússia, repudiado pela sociedade descrente, desconfiada e temerosa da ameaça esquerdista, convicta de que nossos costumes e tradições mais se harmonizavam com o nosso tradicional aliado de então, os EUA.

Hoje, nas análises e apreciações ocorrem omissões sobre o que acontecia na época, o ambiente em que se deu a Revolução de 1964. Naquela conjuntura o quadro mundial era da guerra fria, opondo-se as duas superpotências: Estados Unidos e Rússia e os países que orbitavam em torno. Esse ambiente teve alguma influência na ocorrência do Movimento de 31 de Março de 1964?

Acredito que sim. No aspecto ideológico, era visível a influência sobre o próprio Presidente João Goulart e todos aqueles que com ele compactuaram, para a obtenção do sucesso na implantação da república sindicalista no Brasil. A subversão, na sua marcha, quebrou a hierarquia e a disciplina das Forças Armadas, seus pilares fundamentais, algo intolerável.

Havia a submissão ao pensamento ideológico exportado de Cuba e da União Soviética, centros irradiadores do comunismo, aquele da estratégia do foquismo e da guerrilha.

Então havia, no seu entender, um processo de tentativa de tomada do Poder para implantação de um regime comunista, processo esse que foi abortado pela Revolução de 1964.

Diria que foi abortado pela iniciativa de toda a sociedade brasileira, apoiada na maioria do Congresso, nas forças vivas da Nação, nas mulheres, na Igreja católica de então – que não tinha a feição que passou a prevalecer mais tarde – e no sentimento anticomunista profundo, arraigado, das Forças Armadas.

Houve assim uma aglutinação de várias forças, não?

Uma galvanização seria a palavra.

Qual é a sua opinião sobre o posicionamento dos Estados Unidos com relação à Revolução de 1964?

Sem dúvida nenhuma, os Estados Unidos acompanhavam o processo e tinham posições definidas. Se não através de pressão, pelo menos por meio de um trabalho diplomático, inclusive no âmbito da diplomacia militar para que, evidentemente, o Brasil não se desgarrasse do bloco ocidental. Os Estados Unidos não poderiam assistir passivamente, como potência de presença estratégica internacional, que um país importante como o Brasil guinasse para a esquerda, acarretando conseqüências imprevisíveis para o equilíbrio de forças mundial.

Não acredito que tenha existido pressão, mas houve, evidentemente, uma atuação política, diplomática, de convencimento. O próprio Presidente João Goulart adotou uma atitude pendular, fraca, diante do governo dos Estados Unidos. Convidado a viajar aos Estados Unidos, esteve naquele país e diante do Presidente Kennedy, um líder inconteste e que era muito preocupado com os movimentos sociais, prometeu que adotaria uma atitude mais equilibrada em relação ao processo em curso no Brasil e, particularmente, em relação ao problema cubano. Compromissos que, evidentemente, ao retornar ao País, não honrou. Não só dessa feita, mas depois, quando da vinda do irmão do Presidente Kennedy ao Brasil, também para tratar de assunto semelhante, em face dos rumos que a situação interna estava tomando. Jango tratava, combinava e, na prática, agia de modo diferente. Diria: um político fraco, uma pessoa fraca.

Como o senhor percebeu o aspecto chefia/liderança, em particular naquelas nossas unidades e tropas que estiveram próximas de um confronto com outras unidades do Exército?

É um registro que faço com satisfação.

Em 1961, quando marchávamos em direção ao Sul, estivemos, realmente, próximos de entrar em combate contra as tropas vindas do Sul, sob o Comando do General Machado Lopes e influência de Leonel Brizola.

Chegamos até a fronteira de São Paulo com o Paraná e estávamos prontos para a ação se necessário fosse, mas, em nenhum momento desse nosso deslocamento, percebemos, em qualquer companheiro, soldado, praça graduada, comandante, em todos os níveis, a sensação de que alguém estivesse acovardado, que alguém estivesse amedrontado, ou que não estivesse pronto para cumprir, mesmo com sacrifício, a sua missão. Todos estavam em condições de entrar em combate e, daí em diante, nos diversos episódios dos quais participei, quando havia a iminência de confronto e era necessária a ação de comando e pleno exercício da chefia, só testemunhei atos que engrandeceram os oficiais, nos aspectos ligados à liderança, sem omitir graduados e praças que a exerceram de maneira nobre. Neste particular poderia adiantar mais alguns exemplos e referências que vêm desde o tenentismo, dos ideais revolucionários de 1922.

O senhor acabou de fazer referência aos ideais de 1922. O Movimento de 31 de Março de 1964 estaria apoiado em alguma ideologia?

Na realidade, o Movimento de 1964 foi uma contra-revolução. Certamente, como admitem os próprios revolucionários, não se configurou uma revolução.

Entre outros aspectos, a revolução pressupõe a quebra da normalidade institucional do país, de modo violento e, por certo, o que estava em marcha era um golpe baseado na ideologia comunista, visando à tomada do Poder. Esse golpe seria sem confronto, pois sua própria liderança já estava no Governo; seu mentor principal o próprio Presidente da República.

A contra-revolução não tinha uma ideologia, pois não se pode atribuir à democracia um caráter ideológico, isto é ideologia da democracia. O que existiu foi o repúdio à ideologia comunista, particularmente referindo-se às Forças Armadas.

Em 1935, aconteceram os atentados de Natal, no Rio Grande do Norte, da Praia Vermelha e do Campo dos Afonsos, no Rio de Janeiro e, pela primeira vez, foi ostensiva a tentativa clara de sublevação, com a conotação marxista-leninista; vilania responsável pelos assassinatos de companheiros que tombaram vitimados por indigna traição, quando ainda dormiam, perpetrando-se outras agressões ignominiosas que provocaram nas Forças Armadas, particularmente no Exército, uma profunda repulsa.

Alguns historiadores, alguns autores acreditam que se não tivesse acontecido a Intentona Comunista de 1935, não teria havido a contra-revolução de 1964. Porque aquilo atingiu profundamente o sentimento democrático e de legalidade das Forças Armadas.

Durante o período revolucionário e principalmente após esse período, foram levantadas muitas críticas à Revolução de 1964. Quais são, na sua opinião, os principais erros e acertos da Revolução de 1964?

No campo político, devemos reconhecer alguns momentos de dificuldade na gestão do País, porque os militares não têm formação política. Mesmo assim, apesar de não dispor daquelas ferramentas, de natureza política, necessárias para o exercício da complexa administração de um país, apesar de não conduzirem os destinos do Brasil à maneira como os políticos fazem, é claro que me refiro ao sentido positivo do termo e não à política do "p" minúsculo, os governos revolucionários se destacaram sobremaneira.

Para o combate à subversão, a fim de facilitar a continuidade do processo, de alguma maneira, houve necessidade de maior aplicação nos problemas da segurança interna.

O que aconteceu? As atividades de informações, naquela época, fundamentais para bem conduzir o processo decisório, eram incipientes no Brasil, embora melhor compreendidas e exercitadas pelas Forças Armadas, apesar de voltadas, primordialmente, para os aspectos peculiares às informações de combate. A infor-

mação como ferramenta para a produção do conhecimento, para assessorar as autoridades que vão decidir, abrangendo todos os campos do Poder, de alguma maneira, era uma novidade. Tivemos que ampliar para o ambiente nacional algo que fazíamos em ambiente castrense.

Ocorreu, então, uma certa inversão do processo e as ações da subversão tomaram a dianteira. Mas havia uma razão. Era necessário buscar conhecimento sobre o inimigo de então, as organizações subversivas marxistas-leninistas, trotskistas e de toda ordem e, ao mesmo tempo, era decisivo combatê-las, neutralizá-las, para evitar que destruíssem a estrutura do Estado.

Assim, quando as operações militares de combate à subversão se adiantaram e tomaram a primeira linha, dentro do Sistema de Segurança Interna, o desvio gradualmente foi sendo corrigido. O processo da produção do conhecimento tem início com o analista, o homem de gabinete, aquele que está pensando, procurando o conhecimento necessário para suprir o elemento que vai decidir. Enquanto conduz o processo, a área operacional vai buscar o conhecimento de que ele necessita para complementar o quebra-cabeça que está sendo resolvido.

As Forças Armadas, no início, não tinham uma estrutura adequada?

Não tinham. É verdade.

Daí derivam a criação dos órgãos como o Serviço Nacional de Informações (SNI), o Destacamento de Operações de Informações (DOI), o próprio agravamento da Lei de Segurança Nacional. O senhor julga que foi realmente necessário?

Sem dúvida nenhuma. Foi o aparelhamento, a instrumentalização em benefício daqueles que conduziam o processo revolucionário, instrumentos fundamentais para ordenar o processo, sem os quais teriam perdido seguramente a direção, o comando das situações, porque, sem conhecimento, não há decisão, sem a informação, não há decisão correta.

No início, tínhamos os CEOPs, Centros Especiais de Operações, mais tarde DOI/CODI (Centro de Operações de Defesa Interna)?

Isso foi progressivo e, ainda hoje, se examinarmos a metodologia utilizada para o planejamento da segurança interna de responsabilidade dos comandantes de área, para a manutenção da segurança das instituições e casos de ameaça à ordem pública, vamos verificar que são muito semelhantes aos planejamentos feitos àquela época.

Esses órgãos foram criados para proporcionar, concomitantemente, o combate à subversão, na linha de frente: a prisão, o interrogatório, a avaliação das

estruturas do inimigo e a obtenção de informações para realimentar o processo da produção do conhecimento.

Na verdade eram equipes multidisciplinares como se explora hoje em dia.

Hoje está muito em voga, temos aí a inteligência competitiva e outras modalidades que não são pejorativas; no entanto, a nossa ficou pejorativa.

Qual a sua opinião acerca do panorama político dos governos revolucionários, em particular o comportamento do Congresso Nacional?

Aí retorno ao fenômeno do tenentismo. Desde a Proclamação da República com Deodoro e depois Floriano, houve sempre uma maneira específica de tratar os militares. Denota uma preocupação da liderança política civil em – creio até como uma espécie de defesa – manter o militar padrão Duque de Caxias... O político civil sempre fez uma espécie de restrição às lideranças militares. Aceita a liderança militar porque percebe o peso da força das armas. É como se ama a Deus, de duas maneiras: pelo amor ou pelo temor.

Os civis temem as Forças Armadas porque sabem que são poderosas. São poderosas quer em termos organizacionais, quer por seus valores morais e espirituais, pouco comuns a inúmeros segmentos da sociedade. Nós, militares, vemos isso com alguma clareza e podemos ser até chamados de sectários, narcisistas, por admitir esse quadro de condutas, por achá-lo bom, porém, os políticos não pensam assim.

Tanto foi assim em nossa história que esse processo acabou descambando para as idéias positivistas de Augusto Comte, que afloraram na revolta dos tenentes, em 1922. Eduardo Gomes, Siqueira Campos e tantos outros – alguns sacrificando a vida – já naquele momento mostraram a insatisfação do estamento militar em relação à política praticada pelos civis nos diferentes períodos. De alguma maneira, era uma política discriminatória que visava a colocar os militares num plano subalterno às decisões civis.

No regime democrático, é saudável que se tenha, não o poder civil, porque não reconheço diferença entre poder civil e militar, mas as lideranças políticas civis encaminhando os anseios e os ideais da população brasileira da qual são representantes. Os militares, poucos são os que se devotam aos cargos eletivos.

Em situações de anormalidade, entretanto, sempre se verificou que esses mesmos civis que discriminavam os militares buscavam os quartéis. Existe até a figura "de pires na mão", pejorativa também, mas foi assim em 1964. Tive a oportunidade de presenciar, por largo período, de vivenciar a aproximação das lideranças políticas do País junto às lideranças militares, particularmente, no período em que fui ajudante-de-ordens do Ministro do Exército.

Essa situação das lideranças civis qualifico como uma espécie de oportunismo. Certamente não de todos, mas na hora da necessidade eles se louvam, apóiam-se nos militares. Mas, em verdade, é algo sem profundidade, não é duradouro. Quando passa a crise, muitas vezes aqueles que estiveram lado a lado conosco, rompem esses liames e passam a distratar as Forças Armadas e acusá-las de maneira impenitente.

Durante o período revolucionário, houve cerceamento da liberdade individual, da liberdade de expressão? Houve prática de torturas?

Acredito que o cerceamento das liberdades individuais aconteceu na medida do necessário, exclusivamente do necessário.

A imprensa brasileira apoiou a eclosão da contra-revolução de 1964, com uma única exceção, a do jornal *Última Hora*. Isso está registrado pela história. De qualquer forma a restrição a essas liberdades, – a de imprensa, a mais decantada, a dos procedimentos legislativos, eleitorais etc.– sem dúvida nenhuma ocorreu. Uma natural conseqüência de um processo revolucionário.

Foi uma revolução que criou limites para o seu próprio desenvolvimento. Marcou o reingresso na totalidade das franquias democráticas, com dia e prazo, obviamente dentro de uma evolução lenta e gradual. A própria Revolução se autolimitou.

No aspecto referente aos direitos humanos, creio que tenham acontecido, em alguns momentos, alguns episódios de exacerbação, do que se chamou tortura. Mas as Forças Armadas jamais estiveram interessadas em criar vítimas, em torturar pelo simples prazer de torturar porque eram inimigos.

As Forças Armadas brasileiras, tradicionalmente, são magnânimas no trato com o inimigo. Agora é verdade que, numa guerra, quando se precisa obter do inimigo dados sobre suas operações, embora sob convenções internacionais como a Convenção de Genebra e outras, são realizados interrogatórios. Então, em ações descentralizadas, em ações de ponta, no correr de operações, quem é que pode garantir que, no fragor da luta, não existiria um momento ou outro em que o interrogatório não transitasse para um quadro de violência, que não é compactuado por nenhum de nós, hoje, como não era naquela época. Ninguém pensava dessa forma, ninguém determinou que isso fosse feito, mas como deturpação do processo teria acontecido efetivamente a transgressão dos direitos individuais da pessoa humana.

Uma outra pergunta, já agora partindo para o período de abertura política, do desengajamento. Falou-se muito do "revanchismo" por parte dos civis que voltaram ao Poder. Qual é a opinião do senhor sobre esse "revanchismo" e sobre a Lei da Anistia.

Todo processo violento de alteração da normalidade, seja ele institucional ou não, é sempre um movimento pendular. O pêndulo, como nós sabemos nos tempos de alunos de física, tem uma oscilação que ultrapassa sua posição de repouso e normalmente vai para o outro lado. Reputo o processo que acontece hoje de uma elongação do pêndulo.

Se examinarmos, agora, o processo político brasileiro, vemos nas lideranças políticas, nos cargos de primeiro e segundo escalão do Governo brasileiro, aqueles mesmos elementos que ontem participavam da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), foram motoristas de Marighela, marxistas declarados como o próprio Presidente da República o foi e não nega, discípulo direto de Florestan Fernandes, como José Gregori, José Serra, o Governador de São Paulo, Aloysio Nunes Ferreira e tantos outros. Estas pessoas que assumiram posições, porque há os que não têm a coragem sequer de assumir posições.

A partir da estratégia de distensão lenta e gradual, promovida com sábia visão pelo Presidente Ernesto Geisel, organizou-se um esquema que explica essa posição do pêndulo: do outro lado do esforço. As Forças Armadas brasileiras, como de resto as Forças Armadas sul-americanas, sofrem, atualmente, restrições por parte das lideranças civis que empolgaram o governo de seus países. Basta que olhemos o Chile de Lagos, a Argentina e outros países que acabam de eleger seus presidentes que se encontravam mais à esquerda naquele processo.

Vejo isso com certa naturalidade. Trata-se de um momento histórico que deverá caminhar para a posição de equilíbrio. Tem duração finita, na minha opinião, na minha análise. Entretanto as Forças Armadas, seguramente os seus integrantes que, ainda hoje, estão aqui, como eu, como você e outros tantos que participaram do processo, estamos pagando um certo tributo por isso. Evidentemente, houve e está havendo “revanchismo”.

Gostaria que o senhor deixasse aqui uma última mensagem sobre a Revolução de 1964, com a sua visão ampla do Movimento.

Acho que não deixei nenhuma dúvida sobre o meu posicionamento e maneira como vi e participei do processo.

Sou neto de imigrantes suíços, meu pai era suíço e me educou com disciplina, temente a Deus, respeitando os valores da família, da nossa sociedade, por fim, os valores mais caros da civilização ocidental.

Naquela época, já como 2º-Tenente, fui obrigado a definir-me. Não foi só a vivência obtida nos bancos escolares, na Academia Militar, na Escolas Preparatória, afinal no ambiente castrense. Obviamente um todo que exerceu grande influ-

ência, moldou a minha personalidade. Mas, sem olvidar a educação e os valores que trouxe de berço, de minha família. Nunca tive dúvidas a respeito das posições que adotei e não tenho dúvidas hoje.

Vejo que o mundo atual, globalizado, antes multipolar e depois unipolar; as assimetrias, as mudanças radicais de um momento para o outro, onde o conhecimento é importantíssimo nesse processo todo, vai influir na estrutura das nações organizadas, nos seus povos, nas noções de pátria, de soberania etc.

Mas acredito também que os valores da nossa civilização não devem ser arrostados por qualquer ideologia, qualquer empreitada, coligação ou país, sejam os inimigos de ontem que dentro do atual pragmatismo são parceiros econômicos, potenciais aliados, num mundo globalizado, como é o caso da União Soviética, de Cuba e de outros países, seja o próprio Estados Unidos. Ninguém deve desconhecer os valores da nossa cultura que moldaram e moldam a nossa civilização, porque a Revolução não foi feita pelo Tenente Eichler de então, nem pelo General Denys, foi feita pelo povo brasileiro.

Alguns hoje querem desconhecer esse fato e atribuir às Forças Armadas todo o peso da decisão e a culpam pelos eventuais erros sem lhes tributar os inúmeros acertos.

Mas acredito que o acontecido poderá repetir-se, se o País for ameaçado nos seus valores. Acredito no nosso povo, na nossa civilização. Que os governantes não se iludam porque o povo sabe o que quer e quem sabe o que quer vai mais longe. Muito obrigado.

Coronel Hahenderson Vieira

- Natural da Cidade de São Gonçalo, RJ.
- Como Oficial Superior, exerceu as seguintes funções ou comissões: Assessor da Agência Regional do Serviço Nacional de Informações (SNI) em Recife, PE; Adjunto da 2ª Seção da 7ª Região Militar/Divisão de Exército (7ª RM/DE), em Recife, PE; Adjunto da 2ª Seção da 1ª Subchefia do Estado-Maior do Exército (EME), em Brasília, DF; Assessor da Seção de Assuntos Estratégicos do EME; Assessor e Chefe de Seção do Centro de Informações do Exército (CIE), de 1984 a 1987; Comandante do 10º Grupo de Artilharia de Campanha, em Fortaleza, CE; Chefe do Estado-Maior da 13ª Brigada de Infantaria Motorizada (1990), sediada em Cuiabá, MT; Assistente-Secretário do General-de-Brigada Alcedir Pereira Lopes, Comandante do Apoio Regional da 1ª RM, no Rio de Janeiro; e Chefe de Gabinete da Diretoria de Transportes, em Brasília.
- Após a passagem para a Reserva, exerceu a função de Assessor de Informações Estratégicas da 2ª Subchefia do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA); No momento, exerce a função de Assessor do Departamento de Assuntos Internacionais da Secretaria de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais do Ministério da Defesa.
- Possui todos os cursos regulares do Exército; Estágio de Analista de Informações e Curso de Informações do Campo Externo (1983) da Escola Nacional de Informações (EsNI).
- Na eclosão da Revolução de 1964, era 1º-Tenente, servindo no 1º GO 155 (Grupo de Obuses), atual 11º GAC (Grupo de Artilharia de Campanha), Vila Militar, Deodoro, Rio de Janeiro.

Entrevista concedida em 11 de julho de 2000.

Sinto-me honrado pelo convite para participar desse importante Projeto de História Oral. As futuras gerações serão beneficiadas quando passarem a consultá-lo como fonte preciosa de informações sobre o Movimento revolucionário de 31 de Março de 1964.

Inicialmente, considero necessário reportar-me à fase de minha vida como subalterno, em especial, no posto de 2º-Tenente.

Em 1962, fui transferido de Cruz Alta, RS, para o Primeiro Grupo de Obuses 155 (1º GO 155), em Deodoro, na Cidade do Rio de Janeiro. Apresentado à Unidade, quase que de imediato, achei sensato definir minha posição em face da renúncia do então Presidente Jânio Quadros. Na época, foram questionadas tais manifestações em todos os quartéis.

Comandava o Grupo, o Coronel Sílvio. Na oportunidade, o GO passou a integrar o Grupamento Alfa que iria descer em direção ao Sul, em cumprimento de missão, naquele episódio.

Pautávamo-nos pela democracia, entendimento que embasava nossa formação militar. Embora fosse muito novo, essa já era minha convicção, aliás fortalecida pelos ensinamentos transmitidos por meus pais.

Ultrapassado o período da renúncia do Jânio Quadros, passamos a viver momentos difíceis, sacrificados mesmo. Por exemplo, o GO 155, e outras Unidades, como o Primeiro Regimento de Obuses 105 (1º RO 105), sistematicamente ocupavam as estações de trem, a fim de manter a ordem; a todo instante irrompiam os "quebra-quebras" que a gente chamava de "quebra-quebra do feijão". Chegou a ponto de as Forças Armadas serem incumbidas de comercializar gêneros alimentícios nas ruas. Saíamos com uma viatura de cinco toneladas, abarrotada de arroz para vender à população, por força de determinação do governo. Isso acontecia em São João de Meriti, em Nova Iguaçu, em Nilópolis, sempre enfrentando sérios problemas. O povo sofrido queria o produto e nós – um 2º-Tenente, um sargento, um cabo motorista e um soldado – tínhamos que fazer das "tripas coração" para conseguir controlar a multidão. Isso me marcou muito, quando, 2º-Tenente, ainda novinho, começava a minha vida militar, movido pelos ideais da juventude militar.

Mais tarde veio a Revolução de 31 de Março de 1964. Nessa ocasião, nosso quartel era comandado pelo Coronel Nilton Freixinho. Comentavam que ele era "viga" do Ministro Jair Dantas Ribeiro. Na verdade, o Coronel Freixinho sempre se desempenhou de forma muito profissional, mas todos apontavam seu lado político-ideológico voltado para a esquerda. Havia, em nossa Unidade, que nós sabíamos, um subtenente chamado Catre e um cabo, cujo nome não me recordo, da

Seção de Topografia da 2ª Bateria do Grupo que tinham atitudes que não condiziam com a conduta disciplinada de um militar. Contestavam muito, não respeitavam a hierarquia, principalmente diante dos oficiais subalternos; com o Capitão Comandante da Bateria, mostravam um pouquinho mais de respeito. Ambos, logo após a Revolução, foram presos. Realmente estavam comprometidos com as facções de esquerda. Havia também um Capitão-Dentista que, logo após o eclodir da Revolução, quando foi realizada a primeira reunião de oficiais, manifestou-se contra o Movimento. Nesse momento, foi preso e recolhido à Companhia de PE (Polícia do Exército). Respondeu ao inquérito normal, mas não chegou a ser cassado. Já o cabo e o subtenente, esses sim, foram demitidos do Exército.

Servi algum tempo no 1º GO 155. Vi as coisas acontecerem e continuarem num crescendo até irromper a Revolução. Depois houve um período de calma, quando, em 1968, fui transferido para a Escola de Sargento das Armas (EsSA). Veio o que chamaria de segunda fase, a partir do AI-5. Depois disso, transferido, cursei a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) e fui movimentado para Recife.

Já em 1971, em Recife, o Comandante do IV Exército era o General Potyguara (Moacyr Barcellos Potyguara), decididamente voltado para a área de comunicação social. Foi substituído pelo General Dale Coutinho (Vicente de Paula Dale Coutinho), oriundo de Artilharia, que, na época da Revolução, comandava a Artilharia Divisionária da 1ª Divisão de Infantaria, a AD/1, na Vila Militar. O General Dale Coutinho voltou-se para a área de inteligência – então chamada de informações. Já existiam os Destacamentos de Operações de Informações (DOI) em outros pontos do País e, por manter um contato maior com o General Dale Coutinho, fui designado para criar o DOI de Recife. Não era o chefe, porque havia um outro capitão bem mais antigo do que eu.

Para a criação do DOI de Recife, fomos apoiados, inicialmente, pelo Centro de Informações do Exército (CIE). Após o impulso inicial, começamos a caminhar com as nossas próprias pernas. Derrotamos as várias organizações subversivas; o Partido Comunista Revolucionário (PCR) e o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), praticamente, foram dizimados na área do Nordeste: Recife, João Pessoa, Natal e Maceió. Foram várias as operações realizadas e desbaratamos aqueles grupos, os principais dentro da área do Nordeste.

Após esse período, fui alçado à Seção de Operações do SNI, na Agência de Recife. Continuei o trabalho, mas não era do mesmo tipo do Destacamento de Operações de Informações. Fui para o setor de análise, tendo em vista o conhecimento que havia adquirido no DOI de Recife. Lá, permaneci seis anos. Depois, ingressei na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Após o curso,

retornei para Recife, e fui classificado na 2ª Seção da 7ª Região Militar, onde continuei o trabalho de análise, na área de inteligência.

Dois anos e pouco depois, transferiram-me para Brasília, também para o setor de inteligência, até 1983. Neste ano, iniciei o curso de Informações no Campo Externo, na então Escola Nacional de Informações. Fruto desse curso, classificaram-me no Centro de Informações do Exército (CIE), onde fiquei até 1987, quando fui comandar, em Fortaleza, o 10º Grupo de Artilharia de Campanha.

Após o Comando, retornei para o CIE. Do CIE fui para Cuiabá, convidado pelo General Alcedir, recém-promovido, e que me chamou para acompanhá-lo como Chefe do Estado-Maior da 13ª Brigada. Após isso, o General foi transferido para o Rio de Janeiro e segui junto, como Assistente. Mais tarde, para a Chefia de Gabinete da Diretoria de Transporte e daí para a reserva.

Na reserva, fui novamente procurado e sondado para trabalhar no Estado-Maior das Forças Armadas, por um colega de turma, meu amigo, o General Ariel Pereira da Fonseca. Como também já conhecia a minha história na área de inteligência, convidou-me para trabalhar na 2ª Subchefia do Estado-Maior das Forças Armadas. Essa foi a minha trajetória, em termos de trabalho no campo da inteligência.

O GO 155 executou alguma ação, na eclosão do Movimento revolucionário?

Na noite da Revolução, estávamos de prontidão, e nós, subalternos, não sabíamos precisamente como se daria o Movimento. Fôramos informados de que algo sério estava para acontecer, mas não conhecíamos o quando e nem o que teríamos que fazer. Na madrugada desse dia, o Coronel Nilton Freixinho, nosso Comandante, que não parecia ter-se definido a favor dos revolucionários, foi à 1ª DI conversar com o General Dale Coutinho, Comandante da AD/1 e pedir para não ser exonerado do Comando, porque estava receoso de que isso fosse acontecer. Mas nós, seus subordinados, até então, já nos preparávamos para receber o novo Comandante, o Coronel Joaquim Antonio da Fontoura Rodrigues.

Na realidade, o trabalho de "sapa" que o Coronel Freixinho foi fazer na 1ª DI foi bem-sucedido. Na época, comandava a Divisão o General Orlando Geisel e ele se comprometeu a não destituí-lo do Comando, de imediato.

Em alguns quartéis da Vila Militar, naquela noite, os Comandantes foram presos. O Coronel Freixinho conseguiu, pois era muito estimado, não ser destituído naquela noite. Ainda permaneceu no Grupo durante três ou quatro dias, quando, então, passou o Comando, sem o aparato normal dessas ocasiões; entregou o cargo, simplesmente. O Coronel Fontoura chegou ao quartel e assumiu. O Coronel

Freixinho foi classificado em Ouro Preto, em uma CSM. Depois disso, não sei mais o que aconteceu com ele, mas não foi cassado, de que eu tenha conhecimento.

Oficial de Reconhecimento da 1ª Bateria do GO, eu e os demais companheiros estávamos preparados para apoiar o Coronel Fontoura, vendo de maneira favorável a substituição do Coronel Freixinho. O nosso Subcomandante orientava adequadamente os Comandantes de Bateria. Era o Major Sylvio Rebello de Azevedo.

A idéia de que a Revolução veio a interromper o clima de liberdade que existia no Brasil foi divulgada pelo jornalista Flávio Tavares no seu livro "Memória do Esquecimento". No seu entendimento o Brasil vivia, antes da Revolução de 1964, um processo de ampla liberdade em que todos discutiam, questionavam, reivindicavam, e a Revolução acabou com esse período de liberdade. Nesse ambiente, quais seriam as causas que levaram ao Movimento Revolucionário de 1964?

Acredito que foi uma necessidade imperiosa pôr fim ao ambiente caótico em que vivíamos. Mais do que ampla liberdade, imperava a anarquia, todo mundo fazia o que queria, todos contestavam. Protestos completamente descabidos, provocados pelas diversas organizações infiltradas pela ideologia comunista, cujo propósito era subverter a ordem democrática, visando à tomada do Poder. A Revolução ocorreu numa época em que guerrilha, terrorismo, seqüestros, atentados, faziam parte do dia a dia, como hoje faz parte do dia a dia a questão do narcotráfico. O principal problema, nesse período, foi enfrentar alguns estamentos da nossa sociedade, fortemente infiltrados pelos comunistas e apoiados, ostensivamente, pelo próprio Presidente da República.

Na sua opinião, houve influência da guerra fria, conseqüência da bipolarização mundial pós-Segunda Grande Guerra, na eclosão da Revolução de 31 de Março de 1964.

Certamente, como um dos desdobramentos da guerra fria, agravou-se a atividade chamada de "ameaça vermelha" em nosso País.

O comunismo passou a constituir uma ameaça real tanto no âmbito interno quanto no internacional, afetando importantes interesses e aspirações, vitais para o nosso desenvolvimento.

Qual era o ambiente político brasileiro, pouco antes da Revolução?

No ambiente político, crescia a infiltração comunista e os políticos de esquerda tinham o apoio do Presidente da República e do Movimento Comunista Internacional. Aqueles que sustentavam os ideais democráticos sofriam um forte patrulhamento ideológico e, até mesmo, ameaças e violências.

Havia cooptação de militares ou infiltração nas organizações castrenses por parte da ideologia de esquerda?

Não, não diria que tivesse havido cooptação ou infiltração, pelo menos na minha Unidade. Nas outras organizações militares, não posso afirmar porque não mantinha muito contato. Tive conhecimento de que, no então Regimento Escola de Artilharia (REsA) e no próprio 1º RO 105, onde serviam alguns companheiros de turma, teriam ocorrido alguns problemas maiores. Mas não aconteceu no GO-155. Até porque, os dois que foram inicialmente identificados, o subtenente e o cabo, já estavam sendo postos sob cerrado acompanhamento. Sabíamos como proceder, no caso de se excederem. Quanto ao Capitão-Dentista, só viemos a tomar conhecimento de sua posição com o novo Comandante. Quando o Coronel Fontoura promoveu sua primeira reunião, perguntou quem estava contra o Movimento Revolucionário e o capitão manifestou-se a favor da legalidade. Foi o único que, aparentemente, sem vínculo com a esquerda, no momento final, na hora da virada, declarou sua opinião, claramente, contra a Revolução Democrática.

As Forças Armadas, em particular o Exército, foram intérpretes da vontade nacional, ao deflagrar a Revolução de 31 de Março de 1964?

Acredito que o Exército foi o principal intérprete da vontade nacional. Em oposição às forças de esquerda, deu-se a afirmação das correntes democráticas, nas quais as Forças Armadas estavam incluídas, posto que compromissadas com a manutenção dos objetivos nacionais permanentes, como a integridade nacional e a democracia. Sem dúvida, a ação pronta dessas correntes trouxe o país de volta à normalidade institucional, agindo com rigor e firmeza. Com atuação decidida e firme, o Exército foi o intérprete maior da vontade nacional.

Hoje circulam teorias de conspiração segundo as quais o Movimento de 1964 foi manejado de fora do país. Afinal, o Movimento foi de caráter exclusivamente interno, exclusivamente nacional, ou houve alguma influência ou até mesmo auxílio externo, particularmente dos Estados Unidos?

Desconheço auxílio externo de qualquer país, particularmente dos Estados Unidos. Mas o que se pode dizer é que os Estados Unidos, uma das lideranças da democracia mundial, e um dos pólos da guerra fria, seriam certamente favoráveis a nossa Revolução, até mesmo pelo *status quo* da bipolaridade. Os Estados Unidos eram o principal ator contra o Movimento Comunista Internacional. A União Soviética procurava fortalecer o MCI; o Brasil estava infiltrado e sofria a sua influência, através daquelas pessoas a serviço da esquerda.

Aumentou a união e coesão das Forças Armadas, como uma decorrência natural da Revolução de 31 de Março de 1964?

Com a Revolução, a coesão das Forças Armadas ficou fortalecida.

A partir do momento em que tivemos que cerrar esforços contra a ameaça comunista, a união das Forças Armadas aumentou e foi inteligentemente promovida pelos chefes.

A Revolução de 1964 trouxe prejuízos ou benefícios ao País?

Os benefícios trazidos foram enormes e de toda ordem; especialmente, tirou o País de uma posição secundária e fê-lo desenvolver-se a níveis admiráveis.

Como exemplo, o progresso alcançado na área da ciência e tecnologia que trouxe, como conseqüência, o crescimento do nosso parque industrial. Esse foi um benefício muito grande, bastante significativo.

O desenvolvimento das comunicações e transportes ensejaram maior integração nacional.

A mídia, de modo geral, tece críticas à Revolução de 1964, apontando os erros cometidos durante o período em que se manteve no Poder. Na sua opinião, quais seriam eles?

Penso que o principal erro foi o tempo de permanência no Poder.

Até hoje nenhum regime forte se eternizou no Poder. Cuba, com 40 anos, já está em fase de decadência. Tivemos oportunidade de encerrar o período revolucionário, entregar novamente o destino do País aos civis e não o fizemos. Um dos principais erros foi esse.

Os militares jamais desejaram permanecer no Poder. Esperavam a oportunidade adequada para entregá-lo novamente aos civis.

Houve cerceamento da liberdade de imprensa, de expressão artística e a prática de tortura contra presos?

Não há como negar que houve cerceamento dessa liberdade. Na época, era necessário conter a avalanche dos comunistas e dos aproveitadores que estavam infiltrados na imprensa, nas universidades, no meio artístico, no meio político, no meio empresarial e no meio militar. Queriam, de qualquer forma e por qualquer meio, voltar a comandar as ações no País, isso no período imediatamente após a Revolução.

Com relação à prática de tortura, é uma tecla que tem sido muito batida na imprensa.

Ora, temos que combater o inimigo com as mesmas armas que ele utiliza. Se não soubermos combatê-lo com suas próprias armas, iremos sucumbir. É possível que,

em alguma época, tenha havido, deve ter havido, alguns excessos, talvez até alguma tortura. Não digo que isso não tenha acontecido. Como se sabe, participei da criação, da implantação e do desenvolvimento de um Destacamento de Operações de Informações (DOI), em Recife. Passei nele dois anos, quando caíram as duas principais organizações subversivas do Nordeste: o PCR e o PCBR. Alguns líderes foram presos de imediato. Para prender os outros, foi realizado um amplo trabalho de "campana", de espera; durante os dois anos nos quais passei trabalhando no DOI, não soube de qualquer caso de tortura. Mas não digo que tenha sido regra geral; talvez tivesse ocorrido, mas se houve, foi coisa episódica. Episódica e restrita até a algumas pessoas.

Durante o período de implantação dos DOI, era reduzido o número dos militares qualificados para trabalhar nesse tipo de organização. E o que aconteceu? Tivemos que pedir a contribuição da Polícia Civil, da Polícia Federal e da Polícia Militar, e isso foi o calcanhar-de-aquiles, porque o pessoal que vinha trabalhar conosco trouxe o mau hábito policial, isto é, bater para conseguir a informação. Cabia ao condutor do trabalho não deixar que isso acontecesse, mas nem todos estavam presentes na hora do interrogatório de um preso. Não porque não quisessem e sim porque estavam em outra operação, e aí, nesse caso, ocorria o excesso e quando o responsável chegava de volta, o erro já tinha sido cometido. Por isso repito, não posso afirmar que não tenha ocorrido. Deve ter existido. Mas foi episódico, esporádico, talvez até por força da quantidade de pessoas que atuavam dentro de um organismo dessa natureza, para fazer interrogatórios.

Durante o período revolucionário, as Forças Armadas aproveitaram-se da situação em seu próprio benefício, sejam organizações ou integrantes, individualmente?

Não acredito que as Forças Armadas tenham se aproveitado, em seu próprio benefício, durante o período revolucionário.

Se isso tivesse acontecido, as Forças Armadas não estariam no estado de penúria em que se encontram hoje, tanto no aparato bélico quanto na questão salarial. Aliás, naquela época, não existia a corrupção e a gatunagem que hoje proliferam no setor público e privado.

Qual a sua avaliação do processo de abertura desde o Governo do Presidente Ernesto Geisel?

Sempre fui contra esse tipo de abertura que ocorreu. Se tivesse sido conduzido de forma lenta e gradual, como foi decantada e era para ser feita, talvez estivéssemos em melhores condições. Mas a abertura foi realizada de maneira muito rápida e os novos dirigentes não observaram o processo naturalmente.

Os militares perderam a batalha da comunicação social?

Creio que perdemos. Não conseguimos responder à sociedade, na hora em que ela precisava de resposta, enquanto a mídia fazia uma campanha enorme para denegrir a imagem das Forças Armadas. Em momento algum ocorreu o revide. Responderam sim, ao público interno, mas para a sociedade que estava recebendo aquele *input* dos infiltrados, nada ficou esclarecido, nos calamos. Mesmo assim, o Exército ainda é a instituição de maior credibilidade, hoje, no País.

Coronel Vieira, estamos chegando ao fim. Gostaria de perguntar qual a mensagem final que o senhor deixaria conosco para o Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 1964. Trabalho nele com muito entusiasmo e com a vontade de deixar algo para o futuro. Eu gostaria de saber a sua mensagem final.

A mensagem final que devo deixar é ressaltar a importância de um projeto tão amplo quanto este que está sendo iniciado agora. Se os objetivos a que se propuseram seus responsáveis forem atendidos, acredito que as gerações futuras poderão beneficiar-se amplamente na busca da verdade sobre a Revolução de 31 de Março de 1964.

Coronel Carlos Fernando Freitas Almeida

- Natural da Cidade de Belém, PA.
- Principais funções militares: Instrutor da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN); Assistente-Secretário do General-de-Divisão Geraldo Magarinos de Sousa Leão, Subchefe do Estado-Maior do Exército, em Brasília; Chefe da 2ª e 3ª Seções do Comando da 4ª Região Militar (4ª RM), em Juiz de Fora; Comandante do 15º Batalhão de Infantaria Motorizada (15º BIMtz), em João Pessoa, na Paraíba; Chefe da Seção de Operações do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), em Brasília; e Chefe do Estado-Maior da 10ª Região Militar (10ª RM), em Fortaleza, e 11ª Região Militar (11ª RM), em Brasília.
- Desempenhou, ainda, as seguintes funções: Secretário Permanente do Grupo de Trabalho de Cooperação Militar Brasil-Venezuela; Secretário Permanente das Reuniões de Conversações entre o Alto Comando das Forças Armadas do Brasil e do Peru; e Representante Permanente do Programa Calha Norte.
- No momento, exerce a função de Assessor do Departamento de Política e Estratégia da Secretaria de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais do Ministério da Defesa.
- Possui todos os cursos regulares do Exército e a Escola Superior de Guerra.
- Na eclosão da Revolução de 1964, era 1º-Tenente e servia no Batalhão da Guarda Presidencial (BGP), em Brasília.

Entrevista concedida em 03 de agosto de 2000.

Agradeço a oportunidade de colaborar com este tão importante projeto que vai resgatar a história da Revolução de 31 de Março de 1964. Voltemos a 1963 e anos seguintes.

Nessa ocasião, servia no 10º Batalhão de Infantaria (10º BI), em Juiz de Fora. Embora muito jovem, já alimentava idéias contra o comunismo, convicção adquirida do meu pai, anticomunista ferrenho, que me aconselhava, sempre que viajava ao Rio de Janeiro. Meu pai preocupava-se muito com a situação do Brasil e dizia que teríamos que tomar alguma providência, porque estávamos sendo conduzidos para o indesejável caminho da esquerda. Militar, teve carreira brilhante, chegando até General de quatro estrelas. Era amigo do General Denys, o qual sempre considerei uma figura ímpar, um chefe de plana. Devemos muito do sucesso da Revolução de 1964 à atuação do General Denys que contribuiu acentuadamente para o planejamento e coordenação de nosso Movimento.

Ainda em 1963, na época, 2º-Tenente, lembro-me de que o ambiente no quartel era péssimo, porque havia desconfiança entre os oficiais, subtenentes e sargentos. Já ocorrera, em setembro de 1963, a Revolta dos Sargentos em Brasília. Isso nos intranqüilizava, pois não poderíamos confiar naqueles praças graduados. Acresce que, por ocasião da Revolta, alguns sargentos na guarnição de Juiz de Fora fizeram declarações extemporâneas. Num domingo, estava de serviço de Oficial de Dia, no 10º BI, quando o Chefe do Estado-Maior da 4ª Região Militar ligou informando que iria mandar alguns sargentos presos para o xadrez do 10º. Recebi o pessoal, ouvindo dele a seguinte recomendação: “Coloque na entrada do xadrez uma tabuleta com a inscrição ‘Prisão de Sargentos’, para evitar qualquer problema.”

Passou o tempo e, em janeiro, fui transferido para Brasília, a fim de servir no Batalhão da Guarda Presidencial. Levava comigo as idéias que recebi, em Juiz de Fora, do General Olympio Mourão Filho, meu amigo, em cuja residência freqüentei várias reuniões. O General Mourão, repetidamente, nos alertava para a infiltração comunista no Governo e antevia uma situação insustentável, em razão da qual as Forças Armadas teriam que interferir.

Cheguei a Brasília, em janeiro de 1964 e encontrei, no Batalhão da Guarda Presidencial, um ambiente pior ainda, pois, embora a Revolta tivesse ocorrida em Brasília e, praticamente, dela não participaram os sargentos do Exército – os praças graduados e soldados da Marinha e da Aeronáutica foram, realmente, os que fizeram o Movimento – mesmo assim, persistia uma desconfiança total com relação aos nossos graduados do Batalhão da Guarda Presidencial, a maior Unidade, na época, em Brasília. Existiam, também, na guarnição, uma bateria de Artilharia Antiaérea, comandada pelo Major Stockler, considerado de esquerda; uma

Companhia de PE, embrião do Batalhão da Polícia do Exército de hoje e um Esquadrão, o 3º Esquadrão C Mec (Cavalaria Mecanizada), que havia vindo do Rio de Janeiro, de Campinho, para Brasília, por ocasião da Revolta dos Sargentos.

No ar, o clima de desconfiança entre os oficiais e sargentos. Tínhamos ordem de andar sempre armados e com a pistola engatilhada.

O serviço era muito pesado, pois concorríamos à escala do Torto, onde morava o Presidente da República, João Goulart, e à escala do Planalto, onde trabalhava. Era um pelotão completo na Granja do Torto – um tenente, três sargentos e trinta soldados – e outro pelotão, também completo, no Palácio do Planalto. Concorriam, então, um tenente em cada uma das duas escalas e mais na de Oficial de Dia da Unidade. Nenhum dos três tenentes de serviço podia dormir. Permaneciam a noite inteira acordados e, tanto na escala do Torto, quanto na do Planalto, havia um esquema rígido de fiscalização do serviço.

Muito bem, 31 de março de 1964: nesse dia encontrava-me de serviço na Granja do Torto. João Goulart estava no Rio de Janeiro. O efetivo, como já disse, um oficial, três sargentos e trinta soldados. Durante o dia, tivemos notícias de que ocorria um movimento das Forças Armadas, do Exército, particularmente, em Minas Gerais. Dispondo de um rádio de pilha, tinha condições de ouvir as notícias mais recentes. Ao anoitecer, senti que a situação estava-se agravando. Então, reuni o pelotão e dei a seguinte instrução: nenhuma ordem que não fosse emanada do Comandante do Pelotão deveria ser cumprida e os sargentos, para tomar qualquer atitude ou iniciativa, teriam que falar comigo. A nossa situação era delicada, porque o Torto era a residência do Presidente da República e, embora ele não estivesse lá, sua família permanecia no local.

Nessa noite, soubemos de um problema nas comunicações, da Granja do Torto com o Palácio do Planalto. O sargento que era encarregado dessas comunicações me procurou e disse:

– Tenente, preciso da sua viatura – tinha uma lá comigo – porque as nossas comunicações foram cortadas e necessito de fazer um contato.

– Olha, não posso dispor da viatura para você, uma vez que só tenho esta e preciso fazer a ronda.

A área da Granja do Torto era muito grande. Fazíamos uma ronda de meia em meia hora, eu e um graduado. O sargento não gostou muito, mas depois conseguiu uma outra viatura para ir ao Palácio do Planalto.

Na mesma noite, observei que os três sargentos do pelotão conversavam reservadamente, no alojamento deles. Falavam que era um absurdo, o movimento militar, aquela revolta, uma vez que deveriam defender o Presidente da Repú-

blica etc. Um deles, primeiro-sargento, adjunto do pelotão, liderava alguns dos sargentos do Batalhão e, por isso, os demais tinham um pouco de respeito por ele. Era, sem dúvida, esquerdista. Então, durante a madrugada, foi-me procurar e pôs-se a falar comigo, mostrando que era tudo um absurdo, que as tropas de Minas Gerais estavam sublevadas, o País não podia aceitar tal situação, que deveríamos reagir. Não dei resposta. Apenas mostrei que a situação mostrava-se muito difícil no Brasil, estávamos seguindo um caminho errado, mas ele só defendia a esquerda. Por causa dessa nossa conversa, concluí que não podia ter confiança naquele sargento.

Pela manhã, liguei para o Batalhão para saber o que se passava na Unidade. O Comandante, Coronel Raymundo Netto Corrêa, "Janguista", havia reunido os oficiais e declarado que era pela legalidade, que iria defender o Presidente da República e a Constituição.

Na época, o Batalhão da Guarda, estava completo. Vinte a 25 tenentes, quatro Companhias, todas comandadas por capitães e, no Estado-Maior, os chefes de seções eram majores. A situação: os tenentes favoráveis à Revolução, embora sempre houvesse alguma defecção; os capitães, também, a maioria a favor da Revolução e os majores todos em cima do muro. Então, o quadro era esse, um Batalhão praticamente sem comando.

Depois da ligação telefônica, o Oficial de Dia me informou o seguinte: o Comandante estava esperando que eu chegasse ao quartel, bem como o oficial que estava comandando a guarda do Planalto. Aguardava-me para que eu definisse a minha opção. Muito bem, cheguei ao quartel lá pelas 10, 11 horas da manhã e me apresentei ao Comandante, que me recebeu no gabinete e disse:

– Você é o tenente mais novo, ainda 2º-Tenente, aqui do Batalhão. Estamos passando por uma crise muito grande, está havendo uma Revolução. Tenho que defender o Presidente, porque fui nomeado Comandante do Batalhão do Presidente e queria que você dissesse o que está pensando a respeito.

– Comandante, lamentavelmente, não estou do seu lado – respondi.

Ele se exaltou e disse:

– Então você vai ficar detido na 4ª Companhia!

– Mas detido como?

– Você vai ficar detido na 4ª Companhia. Pode retirar-se!

Aí me retirei, apresentei-me na 4ª Companhia. O Capitão Comandante de Companhia riu e falou:

– Mas como! Ele te deu essa ordem?

– A ordem foi para ficar detido aqui...

João Goulart continuava no Rio de Janeiro. O Comandante da Guarda da Granja do Torto era o Tenente Walmensi (Walmensi Paulo da Silva e Souza) que estava esperando a chegada do Presidente. No Batalhão, foi designada a 3ª Companhia para sair e cercar a Granja do Torto. Preparamos as viaturas, informamos aos soldados qual era a missão e a finalidade. Não houve nenhum que não quisesse ir. A Companhia seria comandada pelo Capitão Schmidlin (Francisco José Schmidlin de Castro), e eu, um dos tenentes. A essa altura já não estava mais preso.

O Presidente João Goulart chegou por volta das três, quatro horas da tarde. Aí o Tenente Walmensi ligou para o Batalhão e informou "o grande mudo falou". Era a nossa senha. "O grande mudo falou" significava que o Presidente tinha chegado no Torto.

Deu-se indecisão, na hora da saída da Companhia. Nesse instante, chegou ao quartel, o General Comandante do Comando Militar do Planalto (CMP) e 11ª Região Militar, o General Nicolau Fico, também "Janguista". O General fez uma reunião de oficiais, disse que estava lá para defender o Presidente da República e que não poderia admitir essa Revolução. Um absurdo! Todos os oficiais, ouviram o que ele tinha a dizer. Encerrou a reunião, não perguntou a posição de nenhum de nós e retirou-se, acompanhado do Comandante, Coronel Raymundo Netto Corrêa. Os dois desceram as escadas, foram até a porta do quartel, despediram-se e o General Fico voltou para o Comando Militar de Brasília, que tinha a sua sede na Esplanada dos Ministérios.

Nesse ínterim, o Tenente Walmensi notou um grande movimento na Granja do Torto. Notou a chegada de alguns automóveis, várias pessoas entrando e saindo com malas etc. Lá pelas cinco horas, o Presidente saiu com uma grande comitiva, quatro ou cinco carros e caminhonetes. Deslocou-se para o aeroporto.

No aeroporto, na Base Aérea, estava preparado um avião da Varig, um "Coronado", a aeronave mais moderna de que a Varig dispunha na época. O pessoal todo embarcou. Foram, inclusive, os taifeiros, os ajudantes-de-ordens, o General Assis Brasil, Chefe do Gabinete Militar, o homem que iria fazer a defesa do Presidente da República. Pressupostamente montara a defesa com as tropas que eram leais ao Governo. Acontece que o avião teve uma pane na hora de decolar e então desceu toda a comitiva, e foi requisitado um avião da FAB (Força Aérea Brasileira). Embarcaram num AVRO. A nova aeronave levou todo o pessoal para Porto Alegre e não tivemos mais conhecimento do que havia se passado ali.

À noite, o Batalhão continuava de prontidão, todos os oficiais no Quartel. Mas continuávamos ali, sem comando. O Comandante ficou no gabinete, os majores não quiseram assumir, os capitães também ficaram na dúvida, um assume,

outro assume, ninguém queria assumir e os tenentes ficaram na expectativa com relação à posição dos capitães. Foi quando chegou ao quartel, cerca de nove horas da noite, o General Omar Emir Chaves, Comandante da 10ª Região Militar, que se encontrava em Brasília, de férias. Entrou, subiu as escadas, cumprimentou o Comandante e se reuniu com os oficiais na 3ª Companhia e lá, depois que estavam todos reunidos, informou que sua missão era assumir o comando da Guarnição de Brasília.

Nessa hora, chamaram o Comandante do Batalhão. O General disse ao que veio:

– Olha, a minha missão é assumir o Comando da Guarnição, o General Fico vai passar o Comando para mim. Então, sou o novo Comandante da Guarnição. Você passe o comando do Batalhão para que eu possa assumir o comando da Guarnição.

Aí o Coronel Comandante do Batalhão retrucou que não passaria o Comando do Batalhão para nenhum dos majores e deu-se o impasse. No final das contas, o General Chaves retirou-se da Unidade e disse que iria tomar outras providências. Naquela noite, praticamente, ficamos em claro, aguardando quem seria o novo Comandante, mas, no dia seguinte, o Batalhão continuava sem comando.

O Subcomandante, Coronel Serra, havia sido deslocado, logo no início do Movimento, para comandar uma força-tarefa, juntamente com um Pelotão do 3º Esquadrão C Mec e com os Batalhões de Goiânia e Ipameri, com a missão de barrar as tropas que vinham de Minas Gerais, na altura do Rio São Marcos. Só que foi escolhido o homem errado, porque o Tenente-Coronel Serra era o maior anticomunista que existia na época. E todos os oficiais que estavam compondo esse destacamento já sabiam que, a partir do momento do contato, ele iria passar para outro lado.

Bem, no dia seguinte, 2 de abril, continuávamos sem comando na Unidade. Na parte da noite chegou o General André Fernandes de Souza.

O General Fernandes era chefe do Gabinete Militar, aliás, chefe do Escalão Avançado(ESCAV) do gabinete do Ministro do Exército, Ministro da Guerra na época. Promoveu uma reunião de oficiais no Batalhão e informou que iria manter o Coronel Comandante no Comando e ele, a partir daquele momento, assumiria a Guarnição de Brasília. Então, a partir dessa hora, já tínhamos um Comando de Guarnição.

Ainda nesse dia 2 de abril, em seguida, fui destacado, juntamente com meu Pelotão – eu era da 4ª Companhia – para apresentar-me ao Comandante do 3º Esquadrão C Mec, que estava na sede do Comando Militar de Brasília, na Esplanada. Os carros de combate estavam todos lá. Cheguei e apresentei-me ao Comandante do Esquadrão. Era o Capitão Casales (Luciano Phaelante Casales). Apresentei-me e fiquei aguardando ordens. Por volta da uma hora da manhã, fui chamado pelo Chefe do Estado-Maior, dizendo que eu deveria cumprir a seguinte missão: deslo-

car-me, com meu pelotão, pela BR 040, até a altura onde se encontravam as antenas da Rádio Nacional. Lá, teria que lacrar os transmissores. A Polícia Militar estava tomando conta da instalação da Rádio Nacional. Com meu pelotão deveria cercar a área e prender todos os elementos da Polícia Militar e lacrar os transmissores. Recebi a ordem e levei comigo um Major de Comunicações. Esse oficial iria lacrar os transmissores, mas estava com receio de ser preso pelas tropas de Minas Gerais. Permanecia o tempo todo com a pistola na mão, e eu alertava:

– Major, guarda essa pistola, o senhor está nervoso, daqui a pouco o senhor dá um tiro e se acidenta com essa arma. Aí, o Major acalmou-se.

Chegamos no local, ele ficou na estrada e eu avancei com o pelotão; posicionei o sargento mais antigo para cobrir o meu flanco. Os PMs que estavam lá dentro não notaram a nossa chegada. Já eram duas e pouco da manhã, a maioria estava dormindo. Abri a porta, entrei e rendi todos que estavam lá. Uns dois ou três tentaram fugir, mas fechamos a porta e não conseguiram sair. Desarmamos todos eles e, a partir desse momento, avisei ao Major:

– Pode chegar que há segurança para o senhor lacrar os transmissores.

Então, lacrou todos os transmissores, botou a data, assinou. A partir daí, a rede da legalidade foi neutralizada, porque o que estava ocorrendo em Brasília, era a rede da legalidade, por intermédio da qual agitadores insuflavam os candangos a quebrar lojas comerciais, a entrar nas residências etc. Silenciamos a rádio da legalidade.

No dia seguinte, 3 de abril, voltei para o Comando Militar de Brasília e logo, na parte da manhã, recebi outra missão: correr para a W3 com meu pelotão, onde existe hoje a igreja Dom Bosco. Ali os candangos estavam reunidos e intentavam, de novo, quebrar todas as casas comerciais. Cheguei com o pelotão, fechei toda a W3 e um companheiro, o Tenente Cardoso (Alberto Mendes Cardoso), hoje General Cardoso, impediu a entrada da W3, mais ou menos na quadra 505. Fechamos a pista, fizemos uma linha de frente e ficamos aguardando. Com isso, os candangos ficaram no centro, entre quinhentos a mil, todos com pedaços de pau, pedras etc. Começaram a jogar pedras em cima de nós.

Não tínhamos equipamento de controle de distúrbios e alguns soldados receberam pedradas no capacete. Então, tomei a seguinte iniciativa: vamos atirar para o alto. Empunhei a metralhadora Madsen que, inclusive, faz tiro antiaéreo e ordenei que todos os soldados atirassem para o alto. Demos uma rajada que, realmente, os assustou. Saíram correndo, largaram tudo no meio do caminho; teve gente que atravessou aquelas residências da W3 e saiu do lado de lá, passando pelo jardins. Permanecemos na avenida, ainda fechada, até à noite, e eles não

voltaram mais. O Tenente Cardoso, que estava na 505, também ficou do lado de lá, aguardando, mas não houve mais nenhum movimento.

Na noite de 2 de abril, ainda me encontrava com meu pelotão, prestando serviço na Esplanada, juntamente com o 3º Esquadrão C Mec. Recebi, por volta das duas horas da manhã, a missão de cercar o Ministério da Marinha. Achei meio estranho, mas informes disponíveis diziam que havia no Ministério da Marinha alguns elementos revoltados e teríamos que detê-los, pois pretendiam descer e tentar tomar o Comando Militar de Brasília. Encontramos as luzes todas apagadas e permanecemos aguardando, cerca de uma hora. Eis que alguém grita de dentro do Ministério da Marinha, da portaria, pedindo para conversar com o Comandante da tropa do Exército que cercava o prédio. Aproximei-me e se tratava de um Capitão-Tenente, com dois ou três sargentos da Marinha, solicitando que déssemos informações do que estava se passando. Abri o jogo:

– Olha, capitão, a ordem que recebi foi cercar o Ministério, porque havia alguns revoltosos aqui dentro, que iriam descer para ocupar o Comando Militar de Brasília, aqui ao lado.

– Não! Não tem nada disso! Estou garantindo – respondeu o oficial.

Mantive a tropa lá, desloquei-me para o Comando Militar de Brasília e falei com o Chefe do Estado-Maior que me recebeu e determinou: “Pode tirar a tropa de lá. Já que é assim, tira a tropa.” Foi o que fiz.

No dia 4 de abril, não estou bem lembrado, o Comandante da Guarnição ainda era o General Fernandes, mas o designado era o General Raphael de Souza Aguiar que viria do Rio de Janeiro. Voltei para o Batalhão, nesse dia. Procuramos saber qual era a hora de chegada do General Raphael de Souza Aguiar. Informaram que chegaria na parte da tarde.

Organizamos um comboio, novamente uma das Companhias – não me recordo qual foi – deslocou-se liderada pelo Capitão Comandante para o Aeroporto de Brasília, o aeroporto civil, pois o General viria num avião de carreira. Lá, no aeroporto, a Companhia entrou na pista, cercou o avião, quando este chegou à área de taxiamento e deu apoio e segurança ao General Raphael de Souza Aguiar.

Desde o dia 31, falava-se que haveria uma contra-revolução e que ficássemos de olho aberto. Esse informe de que a contra-revolução iria ocorrer permaneceu durante quatro ou cinco dias, após o dia 31 de março. Entretanto, nada aconteceu.

O General Raphael de Souza Aguiar deslocou-se diretamente, viajou fardado, do aeroporto para o BGP, porque o BGP, como falei anteriormente, era a única Unidade de efetivo completo. Lá já se encontravam alguns oficiais do Comando

Militar de Brasília. O General fez uma reunião com todos os oficiais e, a partir dali, assumiu realmente o comando da Guarnição.

Nessa hora, o Comandante do Batalhão, o Coronel Raymundo Netto Corrêa, apresentou-se ao General e num gesto de altivez, tirou a pistola do coldre e fez a entrega da arma ao General Raphael de Souza Aguiar. O General retrucou que não a aceitava, queria que ele colocasse a pistola no coldre novamente e disse que não estava ali para ouvir uma confissão de um Comandante que tinha mais de quarenta anos de serviço, um Comandante estimado, honrado, digno e, portanto, não iria aceitar aquela rendição. Que ele permanecesse no comando do Batalhão. Até acreditamos que fosse continuar no comando do Batalhão, mas, no dia seguinte, qual não foi a nossa surpresa, foi exonerado do comando e nomeado Comandante da Circunscrição do Serviço Militar (CSM) de Sorocaba, se não me engano, ou Ribeirão Preto; assumiu o comando do Batalhão, naquela noite, o então Coronel Meira Mattos, que estava na Guarnição de Brasília com a sua tropa – duas Companhias – que se deslocara de Cuiabá. Comandou o BGP por cerca de dois meses. Depois, assumiu o então Coronel Darcy Lázaro.

A partir desses quatro ou cinco dias após o 31 de março, começaram a ocorrer aqui alguns inquéritos. Prenderam muitas pessoas envolvidas com terrorismo, outras com guerrilhas e corrupção. Trabalhei num inquérito do Banco do Brasil. Também participei, nesse período, até o final do ano, da prisão do Francisco Julião, que foi preso e ficou no BGP, cerca de um mês. Interessante a pessoa do Julião. Muito inteligente, nunca tentou esconder nada, sempre se confessou esquerdista, comunista convicto, e que não iria mudar a posição dele. Era uma conversa muito interessante. Durante um serviço que tirei no Batalhão, como oficial de dia, solicitou a Bíblia, porque não tivera tido oportunidade, na vida, de ler o Livro Sagrado.

O decorrer do ano de 1964 foi muito movimentado, cheio de confusão e, no seu final, ocorreu a intervenção federal em Goiás. Mais uma vez, o Tenente Almeida foi deslocado, dessa vez para Anápolis, quando houve um roubo de armas no Tiro de Guerra. Deslocamo-nos com a 3ª Companhia – se não me engano –, e ficamos, cerca de 30 dias, naquela cidade. Depois nos deslocamos para Goiânia, para dar a segurança ao interventor federal, o próprio Coronel Meira Mattos.

No seu caso, foi uma experiência atribulada, no centro da Revolução, em Brasília, na Unidade de maior expressão da Capital Federal. Devem ter sido alguns dias sem sono, não?

Sem sono, cinco ou seis dias sem dormir, praticamente. Porque, além do ambiente tenso pela falta de confiança em alguns companheiros e sargentos e a

inexistência de um comando efetivo, ficamos sobressaltados, em face do informe sobre a possível ocorrência de uma contra-revolução, como já relatei. Ninguém sabia nada e o futuro era uma incógnita. Por ser novo ainda, tinha muito receio de que ocorresse qualquer coisa, inclusive até com a minha família.

No entanto, hoje em dia, divulga-se, pela mídia, a idéia de que a Revolução de 31 de Março de 1964 veio a interromper um processo, um clima de liberdade que existia no País. Segundo o jornalista Flávio Tavares, no seu livro Memórias do Esquecimento, *a Revolução interrompeu o dinamismo da própria sociedade, em que os trabalhadores, empresários, reivindicavam às claras e o conflito era transparente. Será que havia mesmo esse ambiente no Brasil? E quais seriam as possíveis causas que levaram ao desencadeamento do Movimento de 31 de Março de 1964?*

Posso analisar, porque vivi essa época. Realmente havia liberdade, até demais, a liberdade era plena, a mídia escrevia o que queria, os trabalhadores, praticamente, viviam em greve, o comércio de portas fechadas. Não havia segurança e até mesmo os empresários insistiam que o Governo desse um mínimo de segurança, para que pudessem trabalhar. O que havia, até 1964, era uma total desorganização no Governo: infiltração comunista, ativistas insuflando os trabalhadores e promovendo greves, a mídia também insuflava a população. Os integrantes das Forças Armadas eram chamados de "gorilas". Realmente não havia, no Brasil, um ambiente bom, de trabalho, sério; não se respirava dignidade. O pessoal não tinha liberdade e sim liberalidade em excesso, porque não se sabia o futuro. Dizia-se que o Presidente João Goulart ia dar um golpe para criar um Governo sindicalista. Era total a incerteza, naquela época.

Havia alguma influência de organizações externas às Forças Armadas tentando cooptar os militares, tentando infiltrar-se nas suas organizações?

O Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) tentava infiltrar-se nas Forças Armadas. Foi o que ocorreu, por exemplo, na Revolta dos Sargentos. Foi infiltração da CGT. Também ocorreu na revolta dos marinheiros, no Rio de Janeiro. Uma atividade da esquerda conduzida sobre os marinheiros para que se revoltassem. Os Fuzileiros Navais também se rebelaram e pediram a saída do Ministro da Marinha.

E nos quartéis, como era essa fase antes da Revolução?

De total desconfiança. A maioria dos oficiais era anticomunista, estarrecidos diante do que o Governo estava fazendo. Desconfiava-se de alguns oficiais.

Constatávamos que alguns já aceitavam a cartilha comunista. Realmente a desconfiança era total.

Havia um clima de insatisfação quanto ao Governo João Goulart?

Total insatisfação, porque era difícil suportar o clima de greves constantes, os quebra-quebras. O Governo não tinha autoridade para conseguir manter, vamos dizer assim, o mínimo de autoridade, de seriedade. O tal clima de liberdade, aproximava-se mais da libertinagem.

Quais os acontecimentos determinantes para o desencadeamento da Revolução de 31 de Março de 1964?

Estou convicto de que, no seio das Forças Armadas, a Revolta dos Sargentos e Revolta dos Marinheiros, no Sindicato dos Metalúrgicos, foram o ponto de partida. Os marinheiros se revoltaram, ficaram em greve, tiraram os uniformes e, quando mandaram uma Companhia de Fuzileiros Navais para conter os amotinados, os navais bandearam-se para o lado de lá. Aí, chegamos ao extremo da falta de disciplina e hierarquia. A partir desse ponto, as lideranças das Forças Armadas chegaram à conclusão de que só restava fazer o movimento armado. Tivemos o respaldo da Igreja, o apoio popular com aquelas marchas, as grandes Marchas da Família com Deus pela Liberdade, em São Paulo, em Belo Horizonte e no Rio de Janeiro. O povo foi à rua e pediu intervenção no Governo João Goulart. O povo é que pediu.

Durante o Governo Goulart, havia em andamento, a seu ver, uma Revolução ou a tentativa de tomada do Poder pelos comunistas?

O que estava acontecendo no Brasil era semelhante ao que ocorrera na Tchecoslováquia. Havia a pressão de base, os trabalhadores simulando negociar com o Governo, mas querendo realmente impor sua vontade, e a pressão de cúpula dos esquerdistas infiltrados no Governo João Goulart. Posso citar aqui o João Pinheiro Neto, um esquerdista atuante, que estava no Ministério do Trabalho e era um dos que freqüentavam comícios nos quais arengava que o Brasil precisava mudar e que as reformas tinham que vir, mas eram todas reformas esquerdizantes e socializantes.

Quais, na sua opinião, os principais líderes civis e militares da era da Revolução?

Não tenho dúvida de que um dos principais líderes foi, inicialmente, o Marechal Denys, determinado coordenador e impulsionador. Tomou a si, como poucos, a Revolução. Trabalhou em inteira ligação com várias lideranças civis e com o General

Olympio Mourão Filho. O Movimento começou em Minas Gerais, com a participação também da Polícia Militar de Minas Gerais, que se destacou sobremaneira. Outro líder da Revolução, que ressalto, foi o Marechal Castello Branco.

Havia um esquema militar, no Governo Federal, para contrapor-se ao Movimento? A que se pode atribuir o total e rápido desmoronamento desse esquema militar? Parece, inclusive, que merecia a confiança do Presidente e era chefiado pelo Chefe da Casa Militar.

O esquema militar era liderado pelo General Assis Brasil, esquerdista convicto. Afirmava que tinha a tropa, o Exército, na mão. Na realidade, o que ocorreu foi o seguinte: o Ministro da época, General Jair Dantas Ribeiro, também era simpatizante, mas, no dia da Revolução, estava baixado ao Hospital Central do Exército (HCE), teve um problema de saúde. Eis que o próprio Ministro não pôde tomar as providências necessárias. Talvez tivesse havido dificuldade no início da Revolução, por causa do Ministro da Guerra, mas ele nada pôde fazer por encontrar-se doente. Realmente, o esquema estava vinculado ao Assis Brasil e, naturalmente, este General ligava-se ao Ministro da Guerra.

Esse esquema foi "por água abaixo", porque, na realidade, não teve respaldo no Rio de Janeiro e nem em São Paulo.

Em São Paulo, comandava o II Exército o General Amaury Kruel que passou para a Revolução, no primeiro momento. No Rio de Janeiro, o General Âncora, também um pouco doente, era simpatizante da legalidade e de João Goulart. Entretanto, a tropa do I Exército, nos primeiros momentos... todas as Unidades-Escola que saíram no eixo da rodovia Dutra para barrar as tropas de São Paulo passaram para o lado da Revolução, tornando qualquer resistência do Governo impossível.

O Presidente, então, deslocou-se para o Rio Grande do Sul, onde o General Poppe de Figueiredo assumiu o Comando do III Exército e resolveu o problema a favor da Revolução.

Que comentários o senhor faria, quanto ao emprego do BGP, por suas ações durante a Revolução, nos primeiros dias? Como o Batalhão foi empregado? E o aspecto chefia e liderança?

O que ocorreu foi exatamente o seguinte: não houve emprego do Batalhão.

O Batalhão não tinha um Comandante. O Comandante não dava qualquer ordem; chegava à janela da varanda, olhava uma Companhia sendo aprestada para sair, e perguntava:

– Quem deu aquela ordem?

Ninguém dera ordem, o Capitão resolvera sair com a Companhia dele. Realmente não havia comando na Unidade. Os majores, nenhum deles quis assumir a responsabilidade. Permaneceram, cada um, na sua posição. Alegavam:

– Já estou muito velho para isso, não quero assumir, não tenho a intenção de me expor.

Os capitães eram mais novos e tomaram as providências cabíveis. Na realidade, quem dava as missões era o Comando Militar de Brasília que ultrapassava direto o Comandante. Se o Comandante desse uma ordem, aquele que a recebesse não obedecia. Então o Batalhão ficou sem comando durante dois dias, totalmente sem comando. A iniciativa foi dos capitães.

Na época da Revolução, a mídia apoiou o Movimento?

Apoiou muito. *O Globo*, o *Jornal do Brasil*, e outros, acompanharam todo o Movimento. A gente via que o apoio era total, aliás, não só da mídia, mas da sociedade brasileira. Todos aplaudiam quando a tropa chegou ao Rio de Janeiro. A tropa de Minas Gerais foi recebida até com fogos de artifícios. Parecia que o pessoal estava vindo da guerra e quando a tropa voltou para Juiz de Fora e Belo Horizonte foi acolhida com manifestações de apreço e carinho. Realmente toda a sociedade estava a favor da Revolução, porque realmente não suportavam aquela situação que cada vez mais se deteriorava, com o Governo João Goulart.

Hoje em dia, a mídia omite os acertos da Revolução, o senhor poderia citar os principais acertos da Revolução de 1964?

Primeiro, podemos comentar o seguinte: os Governos revolucionários procediam com seriedade. Sei porque servi muito tempo em Brasília e, embora tenente, mais tarde capitão, via como funcionava a máquina administrativa. A coisa era toda muito organizada, os presidentes eram homens responsáveis.

Estudava para o concurso de admissão à Escola de Estado-Maior e conhecia bem o PND, o primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento feito pelo Governo, desenvolvido pelos Ministérios do Planejamento e da Fazenda.

Ali se identificava, vamos dizer assim, a seriedade do plano com vistas ao desenvolvimento social e desenvolvimento econômico. Por exemplo, o plano estabelecia que o País devesse ter tantos *megawatts* de energia no prazo de cinco anos, tantos *megawatts*, passados dez anos. E realmente valia o planejamento. Coisa desse gênero, nos Governos anteriores aos da Revolução, era desconhecida.

Lembro-me de que o primeiro PND não foi executado por completo, mas o segundo, praticamente, foi oitenta por cento realizado, entretanto o terceiro foi

afetado pelo problema da alta do petróleo, na época do Presidente Geisel, tendo sido comprometida, por isso, uma parte do plano.

O primeiro planejamento dessa natureza deu-se com Juscelino: plano de metas.

É, esse funcionou também.

Hoje em dia, fala-se muito em "ditadura militar", "anos de chumbo". O que o senhor pensa a respeito?

Penso que não houve "ditadura militar" porque o Congresso funcionava normalmente. A mídia desempenhava seu papel, os jornais publicavam o que queriam. Acredito até que tivesse havido alguma censura, mas muito menor do que a que ocorreu no tempo do Getúlio, posso garantir. No tempo do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), a censura era para valer, só escreviam o que o Governo autorizava. Durante a Revolução, entendo que não houve tanta censura assim. Apenas alguns episódios limitados no tempo.

Ao tempo dos governos revolucionários, as Forças Armadas, como instituição ou seus integrantes individualmente, aproveitaram-se da situação para auferir vantagens de qualquer tipo?

Não, pela seguinte razão: as Forças Armadas, depois da Revolução, se modernizaram, modificaram os fundamentos doutrinários. Incrementou-se a designação de oficiais para tirarem curso no exterior, além de outras medidas de profissionalização.

No final do período revolucionário, entretanto, o próprio Presidente Sarney, ao assumir, achou estranha a situação das Forças Armadas. Pensava que as Forças Armadas, naquele período, tivessem conseguido um avanço muito grande, mas chegou à conclusão de que isso não acontecera. O Exército precisava de viaturas, de munição, a Força Aérea precisava de aviões, e a Marinha, de navios. Na realidade, não houve, vamos dizer assim, por parte dos Ministros, na época dos Presidentes Militares, uma insistência na alocação de recursos, para resolver os problemas crônicos das Forças Armadas, em termos de reequipamento.

Quando o General Leônidas assumiu o Ministério do Exército, houve, então, um período, vamos dizer assim, de desenvolvimento. Realmente, a partir daí, houve um surto apreciável de desenvolvimento dentro do Exército.

Existe, hoje, o chamado "revanchismo" em relação aos militares? O que o senhor tem a dizer?

A pergunta procede. É só ler o jornal. Entre outras chamadas, a "Operação Condor", o "Juscelino foi assassinado". Puro "revanchismo". Coisas passadas há 25, 30 anos;

estão descobrindo fatos que já aconteceram há muito tempo, ou mesmo jamais ocorreram. Para mim, isso não deixa de ser "revanchismo". Agora aonde querem chegar? À total desmoralização das Forças Armadas. É isso que pretendem. Neutralizá-las.

Mesmo assim, as Forças Armadas, hoje em dia, têm o maior índice de aceitação popular.

Por fim, o senhor gostaria de colocar ou dizer mais alguma coisa, acerca da Revolução de 1964, que merecesse ficar registrado aqui no Projeto de História Oral?

Acho que já falei bastante. Esse trabalho é sumamente importante para a memória da Revolução. Daqui a alguns anos, surgirá a verdade histórica, que sufocará a mentira histórica, tão em voga em nossos dias.

Os depoimentos aqui têm sido realizados bastante à vontade, de forma simples. Procura-se a verdade, não há nenhuma restrição, nada que impeça o entrevistado de manifestar-se livremente.

Penso ser fundamental prosseguir com o Projeto. Procurar ouvir o maior número de pessoas que participaram da Revolução. Pessoas que viveram os problemas ocorridos durante o Movimento. Desde o seu eclodir, os primeiros meses da Revolução, seu desenrolar, os anos que se seguiram, até o apagar das luzes, com o último Governo revolucionário.

Tenente-Coronel Ivan Pontes Laydner

- Natural da Cidade de Cruz Alta, RS.
- Foi instrutor do Curso de Artilharia da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN); serviu no Estado-Maior da 8ª Brigada de Infantaria Motorizada (8ª Bda Inf Mtz), em Pelotas, no Rio Grande do Sul; no Estado-Maior da 6ª Região Militar (6ª RM), em Salvador, na Bahia; no Estado-Maior da 10ª Região Militar (10ª RM), em Fortaleza, no Ceará; e no Serviço Nacional de Informações (SNI), na agência de Salvador.
- Atividades civis: Analista de Informações do SNI (1979 a 1988) e Coordenador de Administração da Imprensa Nacional.
- Possui todos os cursos regulares do Exército e os cursos da Escola Nacional de Informações (EsNI): Informações Categoria "A", realizado em 1975, e Informações do Campo Externo, realizado em 1984.
- No dia 31 de março, era Capitão Comandante da Bateria de Tiro do 3º Grupo de Canhões Automáticos Antiaéreos 40mm (3º G Can Au AAé 40mm), de Caxias do Sul, RS.

Entrevista concedida em 27 de fevereiro de 2002.

Inicialmente, devo dizer que minha experiência pessoal ligada à Revolução de 31 de Março é pequena. Até a data da eclosão do Movimento, fui aspirante, tenente e capitão radicado no interior. Fiquei bem classificado ao término do curso da Academia e, ao escolher o Rio Grande do Sul para servir, tornei-me o primeiro cadete a fazer tal escolha. Comento esse fato porque recebi uma verdadeira ovação, pois tinha deixado de ocupar vaga do Rio e outras cidades onde meus companheiros queriam servir.

Permaneci seis anos em Cruz Alta. Depois, transferi-me para Caxias do Sul, onde servia quando a Revolução eclodiu. Durante todo esse tempo a minha formação era essencialmente democrata e liberal.

Nesse período, dois acontecimentos me marcaram: o primeiro foi a questão da Legalidade, em 1961, quando ainda me encontrava em Cruz Alta. A definição do episódio foi diferente daquele da Revolução de 31 de Março. Não tínhamos noção do que acontecia no Governo e mesmo sobre o Vice-Presidente João Goulart, mas a Constituição estabelecia que ele deveria assumir. Lutei por isso, lutei por João Goulart, naquela época. Fui, vamos dizer assim, legalista, como Leonel Brizola. Meu comandante era Rui de Paula Couto, que escreveu um livro sobre 1964.

O segundo acontecimento que marcou minha vida profissional, também nessa ocasião, foi ter encontrado lá um oficial – meu conterrâneo por sinal – depois Ministro do Exército, General Leônidas. O General Leônidas chegou ao Grupo de Artilharia de Cruz Alta e modificou-o. De um dia para o outro, a Unidade passou a ser, de fato, operacional e aquilo fez-me despertar para a vida profissional.

Esses dois acontecimentos contribuíram para que a minha dedicação ao Exército fosse total. Não tinha outro pensamento que não fosse trabalho, que não fosse serviço, o que era natural, não havia nada demais, naquela época era assim. Então, a Revolução de 31 de Março pegou-me desprevenido. Não sabia o que estava acontecendo. Tinha aquela noção de legalidade e só.

Uma coisa digna de ser notada é que, em 1961, no episódio da Legalidade, embora a Constituição apontasse que o único caminho a seguir era esse, houve, no Rio Grande do Sul, vários casos de problemas psicológicos decorrentes dessa definição. Ao passo que, em 31 de março, quando claramente a decisão tomada foi contra a ordem legal, não tive conhecimento de nenhum caso e nem problema desse tipo.

Dia 31 de março, Caxias do Sul, Unidade Antiaérea onde serviam sargentos antigos, sargentos de peso, sargentos queridos, sargentos líderes de tropa. Um acaso – não sei bem se foi um acaso – no dia 31 de março: quatro sargentos que poderiam me causar problemas, naquela época – vamos lembrar que os sargentos,

açulados pela ideologia marxista, produziam alguma efervescência – gozavam suas férias. Não tive problema algum. Foi fácil, extremamente fácil, a tomada de decisão, bastando a conversa com o pessoal que lá estava.

Inclusive um dos sargentos-problema, só fui revê-lo alguns meses depois, pela televisão, quando desembarcou do avião, preso, junto com o Jéfferson Cardim de Alencar Osório. Chamava-se Chaves, era Chefe de Peça de Canhão Antiaéreo e o único que não conseguia levar a guarnição, em forma, até a peça. A turma debandava, não o respeitava. Ao contrário dos demais, esse não era líder de jeito algum. Foi o único que tomou este caminho; os outros voltaram, acomodaram-se. A experiência que tenho é essa. Talvez esteja faltando aqui o porquê foi fácil a decisão. Acredito que mais à frente apareça essa motivação.

As análises feitas anos após a ocorrência de um evento tendem a esquecer o ambiente em que ele se desenrolou. No quadro mundial em que ocorreu o Movimento Revolucionário de 1964, vivia-se a chamada guerra fria. Esse ambiente global pós-Segunda Guerra Mundial pode ter exercido alguma influência na Revolução de 1964.

Acredito que sim, principalmente pelo fato de que sendo um assunto global, e em foco na ocasião, o nosso Exército tivesse passado a estudá-lo com mais profundidade. Era uma guerra nova, de fundo ideológico, com ações psicológicas e políticas. Quando isso começou a surgir no Brasil, percebemos, sentimos, o que estava ocorrendo.

Como era o ambiente nos quartéis, nessa fase pré-revolucionária?

Há pouco comentei que havia quatro sargentos com problemas. Três deles eram, simplesmente politizados, seguidores da liderança do Leonel Brizola. Só isso. Ponto. Um deles não. E me surpreendeu, porque era o menos capaz, o menos habilitado. Esse tomou arma na mão e com o Jéfferson Cardim...

Ele tentou cooptar outros companheiros?

Nunca percebi. O Chaves não tinha capacidade, os outros sim. Mas isso não era assunto de quartel. E como Comandante de Unidade, e uma Subunidade de Tiro só, vivia-se dia e noite com o pessoal. Se houvesse algo, a gente teria captado, mas não ocorreu esse fato.

O clima era de insatisfação com o Governo João Goulart?

No quartel não comentávamos assuntos políticos. Não era o caso de satisfação ou não com o Governo João Goulart.

Agora, todos nós, sargentos e oficiais, na Cidade de Caxias do Sul – que é uma cidade industrial, como Juiz de Fora, e do interior – íamos e voltávamos do

quartel para casa em uniforme de campanha e éramos parados, seguidamente, pela população, que pegava-nos pelo braço e dizia:

– Poxa! vocês não vão fazer nada? Até quando vocês vão agüentar isso... essa esculhambação?

Vivia-se um ambiente de greves e tudo mais, que repercutia intensamente sobre a gente. Intensamente.

Posição da Igreja, Igreja Católica, em particular, com relação ao Governo deposto em 1964?

Da parte do clero, observava-se o começo da ideologização, intensificada mais tarde.

Lembro-me até de um fato. Havia um padre, professor da Escola de Filosofia, que causava grandes problemas por suas tendências esquerdistas. Conseguimos nos livrar dele, simplesmente porque, depois de 1964, se estabeleceram barreiras nas estradas para o Rio de Janeiro. Ali passava a BR-116 e, certo dia, um cabo, com uma metralhadora "ponto 50", postado na barreira montada pela minha subunidade, mandou parar um fusca que não obedeceu. Felizmente, o cabo não feriu ninguém, mas fez o Fusca parar. Esse padre estava dentro do carro. Desceu do mesmo uma menina, estudante, semidespida. Aí, o cabo, muito vivo, fotografou. Depois, não tomei mais conhecimento, por ser problema do Comando. Parece que essa fotografia foi mostrada para o Bispo, que disse: "Tira esse cara daqui." E acabou o problema.

Na sua opinião, as Forças Armadas, particularmente o Exército, foram intérpretes da vontade nacional?

Não tenho dúvida. Sou testemunha, pela amostra que tive em Caxias do Sul. Era impressionante a insistência com que as pessoas nos abordavam, nas ruas, e faziam aquela pergunta que já citei. Se chegávamos em lojas para comprar alguma coisa, já vinha o dono da casa comercial puxar conversa e levantar o assunto, exigindo que o Exército fizesse algo. Faço apenas a ressalva de ser capitão, sem maior vivência nacional, mas em Caxias do Sul não tenho dúvida. No dia 31 de março, à noite, o que chegou naquele quartel de pneus, baterias, geradores, mandados pelas indústrias – mandaram entregar lá – para ajudar a combater, foi de causar forte impressão.

Essa sua observação é muito importante, porque vem somar-se a outros exemplos surgidos em entrevistas anteriores, acontecidos em diversos pontos do País, com o mesmo sentimento.

Estava em andamento uma revolução marxista para a mudança da ordem institucional?

Não posso dizer que, naquela ocasião, isso estivesse perfeitamente claro. Mais tarde, sim, começaram a aparecer os indícios, mas era algo a que nós, oficiais subalternos, não tínhamos acesso ou contato.

Quais os principais líderes civis e militares da Revolução de 31 de Março de 1964?

Acredito que o principal líder foi o Marechal Castello Branco. Agora, o que acontece é que ele foi um líder de tanto valor, que eclipsou, apagou, os demais. Saindo dele e logo a seguir, citaria o General Médici.

Não estou falando em nomes civis porque não sei – é uma dúvida que tenho até hoje – se os civis daquela época, como o Governador de Minas, Magalhães Pinto, não se aproveitaram do Exército para melhorar a sua posição política.

Com relação ao problema do apoio dos Estados Unidos ao Movimento revolucionário, algumas pessoas dizem que este País teria colocado uma força-tarefa ao largo do Espírito Santo, em Vitória, justamente para apoiar o Governo de Minas. O senhor teria algo a nos dizer sobre esse apoio?

Desconheço esse assunto de apoio externo.

A que o senhor atribui o desmoronamento rápido e incruento do chamado esquema militar do Governo Federal?

Esse esquema militar do qual o Governo Federal se vangloriava e propagava na época, era irreal. Apesar de afirmar de que tinha o comando de uma boa parte da tropa, a verdade era outra e o Governo não dispunha de força.

O Governo João Goulart não estava bem, fazia uma "zorra" dentro do Brasil, verdadeira esculhambação. Aquele nosso sentimento de Ordem e Progresso não estava sendo atendido. Essa era a insatisfação que nós, subalternos, alimentávamos em relação ao Governo e que, sem dúvida nenhuma, nos levou a tomar uma decisão até contrária à ordem legal, na época.

O Movimento de 31 de Março de 1964 robusteceu a união e a coesão das Forças Armadas, particularmente do Exército?

Num primeiro momento sim, e bastante. Havia um objetivo comum. Agora faço uma restrição, baseada na minha vivência, particularmente nos últimos cargos que ocupei, voltados para as atividades de informações, de inteligência. Talvez tivesse acontecido por nossa culpa, do pessoal da inteligência, de informação. Como os assuntos tratados na 2ª Seção tinham de ser preservados, exi-

giam um certo sigilo, havia muitas missões misteriosas, começou haver uma desconfiança do restante dos militares em relação àqueles poucos elementos. Nos quartéis, era o S/2, e nos estados-maiores dos escalões superiores, o E/2, nomes com que eram designados os chefes das seções de informações, que viviam fechados, trabalhando demais, inclusive fora de expediente, de madrugada. Ninguém sabia por que estavam lá. Isso gerou uma certa aresta, um certo desgaste, até para o pessoal de informações mesmo. Não havia razão para isso, mas foi o que aconteceu.

Essa minha constatação já vem de muito tempo. Em 1977, se não me falha a memória, estava em Fortaleza. Até então, tínhamos os Destacamentos de Operações e Informações (DOI) fora dos quadros de organização e distribuição da Força, os chamados QOD, mas, neste ano, os destacamentos foram incluídos nestes quadros. Posicionei-me contra e, inclusive, externei a minha opinião contrária, porque iam institucionalizar algo que já vinha criando arestas para o próprio Exército. Assim, o pessoal classificado nos DOI estava oficializado: Fulano é do DOI.

Identificávamos uma certa prevenção do restante da tropa em relação àquela turma. Acho que houve um desgaste. Não foi uma boa política. Não havia necessidade de haver tanta compartimentação da inteligência.

O Movimento de 31 de Março estava baseado em alguma ideologia?

Acredito que não. Posicionava-se contra a ideologia comunista.

A nossa ideologia estava simbolizada no dístico da nossa Bandeira: "Ordem e Progresso".

O que nós chamamos, hoje, a mídia, ela apoiou o Movimento, na ocasião?

Muito. Apoiou tremendamente. Tremendamente. Hoje tem muita gente escondendo a matéria que escreveu, mas é fácil recuperar isso. A edição de março do ano passado (2001) da revista do Clube Militar publicou diversos editoriais, na íntegra, que revelam o pensamento, à época, dos principais órgãos formadores da opinião pública. Conclamavam para que as Forças Armadas agissem.

Existe um editorial de *O Globo* publicado por ocasião dos vinte anos da Revolução, elogiando-a e, se não me falha a memória, foi o próprio Roberto Marinho quem o assinou.

A mídia apoiou a Revolução, desde os primeiros dias, em manchetes diárias e sempre elogiosas. Por isso dá para inferir que, na realidade, o Exército, quando fez a Contra-Revolução de 31 de Março, atendeu ao anseio da sociedade.

O senhor usou a expressão "contra-revolução". O termo "revolução" não estaria correto?

Digo que foi contra-revolução, porque foi uma reação contra a revolução comunista, contra a comunização que estava-se estabelecendo no País. Então, foi a reação. A "revolução" foi depois.

Mais tarde, o Movimento teve que se institucionalizar. Na época, os militares diziam... aliás, o David Nasser – não sei se estou fazendo confusão – também escreveu, analisando a ação do Exército: "Eles (os militares) assumiam o Governo e ficavam como que impotentes, não sabiam o que fazer. Dessa vez eles resolveram ficar com a 'batata quente'; não a devolveram para os civis."

Penso que, a partir dessa decisão de ficar com o comando da Nação, é que começou a formar-se uma revolução dos costumes, mediante a edição dos atos institucionais.

Briga-se até hoje, por exemplo, com a corrupção. A maioria do pessoal cassada foi por atos de corrupção, inclusive integrantes das Forças Armadas. No nosso entender, aqueles elementos que recebiam comissões – chamados de grupo dos 10% – foram cassados na primeira leva.

Para mim, aí começou a Revolução. Houve, também, a preocupação de tornar o País uma potência, implantando uma revolução nas suas estruturas econômica, política e social.

Mas sofremos várias críticas. O senhor poderia nos citar os erros que foram cometidos nesse período revolucionário?

Um erro que hoje está sendo reparado. Conheci agora o Centro de Comunicação Social do Exército, que não existia naquela ocasião. Aliás, alguns escritores já comentaram que o Presidente Castello Branco tinha verdadeiro horror à propaganda política. Estavam muito fortes, na lembrança daqueles militares da época, as diatribes contra o DIP, Departamento de Imprensa e Propaganda, da República.

Foi um erro, por exemplo, a maneira como eram feitas as cassações desse pessoal corrupto, sem dizer o motivo. Era apenas nomeado: "Fulano de Tal", acompanhado, a seguir, da expressão: "cassado". Essa era a regra.

Dizem, comentários de quem viveu na época, que isso foi determinação do próprio Castello Branco que não queria acrescentar à pena da cassação a divulgação do crime. São coisas difíceis de explicar hoje, mas que aconteciam na época.

Nós, no Exército, que conhecíamos o problema, sabíamos que os corruptos, aqueles dos 10%, foram cassados, mas o meio civil não sabia. Então, como não ficou explícito o motivo, esse pessoal posa hoje como perseguido político, quando, na verdade, cometeu alguma falcatrua.

Todos eles estão voltando à cena política?

Voltaram. Hoje recebi um *e-mail* de um colega fazendo uma comparação entre o Ronald Biggs, o assaltante daquele trem na Inglaterra que se asilou no Brasil, e o nosso Ministro da Justiça, que também assaltou um trem na Santos–Jundiaí.

O senhor, depois que passou para a reserva, trabalhou em alguns órgãos civis, o SNI, o Ministério da Justiça. Esses Ministérios dispunham de uma Divisão de Segurança de Informações (DSI)? O senhor poderia nos dar alguma notícia do funcionamento dessas divisões?

Essas DSI e, também, as Agências de Segurança de Informações, no interior dos ministérios, eram órgãos lotados por pessoal do SNI. Trabalhei no SNI de 1979, quando fui para a reserva, até 1988. Inicialmente, em Salvador e, a partir de 1984, na agência central, em Brasília. Esse pessoal era de uma valia extraordinária, porque pertenciam aos quadros do SNI. A gente tinha conhecimento real de tudo que se passava no País através dos ministérios; algumas agências das autarquias, da Petrobras, por exemplo, eram muito importantes. Isso, naturalmente, permitiu que o Governo identificasse e prevenisse problemas. Mas o Collor acabou com tudo. Depois, houve até uma tentativa, que não foi iniciativa do SNI, mas de alguns ministros, de tentar reativá-las, porque os próprios titulares passaram a se sentir mal-informados, sem saberem do que acontecia nos próprios ministérios.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) não sabe o que acontece, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) idem. O pessoal está todo espalhado.

Falta a informação de governo...

Falta informação de governo para governo. Não existe. Essas DSIs eram também muito mal-aproveitadas pelos próprios ministros, porque embora os integrantes da DSI fossem, vamos dizer assim, formados pelo SNI, eles, na realidade, tinham uma dupla subordinação: tecnicamente, subordinavam-se ao SNI e administrativamente, ao ministro. Mas, estes, normalmente – não é regra geral – não sabiam disso.

Uma ocasião, estava no aeroporto, em Sergipe, e “peguei uma carona” no avião que conduziria um ministro que estava concluindo sua visita ao Nordeste e voltaria a Brasília. Por acaso, estávamos sós e quando contei que era do SNI, ele disse:

– Eu não sei o que faço com a minha DSI. Para quê aquele pessoal está lá? O que eles fazem? O que eu mando eles fazerem?

Demonstrava um desconhecimento total de como aproveitar aquele pessoal. Isso existiu também.

Que tipo de informação de governo, só para ilustrar, esse pessoal poderia prestar?

Vou tomar a Petrobras como exemplo. Até a existência da DSI não se tem notícia de falcatrua na empresa. Depois que foi extinta a DSI, volta e meia a Petrobras está no noticiário.

Um caso como aquele da P-50 não podia acontecer. Está evidente até para um leigo. Uma empresa que fazia pequenos serviços de reparo para a Petrobrás, de repente, assume a responsabilidade de construir a maior plataforma do mundo. Depois, subcontrata uma empresa da Itália para fazer o serviço. A seguir, distrata e contrata uma do Canadá. Essas coisas não aconteceriam se houvesse uma DSI.

Se houvesse a informação gerencial para o presidente da empresa.

Não estou culpando o presidente da empresa. Ele não pode saber de tudo que se passa. Tem vários diretores e vários setores. Um órgão desses bem estruturado, enquadrado e orientado, elimina este tipo de problema.

Da sua experiência, vamos chamar assim, na vida civil, o senhor teria mais alguma declaração que gostaria de fazer?

A vida civil é completamente diferente, exceto o SNI, praticamente a mesma coisa. Muito mais difícil para nós. Dá muita saudade da vida militar.

Fui para o Ministério da Justiça para servir à Imprensa Nacional. A Imprensa Nacional foi uma experiência muito, mas muito gratificante em termos profissionais. Também sou administrador de empresas e a administração foi uma experiência positiva que vou levar para a vida inteira.

Fui colocado lá, nunca ninguém me disse, mas acredito, para moralizar, não sei... Aquilo ali é um mundo. Funciona 28 horas – não 24 horas – por dia e é uma coisa bonita. Foi um trabalho muito gratificante.

O senhor gostaria de comentar algo mais sobre a sua ação pessoal ou de sua Unidade, na Revolução?

Não, apenas que a minha experiência pessoal é muito pouca. Fico um pouco constrangido.

O senhor, no entanto, trouxe vários aspectos novos, sobre o ambiente no Sul.

A sua mensagem final para o Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964.

Gostaria de felicitar a iniciativa que possibilitou a criação deste Projeto de História Oral, porque acho que é algo necessário e a que devemos dar publicidade.

Interessante que, ultimamente, está acontecendo que a própria imprensa, que nos negou espaço durante tanto tempo, agora oferece uma abertura pequena,

mas cada vez com mais intensidade. Com freqüência, têm aparecido na imprensa artigos defendendo a Revolução, exaltando a missão e a participação do Exército na vida brasileira.

Agora, até mesmo graças ao Partido dos Trabalhadores (PT), começou a surgir na televisão, na própria revista *Veja*, o envolvimento de pessoas ligadas ao esquerdismo, no seqüestro e assassinatos de pessoas. É gratificante começar a ver que a imprensa começa a condenar o terrorismo, a condenar Cuba, a condenar Fidel Castro, a reconhecer que vários terroristas foram treinados em Cuba. Isso passa a aparecer na imprensa.

A revista *Veja* então, tive um prazer enorme ao ler um artigo sobre o seqüestro daquele publicitário, Whashington Olivetto. Diz a *Veja:* "(...)Isso está acontecendo lá fora, na Colômbia, no Chile. Aqui, no Brasil, graças a Deus, os nossos terroristas não seguiram a linha do crime."

Realmente, os nossos terroristas e guerrilheiros, assaltantes de bancos e seqüestradores galgaram altos postos do Governo e até dos demais Poderes da República

A imprensa não está mais conseguindo esconder as coisas e acredito que a história vai começar a ser reescrita dentro em breve.